

ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2010

Prestação de contas das AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO PODER EXECUTIVO

ÓRGÃO/ENTIDADE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)

RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS – PEÇAS EXIGIDAS (art. 13. IN/TCU 63/2010)	LOCALIZAÇÃO (*) (Volume / fls.)
1. UNIDADE	
I. Rol de responsáveis nos termos dos arts. 10 e 11 da IN TCU nº 63/2010	251 - 254
II. Relatório de gestão, nos termos da decisão normativa prevista no art. 3º da IN TCU nº 63/2010, no exercício de 2010, representada pela Decisão Normativa TCU nº 107/2010	02 - 235
III. Relatórios e pareceres de órgãos, entidades ou instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão dos responsáveis pela unidade jurisdicionada	236 - 250
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parecer da unidade de auditoria interna ou do auditor interno, conforme disposto no § 6º, Art. 15 do Decreto Federal nº 3.591/2000 	236 - 237
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parecer de Conselho sobre as contas da unidade jurisdicionada 	238
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório de acompanhamento semestral e de avaliação anual dos resultados alcançados na execução de contrato de gestão 	---
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parecer do dirigente de órgão ou entidade supervisora de contrato de gestão 	---
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório conclusivo de instância que, de acordo com o contrato de gestão, seja responsável pela avaliação dos resultados obtidos com a execução do referido contrato 	---
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório de gestão do dirigente máximo do banco operador, se for o caso 	---
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta dos fatos apurados ou em apuração pelas Comissões de Inquérito em Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período, com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção 	240 - 247
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Auditorias planejadas e realizadas pelas unidades de controle interno da própria entidade jurisdicionada, com as justificativas, se for o caso, quanto ao não cumprimento das metas previstas, e a indicação dos resultados e providências adotadas a partir desses trabalhos 	248 - 250
LOCAL/DATA: Maceió, 15 de Março de 2011.	ASSINATURA/ CARIMBO DO RESPONSÁVEL

2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	
IV. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno, conforme formato e conteúdo definidos na decisão normativa de que trata o art. 4º deste normativo	
V. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente	
VI. Parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente	
LOCAL/DATA Maceió, 15 de Março de 2011.	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL

3. ASSESSOR ESPECIAL/SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO	
VII. Pronunciamento expresso do ministro de estado supervisor da unidade jurisdicionada, ou da autoridade de nível hierárquico equivalente, atestando haver tomado conhecimento das conclusões contidas no parecer do dirigente do órgão de controle interno competente sobre o desempenho e a conformidade da gestão da unidade supervisionada.	
LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS
ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO
DE 2010**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS
ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO
DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

CORPO DIRIGENTE

Ana Dayse Rezende Dorea
REITORA

Eurico de Barros Lôbo Filho
VICE-REITOR

João Carlos Cordeiro Barbirato
PRÓ-REITOR DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Anderson de Barros Dantas
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Josealdo Tonholo
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Silvia Regina Cardeal
PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS E DO TRABALHO

Pedro Nelson Bomfim Gomes Ribeiro
PRÓ-REITOR ESTUDANTIL

Eduardo Silvio Sarmiento de Lyra
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Valéria Carneiro Lages Ressurreição
PROCURADORA GERAL

Maria José Menezes Messias
CHEFE DE GABINETE

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ANDIFES - Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECA - Centro de Ciências Agrárias
CEDU - Centro de Educação
CGU - Controladoria-Geral da União
CONSUNI - Conselho Universitário
CTEC – Centro de Tecnologia
DCF - Departamento de Contabilidade e Finanças
DN - Decisão Normativa
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ESENFAR - Escola de Enfermagem e Farmácia
FALE - Faculdade de Letras
FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FAMED - Faculdade Medicina
FANUT - Faculdade de Nutrição
FEAC - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
FDA - Faculdade de Direito
FOUFAL - Faculdade de Odontologia
HUPAA - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
ICAT - Instituto de Ciências Atmosféricas
ICBS - Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde
ICHCA - Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes
ICS - Instituto de Ciências Sociais
IC - Instituto de Computação
IF - Instituto de Física
IGDEMA - Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente
LOA - Lei Orçamentária Anual
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
IM - Instituto de Matemática
INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais
IN - Instrução Normativa
IQB - Instituto de Química e Biotecnologia
MEC - Ministério da Educação
ONG - Organização Não-Governamental
PET - Programa de Educação de Tutorial
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE - Plano Nacional de Educação
PPA - Plano Plurianual
PPI - Projeto Pedagógico Institucional
PROEST - Pró-Reitoria Estudantil
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação
PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho
PROINST - Pró-Reitoria de Gestão Institucional
PROPEP - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
REUNI - Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SINFRA - Superintendência de Infraestrutura
SMSM - Secretaria Municipal de Saúde de Maceió
SUS - Sistema Único de Saúde
TCU - Tribunal de Contas da União
UA - Unidade Acadêmica
UJ - Unidade Jurisdicionada

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	8
1. IDENTIFICAÇÃO (ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010).....	13
2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UJ (ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)	14
2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	14
2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	18
2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.....	51
2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO	127
3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS (ITEM 3 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010).....	139
4. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)	140
5. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)	141
6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIA MEDIANTE CONVÊNIO (ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010).....	151
7. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV (ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010)	161
8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DE ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS (ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010)	162
9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ (ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010).....	163
10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS (ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)	165
11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, “BENS DE USO ESPECIAL” DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS (ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010)	168
12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ (PLANEJAMENTO DA ÁREA, PERFIL DO RH ENVOLVIDO, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO SE SISTEMAS; CONTRATAÇÃO E GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010).....	169
13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL (ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010)	172
14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA (ITEM 14 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010).....	172
15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU (ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010)	173
16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELO CONTROLE INTERNO (ITEM 16 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010)	193
17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO (ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)	204
18. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO (ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010).....	208
19. ITEM 7 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010 (CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS).....	209
20. RELATÓRIOS E PARECERES DE INSTÂNCIAS QUE, SEGUNDO PREVISÃO LEGAL, REGIMENTAL OU ESTATUTÁRIA, DEVAM SE PRONUNCIAR SOBRE AS CONTAS OU SOBRE A GESTÃO (ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 110, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010)	236
ITEM 1: PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA OU DO AUDITOR (ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 110/2010).....	236

ITEM 2: PARECER DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO SOBRE AS CONTAS DA UNIDADE JURISDICIONADA (ITEM 2 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 110/2010).....	238
ITEM 3: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL E DE AVALIAÇÃO ANUAL DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NA EXECUÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO (ITEM 3 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 110/2010).....	239
ITEM 4: PARECER DO DIRIGENTE DE ÓRGÃO OU ENTIDADE SUPERVISORA DE CONTRATO DE GESTÃO (ITEM 4 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 110/2010).....	239
ITEM 5: RELATÓRIO CONCLUSIVO DE INSTÂNCIA QUE, DE ACORDO COM O CONTRATO DE GESTÃO, SEJA RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A EXECUÇÃO DO REFERIDO CONTRATO (ITEM 5 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 110/2010).....	239
ITEM 6: RELATÓRIO DE GESTÃO DO DIRIGENTE MÁXIMO DO BANCO OPERADOR, SE FOR O CASO (ITEM 6 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 110/2010).....	239
ITEM 7: RELATÓRIO EMITIDO PELO ÓRGÃO DE CORREIÇÃO (CONFORME ITEM 7 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 110/2010).....	240
ITEM 8: AUDITORIAS PLANEJADAS E REALIZADAS PELAS UNIDADES DE CONTROLE INTERNO DA PRÓPRIA ENTIDADE JURISDICIONADA, COM A JUSTIFICATIVAS, SE FOR O CASO, QUANTO AO NÃO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS, E A INDICAÇÃO DOS RESULTADOS E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS A PARTIR DESSES TRABALHOS (ITEM 8 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 110/2010).....	248

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Identificação das Unidades Jurisdicionadas no Relatório de Gestão Consolidado	13
Tabela 02 - Relação dos Dirigentes da UFAL	14
Tabela 03 - Indicadores acadêmicos dos cursos de graduação da UFAL	26
Tabela 04 - Conceitos dos Cursos de Graduação da UFAL no Triênio 2007-2009	27
Tabela 06 - Indicadores Gerais da Graduação da UFAL	28
Tabela 06 - Indicadores de Convênios da UFAL	28
Tabela 07 - Distribuição dos Cursos Avaliados por Ano e Conceitos Obtidos no ENADE	29
Tabela 08 - Indicadores Gerais da Pesquisa e Pós-Graduação da UFAL.....	30
Tabela 09 - Relação dos Cursos de pós-graduação Lato Sensu	31
Tabela 10 - Cursos Lato Sensu concluídos em 2010.....	31
Tabela 11 - Cursos de especializações oriundos de projetos.....	31
Tabela 12 - Resumo dos indicadores dos cursos Lato Sensu da UFAL	32
Tabela 13 - Dados da pós-graduação Stricto Sensu	32
Tabela 14 - MINTER e DINTER em andamento.....	33
Tabela 15 - Recursos investidos na pós-graduação Stricto Sensu.....	34
Tabela 16 - Distribuição dos recursos do PROAP/CAPES.....	34
Tabela 17 - Distribuição de cotas e recursos por programa de pós-graduação	35
Tabela 18 - Distribuição de recursos por modalidade de bolsas	35
Tabela 19 - Projetos aprovados pelo PROCAD	36
Tabela 20 - Número de bolsas destinadas ao PIBITI	37
Tabela 21 - Número de bolsas destinadas a Iniciação Acadêmica	38
Tabela 22 - Produção científica resultante de projetos inovadores de pesquisa	39
Tabela 23 - Número de empresas incubadas	41
Tabela 24 - Relação das empresas incubadas.....	41
Tabela 25 - Indicadores gerais da extensão da UFAL.....	43
Tabela 26 - Ações de extensão por Unidade/Setor/Núcleo	43
Tabela 27 - Ações de extensão por Área Temática	44
Tabela 28 - Bolsas institucionais e interinstitucionais de extensão.....	45
Tabela 29 - Indicadores de assistência estudantil.....	47
Tabela 30 - Informações sobre as atividades dos Centros de Inclusão Digital em 2010.....	48
Tabela 31 - Evolução Orçamentária da UFAL no período de 2000–2010.....	48
Tabela 32 - Detalhamento do Orçamento Inicial do Ano de 2010.....	49
Tabela 33 - Detalhamento do Orçamento Executado do Ano de 2010	49
Tabela 34 - Evolução de Gastos Gerais da UFAL	50
Tabela 35 - Relação dos Programas e Ações da UFAL no Ano de 2010.....	51
Tabela 36 - Dados Gerais do Programa 0073.....	53
Tabela 37 - Dados Gerais da Ação 8954.....	53
Tabela 38 - Dados Gerais do Programa 0089.....	54
Tabela 39 - Dados Gerais da Ação 0181	54
Tabela 40 - Dados Gerais do Programa 0310.....	55
Tabela 41 - Dados Gerais da Ação 1B00	55
Tabela 42 - Dados Gerais do Programa 0750.....	56
Tabela 43 - Dados Gerais da Ação 2004	56
Tabela 44 - Dados Gerais da Ação 2010.....	57
Tabela 45 - Dados Gerais da Ação 2011	57
Tabela 46 - Dados Gerais da Ação 2012.....	58
Tabela 47 - Dados Gerais da Ação 20CW	59
Tabela 48 - Dados Gerais de Atendimentos da Perícia Médica	60
Tabela 49 - Dados Gerais de Atendimentos das Ações de Vigilância em Saúde do Servidor	60
Tabela 50 - Perfil Epidemiológico/Ocupacional dos Servidores.....	60
Tabela 51 - Perfil da Situação Vacinal.....	61
Tabela 52 - Atividades Específicas do Serviço Social	61
Tabela 53 - Dados Gerais do Programa 0901.....	62
Tabela 54 - Dados Gerais da Ação 0005.....	62
Tabela 55 - Dados Gerais da Ação 00G5	62
Tabela 56 - Dados Gerais do Programa 1060.....	63

Tabela 57 - Dados Gerais da Ação 8526.....	63
Tabela 58 - Dados Gerais do Programa 1061.....	64
Tabela 59 - Dados Gerais da Ação 2A74.....	65
Tabela 60 - Dados Gerais da Ação 8429.....	66
Tabela 61 - Indicadores dos Cursos de Graduação a Distância da UFAL em 2010.....	67
Tabela 62 - Projeção de Alunos por Polos de EAD.....	69
Tabela 63 - Dados Gerais do Programa 1062.....	69
Tabela 64 - Dados Gerais da Ação 2992.....	70
Tabela 65 - Dados Gerais da Ação 6358.....	71
Tabela 66 - Dados Gerais do Programa 1067.....	72
Tabela 67 - Dados Gerais da Ação 4572.....	72
Tabela 68 - Número de Participações de Servidores em Programas de Capacitação.....	73
Tabela 69 - Relação das Capacitações Realizadas em 2010.....	73
Tabela 70 - Dados Gerais da Ação 2272.....	74
Tabela 71 - Dados Gerais do Programa 1073.....	75
Tabela 72 - Dados Gerais da Ação 009E.....	75
Tabela 73 - Número de Alunos por Países dentro do Programa PEC-G.....	76
Tabela 74 - Dados Gerais da Ação 09HB.....	77
Tabela 75 - Dados Gerais da Ação 119R.....	77
Tabela 76 - Evolução do Número de Ofertas de Cursos de Graduação Presencial.....	78
Tabela 77 - Evolução das Vagas da Graduação Presencial.....	78
Tabela 78 - Distribuição dos cursos de graduação do Campus do Sertão.....	78
Tabela 79 - Dados Gerais do Campus do Sertão.....	79
Tabela 80 - Dados Gerais da Ação 1H55.....	79
Tabela 81 - Evolução dos indicadores acadêmicos do Campus Arapiraca.....	79
Tabela 82 - Evolução Orçamentária do Campus de Arapiraca no período de 2005–2010.....	80
Tabela 83 - Dados Gerais da Ação 4002.....	81
Tabela 84 - Indicadores de Assistência Estudantil no SIMEC.....	82
Tabela 85 - Dados Gerais da Ação 4008.....	82
Tabela 86 - Análise Comparativa dos Indicadores do SIBI/UFAL.....	83
Tabela 87 - Dados Gerais da Ação 4009.....	84
Tabela 88 - Dados Gerais do Programa 8282.....	85
Tabela 89 - Evolução da oferta de cursos e vagas na graduação presencial da UFAL.....	86
Tabela 90 - Dados Gerais da Ação 7L83.....	86
Tabela 91 - Indicadores dos Cursos de Graduação da Unidade de Ensino de Santana do Ipanema.....	87
Tabela 92 - Dados Gerais do Programa 1136.....	87
Tabela 93 - Dados Gerais da Ação 8872.....	87
Tabela 94 - Dados Gerais do Programa 1291.....	88
Tabela 95 - Dados Gerais da Ação 4295.....	88
Tabela 96 - Dados Gerais do Programa 1305.....	90
Tabela 97 - Dados Gerais da Ação 101P.....	91
Tabela 98 - Dados Gerais do Programa 1375.....	93
Tabela 99 - Dados Gerais da Ação 8613.....	94
Tabela 100 - Dados Gerais do Programa 1375.....	96
Tabela 101 - Dados Gerais da Ação 0487.....	96
Tabela 102 - Distribuição de cotas e recursos por Programa Stricto Sensu.....	97
Tabela 103 - Dados Gerais da Ação 4006.....	98
Tabela 104 - Dados Gerais da Ação 4019.....	99
Tabela 105 - Dados Gerais do Programa 1377.....	100
Tabela 106 - Dados Gerais da Ação 2C68.....	100
Tabela 107 - Dados Gerais da Ação 8741.....	101
Tabela 108 - Dados Gerais da Ação 8750.....	103
Tabela 109 - Dados Gerais da Ação 8751.....	104
Tabela 110 - Dados Gerais do Programa 1388.....	105
Tabela 111 - Dados Gerais da Ação 2B41.....	105
Tabela 112 - Dados Gerais da Ação 4156.....	107
Tabela 113 - Dados Gerais do Programa 1402.....	108
Tabela 114 - Dados Gerais da Ação 8815.....	108
Tabela 115 - Dados Gerais do Programa 1436.....	110
Tabela 116 - Dados Gerais da Ação 8628.....	110
Tabela 117 - Dados Gerais do Programa 1448.....	112

Tabela 118 - Dados Gerais da Ação 20CV	112
Tabela 119 - Dados Gerais do Programa 8034.....	113
Tabela 120 - Dados Gerais da Ação 86AD	114
Tabela 121 - Identificação dos Programas da UFAL	115
Tabela 122 - Execução física das Ações realizadas pela UFAL	125
Tabela 123 - Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ.....	127
Tabela 124 - Programação de Despesas Correntes	127
Tabela 125 - Programação de Despesas de Capital.....	128
Tabela 126 - Resumo da Programação de Despesas	128
Tabela 127 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	129
Tabela 128 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ	130
Tabela 129 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.....	131
Tabela 130 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.....	132
Tabela 131 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	132
Tabela 132 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	133
Tabela 133 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	133
Tabela 134 - Indicadores de Gestão no Período de 2007 a 2010	137
Tabela 135 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	140
Tabela 136 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010.....	141
Tabela 137 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária	141
Tabela 138 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade	142
Tabela 139 - Composição do Quadro de Servidores Inativos	142
Tabela 140 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão	142
Tabela 141 - Composição do Quadro de Estagiários	142
Tabela 142 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	143
Tabela 143 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	143
Tabela 144 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	145
Tabela 145 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.....	146
Tabela 146 - Indicadores de Concursos de Docente	146
Tabela 147 - Docentes do Quadro Permanente por Grau de Formação	147
Tabela 148 - Docentes do Quadro Permanente por Regime de Trabalho	147
Tabela 149 - Docentes do Quadro Temporário por Regime de Trabalho	147
Tabela 150 - Servidores Técnico-administrativos, por Escolaridade	147
Tabela 151 - Evolução do orçamento para capacitação	149
Tabela 152 - Distribuição temporal das participações no programa de capacitação	149
Tabela 153 - Evolução do número de participações no programa de capacitação	149
Tabela 154 - Descrição detalhada das empresas terceirizadas da UFAL	150
Tabela 155 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	151
Tabela 156 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	154
Tabela 157 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	154
Tabela 158 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e contrato de repasse	154
Tabela 159 - Estrutura de controles internos da UJ.....	163
Tabela 160 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	165
Tabela 161 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	168
Tabela 162 - Gestão de TI da UJ.....	169
Tabela 163 - Quantitativo de servidores por cargos.....	170
Tabela 164 - Quantitativo de servidores por titulação.....	170
Tabela 165 - Quantitativo de servidores e bolsistas por setores.....	171
Tabela 166 - Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG	172
Tabela 167 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	173
Tabela 168 - Relatório de tratamento das recomendações realizadas pelo controle interno	193
Tabela 169 - Variáveis para o Cálculo do Aluno Tempo Integral (A _G TI) e do Aluno Equivalente (A _G E)	212
Tabela 170 - Relação dos projetos geridos pela FUNDEPES pertinentes e executados pela UFAL	217

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Alagoas – UFAL, vinculada ao Ministério da Educação, é uma instituição pública de educação superior, que tem a missão de produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, justiça social, desenvolvimento humano e o bem comum.

Cumprindo hoje muitos papéis institucionais que têm se multiplicado à medida que a Instituição cresce em paralelo com o crescimento do próprio Estado, o grande desafio da UFAL é fazer com que o seu crescimento reflita cada vez mais a interação de suas atividades e de sua produção científica às difíceis realidades do Estado.

Para a UFAL, esse desafio constitui-se na capacidade de formar profissionais qualificados, realização de pesquisas de interesse social e na concretização das ações de extensão que contribuam para o desenvolvimento regional. Igualmente, a Instituição atua no sentido de contribuir para o desenvolvimento econômico e social e na defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural de Alagoas, isto tem gerado condições concretas de reafirmar seu compromisso assumido com o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Estado.

Nesse contexto, a Instituição desenvolveu suas atividades constituindo um referencial da educação, ciência, cultura e da tecnologia, por meio da capacitação profissional e expansão do saber. Com isso, efetua pesquisas em diversas áreas do conhecimento, promove a extensão em parcerias com os vários segmentos do governo, entidades e organizações da sociedade civil, participando, desta forma, ativamente do processo de desenvolvimento regional.

Nesse âmbito, apresentamos o **Relatório de Gestão 2010** aos órgãos de responsabilidade fiscal, órgãos de ensino superior, à comunidade em geral e, especialmente, à comunidade acadêmica. Dessa forma, mais do que uma peça obrigatória de prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), o relatório cumpre a função de prestar contas à sociedade das atividades principais desenvolvidas pela UFAL. No presente documento, são analisados os aspectos mais relevantes da gestão acadêmica e administrativa da UFAL, durante o exercício de 2010, buscando, sempre que possível, analisar o comportamento evolutivo das variáveis consideradas estratégicas no desempenho de sua atuação formal.

A elaboração deste relatório está em conformidade com as orientações da Controladoria-Geral da União (CGU), através da Decisão Normativa TCU nº 408/2002; Instrução Normativa TCU nº 63/2010; Decisão Normativa TCU nº 107/2010, Decisão Normativa nº 110/2010 e Portaria TCU nº 277/2010.

Este Relatório de Gestão segue a Decisão Normativa TCU nº 107/2010 que orienta sobre a elaboração dos conteúdos, estruturando o mesmo em três partes: **Parte A – Conteúdo Geral; Parte B – Informações Contábeis da Gestão e Parte C – Conteúdo Específico por UJ.**

Na parte A do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, constam os seguintes itens: **item 1** será feita a identificação da UFAL como unidade jurisdicionada. No **item 2** serão abordadas as responsabilidades institucionais, ressaltando o papel da UFAL na execução das Políticas Públicas; as estratégias de atuação da Universidade na condução do processo de planejamento; a gestão de programas e ações e o desempenho orçamentário e financeiro. O **item 3** apresenta informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos. O **item 4** traz informações sobre a movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores. No **item 5** serão apresentadas informações sobre recursos humanos da UJ. No **item 6** são apresentadas informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres. No **item 7** é apresentado uma declaração da área responsável, atestando que as informações referentes aos contratos, convênios, contratos de repasse e termos de parceria estão disponíveis e atualizadas nos sistemas informatizados SIASG e SICONV. No **item 8** é apresentada informação sobre o

cumprimento da entrega das declarações de bens e rendas. Já no **item 9**, são apresentadas informações sobre o funcionamento do sistema e controle interno da UJ. No **item 10** serão abordadas informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação e na contratação de serviços ou obras. No **item 11** são apresentadas informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, “bens de uso especial” de propriedade da União ou locação de terceiros. Já no **item 12** são apresentadas informações sobre a gestão da tecnologia da informação da UJ. O **item 13** apresenta informações sobre a utilização de cartões de pagamento do Governo Federal. O **item 14** apresenta informações sobre a renúncia tributária. No **item 15** são apresentadas informações sobre providências para dar cumprimento as determinações e recomendações do TCU. No **item 16** são apresentadas informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pelo Controle Interno. O **item 17** apresenta outras informações consideradas relevantes pela UJ para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Na parte B do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, constam os seguintes itens: no **item 1** é apresentado uma Declaração do Contador responsável pela UJ atestando que os demonstrativos contábeis refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade. No **item 5** é apresentado o parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis. É necessário registrar que os itens 2, 3 e 4 da parte B do anexo II da DN TCU nº 107/2010 não são aplicáveis à natureza jurídica da UJ.

Na parte C do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, consta o **item 7** específico para as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, que aborda os seguintes tópicos: (1) indicadores de desempenho do TCU, seguindo as orientações dos Acórdãos nº 1.043/2006 e nº 2.167/2006, por força da Decisão nº 408/2002, do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU e a (2) relação dos projetos desenvolvidos pela Fundação sob a égide da Lei nº 8.958/1994. É importante destacar que o **Anexo II** à Decisão Normativa TCU nº 110/2010 menciona os relatórios e pareceres de instâncias que, segundo previsão legal, regimental ou estatutária, devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão.

O Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes – HUPAA, se antecipa a exigência e apresenta seu Relatório de Gestão de 2010, como parte em anexa ao Relatório de Gestão da UFAL, fazendo menção ao mesmo nos dados necessários nas letras C e D do item 02, além dos itens 09, 15 e 16 da parte A, da DN TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010. É importante frisar também que os dados orçamentários e de recursos humanos do Relatório de Gestão da UFAL estão consolidados com o do HUPAA.

Espera-se que este documento possa traduzir ao TCU e à sociedade em geral, os esforços que a UFAL vem fazendo no sentido de se transformar em uma referência regional e nacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, consolidando-se como Instituição Multicampi e firmando-se como suporte de excelência para as demandas da sociedade alagoana. Além disso, este instrumento permitirá a UFAL (re) definir suas diretrizes de tomadas de decisão em busca da eficiência administrativa e excelência acadêmica.

1. IDENTIFICAÇÃO (ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010)

Tabela 01 - Identificação das Unidades Jurisdicionadas no Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação da República Federativa do Brasil			Código SIORG: 00244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Universidade Federal de Alagoas			
Denominação abreviada: UFAL			
Código SIORG: 00420	Código LOA: 26231		Código SIAFI: 15222
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia sob Regime Especial do Poder Executivo			
Principal Atividade: Educação Superior			Código CNAE: 8532-5
Telefones/Fax de contato:	(082) 3214-1002	(082) 3214-1004	(082) 3214-1700
Endereço eletrônico: gr@reitoria.ufal.br			
Página da Internet: http://www.ufal.edu.br			
Endereço Postal: Av. Lourival de Melo Mota, S/N - Campus A. C. Simões - Tabuleiro do Martins - CEP: 57.072-970 - Maceió – Alagoas			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Nome	Situação	Código SIORG	
Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes (HUPAA)	Ativa	00420	
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração da UJ: Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Lei Federal nº 3.867 que criou a Universidade Federal de Alagoas, em 25 de Janeiro de 1961. - Estatuto aprovado pela Portaria do MEC Nº 4.067, de 29 de Dezembro de 2003.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
- Regimento Geral aprovado pela Resolução Nº 01/2006 – CONSUNI/CEPE, de 16 de Janeiro de 2006.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
153037	Universidade Federal de Alagoas		
150229	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes (HUPAA)		

Fonte: PROGINST

2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UJ (ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

2.1.1 Competência Institucional

A Universidade Federal de Alagoas – UFAL – foi criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961. A UFAL é uma instituição federal de educação superior pluridisciplinar, de ensino, pesquisa e extensão, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela Legislação Nacional correspondente e por seus Estatuto e Regimento Geral.

Sua sede está localizada na cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, nordeste do Brasil. A criação da UFAL constituiu-se pelo agrupamento das Faculdades de Direito, criada em 1933; de Medicina, criada em 1951, de Filosofia, criada em 1952; de Economia, criada em 1954; de Engenharia, em 1955; e de Odontologia, em 1957. Pode-se considerar que depois da sua criação em 1961, a UFAL teve 11 (onze) períodos de gestão dirigidos por diversos(as) reitores(as), conforme **Tabela 02**.

Tabela 02 - Relação dos Dirigentes da UFAL

Gestão	Período	Reitor(a)
1ª gestão	1961 – 1971	Aristóteles Calazans Simões
2ª gestão	1971 – 1975	Nabuco Lopes Tavares da Costa Santos
3ª gestão	1975 – 1979	Manoel M. Ramalho de Azevedo
4ª gestão	1979 – 1983	João Ferreira Azevedo
5ª gestão	1983 – 1987	Fernando Cardoso Gama
6ª gestão	1987 – 1991	Delza Leite Gitai
7ª gestão	1991 – 1995	Fernando Cardoso Gama
8ª gestão	1995 – 1999	Rogério Moura Pinheiro
9ª gestão	1999 – 2003	Rogério Moura Pinheiro
10ª gestão	2003 – 2007	Ana Dayse Rezende Dorea
11ª gestão	2007 – 2011	Ana Dayse Resende Dorea

Fonte: PROGINST

Percebe-se que em cada um desses “períodos gerenciais”, a UFAL vivenciou diferentes acontecimentos que foram impulsionados por fatos externos e/ou internos à Instituição. Ao longo de sua existência, a instituição tem passado por grandes transformações. Por ser voltada à produção e disseminação do conhecimento, a UFAL tem a dimensão de sua atuação determinada pela amplitude de seus compromissos e pelo envolvimento com a sociedade alagoana. Nessa perspectiva, a Instituição procurou se integrar à sociedade, com o fim de compartilhar os problemas, os desafios e ajudar no desenvolvimento nacional, regional e local.

Seu Campus principal está localizado em Maceió, no bairro do Tabuleiro do Martins, às margens da BR-104. Ele possui uma área total de cerca de 2.100.000 m², com 271.158,50 m² de área total construída, área coberta de 164.233,32 e 13.749,44 m² de área de Laboratório. Conta, também, com 13 unidades fora de sede para desenvolvimento de suas atividades-fins: Campus Avançado Fazenda São Luiz, Estação de Floração e Cruzamento “Serra do Ouro”, Estação Quarentenária, Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (antigo Centro de Ciências Biológicas), Usina Ciência, Espaço Cultural, Unidade de Ensino e Pesquisa Campus Delza Gitai, Campus do Agreste (sede em Arapiraca), Campus do Sertão (sede em Delmiro Gouveia) Unidade de Ensino e Pesquisa de Palmeira dos Índios, Unidade de Ensino e Pesquisa de Penedo, Unidade de Ensino e Pesquisa de Viçosa e Unidade de Ensino e Pesquisa de Santana do Ipanema.

A UFAL desenvolve 69 cursos de graduação presenciais dos quais 26 são noturnos, com a oferta de 4.833 vagas, sendo 3.431 diurnas e 1.402 noturnas; em três *Campi*: A. C. Simões, em Maceió (45 cursos); 16 cursos no Campus do Agreste (sede em Arapiraca) e 8 cursos no Campus do Sertão (sede em Delmiro Gouveia). Além dos cursos presenciais de graduação, a

UFAL oferta ainda 6 cursos de graduação na modalidade a distância (administração, administração pública, física, matemática, pedagogia e sistema de informação). São oferecidos 27 cursos *stricto sensu*: 21 de mestrado e 6 de doutorado, os quais reúnem aproximadamente 1.100 alunos. As atividades acadêmico-administrativas da UFAL são conduzidas por 1.386 docentes (1.333 docentes efetivos e 53 docentes temporários) e 1.531 técnico-administrativos, distribuídos nos três campi.

2.1.1.1 Declaração de Princípios da UFAL

No cumprimento de sua missão institucional, a UFAL norteia suas ações pelos seguintes princípios:

- a gestão democrática, transparente e descentralizada;
- a legalidade e publicidade de seus atos, moldando e legitimando sua atuação;
- a moralidade e a impessoalidade, em consonância com o interesse público;
- a eficiência e a eficácia, com foco na qualidade da prestação de serviços e na efetiva produção de resultados;
- a ética, como norteadora de toda a prática institucional, em todas as suas relações internas e com a sociedade;
- a busca de mecanismos de promoção da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão;
- a liberdade de expressão do pensamento, de criação, de difusão e socialização do saber;
- o respeito às especificidades das unidades acadêmicas; e
- o desenvolvimento científico, político, cultural, artístico e sócio-econômico do Estado de Alagoas.

2.1.1.2 Declaração da Missão da UFAL

A UFAL tem por missão: produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, justiça social, desenvolvimento humano e o bem comum.

2.1.1.3 Visão de Futuro da UFAL

A UFAL visa tornar-se referência nacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, firmando-se como suporte de excelência para as demandas da sociedade alagoana, enfatizando a sua participação no desenvolvimento regional. Para garantir a concretização de sua visão estratégica, a UFAL deverá orientar suas ações com vistas aos desafios seguintes:

- captar recursos alternativos para implementação de uma política de desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural;
- aperfeiçoar o processo de gestão democrática como condição básica para identificar, implantar e/ou consolidar as interfaces dos projetos institucionais;
- consolidar sua credibilidade na sociedade pela formação de profissionais qualificados e com capacidade crítica para intervir no contexto político-cultural e sócio-econômico, e ainda pelo atendimento às demandas científicas, tecnológicas, artísticas e culturais dos indivíduos, dos grupos e das instituições governamentais e não-governamentais; e
- atender às demandas do processo de desenvolvimento da educação, da saúde, das ciências agrárias, da cultura e dos negócios, ampliando o papel da Universidade no desenvolvimento social e econômico local e regional.

2.1.2 Objetivos Estratégicos

2.1.2.1 Atividade-fim (Ensino, Pesquisa e Extensão)

A UFAL, além de desempenhar seu papel nas atividades de ensino e pesquisa, já vêm fazendo parte do desenvolvimento econômico regional. Essa participação pode ser verificada por meio das atividades de extensão que vêm sendo organizadas de forma a viabilizar a utilização do conhecimento de docentes e discentes, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico local, regional e nacional.

Entendendo o seu papel de responsável pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão da área acadêmica, as Pró-Reitorias Acadêmicas acreditam que seus princípios e suas ações devem estar comprometidos com a melhoria da qualidade do ensino ministrado pela UFAL, em todos os níveis; expandir a oferta de vagas e de novos cursos na graduação; ampliar a oferta de programas de pós-graduação; promover as atividades de pesquisa em todas as áreas do conhecimento e ampliar a integração entre a Universidade e a sociedade.

Dessa forma, compreendem que suas ações repercutem nos cursos de graduação e de pós-graduação existentes, a qualidade da pesquisa, a partir da produção científica geradas pelos docentes e discentes e a extensão, pelas ações de articulação entre o saber oriundo da Universidade e as exigências da sociedade. Para tanto, entendem que o trabalho acadêmico deve voltar-se para as efetivas necessidades e aspirações da Sociedade Alagoana, cabendo à administração estimular uma formação humanista, crítica e reflexiva.

É com tal sentido que as Pró-Reitorias Acadêmicas devem efetivar as seguintes diretrizes da atual administração da UFAL: (1) fortalecimento dos projetos pedagógicos dos cursos, visando à formação de profissionais atualizados e competentes, capazes de exercer a cidadania em toda plenitude; e (2) ampliação das fronteiras do conhecimento através de ações em diversas áreas do conhecimento, principalmente nas áreas de educação, saúde e agropecuária.

O marco referencial do Projeto Pedagógico Institucional – PPI, construído pela UFAL, enfatiza um ensino que assume essa postura de construção com os discentes de um instrumental que lhes proporcione, além do domínio de conhecimentos básicos, elementos de reflexão crítica que os qualifiquem como profissionais (e cidadãos) capazes de atuar na transformação social. Transformação esta que ocorre a partir da geração de novos conhecimentos, por meio da investigação científica, conduzindo a caminhos e a soluções concretas para a diversidade de questões éticas, sociais, tecnológicas, de comunicação e desenvolvimento pleno que se apresentam na atualidade.

Como princípio de trabalho da atual gestão, ressalta-se a busca de intercâmbio de experiências, tanto internamente, inter-unidades acadêmicas, como externamente, com outras instituições que estejam preocupadas em contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Com tal sentido, deve-se buscar uma articulação com a comunidade local, de forma que a Universidade venha a ser parte integrante e elemento de aglutinação desta comunidade. Outrossim, a articulação deve estender-se ao Município e ao Estado de Alagoas.

Quanto ao intercâmbio interno, deve existir um esforço para que os produtos gerados no processo vivido na área acadêmica, tais como a produção científica, artística e cultural dos docentes e discentes faça parte de uma memória organizacional histórica e documental da Instituição e a necessidade de superar o individualismo institucional que faz com que a Universidade atue de forma dissociada, sem intercâmbios reais, nem capacidade de cooperação.

Para consecução dos objetivos gerais da Instituição no horizonte de 2008 a 2012 contidas dentro do seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, as realizações prioritárias relacionadas às atividades-fim foram traçadas na forma que segue.

Para o Ensino de Graduação:

- Aprimorar o processo de ensino de graduação na UFAL;
- Expandir a oferta de vagas e dar condições de permanência dos discentes, sem o comprometimento da qualidade de graduação;
- Aperfeiçoar o sistema de ingresso e retenção de alunos, ampliando a integração com a rede pública de ensino médio;
- Implantar uma política de educação para os portadores de necessidades especiais;
- Aprimorar e ampliar o processo de ensino de graduação à distância na UFAL;
- Disseminar a prática de multimídia, teleconferência e interação didática.

Para o Ensino de Pós-Graduação:

- Buscar mecanismos de apoio aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, objetivando melhoria nos conceitos atribuídos pela CAPES;
- Estimular a criação de novos cursos de pós-graduação *stricto sensu*;
- Fomentar a criação e a ampliação de programas de pós-graduação *lato sensu*.

Para as atividades de Pesquisa:

- Promover a pesquisa em áreas de relevância social, cultural, artística e tecnológica;
- Dar maior visibilidade à produção acadêmica da Instituição.

Para as atividades de Extensão:

- Garantir a relação da Universidade com a sociedade na busca por soluções para os problemas regionais;
- Consolidar a política de extensão da UFAL;
- Fortalecer e ampliar projetos integrados voltados ao atendimento das demandas sociais;
- Criar programa de fomento a extensão;
- Fortalecer e viabilizar parcerias envolvendo a área acadêmica e instituições públicas e privadas nacionais e internacionais;
- Ampliar a integração com a rede pública de ensino médio;
- Incentivar programas e projetos de extensão em áreas de relevância social, cultural e artística.

2.1.2.2 Atividade-meio (Gestão)

A propalada autonomia universitária prevista na Lei Maior e as profundas mudanças na macroeconomia brasileira vêm desencadeando reflexões que apontam para a necessidade de profundas mudanças comportamentais e estruturais das entidades por elas abrangidas, o que aumenta, ainda mais, a importância da atividade administrativa na sua função de viabilizar os meios e condições para consecução dos objetivos estratégicos da Instituição.

Com base no princípio de área meio, as atividades administrativas da UFAL, estão sendo delineadas para atendimento aos novos mandamentos trazidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação – LDB, e diante de um desejado cenário autônomo no âmbito do MEC e da ANDIFES.

Nesse sentido, as ações administrativas estão direcionadas ao compromisso de melhoria das condições de trabalho, iniciadas com o engajamento da UFAL no Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior do Ministério da Educação. Outrossim, ações paralelas de cunho social, direcionadas aos segmentos de servidores técnico-administrativos, docentes e discentes, merecerão cada vez mais, a atenção e o empenho da administração superior da UFAL, no sentido de fortalecimento daqueles que tem a nobre função de construir uma universidade pública, gratuita, humanista e de qualidade.

Para consecução dos objetivos gerais da Instituição no horizonte de 2008 a 2012 contidas dentro do seu PDI, as realizações prioritárias relacionadas às atividades-meio foram traçadas na forma que segue.

Para a área de Gestão Institucional:

- Interagir de forma ágil e participativa com a comunidade universitária;
- Modernizar os procedimentos operacionais e a estrutura organizacional;
- Otimizar a captação, monitoramento e uso dos recursos orçamentários;
- Implementar e otimizar a divulgação interna e externa.

Para as atividades de Assistência ao Discente:

- Consolidar e melhorar as condições de vida dos discentes durante sua permanência na Universidade;
- Promover a integração social dos discentes.

Para a área de Recursos Humanos:

- Criar programas permanentes de capacitação e desenvolvimento de pessoal;
- Buscar mecanismos para expansão do quadro funcional e otimizar a distribuição dos recursos humanos;
- Criar e implementar programas permanentes de apoio social à comunidade interna.

Para a área de Tecnologia da Informação:

- Agilizar e racionalizar procedimentos com apoio da Tecnologia da Informação;
- Dotar a UFAL de um sistema integrado de informações;
- Dotar a UFAL de um eficiente sistema de gestão de conteúdos que evoluirá para um portal corporativo do conhecimento;
- Melhorar a infraestrutura de Tecnologia da Informação da Universidade.

Para a área de Infraestrutura:

- Recuperar e redimensionar os espaços físicos da Universidade;
- Otimizar e racionalizar a infraestrutura e o uso de recursos com vistas ao atendimento das necessidades administrativas e acadêmicas;
- Recuperar e modernizar os acervos das bibliotecas;
- Redimensionar os serviços médicos do Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes;
- Ajustar os espaços físicos da Universidade aos objetivos do programa de interiorização.

2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.2.1 Análise do Andamento do Plano Estratégico da Unidade

No final de 2007, a UFAL elaborou o seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI para o período de 2008-2012. Este PDI está plenamente coerente com a missão da Instituição, com a concepção de Universidade associada ao esforço da melhoria dos serviços prestados à sociedade, por meio de uma melhor utilização dos recursos disponíveis. Dessa forma, estão sendo aprofundadas e efetivadas as seguintes ações estratégicas gerais: (1) Ampliar o compromisso social da Instituição; (2) Consolidar o papel da UFAL no ensino superior de Alagoas e do nordeste brasileiro; (3) Disponibilizar soluções inovadoras no sentido de resolver os graves problemas estruturais do Estado de Alagoas, principalmente na área da educação, saúde e ciências agrárias e, (4) Promover a melhoria da qualidade do ensino na UFAL, em todos os níveis.

2.2.1.1 Compromisso Social da Instituição

A UFAL tem reafirmado o seu compromisso social, pela expansão para o interior do Estado, pelo aumento do número de vagas na graduação e pós-graduação e, também, no seu maior impacto na atuação na extensão. A maior integração com a comunidade externa se deu, sobretudo, pelo aumento significativo no número de projetos, cursos, eventos e prestação de serviços à comunidade e pela adoção de políticas de inclusão social e diversidade cultural.

Diante dos indicadores sociais econômicos estaduais desfavoráveis, A UFAL encontra-se diante de um desafio de exercer plenamente a sua importância estadual, tornando-se um importante agente de desenvolvimento regional. Nesse contexto, vários programas têm articulado o ensino e a pesquisa para atender demandas sociais, principalmente, nas áreas da educação, direitos humanos e saúde.

No ano de 2010 a principal ação acadêmica de impacto social da Pró-Reitoria de Extensão foi à instalação de trinta programas de extensão universitária institucionalizados nas unidades acadêmicas com o objetivo de contribuir para o estudo e integração com as políticas públicas. Com isso, potencializaram-se e ampliaram-se os patamares de qualidade das ações de ensino e pesquisa, projetando a natureza dos mesmos à missão da Instituição na sociedade alagoana.

Na área da saúde, a UFAL conta com o Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes – HUPAA, órgão de apoio acadêmico que foi fundado em 1973, que desenvolve ações abrangendo as áreas de ensino, pesquisa e assistência. Nesse sentido, vem sendo reconhecido pelos diversos segmentos da sociedade alagoana como a maior instituição pública de saúde do Estado, não somente pela sua área física, de mais de 27.000 m² distribuídos em 6 (seis) pavimentos, mas também pelo seu corpo funcional, com aproximadamente 1.305 colaboradores que atuam nas mais diversas áreas do conhecimento. O HUPAA busca otimizar seus recursos de maneira a atingir níveis de qualidade e satisfação para seu público interno e externo. O financiamento do Hospital Universitário depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde – SUS. Seus recursos são assegurados por um convênio realizado junto ao Município de Maceió, desenvolvido e fiscalizado em acordo com um plano operativo anual que delineia as ações, os serviços, as atividades, as metas quantitativas e qualitativas e os indicadores a pactuados entre a Secretaria Municipal de Saúde de Maceió – SMSM e o HUPAA, de acordo com as necessidades de saúde apontadas pelo gestor do Sistema Único de Saúde, considerando a realidade sanitária loco-regional, tendo sido ajustado ao perfil assistencial da unidade e aprovado pelas partes envolvidas.

O HUPAA oferece aproximadamente 50 especialidades médicas, possui um total de 141 consultórios, divididos em quatro ambulatorios e serviços referenciados pelo SUS de apoio ao diagnóstico e terapias, realizando de cerca de 367 mil consultas e procedimentos ambulatoriais por ano. A assistência hospitalar dispõe de 174 leitos ativos, com cerca de 7.000 internações, nas clínicas cirúrgica, médica, obstétrica e pediátrica, Unidade de Tratamento Intensivo Adulto, Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal, Unidade de Cuidados Intermediário Neonatal e Hospital-dia. Em todos esses ambientes, contempla-se a presença do ensino e das atividades de pesquisa, uma vez que as ações de assistência desenvolvidas envolvem a participação de docentes, técnicos e alunos sejam nas consultas e procedimentos ambulatoriais, sejam no acompanhamento de internações, ou ainda, no desenvolvimento de programas específicos de atenção a pacientes.

A UFAL tem contribuído de forma efetiva na inclusão dos jovens das classes populares por meio do programa *Conexões de Saberes*. Este programa tem como característica fundamental o processo de acesso de alunos de origem popular à universidade, bem como melhorar a permanência de jovens universitários de origem popular, oferecendo a possibilidade de desenvolver a capacidade de produzir conhecimentos científicos a partir da intervenção em seu território de origem. Quatro projetos integram o programa *Conexões de Saberes* que funcionam em bairros populares no município de Maceió, a saber: projeto complementar e cidadania; o pré-vestibular comunitário; o projeto vizinhança e a organização e mobilização comunitária. O objetivo geral desses projetos foi intervir nas demandas das comunidades do entorno da UFAL, identificando os problemas e propostas resolutivas que foram potencializadas pela articulação entre os saberes populares e aqueles produzidos na academia.

Em 2010 os cursos pré-vestibulares comunitários funcionaram em cinco bairros de Maceió (Graciliano Ramos, Benedito Bentes, Bom Parto, Osman Loureiro e Farol), em cinco

municípios do Estado de Alagoas (Santa Luzia, Rio Largo, Penedo, Arapiraca e Palmeira dos Índios) e em duas tribos indígenas nos municípios de Flecheiras em Alagoas e em Folha no estado de Sergipe. Desde a sua implantação em 2006, 2.700 alunos de origem popular foram preparados para se submeterem ao vestibular da UFAL. Destes, 1.127 fizeram vestibular e mais de trezentos conseguiram êxito. No ano de 2010, 960 alunos foram preparados pelos cursos de pré-vestibulares para se submeterem ao processo seletivo da UFAL, destes 200 foram aprovados.

A articulação dos programas *Escola Aberta* e *Conexões de Saberes* visa à realização de oficinas nas escolas da rede pública de ensino (municipal e estadual), durante os finais de semana, levando em conta que em muitas comunidades a escola é o único espaço público para lazer, esporte e mesmo para o exercício da cidadania. Por isso, o fato de ela ser mantida aberta, aos finais de semana, com oferecimento de oficinas (de artes, de esportes, de saúde, etc.), caracteriza a importância de uma formação integral para a comunidade local. Por sugestão do MEC, as oficinas realizadas pelos conexas têm como temas geradores: os direitos humanos, a leitura e o meio ambiente. Tais temas geradores são bastante amplos e por isso é possível personalizar as oficinas de acordo com a formação e com o interesse de cada conexas.

O programa *Escola Aberta* que contribui para a melhoria da qualidade da educação, para a inclusão social e a construção de uma cultura de paz. Este programa promove e amplia a integração entre escola e comunidade, as oportunidades de acesso aos espaços de promoção da cidadania e contribui para a redução das violências na comunidade escolar. Em 2010 foram realizadas atividades de incentivo a leitura, produção de peça teatral, cidadania e artes manuais, por meio de oficinas, nos seguintes locais: Escola Municipal Floriano Peixoto, Escola Nosso Lar I, Escola Estadual Ovídio Edgar de Albuquerque, Escola Zumbi dos Palmares, Escola Estadual Josefa da Costa e a Escola Major Bonifácio Silveira, com um público atendido de aproximadamente 200 crianças e adolescentes.

O programa Ações Afirmativas para Afro-descendentes constitui um conjunto de ações com o objetivo de eliminar desigualdades sociais históricas que instituiu o sistema de cotas para população afro-descendentes, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação. Dessa forma, este projeto tem como objetivo propiciar ações que viabilizem o acesso à permanência da população negra na UFAL. O programa está estruturado em 04 (quatro) sub-programas: (1) políticas de cotas, (2) políticas de acesso e permanência, (3) políticas curriculares e de formação de professores e (4) políticas de produção de conhecimento, coordenadas por uma Comissão Permanente do Programa de Ações Afirmativas da UFAL. Para o vestibular de 2011, se inscreveram em 2010, 5.940 (cinco mil, novecentos e quarenta) alunos para todos os cursos existentes na Instituição. Os cursos, hoje, estão divididos entre licenciaturas e bacharelados, multiplicando a possibilidade de ingressos, já que o Ministério da Educação considera-os situações distintas, ou seja, os cursos têm projetos pedagógicos diferenciados.

É importante salientar que o Programa de *Extensão Universitária* apóia às instituições federais e estaduais de ensino superior na realização de programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na inclusão social. Outro programa importante é o PAESPE que tem como objetivo a educação e a qualificação profissional, visando a inserção no mercado de trabalho de jovens e adultos da comunidade circunvizinha ao Campus de Maceió, por meio da implantação de um programa de formação de recursos humanos na área das ciências exatas e naturais. Como resultado deste projeto, espera-se uma melhoria da qualidade da educação básica do Estado de Alagoas, sempre posicionado negativamente nos exames nacionais que ranqueiam os alunos do Ensino Fundamental e Médio.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome celebrou convênio com o Governo de Alagoas para o fortalecimento da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura. A UFAL, por meio da PROEX, está inserida nessa ação, através da elaboração de propostas com vistas à potencialização do desenvolvimento local e à geração de trabalho e renda das famílias

em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Estão participando os professores e técnicos da UFAL, especificamente do Centro de Ciências Agrárias e do Campus de Arapiraca, principalmente da unidade de ensino e pesquisa de Viçosa, devido a natureza do programa.

Em 2010, foi realizado um conjunto de ações, planejamento de projetos para execução em Maceió e no interior do Estado, envolvendo cursos, eventos e atividades jurídico-administrativas, que evidenciam o crescimento das atividades da Assessoria de Educação em Direitos Humanos e Segurança Pública – @edh&sp, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão, com a participação do Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos Sociojurídicos – GEPSOJUR.

A Educação em Direitos Humanos e a Segurança Pública se constituem em duas iniciativas da UFAL, consolidadas por meio de parcerias entre PROEX/Gabinete Reitoria/GEPSOJUR e o conjunto de ONGs e órgãos do Governo Federal(MEC/SECAD/MJ/FNDE/UFPB/MDH/SEEDH-PR); e do Governo Estadual (Conselho Estadual de Segurança Pública e o Gabinete Civil do Estado de Alagoas). Educação em direitos humanos e segurança pública se configuram em campos de atuação multiplicadora em diversos níveis da educação formal e não formal de cidadãos e cidadãs mais conscientes e reflexivos.

A UFAL atua, igualmente, no sentido da contribuição ao desenvolvimento econômico e social e à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural de Alagoas, isto tem gerado condições concretas de reafirmar seu compromisso assumido com o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Estado.

2.2.1.2 A UFAL e sua importância estadual

A UFAL encontra-se num momento privilegiado, tanto em termos de conjuntura externa, quanto de conjuntura interna, para consolidar, ampliar e aprofundar um processo de transformação já em curso. Os indicadores da UFAL, em geral, são ótimos em relação à média do conjunto das IFES. Após mais de três décadas de crescimento muito baixo (1970 - 2003), a UFAL, nos últimos anos (2004 - 2010), conseguiu aumento significativo de 117,21% na oferta de vagas no vestibular e, por meio de outras ações, incrementou substancialmente o número de discentes.

A presença da UFAL, no território alagoano, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa, e extensão, representa importante vetor de desenvolvimento de Alagoas, sobretudo por se tratar de um dos Estados que apresenta os piores indicadores do Brasil. Mas, ao mesmo tempo, significa enfrentar enorme desafio para exercer plenamente a sua missão social neste contexto periférico de grandes limitações e precariedades. Este cenário é evidenciado por indicadores sociais e econômicos preocupantes, veja alguns deles que são apresentados a seguir:

- Índice de Desenvolvimento Humano – IDH: 0,677 (IPEA, 2005) – o pior do Brasil;
- Renda *per capita*: US\$ 2.332,10 (IBGE-BACEN, 2006);
- Miserabilidade: 47% da população sobrevivem com renda abaixo de R\$ 88,00 por pessoa(FGV, Mapa do Fim da Fome em Alagoas, 2003);
- 69,4% da população ativa recebem até um salário mínimo (IBGE, 2003);
- Estado com maior proporção de pobres do Brasil: 62% (IPEA, 2004); concentração de renda (Gini = 0,571), a maior do Brasil;
- 70% de seus municípios entre os 20% com menor IDH do País;
- Em 1999, sete dos dez municípios brasileiros mais pobres situavam-se em Alagoas – inclusive o mais miserável de todos, São José da Tapera, no Sertão Alagoano. Ali, a taxa de crianças mortas antes de completar um ano de vida era uma das mais altas do Brasil: 192,43 por mil crianças (ONU, 1999);
- Acesso à água encanada: 48,80% (SNIS/CASAL, 2006) a segunda menor do país; coleta e tratamento de esgoto: 30,5% (PNAD, 2005);
- Trabalho infantil não remunerado: 71,9% do total de crianças em trabalho, de 5 a 17 anos; (IBGE-PNAD, 2001);

- Analfabetismo: 25,20% (PNAD, 2008);
- Analfabetismo funcional: 38,30 (IBGE, 2008);
- Insuficiente formação/qualificação docente da rede pública municipal e estadual: 20.000 professores (CEE-AL/Gazeta de Alagoas, 22/02/2004);
- Ensino Básico – número de matriculados em 2006 – 1.061.557 (INEP, 2006), nº de docentes em 2006, 40.110 (INEP, 2006);
- Ensino Superior dados de 2006 – nº de instituições: 28; cursos: 205; docentes: 3.413; técnicos: 2.414; alunos matriculados: 43.607; concluintes: 6.460; vagas oferecidas: 18.767; inscrições no vestibular: 56.687; ingressos: 16.277; média de anos de estudo na faixa entre 19 e 59 anos 6,22 (INEP, 2006).

Entretanto, trata-se de um dos menores Estados brasileiros com 27.818,5 km² e 3.037.103 habitantes (IBGE, 2008), fato que poderia beneficiá-lo, por sua menor escala física de problemas. Além disso, apresenta grandes potencialidades naturais (patrimônio ambiental), sociais (diversidade, patrimônio cultural, população cordial e trabalhadora) e econômicas (recursos naturais, agroindústrias, razoável infraestrutura física). São potencialidades pouco ou inadequadamente exploradas, revelando um quadro persistente de exclusão social, econômica e política, marcado, especialmente, pelo baixo grau de escolaridade e baixa qualificação profissional dos seus habitantes, o que reforça a falta de oportunidades para a maioria e ressalta o papel da educação como estratégia de mudança.

Com um histórico herdado da sociedade rural, colonial e pós-colonial, caracterizado pela profunda hostilidade às manifestações críticas do pensamento, Alagoas vivenciou, a partir da criação da UFAL, a difícil, mas exitosa, construção de um inédito espaço aberto à difusão de idéias renovadas, formação de quadros técnicos e lideranças, e incubação de práticas importantes para dinamismo da economia e da cultura.

A grande e imensurável contribuição que a UFAL tem dado para alavancar o desenvolvimento de Alagoas está focada, principalmente, nos seguintes aspectos:

- (1) A expansão e a democratização do acesso a educação superior pública de qualidade;
- (2) Formação de quadros críticos e competentes nas diversas áreas do conhecimento humano;
- (3) Produções científicas que visem disponibilizar soluções inovadoras no sentido de resolver os graves problemas estruturais do Estado, principalmente na área da educação, saúde e ciências agrárias. Isto já pode ser constatado pelos inúmeros projetos de extensão e de pesquisa, aprovados por órgãos de financiamento externo, que tem como objeto resolver questões locais e regionais nas diversas áreas do conhecimento humano;
- (4) Ampliação do compromisso social da Instituição ao relacionar a sua missão de formação profissional e de produção de conhecimentos, à prospecção e à crítica, mas, sobretudo, à capacidade de induzir transformações positivas no seu contexto. A missão maior da Universidade é formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento social.

2.2.1.3 A UFAL e seu processo de interiorização

A gestão da Professora Ana Dayse Rezende Dorea elegeu como principal objetivo o fortalecimento, enquanto instituição pública, gratuita e inovadora, considerando, sobretudo, o comprometimento com a sociedade que lhe dá suporte e contexto.

Neste sentido, a partir de maio de 2004, a UFAL iniciou estudos para a elaboração de seu projeto de interiorização, que veio a concretizar-se em 15 de setembro de 2006, quando foi ministrada a aula inaugural de seu Campus de Arapiraca, cuja sede se localiza no município de Arapiraca, segundo em importância econômica e cultural do Estado. Iniciava-se, assim, a sua primeira experiência de interiorização, na modalidade de ensino presencial, conduzida de forma inovadora, associando os interesses do Governo Federal (Programa de Expansão da Educação Superior Pública, MEC/SESu) e os de sua política de gestão institucional, referente ao quadriênio 2003-2007.

O Campus de Arapiraca veio constituir a primeira etapa da expansão interiorizada da Universidade, no âmbito do Programa de Expansão da Educação Superior Pública do Ministério da Educação. A presença da UFAL, na porção agrestina alagoana, resultou em relevante transformação positiva dessa sub-região que pôde ser percebida desde o início, na medida em que aí serão produzidos formação superior, competência, conhecimento, novas oportunidades e demandas.

Em 2007, o Decreto nº 6.096/97 instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI – com a proposta de criar condições para a ampliação do acesso (e permanência) dos estudantes aos cursos de graduação, agregando-lhes maior qualidade e maximizando o aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema federal de ensino.

A UFAL se manifestou apresentando seu projeto de adesão ao REUNI, nele incluindo a segunda etapa do projeto de interiorização a implantação no Campus do Sertão, categorizado como campus fora de sede no município de Delmiro Gouveia e sua unidade acadêmica, também, fora de sede, no município de Santana do Ipanema. Ambos aprovados pela Resolução nº 46/2009 do Conselho Universitário – CONSUNI. Com essa iniciativa, a UFAL chega ao sertão alagoano com cursos de graduação voltados à população de 27 municípios da região.

Em 2010, o Campus do Sertão da UFAL foi implantado, ofertando 560 vagas nos seus 8 cursos de graduação. Em Delmiro Gouveia, os cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Pedagogia, Letras/Língua Portuguesa (licenciatura), História (licenciatura) e Geografia (licenciatura), todos com 80 vagas divididas em 2 entradas por ano. Os cursos de Ciência Econômicas e Ciência Contábeis oferecem cada um 40 vagas e serão ofertados na Unidade de Ensino e Pesquisa de Santana do Ipanema. Cursos estes que enfatizarão as questões referentes à formação de professores (em complementaridade com os cursos de licenciatura do Campus de Arapiraca, já instalado), às grandes estruturas de engenharia e seus impactos, à produção de hidroeletricidade, à contabilidade e gestão de pequenas e médias empresas sustentáveis e à comunicação social, considerando, especialmente, a dimensão ambiental no contexto do sertão.

É necessário ressaltar que o projeto de interiorização da UFAL está causando profundo impacto no desenvolvimento sócio-político, econômico e cultural do Estado de Alagoas – consideradas todas as suas sub-regiões.

2.2.2 Análise do Plano de Ação Referente ao Exercício 2010

Neste tópico, serão apresentados os objetivos e prioridades definidos pela gestão para o exercício de 2010 e o conjunto de decisões operacionais em relação às atividades finalísticas (ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil) bem como na área da gestão orçamentária.

2.2.2.1 Ensino de Graduação

A Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD vem intensificando suas atividades relacionadas ao meio acadêmico, sobretudo, dando enfoque às questões da graduação. Em 2010 foram várias as ações realizadas dentro de um planejamento que visa ao bem estar dos envolvidos com o ensino de graduação na UFAL, quer sejam técnicos, alunos ou professores, num processo de melhoria contínua dos serviços oferecidos pela PROGRAD. Dentre as ações com maior relevância podemos citar:

1. Ampliação do acesso aos cursos de graduação da UFAL. Ampliação do acesso aos cursos de graduação. Tanto na modalidade presencial como na modalidade a distância, dando prioridade para o turno noturno. Resultados alcançados: de 2009 para 2010 ocorreu um aumento de 4.103 para 4.833 vagas; destas 3.503 no Campus A. C. Simões, 770 no Campus de Arapiraca e 560 no Campus do Sertão. Com relação ao número de cursos, ocorreu um aumento de 61 em 2009 para 69 em 2010, distribuídos da seguinte forma: 45 no Campus A. C. Simões,

16 no Campus de Arapiraca e 8 no Campus do Sertão. Assim, ocorreu uma ampliação da oferta do número de vagas em 17,79% e 13,11% em número de cursos. Em especial foram iniciadas as aulas do Campus do Sertão com 8 novos cursos. Na cidade de Delmiro Gouveia funcionam os cursos de Engenharia Civil, Engenharia da Produção, Pedagogia, Letras – Português, Licenciatura em História e Licenciatura em Geografia, sendo esses dois últimos no período noturno, e na cidade de Santana do Ipanema funcionam os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Assim, o Campus do Sertão ofereceu um total de 560 novas vagas para aquela região, recebendo ainda matrículas de alunos de estados vizinhos como Bahia, Sergipe e Pernambuco. O esforço do aumento não se deveu apenas a interiorização da UFAL. Na capital, os cursos noturnos e vespertinos proporcionaram 160 novas vagas, sendo as mesmas nos cursos de Economia, Administração e Contabilidade, no período noturno, e Pedagogia, no período vespertino. Na modalidade a distância, a UFAL que já oferecia os cursos de Pedagogia, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática, Administração e Sistema de Informação, passou a ofertar em 2010 o curso de Administração Pública com 250 novas vagas e teve aprovado o curso de Licenciatura em Geografia, com oferta prevista para 2011.

2. Reestruturação do Sistema de Estágio Curricular – MGE. Foram realizadas oficinas com os Colegiados dos Cursos, visando à organização e acompanhamento das apólices de seguro para estágios obrigatórios fornecidos pela UFAL, bem como o acompanhamento das obrigações da UFAL de acordo com a nova lei de estágio. Foram realizadas revisões, sob a ótica da nova lei, dos Termos de Compromisso e dos Termos de Responsabilidade do Estágio Curricular. Em 2010 foram 1.636 apólices de seguros geradas pela UFAL e um total de 553 empresas conveniadas e aptas a oferecerem estágios para os alunos da Instituição.

3. Consolidação e ampliação do Módulo de Gerenciamento de Monitoria – MGM. O Programa de Monitoria da UFAL vem se afirmando cada vez mais como ferramenta de auxílio à melhora da qualidade do ensino na graduação, tendo o número de bolsas ofertadas aos monitores aumentado em 2010, inicialmente em 20 bolsas, para atender aos alunos do novo Campus do Sertão, totalizando 326 bolsas, com as já 226 em Maceió e 80 para atender os alunos do Campus de Arapiraca. Esse programa tem como objetivo despertar o monitor para o exercício da docência, além de apoiar alunos com dificuldade de aprendizagem, evitando assim a retenção e a evasão nos cursos de graduação. O planejamento, o controle e avaliação dessa atividade necessitavam da introdução de um sistema. Assim, foi criado o Módulo de Gerenciamento de Monitoria em 2009, cuja implantação se deu em 2010. Esse módulo tem como finalidade sistematizar o gerenciamento da frequência, do pagamento e da emissão dos certificados dos monitores.

4. Implantação de novos grupos do Programa de Educação Tutorial – PET. Em 2010, a UFAL obteve a aprovação de mais 7 (sete) grupos do Programa de Educação Tutorial – PET, inclusive contemplando os outros dois campi da Universidade que, até então, não dispunham de grupos PETs. Das 8 (oito) propostas que poderiam ser enviadas, o Ministério da Educação – MEC aprovou 7 (sete) novos grupos, ou seja, um aproveitamento de 87,5%, garantindo a participação direta de 84 alunos bolsistas sob a orientação de sete tutores. No Campus de Arapiraca foram criados os PETs Química, Serviço Social - Conexões de Saberes (Unidade de Ensino de Palmeira dos Índios), e Pesca (Unidade de Ensino de Penedo). Em Delmiro Gouveia, no Campus do Sertão, houve a criação do PET AÇÕES das Engenharias (Engenharia Civil e Engenharia de Produção). Por fim, no Campus A. C. Simões, em Maceió, os grupos formados foram PET Engenharia Ambiental, PET Serviço Social (Conexões de Saberes) e PET PAESPE (Conexões de Saberes). Com esta nova configuração os grupos PETs na UFAL passam de 05 para 12 grupos distribuídos em todos os campus da Universidade, representando um aumento de 140%.

Acompanhamento dos Programas Institucionais. Resultados alcançados no âmbito das Licenciaturas:

- **PRODOCÊNCIA.** Durante o ano de 2010, o Programa de Consolidação das Licenciaturas – PRODOCÊNCIA da UFAL realizou diagnóstico e análise de uma série de índices acadêmicos, entre eles: coeficiente de rendimento acadêmico; reprovação; evasão; retenção e trancamento. O referido programa é direcionado para a melhoria da formação de professores e estudantes das licenciaturas, através do desenvolvimento do Projeto Ações Interdisciplinares nos Cursos de Licenciaturas, articuladas às práticas pedagógicas inovadoras e de utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação integradas à Educação Básica da rede pública de Alagoas. Esse programa está sendo implantado com o intuito de desenvolver uma proposta de formação que articule a educação superior com a educação básica, visando à elevação do nível de qualificação oferecido na formação inicial de professores, no sentido de fomentar a criação de propostas interdisciplinares nas licenciaturas, fazendo com que ocorra uma maior contribuição para a diversificação da modalidade de oferta de cursos de graduação, afinando-se com a política oficial de incrementar as formas de acesso ao ensino superior.
- **PIBID.** A proposta da UFAL junto às coordenações dos Cursos de Licenciatura, equipe da Secretaria de Educação está focado para obtenção de experiências metodológicas e práticas docentes de caráter inovador, que se utilize de recursos das Tecnologias da Informação e Comunicação, valorizando o uso do espaço da escola pública como campo de experiência, para a construção do conhecimento na formação de professores para a educação básica. O PIBID atende ao plano de metas Compromisso Todos pela Educação, previsto no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), para elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nacional para 6, até 2022, ano do bicentenário da independência do Brasil. O programa vai unir as secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades públicas a favor da melhoria do ensino nas escolas públicas onde o IDEB está abaixo da média nacional, que é de 3,8. No ano de 2010, o PIBID foi ampliado em 6 grandes áreas: Artes (Dança, Música e Teatro), Letras, Pedagogia, História e Geografia, Ciências Sociais e Educação Física).

Ampliação dos Programas Institucionais. Resultados alcançados no âmbito dos Bacharelados:

- **Programa PROSAÚDE II.** Acompanhamento do programa PROSAÚDE II, que foi elaborado em 2008, em parceria conjunta com o Ministério da Saúde e da Educação. Ele foi construído coletivamente, com a colaboração técnica de representantes dos cursos de Medicina, Enfermagem, Psicologia, Serviço Social, Nutrição e Farmácia, além da Secretaria de Saúde dos municípios de Maceió e Arapiraca, o programa representa a possibilidade de reorientar a formação dos profissionais da saúde, integrando-se todos, em direção ao fortalecimento à consolidação do SUS, como Política Nacional de Saúde.
- **Programa PET-SAÚDE.** O PET-SAÚDE tem como objetivo principal fortalecer a integração entre o ensino/serviço com foco na saúde, na capital Maceió e em municípios do interior do Estado de Alagoas, contribuindo assim na formação de profissionais generalistas, humanista e críticos. O projeto foi desenvolvido em 2009, envolvendo os seguintes cursos: Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Serviço Social e Odontologia. Em 2009-2010 foi submetido para o Ministério da Saúde um novo Projeto – Pet-Saúde II, com a inclusão dos cursos de Educação Física e Nutrição. Esse projeto tem como finalidade dar continuidade à articulação ensino-serviço com foco na redução da mortalidade infantil, na participação popular e na humanização da atenção à saúde em Maceió, Arapiraca, Penedo e Santana do Ipanema, contribuindo assim, na formação de profissionais generalistas, humanistas e críticos, através de estratégias de ensino-aprendizagem interdisciplinares. Em 2010, o PET-SAÚDE foi ampliado com a aprovação da proposta do PET-SAÚDE/Saúde Mental-CRACK, que foi contemplada com a criação de um grupo que se propõem a:
 - “contribuir com a formação profissional para a saúde numa visão integradora, o que implica a ampliação dos espaços e conteúdos, que

possibilitem construir uma educação transformadora com contribuição social...” (PROJETO PET-SAÚDE/Saúde Mental-CRACK).

- **Programa de Mobilidade.** O Programa de Mobilidade Acadêmica Andifes/Santander disponibiliza 06 bolsas durante 01 semestre para alunos interessados em cursar disciplinas em outras instituições federais no país. Em 2010 os seis selecionados da UFAL optaram pelas seguintes instituições para o intercâmbio: UNIRIO (curso de Teatro), UFRGS (Psicologia), UFC (cursos de Geografia e Enfermagem), UNB (Arquitetura) e na UNIVASF (Administração).

Resultados Alcançados no âmbito das Licenciaturas e Bacharelados:

- **Programa Incluir.** O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior, instituiu o programa Incluir, para a criação, reestruturação e consolidação de Núcleos de Acessibilidade nas IFES. Esse projeto teve como principal foco de intervenção as dificuldades de acesso aos recursos pedagógicos que inviabilizam a educação de qualidade por alunos com deficiência na Universidade. O alcance dos resultados pretendidos abrange toda a comunidade acadêmica do Campus A. C. Simões e do Campus de Arapiraca. O projeto visou efetivar e consolidar o Núcleo de Acessibilidade do Campus A. C. Simões, com extensão para o Campus de Arapiraca. Assim, o principal objetivo do projeto Incluir é o de promover ações que busquem a eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação, para que se assegure o acesso, a permanência e a aprendizagem, com qualidade e na máxima medida de suas possibilidades, ao universitário com deficiência na UFAL.
- **Análise e acompanhamento dos Projetos Pedagógicos dos novos cursos** a serem implantados a partir de 2011, a saber: Engenharia de Petróleo, Engenharia da Computação, Design e Química Tecnológica e Industrial no Campus A. C. Simões; Já no Campus Arapiraca, foram analisados os cursos de Licenciatura em Letras, com habilitação em Português, Pedagogia, além do curso de Administração Pública. Na modalidade a distância foi criado o curso de Matemática.
- **Análise e acompanhamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos já implantados** – Em Maceió foi reformulada a proposta do curso de Música, tendo sido aprovada no CONSUNI e foram formulados os projetos pedagógicos dos cursos técnicos de Música e de Dança, também aprovados pelo CONSUNI. Em Arapiraca, com a implantação dos cursos do Sertão, foram reestruturados os eixos de tecnologia e educação, do tronco intermediário. Também em Arapiraca, iniciou-se a revisão do tronco profissionalizante para os 16 cursos.
- **Avaliação dos indicadores acadêmicos dos cursos de graduação.** Foi realizada uma análise dos índices acadêmicos (**Tabela 03**), referentes à reprovação, retenção, evasão e disponibilização, por curso, às Unidades Acadêmicas, a fim de se ter base para futuras discussões para reduzir esses índices.

Tabela 03 - Indicadores acadêmicos dos cursos de graduação da UFAL

Indicador de Evasão	Ano de 2009	Ano de 2010	Varição (%)
Evasão	12,24%	10,38%	-15,2%
Indicador de Retenção	Semestre de 2009.1	Semestre de 2009.2	Semestre de 2010.1
Reprovação por Média	4,05955	3,98984	3,95192

Fonte: PROGRAD

- **Ampliação do programa institucional de Bolsas de Iniciação à Docência** de 04 para 09 cursos: Biologia, Matemática, Química, Física, Letras, Pedagogia, Artes, Ed. Física e Geografia. O programa foi criado com a finalidade de valorizar o magistério e apoiar estudantes de licenciatura plena das instituições municipais públicas e comunitárias, sem fins econômicos, de educação superior.
- **Estreitamento do atendimento aos campi do interior** com a realização de 32 visitas “in loco” para melhor acompanhamento às demandas locais, acarretando maior dinamização dos

processos internos, dirimindo dúvidas e otimizando a o relacionamento unidades fora de sede e a PROGRAD. Além de 26 reuniões realizadas nos campus Sertão e Arapiraca (incluindo os pólos) para discussão sobre o fortalecimento dessas unidades, melhorando a comunicação interna.

Consolidação da EAD nos cursos de Graduação:

- Adesão ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR – em 2010 foram ofertadas 750 (setecentas e cinquenta) vagas para os professores da rede de ensino básico estadual e municipal que estavam inscritos na Plataforma Freire, através da oferta dos cursos de Pedagogia, Licenciatura em Física e Licenciatura em Matemática.
- Capacitação de professores e tutores em parceria com a Coordenação Institucional de Educação a Distância – CIED e coordenações de cursos com o intuito de fortalecer a Política de Formação Continuada para Docentes, totalizando 403 professores e tutores capacitados para atuação em EAD.
- Oferta de um novo curso em Administração Pública, com 250 novas vagas, nos polos de Maceió, Arapiraca, Penedo e Piranhas.
- Contemplação no Edital nº 15 DED/CAPES para fomento de uso das tecnologias de comunicação e informação nos cursos de graduação, com valor total de R\$ 914.552,00 (novecentos e quatorze mil, quinhentos e cinquenta e dois reais).
- A CIED implementou a avaliação institucional dos Polos de EAD. Os docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE definiram os critérios e parâmetros, tendo como base as diretrizes da SEED/MEC. A CIED realizou 5 avaliações (uma por Polo) e fez 5 reuniões com as Prefeituras de Maragogi, São José da Laje, Maceió, Olho D'Água das Flores e Santana do Ipanema.
- A CIED acompanhou também a produção de material para EAD dos cursos de graduação da UFAL, onde foi possível ser feita a avaliação desse material.

Avaliação de Cursos:

- A PROGRAD acompanhou e capacitou os coordenadores de 14 cursos que participaram do ENADE 2010. Agronomia (Maceió e Arapiraca), Educação Física (Maceió e Arapiraca), Enfermagem (Maceió e Arapiraca), Farmácia, Medicina, Medicina Veterinária (Viçosa), Nutrição, Odontologia, Serviço Social (Maceió e Palmeira dos Índios) e Zootecnia (Maceió e Arapiraca).
- A UFAL recebeu no IGC – Índice Geral de Cursos da Instituição - um conceito 3, considerado satisfatório. Para isso, a graduação no triênio 2007-2009 obteve média de 2,4319. Os cursos de graduação foram avaliados conforme a **Tabela 04**.

Tabela 04 - Conceitos dos Cursos de Graduação da UFAL no Triênio 2007-2009

Curso	Conceito Preliminar do Curso (CPC)
Engenharia Civil	3,869243622
Física	3,659821749
Matemática	3,127454996
Direito	3,02130723
Educação Física	2,967844963
Administração	2,870986938
Letras	2,867473841
Química	2,851469278
Psicologia	2,705860853
Odontologia	2,612984657
Ciência da Computação	2,564106941
Pedagogia	2,45249939
Geografia	2,44913578

Serviço Social	2,416124344
Arquitetura e urbanismo	2,401456594
Ciências econômicas	2,399483681
Ciências contábeis	2,372069597
Música	2,141939878
Comunicação Social – Relações Públicas	2,125367641
Biblioteconomia	2,125088692
Farmácia	2,054059982
Zootecnia	2,001833916
Biologia	1,984665036
Engenharia Química	1,836778641
Comunicação Social - Jornalismo	1,646831274
Medicina	1,598158836
Engenharia de Agrimensura	1,564842463
Ciências Sociais	1,54180181
Agronomia	1,207722425
Nutrição	1,098429322
Teatro	0,913569987
Filosofia	0,855002165

Fonte: PROGRAD

A **Tabela 05** mostra os principais indicadores de graduação da UFAL.

Tabela 06 - Indicadores Gerais da Graduação da UFAL

Indicadores	2009	2010	% aumento
Nº de Alunos com Matrícula Vínculo	19.812	20.766	+4,81%
Nº de Alunos Matriculados*	17.278	20.064	+16,12%
Nº de Alunos inscritos no PSS (Campus A. C. Simões)	20.752	19.475	-6,15%
Nº de Alunos inscritos no PSS (Campus de Arapiraca)	5.531	6.087	+10,05%
Nº de Alunos inscritos no PSS (Campus do Sertão) **	---	1.250	---
Nº de Vagas no PSS (Maceió)	3.323	3.503	+5,41%
Nº de Vagas no PSS (Arapiraca)	770	770	0,00%
Nº de Vagas no PSS (Campus do Sertão)**	---	560	---
Nº de Cursos Diurnos	59	64	+8,47%
Nº de Cursos Noturnos	26	26	0,00%
Nº de Alunos – Reopção	78	104	+33,33%
Nº de Alunos – Equivalência	00	00	0%
Nº de Alunos – Transferência	95	13	-86,31%
Nº de Alunos – Reingresso	01	81	+8000%
Nº de Alunos Diplomados	1.534***	1.726****	+12,51%

Fonte: NTI/DRCA/COPEVE. * Matriculado pelo menos em uma disciplina; ** Campi criado em 2010.*** Dado validado. **** Dado estimado.

A UFAL mantém cerca de 526 convênios ativos com empresas e instituições públicas e privadas, conforme **Tabela 06**.

Tabela 06 - Indicadores de Convênios da UFAL

Modalidade	Tipo de Instituição			
	Inst. e Órgãos Públicos Federais	Inst. e Órgãos Públicos Estaduais	Inst. e Órgãos Públicos Municipais	Inst. e Empresas Privadas Nacionais
Acordo	07	---	---	01
Autorização	01	---	---	02
Contrato	---	---	---	03
Convênio	16	18	06	27
Convênio/Estágio	07	24	22	473
Permissão de Uso	01	---	---	---

Protocolo de Intenções	02	---	01	---
Termo de Cessão	---	---	01	---
Termo de Comodato	02	---	---	---
Termo de Cooperação	04	01	---	04
Termo de Doação	---	---	---	01
Termo de Parceria	01	---	---	---

Fonte: PROGINST

Em relação aos cursos de graduação, vê-se registrado o desempenho da UFAL com base na Avaliação Externa promovida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP/MEC, por meio do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, os conceitos demonstram o nível dos cursos de graduação desta Universidade (**Tabela 07**).

Tabela 07 - Distribuição dos Cursos Avaliados por Ano e Conceitos Obtidos no ENADE

Ano 2004		Ano 2005	
Curso	Conceito	Curso	Conceito
Agronomia	2	Arquitetura e Urbanismo	3
Educação Física	4	Ciências Biológicas	3
Enfermagem	5	Ciências da Computação	3
Farmácia	4	Ciências Sociais	3
Medicina	4	Engenharia Civil	4
Nutrição	3	Engenharia de Agrimensura	3
Odontologia	4	Engenharia Química	3
Serviço Social	4	Física	3
Zootecnia	2	Geografia (Bacharelado)	1
Ano 2006		História	3
Curso	Conceito	Letras	3
Administração	4	Matemática	4
Biblioteconomia	2	Química (Bacharelado)	3
Ciências Contábeis	2	Pedagogia	3
Ciências Econômicas	2	Ano 2007	
Comunicação Social (Jornalismo)	1	Curso	Conceito
Comunicação Social (Relações Públicas)	1	Educação Física	4
Direito	4	Enfermagem	SC
Música	2	Farmácia	3
Psicologia	4	Medicina	2
Teatro	1	Nutrição	2
Ano 2008		Odontologia	4
Curso	Conceito	Serviço Social	2
Arquitetura e Urbanismo	2	Agronomia (Arapiraca)	SC
Ciência da Computação	3	Educação Física (Arapiraca)	SC
Sistema de Informação	SC	Enfermagem (Arapiraca)	SC
Biologia	2	Medicina Veterinária (Arapiraca)	SC
Ciências Sociais	2	Serviço Social (Arapiraca)	SC
Engenharia Ambiental	SC	Zootecnia (Arapiraca)	SC
Engenharia Civil	5	Ano 2009	
Engenharia de Agrimensura	1	Curso	Conceito
Engenharia Química	2	Administração – Arapiraca	SC

Filosofia	1
Física	4
Geografia	3
História	SC
Letras	3
Matemática	4
Pedagogia	2
Química	3
Arquitetura e Urbanismo (Arapiraca)	SC
Biologia (Arapiraca)	SC
Ciência da Computação (Arapiraca)	SC
Engenharia de Pesca (Arapiraca)	SC
Física	SC
Matemática	SC
Química	SC

Fonte: PROGINST Observação: SC – sem conceito.

Administração – Maceió	4
Biblioteconomia – Maceió	3
Ciências Contábeis – Maceió	3
Ciências Econômicas – Maceió	3
Direito – Maceió	4
C. Social (Jornalismo) – Maceió	2
C. Social (Relações Públicas) – Maceió	2
Música – Maceió	2
Psicologia – Arapiraca	SC
Psicologia – Maceió	4
Teatro – Maceió	1
Turismo – Arapiraca	SC

2.2.2.2 Pesquisa e Pós-Graduação

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEP, criada em 1981, é a instância acadêmica e administrativa da UFAL que tem por função primordial articular as atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico da instituição e do Estado de Alagoas.

Com base nessas premissas, a política de pós-graduação e pesquisa da UFAL está plenamente coerente com a missão da Universidade Brasileira. Essa missão é caracterizada por: (1) ações, objetivos e metas formuladas em conformidade com a potencialidade disponível em termos de recursos humanos e materiais; e (2) estágio atual da pesquisa científica e tecnológica e sua inserção nas linhas consideradas estratégicas para o fortalecimento da Instituição. A realização dessa missão visa dotar a UFAL de dimensão compatível com os modernos avanços do conhecimento e com capacidade para contribuir para o suprimento das necessidades regionais, nacionais e internacionais.

Durante o ano de 2010, a PROPEP consolidou as ações já existentes e buscou iniciar novas ações, perseguindo uma política de desenvolvimento e de qualificação/captação de pessoal, no que diz respeito à pesquisa e à pós-graduação, para responder positivamente às metas que levem a Universidade à inclusão, expansão e inovação. A **Tabela 08** mostra os principais indicadores da pesquisa e pós-graduação da UFAL.

Tabela 08 - Indicadores Gerais da Pesquisa e Pós-Graduação da UFAL

Indicadores	2009	2010	% aumento
Alunos matriculados – Especialização	904	1.166	+28,98%
Alunos matriculados – Mestrado	974	838	-13,96%
Alunos matriculados – Doutorado	152	174	+14,47%
Cursos de Especialização	06	07	+16,67%
Programas de Mestrado	23	23	0,00%
Programas de Doutorado	06	06	0,00%
Teses Defendidas	22	19	-13,63%
Dissertações Defendidas	214	158	-26,16%
Total de Grupos de Pesquisa	213	252	+18,30%
Total de Linhas de Pesquisa	907	1.077	+18,74%
Total de Pesquisadores	1.202	1.296	+7,82%
Bolsa Concedida Iniciação Científica CNPq/UFAL/FAPEAL	460	495	+7,60%
Bolsa Inovação Tecnológica CNPq/UFAL	34	36	+5,88%

Fonte: PROPEP

1. Cursos *Lato Sensu*

Durante o período de 2004 a 2007, a UFAL realizou um de seus saltos mais significativos no que diz respeito à oferta de cursos *Lato Sensu*. Estes cursos atenderam a uma demanda reprimida da sociedade alagoana, cada vez mais ávida por formação continuada com foco em habilidades voltadas para a academia e para o mercado de trabalho.

Estas oportunidades, destinadas a alunos do Campus A. C. Simões, em Maceió, também foram levadas para Arapiraca e às cidades polo, inseridas no projeto de interiorização da Universidade, iniciado em 2006. Em 2010, os cursos de pós-graduação *lato sensu* em andamento na UFAL se apresentam conforme a **Tabela 09**.

Tabela 09 - Relação dos Cursos de pós-graduação *Lato Sensu*

Curso	Ano de Início	Nº de Matriculados
Geografia: Análise Ambiental	2009	20
Proteção de Plantas	2009	13
Gestão e Educação Ambiental	2009	51
Vigilância à Saúde	2009	30
Educação no Campo	2009	100
Gestão Pública (EAD)	2010	290
Gestão Pública Municipal (EAD)	2010	256
Gestão da Saúde (EAD)	2010	259
Residência Integrada Multiprofissional em Saúde	2010	12
Formação de Professores em Mídias na Educação	2010	100
Educação Física e Cultura	2010	20
Ensino de Filosofia	2010	15
Total de matriculados		1.166

Fonte: PROPEP

Observe-se que em 2010 teve início a Residência Integrada Multiprofissional em Saúde, com oferta de 12 vagas para as áreas de Enfermagem, Psicologia, Nutrição, Fisioterapia, Farmácia e Serviço Social. Já no que diz respeito ao número de profissionais qualificados para atuação no mercado de trabalho a Universidade registrou o descrito na **Tabela 10** que retrata a formação no nível de pós-graduação *lato sensu*.

Tabela 10 - Cursos *Lato Sensu* concluídos em 2010

Especializações concluídas em 2010	Início	Concluintes
Formação de Professores em Mídias na Educação	2009	123
Proteção de Plantas	2009	13
Total de Concluintes		136

Fonte: PROPEP

De forma semelhante à 2008, ocorreram matrículas em cursos oriundos de projetos que já contavam com financiamento de órgãos públicos, conforme pode ser visto na **Tabela 11**.

Tabela 11 - Cursos de especializações oriundos de projetos

Cursos	Matriculados	Duração (meses)	Carga Horária	Origem	Modalidade
Educação no Campo	100	18	400	CEDU	Convênio
Geografia: Análise Ambiental	20	14	370	IGDEMA	Gratuito
Gestão da Educação Ambiental	34	14	360	FEAC	Convênio
Proteção de Plantas	12	10	360	CECA	Convênio
Saberes de Terra	69	24	360	CEDU	Convênio
Vigilância à Saúde	35	12	405	FEAC	Convênio

Fonte: PROPEP

Já no que diz respeito ao número de profissionais qualificados para atuação no mercado de trabalho, a UFAL registrou 136 titulados em pós-graduação *lato sensu*. Resumidamente, pode-se perceber pela **Tabela 12** os indicadores dos cursos de pós-graduação *lato sensu* da UFAL.

Tabela 12 - Resumo dos indicadores dos cursos Lato Sensu da UFAL

Indicadores	2009	2010	% aumento
Cursos Ofertados*	06	07	16,67%
Cursos Efetivamente Iniciados*	06	07	16,67%
Alunos Ingressantes	270	952	252,59%
Alunos Matriculados	904	1.166	28,98%
Alunos Concluintes	766	136	-82,25%

Fonte: PROPEP. * Refere-se apenas aos cursos abertos a comunidade externa.

2. Cursos *Stricto Sensu*

No campo dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, a Universidade Federal de Alagoas avançou de forma consistente, construindo bases sólidas para a sua expansão, com qualidade, nesta área. Os indicadores mostram um crescimento que, mesmo diante de percalços inerentes ao processo de construção do conhecimento, atestam o compromisso da gestão para a formação de pesquisadores e de pessoal de alto nível.

Os números traduzem esta realidade: em 2003 a UFAL contava com 12 cursos de mestrado. Entre 2004 e 2009 foram criados 6 novos Programas (Mestrado em Recursos Hídricos e Saneamento, Engenharia Química, Direito, Nutrição, Modelagem Computacional, Ciências da Saúde, Economia, Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos).

Em 2010 a pós-graduação continuou sua expansão na UFAL, com a instalação de três novos Programas de Doutorado em Materiais, Doutorado em Matemática e Mestrado Profissional em Ensino de Ciência e Matemática.

Foram também aprovadas pela CAPES 6 (seis) novas propostas de Mestrado e Doutorado, a saber: Doutorado em Educação, Mestrado e Doutorado em Proteção de Plantas, Mestrado em Psicologia, Mestrado em Enfermagem, Mestrado Profissional em Ensino em Saúde, Mestrado Profissional em Matemática em Rede.

Em 2010, a UFAL conta com 21 mestrados e 6 doutorados, incluindo aí sua participação na Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO) que se constitui num doutorado reconhecido pela CAPES. Os resultados da avaliação pela CAPES mostram boas perspectivas de evolução qualitativa e quantitativa do Sistema de Pós-Graduação da UFAL.

A **Tabela 13** mostra os principais dados do Sistema de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFAL referente ao exercício de 2010. Nela, estão contidos os programas existentes, seus cursos e seus conceitos junto à CAPES, além do número de alunos ingressantes e matriculados durante o ano de 2010.

Tabela 13 - Dados da pós-graduação Stricto Sensu

	Programa	Nível	Conceito CAPES	Alunos Ingressantes	Alunos Matriculados
01	Letras e Linguística	M/D	4	19 M / 10 D	51 M / 43 D
02	Física da Matéria Condensada	M/D	5	17 M / 12 D	29 M / 17 D
03	Química e Biotecnologia	M/D	4	16 M / 16 D	58 M / 75 D
04	Meteorologia	M	3	18	32
05	Agronomia (Produção Vegetal)	M	4	19	60
06	Educação Brasileira	M	4	44	91
07	Engenharia Civil	M	3	16	31
08	Sociologia	M	3	14	36
09	Dinâmica do Espaço Habitado	M	4	25	80
10	Matemática	M	3	08	17
11	Matemática (em associação com a UFBA)	D***	4	07	06
12	Serviço Social	M	3	07	36

13	Modelagem Computacional de Conhecimento	M	3	28	28
14	Direito Público	M	3	15	33
15	Recursos Hídricos e Saneamento	M	3	09	26
16	Nutrição	M	3	34	61
17	Engenharia Química	M	3	16	40
18	Ciências da Saúde	M	3	18	54
19	Rede Nordeste de Biotecnologia	D	5	04	24
20	Economia Aplicada*	M	3	13	21
21	Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos**	M	3	08	18
22	Zootecnia/Recursos Pesqueiros**	M	3	10	21
23	Materiais***	D	4	10	09
24	Ensino de Ciências e Matemática***	F	3	15	15
25	Prodema	M	2	0	---
Total				369 M / 59 D	838 M / 174 D

Fonte: PROPEP. * Programa iniciado em 2008, ** Programa iniciado em 2009, *** Programa/Curso aprovado em 2009.

2.1 Dinter e Minter

Foi iniciado neste ano de 2009 o DINTER (Doutorado Interinstitucional) em Saúde Pública, que havia sido aprovado pela CAPES em 2008. Iniciou-se também, em 2009, o processo seletivo do DINTER em Enfermagem, igualmente aprovado em 2008.

O DINTER em Enfermagem tem como instituições parceiras a Universidade Federal de Sergipe, a USP-Ribeirão Preto e a USP-São Paulo. Já o DINTER em Saúde Pública tem como instituições parceiras a FIOCRUZ, a Universidade Federal da Paraíba, a Universidade Federal de Campina Grande e a UNCISAL.

Em 2009 foram iniciados os Mestrados Interinstitucionais em Educação Brasileira, ofertados pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, do CEDU/UFAL.

A exemplo do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, que, em 2008 apresentou projetos de oferta de MINTER, os Programas de Modelagem Computacional e Letras apresentaram, em 2009, propostas semelhantes, em que a UFAL se constitui em instituição ofertante. As propostas foram aprovadas pela CAPES e os cursos têm início previsto para 2010. A **Tabela 14** sintetiza a situação de oferta e recepção da UFAL no que diz respeito a MINTER e DINTER. Todos os MINTER têm a UFAL como instituição ofertante.

Tabela 14 - MINTER e DINTER em andamento

Modalidade	Área	Instituições	Nº de alunos	Situação
Minter	Educação	UFAL/IFPE	20	Início 08/2009
Minter	Educação	UFAL/UNEAL	25	Início 03/2009
Minter	Modelagem computacional	UFAL/IFSE/IFBA	20	Aprovado 12/2009
Minter	Letras	UFAL/IFSE/IFBA	20	Aprovado 12/2009
Dinter	Saúde pública	FIOCRUZ/UFPB/UFAL/ UFCG/UNCISAL	07	Início 08/2009
Dinter	Nutrição e saúde	UFPE/UFAL	12-20	Aprovado 12/2009
Dinter	Enfermagem	USP/UFAL/UFS	12-20	Início em 2010

Fonte: PROPEP

3. Programas relacionados à Pós-Graduação *Stricto Sensu*

A CAPES tem sido a maior financiadora do Sistema de Pós-Graduação da UFAL, destinando recursos para Bolsas e manutenção dos Programas de pós-graduação. A **Tabela 15** mostra os recursos investidos na pós-graduação *Stricto Sensu* da UFAL em 2009.

Tabela 15 - Recursos investidos na pós-graduação *Stricto Sensu*

Programa	Recurso 2009 (R\$)	Recurso 2010 (R\$)	% aumento
PROAP	658.570,00	658.570,00	0,00%
Bolsas da Demanda Social	2.303.400,00	3.535.200,00	53,78%
Pró-equipamentos	---	800.000,00	---
REUNI	103.200,00	108.000,00	4,65%
CT-INFRA	---	5.117.725,00	---
Total (R\$)	3.270.370,00	9.188.095,00	180,95%

Fonte: PROPEP

3.1 Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP

Os cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, credenciados pela CAPES, fazem jus ao pagamento de taxas através do Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP, que contempla itens, como: manutenção de equipamentos; funcionamento de laboratórios de ensino e pesquisa; produção de material didático-instrucional e publicação de artigos científicos; aquisição de novas tecnologias de informática; realização de eventos técnico-científicos promovidos pelo programa de pós-graduação; participação de professores convidados em bancas examinadoras de dissertações, teses e exame de qualificação; participação de professores em eventos no país; participação de professores em eventos no exterior; participação de alunos em eventos no país; participação de alunos de doutorado em eventos no exterior; participação de professores visitantes nos programas e participação de professores e alunos em trabalhos de campo e coleta de dados no país.

Os recursos PROAP/CAPES destinados à UFAL totalizaram, nesse ano de 2010, R\$ 658.570,00 que foram destinados aos Programas e à Pró-Reitoria, de acordo com a **Tabela 16**.

Tabela 16 - Distribuição dos recursos do PROAP/CAPES

Programas	Recursos (R\$)
Letras e Linguística	53.220,00
Física da Matéria Condensada	78.000,00
Química e Biotecnologia	82.000,00
Meteorologia	30.000,00
Agronomia (Produção Vegetal)	32.000,00
Educação	22.000,00
Engenharia Civil	26.000,00
Sociologia	20.000,00
Dinâmica do Espaço Habitado	22.000,00
Matemática	22.000,00
Serviço Social	18.000,00
Modelagem Computacional de Conhecimento	23.500,00
Direito Público	18.000,00
Recursos Hídricos e Saneamento	22.000,00
Nutrição	22.000,00
Engenharia Química	24.000,00
Ciências da Saúde	24.000,00
Economia Aplicada	18.000,00
Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos	18.000,00
Zootecnia	18.000,00
PROPEP	65.850,00
Total	658.570,00

Fonte: PROPEP

3.2 Programa de Bolsas da Demanda Social – CAPES

O Programa de Demanda Social promove a formação de recursos humanos de alto nível, necessários ao País, por meio da concessão de bolsas aos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado) avaliados pela CAPES e oferecidos por instituições públicas e ensino gratuito.

As bolsas de estudo da Demanda Social são gerenciadas pelas instituições e cursos de pós-graduação os quais são responsáveis pela seleção, concessão e acompanhamento dos bolsistas, conforme as orientações da CAPES.

O Programa Demanda Social apóia os Cursos de Pós-Graduação da UFAL, recomendados pela CAPES, com bolsas de Mestrado e Doutorado, somando um total de 169 bolsas de Mestrado e 51 bolsas de Doutorado. O valor total repassado pela CAPES no ano de 2010 foi de R\$ 3.535.200,00. A **Tabela 17** mostra a distribuição de cotas e recursos por Programa de Pós-Graduação, durante o ano de 2010.

Tabela 17 - Distribuição de cotas e recursos por programa de pós-graduação

Programa	Nível	Cota Curso 2009		Cota Curso 2010	
		M	D	M	D
Letras e lingüística	M/D	06	19	08	10
Física da matéria condensada	M/D	13	09	13	09
Química e biotecnologia	M/D	15	14	21	19
Educação	M	11		12	
Modelagem computacional de conhecimento	M	07		07	
Engenharia química	M	04		10	
Ciências da saúde	M	04		08	
Economia	M	04		05	
Matemática	M	04		04	
Agronomia	M	08		13	
Recursos hídricos	M	04		03	
Meteorologia	M	07		08	
Serviço social	M	03		05	
Sociologia	M	04		04	
Dinâmica do espaço habitado	M	09		12	
Nutrição	M	06		12	
Engenharia civil	M	05		05	
Direito	M	02		07	
Rede Nordeste de Biotecnologia	D				13
Diversidade biológica e conservação nos trópicos	M			04	
Zootecnia	M			08	
Materiais	D				02
Total		116	42	169	51

Fonte: PROPEP

3.3 Programa de Apoio Institucional – Bolsas Acadêmicas (Aperfeiçoamento/Mestrado/Doutorado)

A UFAL tem se esforçado para estimular as atividades de pesquisa e pós-graduação através de seus recursos orçamentários ou próprios, visando a complementariedade dos recursos repassados por meio de convênios. Este programa oferece suporte financeiro para docentes e técnicos afastados sem Bolsa CAPES, que saíram para cursar Pós-Graduação, ou como auxílio à participação em eventos no país e no exterior. São três as modalidades de bolsa que totalizaram, no ano de 2010, o valor de R\$ 435.705,88, como pode ser observada na **Tabela 18**.

Tabela 18 - Distribuição de recursos por modalidade de bolsas

Modalidade de Bolsa	Valor da Bolsa (R\$)	Recurso (R\$)
Treinamento	483,02	93.705,88
Mestrado	1.200,00	97.200,00
Doutorado	1.800,00	244.800,00
Total (R\$)		435.705,88

Fonte: PROPEP

3.4 Pró-equipamentos

A UFAL preparou, em 2008, sua proposta de ações em favor dos PPG (Programas de Pós-Graduação) para o quadriênio (2009/2012), que consiste de ações integradoras, certamente alavancadas com apoio do Edital de Pró-Equipamentos/CAPES. Foram pautados como objetivos estratégicos e justificativas os seguintes pontos:

- 1) Fortalecimento do sistema de pós-graduação, incentivando, de forma igualitária, a formação de recursos humanos e as atividades de pesquisa voltadas para as ciências básicas e aplicadas e tecnologias;
- 2) Desenvolvimento tecnológico e científico com a melhoria dos padrões sociais e ambientais;
- 3) Incremento da produção científica e tecnológica, mediante o fortalecimento das atividades de pesquisa e pós-graduação;
- 4) Criação de novos programas de pós-graduação em áreas estratégicas, bem como, também o investimento na infraestrutura de pesquisa dos programas já instalados;
- 5) Incremento das atividades de pesquisa multidisciplinar;
- 6) Divulgação das atividades de pesquisa científica;
- 7) Criação de parcerias estratégicas e consórcios com outras instituições.

A proposta do Pró-Equipamentos/CAPES da UFAL apresentada em 2010 utilizou como elemento norteador o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Instituição e contou com a participação direta dos PPG. Foram solicitadas sugestões de equipamentos com as características de uso compartilhado que atendessem aos PPG. Na proposta apresentada foram priorizados os equipamentos com maior usabilidade compartilhada. O total aprovado foi de R\$ 800.000,00.

3.5 Programa de Capacitação de Docentes – PROCAD

O Programa PROCAD tem como objetivo apoiar projetos conjuntos de ensino e pesquisa, em instituições distintas, que estimulem a formação pós-graduada, a mobilidade docente e discente e a fixação de pesquisadores doutores nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Programa atende ao disposto no Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010, que prevê ações, visando à diminuição das desigualdades regionais, observadas no Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG.

Tabela 19 - Projetos aprovados pelo PROCAD

Programa	Coordenador	Interação
Programa de Pós-Graduação em Nutrição	Profa. Dra. Terezinha da Rocha Ataíde	Programa de Pós-Graduação em Fisiologia Humana - ICB/USP
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde	Profa. Dra. Luíza Antas Rabêlo	Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas – Fisiologia e Farmacologia ICB – UFMG
Programa de Pós-Graduação em Meteorologia	Prof. Dr.º. Luiz Carlos Baldicero Molion	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE
Programa de Pós-Graduação em Química e Biotecnologia	Prof. Dr. Edson de Souza Bento	Programa de Pós-Graduação em Química da Universidade de Brasília e com o Programa de Pós-Graduação em Química da UFSC
Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Modelagem Computacional de Conhecimento	Prof. Dr. Prof.º. Dr.º. Alejandro C. Frery	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação da UFMG e Programa de Pós-Graduação em Informática
Programa de Pós-Graduação em Agronomia	Prof. Dr. Gaus Silvestre de Andrade Lima	Programas de Pós-Graduação em Fitopatologia da UFV e da UFRPE
Programa de Pós-Graduação em Zootecnia	Prof. Dr. Geraldo Roberto Quintão	Universidade Federal Rural de Pernambuco
Programa de Pós-Graduação em Zootecnia	Profa. Dra. Patrícia Mendes Guimarães Beelen	Programa de Pós-Graduação em Zootecnia – FCAV/UNESP

Fonte: PROPEP

4. Programas Institucionais de Bolsas

4.1 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação

Em 2007, a PROPEP apresentou ao CNPq projeto para inscrição da Universidade no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação – PIBITI. O projeto foi aprovado e a UFAL foi contemplada com 10 bolsas do PIBITI. O programa é desenvolvido pelo CNPq e tem como meta estimular estudantes do ensino técnico e superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação.

O principal objetivo deste programa é contribuir no engajamento e formação dos estudantes que realizam atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, além da formação de recursos humanos destinados ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no país.

É importante salientar que entre as 387 quotas distribuídas em todo o país pela agência federal de fomento, somente 34 instituições de ensino médio e superior foram contempladas. As bolsas para atividades de pesquisa em desenvolvimento tecnológico e inovação foram criadas em junho de 2006.

As bolsas para atividades de pesquisa em desenvolvimento tecnológico e inovação foram criadas em junho de 2006, durante a 136ª reunião do Conselho Deliberativo do CNPq. O principal objetivo do programa é contribuir no engajamento e formação dos estudantes que realizam atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, além da formação de recursos humanos destinados ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no país.

Desde o ano de 2007, quando a UFAL foi contemplada com as 10 quotas de bolsas PIBITI, estas foram distribuídas mediante a apresentação de projetos pelos professores pesquisadores que com seus trabalhos fundamentaram o projeto submetido pela UFAL ao CNPq. Nacionalmente as bolsas PIBITI são destinadas a instituições públicas, comunitárias ou privadas que realizam atividade de desenvolvimento tecnológico e inovação e tenham instalações próprias para tal fim.

Os trabalhos dos bolsistas são orientados por pesquisadores qualificados e as bolsas são semelhantes às do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), voltadas a alunos que desenvolvem atividades de pesquisa científica. Os valores mensais pagos aos bolsistas do PIBITI também são iguais aos do PIBIC, sendo de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) por mês. A **Tabela 20** mostra o número de bolsas destinados ao PIBITI.

Tabela 20 - Número de bolsas destinadas ao PIBITI

Ano	Bolsas CNPq	Bolsas UFAL	Total
2007	10	09	19
2008	15	19	34
2009	15	19	34
2010	25	11	36

Fonte: PROPEP

4.2 Programa Institucional de Bolsas de Pesquisa-Ação – PIBIP-Ação

O Programa Institucional de Bolsas de Pesquisa-Ação, implementado pela Universidade, envolve a Pró-Reitoria de Extensão e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Destinou, já no seu início, 70 bolsas a alunos da graduação, tendo por base a pesquisa oriunda da pós-graduação.

Há, neste programa a intenção de direcionar ações para o entrelaçamento da pesquisa com a graduação e extensão, uma vez que envolve não só o tripé ensino-pesquisa-extensão, mas a tentativa de que seja efetivada a integração entre a graduação e a pós-graduação, visando soluções pedagógicas e científicas para problemas sociais locais, no âmbito do processo de interiorização da Universidade. Em 2010, este programa se estendeu para o Campus A. C. Simões, em Maceió.

4.3 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Acadêmica – BIA

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Acadêmica é uma modalidade de bolsa que se destina a alunos ingressantes da Universidade que ocuparam as primeiras colocações na seleção. No Campus A. C. Simões de Maceió é considerado, para efeito da destinação de bolsa, o primeiro colocado em cada uma das três grandes áreas do conhecimento. Em 2010, inaugurou-se também a premiação ao primeiro colocado em cada grande área no sistema de cotas. Essa modalidade de bolsa também se destinaram aos alunos do Campus de Arapiraca e o Campus do Sertão, conforme **Tabela 21**.

Tabela 21 - Número de bolsas destinadas a Iniciação Acadêmica

Campus	Quantidade de Bolsas
Campus A. C. Simões (Maceió)	06
Campus de Arapiraca	06
Campus do Sertão	03
Total	15

Fonte: PROPEP

4.4 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC é um programa de atividades que visa despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre alunos de graduação, regularmente matriculados em qualquer curso da Instituição. A participação destes alunos em projetos de pesquisa, conduzidos por professores-pesquisadores qualificados e produtivos, contribui para melhorar a sua formação, preparando-os para a pós-graduação, para a aprendizagem de técnicas e métodos necessários à pesquisa, para o desenvolvimento do pensar e do criar cientificamente, aprimorando assim seu espírito crítico, orientando-os para a vida acadêmica e para um papel de liderança profissional em suas respectivas áreas de interesse.

O PIBIC, na UFAL, é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e pela própria UFAL, com recursos próprios. A FAPEAL, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas, também tem sua cota de participação, destinando certo número de bolsas.

O CNPq delega à UFAL a seleção e o acompanhamento dos projetos de pesquisa e dos bolsistas, além da avaliação de seu desempenho. Aos alunos são destinadas bolsas, com duração de 12 meses e cujo valor mensal é de R\$ 360,00. A gestão do programa, a cargo da PROPEP, conta com a colaboração de docentes de outras universidades (Comitê Externo) e da própria UFAL (Comitê Interno), com professores de quase todas as unidades, constituindo estes docentes o melhor e mais eficiente elo entre a PROPEP, os pesquisadores e os bolsistas.

Despertar a vocação científica, promover participação em pesquisas e qualificar para a pós-graduação e para o setor produtivo: estes são alguns objetivos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), iniciativa que se consolidou em seu caráter de incentivo e fomento inicial. E esta consolidação também se reflete em avanços numéricos. Em 2010, foram ofertadas pela UFAL cerca de 495 bolsas do Programa, que recebe recursos do CNPq e da FAPEAL.

4.5 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/Ações Afirmativa

O Programa PIBIC nas Ações Afirmativas é uma ação que tem como missão complementar as ações afirmativas já existentes nas universidades. Seu objetivo é oferecer aos alunos beneficiários das políticas de ações afirmativas a possibilidade de participação em atividades acadêmicas de iniciação científica. Este programa está inserido no PIBIC e é resultado de uma parceria entre a Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SUBPAA / SEPPIR-

PR e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia – CNPq / MCT.

A UFAL se inscreveu neste programa, submetendo projeto de adesão, aprovado pelo CNPq. O Programa se iniciou em 2010 com uma cota de 25 (vinte e cinco) bolsas, com valor unitário de R\$ 360,00.

5. Grupos de Pesquisa

Em 2003, a UFAL contava com 109 grupos de pesquisa. Até o final de 2006, após um trabalho de estímulo à formação e consolidação do esforço empreendido por alunos e professores, este número saltou para 191 em 2007, sinalizando aumento de quase 50% na estruturação de coletivos dedicados ao estudo e à pesquisa sobre temáticas diversas. Em 2008, o crescimento continua sendo assinalado, quando são contados 207 grupos de pesquisa. Em 2009, esse número se ampliou para 213 grupos de pesquisa registrados no CNPq. Em 2010, o número de grupos de pesquisa registrado se ampliou para 252, o que significa um aumento de 18,30% em relação ao ano de 2009.

Nesses grupos de pesquisa estão envolvidos 1.296 pesquisadores, 768 doutores, 2.880 alunos e 132 técnicos que alimentam 1.077 linhas de pesquisa. As atividades destes grupos de pesquisa resultaram na **Tabela 22** de produção científica, considerando apenas os doutores envolvidos nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Tabela 22 - Produção científica resultante de projetos inovadores de pesquisa

Indicador de Produção Científica	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Livro	03	13	16	16	16	15	23	06	108
Capítulo de Livro	30	18	30	47	83	97	95	32	432
Apresentação em Eventos Internacionais	20	07	08	18	41	22	47	28	540
Apresentação em Eventos Nacionais	38	60	34	99	128	143	140	117	759
Desenvolvimento de Aplicativo	13	04	03	07	08	0	02	01	38
Desenvolvimento de Produto	13	11	03	05	04	04	05	12	797
Desenvolvimento de Técnica	---	---	---	---	02	---	01	01	04
Artigo completo	103	96	140	157	167	217	246	179	1.305
Patente	---	---	---	---	02	---	04	03	09

Fonte: PROPEP

6. Núcleo de Inovação Tecnológica

Em quase 50 anos de existência, a UFAL não havia desenvolvido uma política sistematizada de inovação, registro de patentes e defesa da propriedade intelectual. Por isso, em 2006, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação submeteu à FINEP o projeto do Núcleo de Inovação Tecnológica da UFAL (NIT/UFAL). Por meio de atividades de capacitação, intercâmbios e difusão de conhecimento, o NIT é o responsável pelo estímulo ao registro dos resultados de pesquisas e do desenvolvimento tecnológico fomentado pela Universidade e pelo setor produtivo local.

O projeto, com vigência 2006/2007, foi aprovado no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Este projeto envolve a concessão de 10 (dez) bolsas do CNPq pelo projeto e mais 9 (nove) bolsas que foram adicionadas pela UFAL, perfazendo um total de 19 bolsas.

Dados do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) indicam que o número de patentes solicitadas por pesquisadores residentes em Alagoas quase duplicou no comparativo entre 2005 e 2006. Quando comparado o número de solicitações de 2006 com o total de pedidos registrados pelo Instituto de janeiro a julho de 2007, verifica-se que o saldo de pedidos acumulados já é maior que a soma do ano anterior.

Em 2005, 7 pedidos de patentes de Alagoas deram entrada no INPI. Em 2006, foram 12 pedidos. De janeiro a julho de 2007 já são 13 solicitações. Os números animadores são reflexos dos trabalhos do NIT/UFAL. As estatísticas do INPI colocam Alagoas como o único estado que registrou em 2007 mais pedidos que em todo o ano de 2006. De janeiro a julho de 2007 a Bahia, líder no total de pedidos, registrou 33 solicitações contra 60 de 2006. Pernambuco, estado em segunda colocação, registrou 24 pedidos de janeiro a julho de 2007 e 51 pedidos em 2006.

Durante o Seminário Propriedade Intelectual como Instrumento Estratégico para o Desenvolvimento Industrial e Tecnológico, evento ocorrido em setembro de 2007 e promovido pela PROPEP por meio do NIT, e pelo INPI, foi assinado o termo de cooperação entre a UFAL, a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, FAPEAL e o INPI. O documento prevê o intercâmbio de informações entre as entidades, a fim de aumentar o número de patentes registradas no estado de Alagoas.

Entre as primeiras ações do convênio, um curso básico foi ofertado pela UFAL em parceria com o INPI. No programa da atividade, orientações sobre solicitação e registro de patentes e marcas, proteção de softwares e propriedade intelectual.

Em 2008, realizou-se o Curso Intermediário de Propriedade Intelectual, em parceria com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI.

O Núcleo de Inovação Tecnológica, criado em 2008 na UFAL, através da Resolução n.º 15/2008-CONSUNI, de 10 de Março de 2008, tem por missão o estabelecimento e o fortalecimento das parcerias da UFAL com a sociedade. Também tem por missão, como estratégia deliberada, do licenciamento e da transferência do conhecimento, com vistas ao desenvolvimento econômico, tecnológico e social do País, envolvendo, para tanto, instituições públicas ou privadas, empresas e demais organizações da sociedade civil com o objetivo de criar oportunidades para que as atividades de ensino e pesquisa se beneficiem dessas interações.

Com o intuito de buscar as condições para manutenção e consolidação de suas ações, o NIT apresentou nova proposta à FINEP, nesse ano de 2008, obtendo aprovação. O valor orçado no projeto é de R\$ 360.810,36 em Bolsas somados aos R\$ 599.235,00, o que totaliza R\$ 960.045,36.

Em 2010, o NIT assinala a submissão de 6 (seis) pedidos de patente, realiza mais um seminário básico com a participação de 50 (cinquenta) membros da comunidade acadêmica. Destes, 13 (treze) estão vinculados ao Campus de Arapiraca e do Sertão, o que traduz a expansão do Núcleo de Inovação Tecnológica para o interior.

A comunidade acadêmica contou ainda com a realização de 7 (sete) palestras que tiveram por conteúdo informações relevantes acerca da proteção ao conhecimento. Além disso, foram incluídos os temas relativos à Propriedade Industrial em disciplinas de curso de pós-graduação *Stricto Sensu*, como é o caso do Programa de Pós-Graduação em Química e Biotecnologia e do Renorbio.

7. Programas Especiais

7.1 Programa de Empreendedorismo

O Programa de Empreendedorismo da UFAL tem por objetivo estimular, implementar, acompanhar e avaliar iniciativas e projetos estratégicos, tendo em vista a transformação das potencialidades da Instituição, das oportunidades e dos recursos disponíveis em desenvolvimento social, científico e tecnológico. Em 2008, buscou-se elaborar, executar, coordenar e acompanhar programas e projetos, com a perspectiva de integração entre atividades de geração, difusão e aplicação do conhecimento na relação Universidade e Sociedade, através de ações que se destinaram ao desenvolvimento de uma cultura empreendedora, envolvendo discentes, docentes e técnicos da UFAL.

Duas incubadoras de empresas fazem parte do Programa de Empreendedorismo. A INCUBAL, Incubadora de Empresas de Alagoas, foi a primeira incubadora a ser instalada no Estado e reforçou a justificativa para o primeiro projeto junto à FINEP que garantiu a implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica na UFAL. Outra incubadora é o Núcleo Espaço Gente – NEG (que iniciou suas atividades em 13 de abril de 2003).

Tabela 23 - Número de empresas incubadas

Modalidade de Incubação	Nº. de Empresas
Pré-residentes	02 (Nunes & Góes e DMD2)
Residentes:	03 (L4, G6, Inter.Dev)
Associadas (não residentes):	01
Graduadas:	01

Fonte: PROPEP

Tabela 24 - Relação das empresas incubadas

Nome	Segmento	Produtos	CNPJ	Tempo de incubação
L4	Consultorias em tecnologia da inovação	Serviços de consultoria empresarial e estratégica	08.791.001/0001-03	Desde 22 de maio de 2007
G6	Engenharia	Projetos na área de Construção Civil	02.052.349/0001-00	Desde 22 de maio de 2007
Interacta Development	Química Fina	Semioquímicos/feromônios	04.487.566/0001-40	Desde 22 de maio de 2007

Fonte: PROPEP

Em Edital SEBRAE, foi apresentada, em 2008, proposta em que foram previstas ações visando ao desenvolvimento econômico e social da sociedade alagoana. A proposta, que prevê até R\$ 200.000,00 de captação de recursos financeiros, desenha ações que serão desenvolvidas, através de cursos e consultorias, ministrados por profissionais capacitados, com experiência em incubadoras de empresas e no desenvolvimento de empreendimentos inovadores.

A metodologia utilizada tomará como base a prospecção, a geração e o apoio aos empreendimentos inovadores, desde a concepção da idéia, a viabilidade, formalização do empreendimento e o lançamento no mercado. O projeto está estruturado da seguinte forma:

- Consultoria de mapeamento e análise das competências e potenciais para a geração de novos empreendimentos, documento base que servirá para nortear as ações da incubadora nos dois anos de acompanhamento da proposta;
- Seleção de projetos – selecionar projetos com características inovadoras;
- Curso Como iniciar meu primeiro negócio – Curso básico será oferecido aos empreendedores que apresentarem propostas na seleção, no intuito de orientar para os primeiros passos de como montar um negócio;
- Workshop sobre a Lei da Inovação – do conceito a aplicação, nortear os profissionais da academia sobre a geração de negócios em universidades, amparados pela lei da inovação;
- EMPRETEC. Proporcionar a participação dos empreendedores que se destacarem durante o processo de seleção, afim de, garantir maiores chances de sucesso do empreendimento;
- Curso de Plano de Negócio – Curso genérico de elaboração de plano de negócios, onde serão apresentadas as principais ferramentas, proporcionando ao futuro empresário habilidades para elaborar seu plano de negócios;
- Consultorias pontuais para acompanhamento na elaboração do Plano de Negócio – A partir das necessidades dos empreendedores;
- Workshop Design Estratégico – ferramentas e aplicações;
- Curso de Marketing;
- Curso de Finanças;
- Curso Básico de Qualidade (Apoio do Programa Movimento Alagoas Competitivo);
- Consultorias pontuais nas áreas de Gestão Empresarial (Marketing, Finanças);
- Curso Estratégias de Mercado;

- Cursos ou consultorias demandados pelos empreendedores de acordo com o segmento de cada empreendimento, principalmente na revisão de produtos e processos, necessários para o bom desempenho do empreendimento;
- Capacitação da equipe em treinamentos gerenciais específicos para Incubadoras, promovidos pela ANPROTEC.

2.2.2.3 Extensão

A Pró-Reitoria de Extensão – PROEX continuou, em 2010, sua proposta de estreitar relações entre a universidade e a sociedade, direcionando suas ações, de modo a contribuir para o desenvolvimento institucional e coletivo. A PROEX efetivou ações de interesse social, formalizando parcerias com órgãos governamentais, não governamentais e com o setor privado, como uma das formas de envolver cada vez mais pessoas no âmbito da Instituição. Esse resultado retrata o avanço na relação teórica e metodológica das diferentes modalidades de ações, consolidadas em propósitos sólidos de construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Trata-se de um processo de construção e ressignificação da concepção de extensão e, nesse sentido, há que se considerar, em sua trajetória:

- O conceito assumido em 1987 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, entendendo-a como "processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade";
- O preceito da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme Artigo 207 da Constituição de 1988;
- A efetivação do Plano Nacional de Extensão Universitária – PNEU que incorpora as definições anteriormente referidas;
- O compromisso da UFAL que, em 2003, em seu Estatuto assume a extensão como uma das dimensões da vida acadêmica, como uma forma de vivenciar o processo ensino-aprendizagem além dos limites da sala de aula.

Com base nesses pressupostos, demarcados em momentos sócio-históricos, a PROEX, estabelece uma interlocução entre a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, investindo em ações que assegurem a participação política e efetiva troca de saberes. Essa linha de raciocínio remete à concepção de extensão como uma política de socialização do saber, respeitando as diferenças e realçando valores sociojurídicos-culturais.

A PROEX incorpora seus problemas e demandas a processos de produção de conhecimento e de intervenção socialmente referenciados, a fim de garantir aos grupos sociais vulnerabilizados, o acesso aos bens culturais, científicos, econômicos, artísticos, tecnológicos e vem investindo na educação em direitos humanos e segurança pública, a fim de capacitar e apropriar a sociedade do entendimento sobre os seus direitos e deveres como cidadãos.

As Unidades Acadêmicas – UAs e os setores ligados administrativamente à PROEX, Espaço Cultural, Pinacoteca Universitária, Museu Théo Brandão, Usina Ciência e Museu de História Natural, produzem e coordenam várias ações no sentido de concretizar esse processo de interação e de troca com a sociedade, referenciando às necessidades das comunidades externas, privilegiando a inclusão social e a valorização de conhecimentos produzidos nesse processo de construção de saberes por uma sociedade mais justa.

Portanto, a conjugação entre os programas, projetos, cursos e eventos contribuiu para o êxito da PROEX. O processo de mobilização ao registro, incrementado pelos Programas Institucionais de Extensão em fase de consolidação nas UAs e a divulgação das ações no Portal da Extensão, ampliou a visibilidade do espaço extensionista da UFAL, intensificando o apoio logístico à realização de ações das mais diversas naturezas, e fortalecendo a política de fomento por intermédio do aporte de recursos aos Programas de Extensão e de editais de bolsas. Esse último, instituiu um procedimento que possibilitou à comunidade universitária igual acesso à distribuição de bolsas, com a ampliação do Edital PIBIP-AÇÃO, ofertado aos alunos dos três

campi da UFAL, Campus A.C. Simões, Arapiraca e do Sertão. Conseqüentemente, viabilizou a expansão do número de alunos envolvidos nas atividades de extensão, estimulando o aumento significativo, tanto do registro das ações, quanto da demanda acadêmica pelas atividades de extensão, favorecendo a consolidação da Extensão Universitária na UFAL, repercutindo na rede de instituições que compõem o cenário nacional. A **Tabela 25** mostra os principais indicadores de extensão da UFAL.

Tabela 25 - Indicadores gerais da extensão da UFAL

Indicadores	2009	2010	% aumento
Programas de Extensão	20	35	+75,00%
Projetos de Extensão	375	435	+16,00%
Cursos de Extensão	122	119	-2,45%
Eventos de Extensão	165	171	+3,63%
Bolsas de Extensão	366	400	+9,29%
Nº de Docentes envolvidos com a Extensão	566	599	+5,83%
Nº de Técnicos envolvidos com a Extensão	94	105	+11,70%
Nº de Discentes envolvidos com a Extensão	2.056	2.153	+4,72%
Público atingido	482.510	591.372	+22,56%

Fonte: PROEX

As atividades, desenvolvidas pelas UAs, mais que um trabalho acadêmico, refletem o compromisso com a produção e socialização do conhecimento. As ações de extensão, que se constituem nas modalidades de projetos, cursos, eventos, produção e publicação, totalizam 639 (**Tabela 26**). São elaboradas e realizadas pelas Unidades Acadêmicas e pelos Núcleos Temáticos incluídos na somatória das UAs a que fazem parte. Essas ações, acrescentadas às 133 atividades realizadas pelos demais setores da UFAL, envolvidos com a Extensão e àquelas originadas e coordenadas pela PROEX, atingem 772 registros. Comparado ao número de 662 ações em 2009, é significativo o crescimento da extensão da UFAL, no Campus A. C. Simões, no Campus de Arapiraca com as suas respectivas unidades de ensino e pesquisa, e, mais recentemente, despontando, o Campus do Sertão.

Tabela 26 - Ações de extensão por Unidade/Setor/Núcleo

Unidades Acadêmicas	Programas	Projetos	Cursos	Eventos	Produção	Total
CECA	01	06	01	03	0	11
CEDU	01	29	02	05	0	37
CTEC	01	05	03	08	0	17
ESENFAR	01	22	04	04	01	32
FALE	01	10	01	01	0	13
FAMED	01	26	03	07	0	37
FANUT	01	18	02	02	0	23
FAU	01	07	01	09	0	18
FDA	01	07	0	03	0	11
FEAC	01	12	13	12	0	38
FOUFAL	0	03	0	0	0	03
FSSo	01	08	01	02	0	12
IC	01	10	01	02	0	14
ICAT	01	02	0	01	0	04
ICBS	01	09	07	03	0	20
ICHCA	01	34	11	09	0	55
ICS	01	08	0	01	0	10
IF	01	10	01	02	0	14
IGDEMA	01	08	03	05	0	17
IM	01	01	02	04	0	08
IQB	01	03	0	01	0	05

Campus de Arapiraca	03	81	22	23	0	129
Unidade de Ensino de Palmeira dos Índios	01	17	04	09	0	31
Unidade de Ensino de Penedo	01	16	07	01	0	25
Unidade de Ensino de Viçosa	01	13	04	02	0	20
Campus do Sertão	02	24	01	01	0	28
Unidade de Ensino de Santana do Ipanema	01	04	02	0	0	07
Sub-Total	29	393	96	120	01	639
Setores/Núcleos		Projetos	Cursos	Eventos	Produção	Total
PROEX	0	01	0	01	04	06
EDUFAL	01	0	0	1	0	1
Espaço Cultural	0	4	9	15	0	28
HU	0	5	0	1	0	6
Pinacoteca	01	2	1	6	0	9
Usina Ciência	03	4	0	1	0	5
M. de História Natural	0	0	1	6	0	7
Museu Théó Brandão	0	5	6	12	0	23
Conexões de Saberes*	01	4	0	1	0	5
@edh&sp*	0	1	8	5	07	14
Escola Técnica de Artes	0	06	06	0	0	12
Sub-Total	06	42	23	51	11	133
Total Geral	35	435	119	171	12	772

Fonte: PROEX

O público atingido totaliza 591.372 beneficiados pelas atividades de extensão desenvolvidas através das UAs e dos setores ligados administrativamente à PROEX, de acordo com as informações extraídas dos seus respectivos relatórios. Nesse número também estão incluídos os dados do Programa Conexões de Saberes e Escola Aberta, e da Assessoria de Educação em Direitos Humanos e Segurança Pública, vinculada à PROEX. O Hospital Universitário, a EDUFAL e a Escola Técnica de Artes, também registraram ações, assim como há registros da própria Pró-Reitoria de Extensão.

De acordo com o Plano Nacional de Extensão, as ações são classificadas em oito Áreas Temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho. Tradicionalmente, as áreas de Educação e de Saúde, foram as que mais se destacaram, seguidas da Cultura e Direitos Humanos, conforme demonstra a **Tabela 27**.

Tabela 27 - Ações de extensão por Área Temática

Áreas Temáticas	Programas	Projetos	Cursos	Eventos	Produção	Total
Comunicação	0	10	01	05	0	16
Cultura	04	64	17	53	04	142
Direitos Humanos e Justiça	03	17	04	08	07	38
Educação	15	121	49	32	0	217
Meio Ambiente	02	36	08	16	0	63
Saúde	04	119	21	21	01	166
Tecnologia e Produção	04	29	11	25	0	69
Trabalho	03	39	08	11	0	61
Total	35	435	119	171	12	772

Fonte: PROEX

A participação de docentes, técnicos e discentes, passou de 2.716, em 2009, para 2.857, em 2010, demonstrando crescimento nas três categorias. Destaque para o número de técnico-

administrativos, que mesmo longe do universo da Instituição, é significativo no contexto das ações registradas no ano.

Houve também uma ampliação no número de bolsas institucionais de extensão de 313 para 400, o que favoreceu a melhoria da execução dos projetos e das demais modalidades de Extensão. Os Programas Interinstitucionais de Extensão, Conexões de Saberes, Escola Aberta e PROEX CULTURA, foram desenvolvidos com 58 bolsas (**Tabela 28**).

Tabela 28 - Bolsas institucionais e interinstitucionais de extensão

Bolsas Institucionais	Quantitativo	Recursos
BET	67	UFAL
PIBIP-AÇÃO Campus A. C. Simões - Maceió	70	UFAL
PIBIP-AÇÃO Campus do Agreste – Arapiraca	70	UFAL
PIBIP-AÇÃO Campus do Sertão	15	UFAL
ÒDE AYÉ	55	UFAL
PROINART	25	UFAL
ORQUESTRA	40	UFAL
Subtotal	342	
Bolsas Interinstitucionais	Quantitativo	Recursos
Conexões de Saberes e Escola Aberta	50	FNDE / SECAD / MEC
Projeto Cine Artpopular	08	PROEXT MEC
Subtotal	58	
Total Geral	400	

Fonte: PROEX. Obs.: BET I e BET II: bolsas de projetos não vinculados à Programas. PIBIP-AÇÃO: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa-ação (específico para o Campus Agreste. PROAPEX: Programa de Apoio à Extensão. ÒDE AYÉ: Programa de Ações Afirmativas (específico para alunos cotistas). PROINART: Programa de Iniciação Artística.

É importante salientar que a PROEX e as demais Pró-Reitorias Acadêmicas lançaram, em 2010, a chamada para a apresentação de propostas de Programas de Extensão Universitária Institucionalizados das Unidades Acadêmicas, de acordo com o estabelecido nos Artigos 19, 21 e 34 do Estatuto da UFAL. O Programa, denominado PRÓ-EXTENSÃO, prevê o apoio para 32 Programas na forma de financiamento com recursos próprios, no valor de até R\$ 14.100,00 por programa, alocados nos seguintes elementos despesas: a) equipamentos e/ou material permanente; b) material de consumo e c) transporte para deslocamentos das equipes para os locais de realização das atividades.

2.2.2.4 Assistência Estudantil

Em sintonia com os “Princípios e Diretrizes” norteadores das Ações de Política Estudantil das IFES, a equipe da Pró-Reitoria Estudantil trabalhou durante todo o ano de 2010 não somente com o objetivo de consolidar e aprofundar as ações e programas já desenvolvidos no ano de 2009, mas também com o objetivo de ampliar seu campo de atuação com o desenvolvimento de projetos, programas e ações visando um maior envolvimento da comunidade estudantil em atividades políticas e culturais, compreendendo que este é um caminho decisivo para a melhoria da formação acadêmica da juventude universitária.

Nunca é demais lembrar que dentre os “Princípios e Diretrizes” definidos pelo FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis), para balizar as ações de política estudantil, destacam-se aqueles que visam o desenvolvimento de ações que possam garantir “o acesso, permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, numa perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida”. Cabe-nos, também, lembrar, neste Relatório, que uma das orientações do FONAPRACE consiste em adotarmos ações estudantis numa perspectiva da “indissociabilidade” entre as atividades de “ensino-pesquisa-extensão, buscando partilhar ações com as demais Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas, Biblioteca, Hospital Universitário”.

A equipe da Pró-Reitoria, constituída de duas Coordenações (Coordenação de Política Estudantil e Coordenação de Ações Acadêmicas) e de uma Gerência de Assistência Estudantil, trabalhou durante todo o ano de 2010 para colocar em prática os “Princípios e Diretrizes” definidos pelo FONAPRACE, que expressam a necessidade do desenvolvimento de uma política estudantil transformadora e mais consonante com a realidade da comunidade estudantil, de forma a oferecer uma assistência integral e conectada com a perspectiva de provimento de direitos.

A PROEST encerrou o ano de 2010 com um saldo de atividades que efetivamente expressa o novo desenho institucional e administrativo adotado pela Pró-Reitoria a partir do final do ano de 2008, quando foi estruturada as duas Coordenações (Coordenação de Política Estudantil e a Coordenação de Ações Acadêmicas) que, apesar de terem atribuições e planos específicos, trabalharam articuladamente com o objetivo de estabelecer políticas, que proporcionem uma maior integração e ampliação da vivência estudantil no espaço universitário.

Todas as atividades planejadas e desenvolvidas neste ano tiveram como eixo central e balizador as metas definidas no PLANO DE AÇÕES 2008/2011 da Gestão “Ufal mais viva”, que definiu quatro eixos de ações, quais sejam: 1. Inclusão e permanência; 2. Apoio ao desempenho acadêmico; 3. Promoção da cultura, lazer e do esporte; e 4. Assuntos de interesse da juventude.

Dentre as metas relativas à inclusão e permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social destacam-se: 1. Consolidação do Sistema de Informatização do atendimento ao estudante/ SIAE; 2. Consolidação do Projeto de Inclusão Digital nos *campi* Maceió e Arapiraca, como também nos Pólos Viçosa, Palmeira dos Índios e Penedo; 3. Programa de Residência Universitária da UFAL/PRU; 4. Programa de Gestão do Restaurante Universitário da UFAL/PCRU; 5. Programa Universitário de Prevenção e Assistência Médica e Odontológica da UFAL/Pró-Saúde.

As metas relativas ao eixo-apoio para o desempenho acadêmico foram as seguintes: 1. Programa Institucional de Bolsas de Permanência da UFAL e Bolsas de Desenvolvimento Institucional; 2. Programa de apoio à maternidade e à infância da UFAL/PROINFÂNCIA; 3. Programa de apoio ao estudante com necessidades especiais/PRO-ESPECIAL; 4. Programa casa de Cultura no *campus* – línguas.

Com relação ao eixo promoção da cultura, do lazer e do esporte existia a meta do desenvolvimento de um “Plano Universitário de Cultura, Esporte e Lazer”, que motivou o incremento de programas e ações específicas para estas áreas, a exemplo da criação do “Vivência de Artes na UFAL” e dos Jogos Internos da UFAL. Por fim, as metas relativas ao eixo- Assuntos de interesse da juventude, que visa ao apoio e à promoção de ações e eventos dirigidos aos estudantes da UFAL, definiu-se a necessidade de implementação de um “Plano Universitário de Promoção de Temas transversais”.

Nesses termos, passamos a descrever as atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria Estudantil, subdividindo este Relatório de acordo com as atividades desenvolvidas pela Coordenação de Política Estudantil, pela Coordenação de Ações Acadêmicas e pela Gerência de Assistência Estudantil. Advertimos, no entanto, que muitas atividades desenvolvidas pela Coordenação de Política Estudantil e pela Coordenação de Ações Acadêmicas foram planejadas e executadas conjuntamente.

A Coordenação de Política Estudantil trabalha com o objetivo de promover ações políticas, culturais, artísticas e acadêmicas envolvendo toda a comunidade universitária, mais especificamente os estudantes, visando estimular e potencializar a participação e os talentos estudantis nesse campo de formação, que está para além do espaço de sala de aula.

A aproximação da Coordenação de Política Estudantil com os estudantes aconteceu, efetivamente, através das seguintes atividades: 1. Programa UFAL em Defesa da Vida (realização de quatro Atos durante o ano com participação de toda a comunidade acadêmica); 2. Programa Vivência de Arte na UFAL (lançamento de edital e seleção de cinco Projetos de

arte – capoeira, dança-afro, cinema e teatro - envolvendo 25 bolsistas); 3. Projeto Aquin(Ta Cultural (envolvendo 20 bolsistas dos cursos de dança e teatro com mais de 40 apresentações no espaço do *campus*); 4. Programa de Incentivo à Publicação Estudantil (PIPE) (lançamento de Editais de Publicação de TCC e de artigo sobre a temática “Corrupção Eleitoral e Violência”), 5. Projeto Música Instrumental no *Campus* (envolvendo 10 estudantes com apresentações semanais da Tenda da Cultura Estudantil); 6. Jogos Internos (Os Jogos Universitários realizados entre os dias 29 de outubro e 10 de novembro teve a participação de 27 cursos nas seguintes modalidades: Atletismo, Natação, Judô, Xadrez, Basquetebol, Futsal, Handebol e Voleibol. As atividades foram realizadas nas instalações esportivas do curso de Educação Física com a composição de 190 equipes, totalizando 1.600 estudantes inscritos); 7. Segundo Festival de Música da UFAL (2º FEMUFAL - 40 estudantes inscritos com músicas; e participação de 1.000 estudantes/noite em média no evento).

A coordenação de Ações Acadêmicas tem como meta planejar, desenvolver e coordenar ações e projetos relacionados à identificação da realidade estudantil, bem como estabelecer a dinâmica de ações que permitam o levantamento contínuo de dados da realidade, contribuindo desta forma para a produção e difusão de conhecimentos nesta área.

Em 2010, a Coordenação de Ações Acadêmicas desenvolveu as seguintes atividades: (1) Projeto de cadastramento dos bolsistas de permanência; (2) Projeto de cadastramento e acompanhamento das bolsas de desenvolvimento institucional; (3) Projeto de acompanhamento e avaliação dos centros de inclusão digital nos *campi* Maceió e Arapiraca; (4) Planejamento e realização do I Encontro de Bolsistas de permanência da UFAL no *campus* Maceió e encontros setorializados no *campus* de Arapiraca e suas unidades de Viçosa, Penedo e Palmeira dos Índios (com a participação de aproximadamente 1.000 bolsistas); (5) Elaboração da Cartilha sobre Direitos e Deveres dos Bolsistas de Permanência; (6) Coordenação e realização da pesquisa SIPE/Brasil com estudantes de toda UFAL; (7) Participação no planejamento e realização do 2º Festival de Música da UFAL; (8) Participação no planejamento e execução dos atos do programa “Ufal em Defesa da Vida” (9) Outras atividades. A PROEST desenvolveu várias outras ações para dinamizar ainda mais as atividades para os discentes da UFAL, conforme apresentado na **Tabela 29**.

Tabela 29 - Indicadores de assistência estudantil

Indicadores	2009	2010	% aumento
Aluno Bolsista (Bolsa Permanência)	764	836	+9,42%
Aluno Assistido por Dia (Restaurante Universitário) – Mês de Dezembro	1.861*	1.428*	-23,27%
Aluno Assistido por Dia (Restaurante Universitário) – Média Anual	1.211	1.314	+8,50%
Refeições Servidas a Estudantes por Dia	1.480	2.000	+35,13%
Residentes da Residência Universitária	102	113	+10,79%
Atendimento Médico-Odontológico a Estudantes/ano	1.618	872	-46,10%

Fonte: PROEST. * Dado referente ao mês de dezembro.

É importante registrar que o decréscimo no número de estudantes servidos no Restaurante Universitário no mês de Dezembro não significou uma diminuição na capacidade de atendimento, mas apenas uma diminuição do número de procura do setor. É dever do Restaurante Universitário produzir e disponibilizar em torno de 2.000 refeições/dia, no entretanto, esse quantitativo somente se efetivará se o estudante comparecer ao setor. Outro aspecto que deve ser considerado e que pode ter tido impacto nesse quantitativo foi o fato do Restaurante Universitário ter estado fechado por dois dias no mês de Dezembro passado, por necessidade de reorganização de seu material interno e dependências devido a um problema do setor.

É importante também frisar que o baixo número de atendimento médico-odontológico foi devido a problemas de logística do gabinete odontológico da UFAL, os quais já estão sendo alvos de estudos para que possam ser corrigidos no mais breve tempo possível. A **Tabela 30** mostra as informações sobre os cursos, número de turmas e total de estudantes selecionados

para participarem de cursos de formação na área de informática nos centros de inclusão digital nos campi Maceió e Arapiraca e demais unidades descentralizadas de ensino.

Tabela 30 - Informações sobre as atividades dos Centros de Inclusão Digital em 2010

Local	Turma	Curso	N ° de Estudantes
Maceió	18	3 Cursos: Informática básica, Linux e Manutenção de Computadores	360
Penedo	17	4 Cursos: Básico de Iniciação Digital, Básico de Edição de Vídeo, Avançado em CALC, Avançado em Editor de Texto	161
Palmeira dos Índios	12	2 Cursos de Informática Básica	96
Viçosa	04	3 Cursos: Informática Básica, Digitação e Internet	52

Fonte: PROEST

2.2.2.5 Gestão Orçamentária

1. Detalhamento do Orçamento Inicial e Executado no Exercício de 2010

A UFAL tem em seguidos anos, crescido a uma taxa acentuada, mas isso não tem sido revertido para o seu orçamento uma vez que a matriz ANDIFES de distribuição orçamentária limita o crescimento em 20%. Isso tem prejudicado a UFAL sobremaneira, pois os dados já penalizam 2 anos de intervalo e, ao término desse período, muito pouco do esforço institucional tem sido incorporado. Some-se a isso a repactuação dos contratos no que tange aos aumentos de tarifa e salário mínimo.

O orçamento de 2010 foi administrado de forma a atender as necessidades administrativas e finalísticas da Universidade. Desse fato, vale destacar pontos positivos e pontos preocupantes. Pode-se citar como ponto positivo, o crescimento considerável da Universidade nos últimos anos. Fruto da atual Gestão, que está priorizando a expansão da Instituição no interior e a reestruturação do Campus A. C. Simões. Ressalte-se que todo o orçamento do REUNI, correspondente ao exercício de 2010 foi executado diretamente pela UFAL em sua quase totalidade. É preciso ponderar, no entanto, que a UFAL necessita estar de posse do orçamento a tempo para instruir os diversos processos licitatórios para a aquisição de bens e serviços, o que seria a contrapartida do Governo Federal.

É importante salientar que os recursos orçamentário-financeiros destinados às IFES estão sempre obedecendo calendário e condições do MEC. Quanto aos recursos próprios há algumas dificuldades no gerenciamento orçamentário. Quase sempre a arrecadação é maior que o orçamento liberado nessa fonte. Isso impacta a administração tendo em vista que se tem o financeiro mas, falta o orçamentário. O gestor tem projetos a executar, entretanto, fica engessado sem alternativa para desenvolver atividades meio e alcançar seus objetivos conforme planejado. A execução orçamentária ocorrerá após liberação pelo Ministério do Planejamento e SPO/MEC. O financeiro, por uma Coordenação do MEC, que depende da secretaria do Tesouro Nacional. Nem sempre o Tesouro libera o montante solicitado pela coordenação financeira, tendo em vista que ele soma todos os saldo das instituições vinculadas ao MEC e deduz do total apresentado.

O orçamento da UFAL vem crescendo ano a ano. Isso se deve em parte ao crescimento dos indicadores de desempenho da Instituição. Fazendo uma análise do orçamento da UFAL nos últimos 10 anos tem-se a seguinte série mostrada na **Tabela 31**.

Tabela 31 - Evolução Orçamentária da UFAL no período de 2000–2010

Ano	Orçamento do Tesouro		Orçamento Próprio	Total (R\$)
	Pessoal	OCC		
2000	103.469.032	3.904.823	799.000	108.172.855
2001	110.157.122	4.838.518	1.330.040	116.325.680
2002	130.659.597	6.951.093	1.265.812	138.876.502
2003	147.035.041	7.245.970	1.573.718	155.854.729
2004	169.091.886	8.832.170	2.964.977	180.889.033

2005	174.917.908	13.965.857	1.732.342	190.616.107
2006	199.330.433	19.100.412	2.671.143	221.101.988
2007	265.062.716	33.614.903	2.830.932	301.508.551
2008	281.409.085	41.983.641	3.140.956	323.392.726
2009	269.523.095	59.985.752	5.014.938	329.508.846
2010	265.817.589	56.279.746	5.698.978	333.658.134

Fonte: PROGINST. Obs: sem precatórios, residência médica, benefícios e sem emenda parlamentar.

O orçamento inicial na UFAL do exercício de 2010, está detalhado na **Tabela 32**.

Tabela 32 - Detalhamento do Orçamento Inicial do Ano de 2010

Tipo de Despesa	Tesouro (R\$)	Outras Fontes (R\$)	Totais (R\$)
Pessoal	264.871.866,00		264.871.866,00
Ativo	141.846.073,00		141.846.073,00
Inativo/Pensionista	93.626.561,00		93.626.561,00
Contr. da União suas Autarquias p/ Custeio Previdência	29.399.232,00		29.399.232,00
Outras Despesas Custeios e Capital	63.437.620,00	5.698.978,00	69.136.598,00
BENEFÍCIOS	11.560.799,00		11.560.799,00
Assistência pré-escolar	177.112,00		177.112,00
Auxílio transporte	1.982.933,00		1.982.933,00
Auxílio alimentação	3.649.466,00		3.649.466,00
Assistência médica e odontológica aos servidores	253.435,00		253.435,00
Outras Despesas	51.876.821,00		
Acervo bibliográfico destinados as IFES e HUs	1.200.000,00		1.200.000,00
Assist. ao educando ensino de graduação – PNAES	6.094.854,00		6.094.854,00
Func. de cursos de graduação	28.108.700,00	5.598.978,00	33.707.678,00
Func. dos cursos de pós-graduação	200.000,00	100.000,00	300.000,00
Expansão do ensino superior –Campus de Arapiraca	3.472.788,00		3.472.788,00
Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI	2.307.799,00		2.307.799,00
REUNI – Readequação da infraestrutura da UFAL	7.770.000,00		7.770.000,00
Funcionamento da Educação Profissional (Matriz Condetuf)	226.627,00		226.627,00
Capacitação dos servidores públicos federais das IFES	1.200.000,00		1.200.000,00
Formação Inicial e Continuada a Distância – EAD	1.296.053,00		1.296.053,00
Total Geral (R\$)	328.309.486,00	5.698.978,00	334.008.464,00

Fonte: CPOF/PROGINST. CÉLULAS / SIAFI 2010(*) Sem precatórios

O orçamento total executado na UFAL, no final do exercício de 2010, está detalhado na **Tabela 33**.

Tabela 33 - Detalhamento do Orçamento Executado do Ano de 2010

Tipo de Despesa	Tesouro (R\$)	Outras Fontes (R\$)	Totais (R\$)
Pessoal	314.422.938,00	0,00	314.422.938,00
Ativo	165.017.916,00		165.017.916,00
Inativo/Pensionista	115.649.131,00		115.649.131,00
Contr. da União Autarquias p/ Custeio Previdência	33.755.891,00		33.755.891,00
Outras Despesas Custeio e Capital	68.624.466,00	4.285.721,00	72.910.187,00
BENEFÍCIOS	12.442.825,00	0,00	12.442.825,00
Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores	296.436,00		296.436,00
Auxílio-transporte aos servidores	1.857.985,00		1.857.985,00
Auxílio-alimentação aos servidores	10.034.969,00		10.034.969,00
Assistência médica-odontológica aos	253.435,00		253.435,00

Relatório de Gestão 2010 - 50

servidores			
Outras Despesas	56.181.641,00	4.285.721,00	60.467.362,00
Acervo bibliográfico destinados as IFES e HUs	1.199.754,00		1.199.754,00
Assist. ao educando ensino de graduação – PNAES	6.074.532,00		6.074.532,00
Func. de cursos de graduação	28.026.615,00	4.185.721,00	32.212.336,00
Func. dos cursos de pós-graduação	299.500,00	100.000,00	399.500,00
Expansão do ensino superior - Campus de Arapiraca	3.472.669,00		3.472.669,00
Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI	7.241.251,00		7.241.251,00
REUNI – Readequação da infraestrutura da UFAL	7.770.000,00		7.770.000,00
Funcionamento da Educação Profissional (Matriz Condetuf)	226.474,00		226.474,00
Capacitação dos servidores públicos federais das IFES	1.224.134,00		1.224.134,00
Formação Inicial e Continuada a Distância – EAD	646.712,00		646.712,00
Total Geral (R\$)	383.047.404,00	4.285.721,00	387.333.125,00

Fonte: CPOF/PROGINST. CÉLULAS / SIAFI 2010(*) Sem precatórios

Tabela 34 - Evolução de Gastos Gerais da UFAL

DESCRIÇÃO	ANO		
	2008	2009	2010
1. PASSAGENS	1.168.882,17	1.023.543,89	1.146.518,88
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	329.603,49	695.894,37	1.230.596,67
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	13.674.311,27	15.329.058,43	19.095.616,16
3.1. Publicidade	200.319,70	173.635,08	181.002,94
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	7.618.009,95	9.042.333,50	10.585.956,57
3.3. Tecnologia da Informação	1.392.358,92	1.614.537,33	1.515.729,40
3.4. Outras Terceirizações	4.462.440,78	4.498.552,52	6.812.927,25
3.5. Suprimento de fundos	1.181,92	0,00	0,00
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	0,00	2.463,49	19.528,73
Total (R\$)	15.172.796,93	17.050.960,18	21.492.260,44

FONTE: PROGINST/CPO

2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

Para assegurar que os problemas e demandas da sociedade sejam adequadamente enfrentados, foi estabelecido o modelo de gestão do tipo orçamento-programa. O orçamento-programa é um instrumento de atuação governamental voltado para aspectos administrativos e de planejamento. Ele fornece o instrumento necessário para o administrador público, a partir do estudo dos problemas da sociedade, a fim de que possa estabelecer políticas públicas que irão solucionar tais problemas.

A Constituição Federal de 1988 delineou o modelo atual de ciclo orçamentário, instituindo três leis cuja iniciativa é prerrogativa do Poder Executivo: o Plano Plurianual – PPA; a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA. Conforme dispõe o artigo 165 da Constituição Federal, o PPA “... estabelecerá de forma regionalizada, as diretrizes e metas para administração pública federal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.” Com duração de 4 anos, o PPA é elaborado no primeiro ano do mandato do governante eleito, com vigência a partir do segundo ano de mandato.

O PPA por estabelecer, de maneira regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal, constitui-se no principal instrumento de planejamento do Governo Federal, que, ao organizar a atuação do governo em Programas e Ações, viabiliza a orientação estratégica dos gastos para a obtenção de resultados destinados à sociedade. Com o PPA, a LDO e a LOA, é possível ter mais transparência quanto à aplicação dos recursos públicos, além de um maior controle do orçamento, tanto por parte do Poder Público quanto da sociedade e uma melhor integração e compatibilização dos instrumentos básicos de planejamento e orçamento.

Em 2010, os programas e ações desenvolvidas pela UFAL obedeceram as prioridades, desafios e metas estabelecidos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2008/2012. Verificou-se que em 2010, a UFAL executou **43** (quarenta e três) ações que fazem parte de **21** (vinte e um) programas do PPA (**Tabela 35**). Os resultados apresentados neste Relatório de Gestão revelam os frutos de um trabalho coordenado de construção dos fundamentos de nossa atuação nas esferas do ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, cumprindo com a missão e o compromisso social da Instituição.

Tabela 35 - Relação dos Programas e Ações da UFAL no Ano de 2010

Programa/Ação:
Programa 0073 – Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
Ação 8954 - Apoio Educacional a Crianças, Adolescentes e Jovens em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social
Programa 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis
Programa 0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano
Ação 1B00 - Implantação do Sistema Nacional de Informações das Cidades – SNIC
Programa 0750 - Apoio Administrativo
Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
Programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
Ação 0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas
Ação 00G5 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor
Programa 1060 - Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos
Ação 8526 – Apoio as Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação
Programa 1061 - Brasil Escolarizado
Ação 2A74 – Infraestrutura de Comunicações para a Educação Pública

Ação 8429 - Capacitação e Formação Inicial e Continuada, a Distância, de Professores e Profissionais para a Educação Pública
Programa 1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica
Ação 2992 - Funcionamento da Educação Profissional
Ação 6358 - Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional
Programa 1067 - Gestão da Política de Educação
Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa
Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Programa 1073 - Brasil Universitário
Ação 009E - Concessão de Benefício a Estudantes Estrangeiros em Graduação no Brasil
Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
Ação 119R - REUNI - Readequação da Infra-Estrutura
Ação 1H55 - Expansão do Ensino Superior - Campus Agreste
Ação 4002 - Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação
Ação 4008 - Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino
Ação 4009 - Funcionamento de Cursos de Graduação
Ação 7L83 - Ampliação da Infraestrutura Física de Instituições Federais de Ensino Superior
Ação 8282 - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI
Programa 1136 - Fortalecimento da Gestão Urbana
Ação 8872 - Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano
Programa 1291 - Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados
Ação 4295 - Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas
Programa 1305 - Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental
Ação 101P - Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco
Programa 1374 - Desenvolvimento da Educação Especial
Ação 8613 - Formação de Professores e Profissionais para a Educação Especial
Programa 1375 - Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica
Ação 0487 - Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no País
Ação 4006 - Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação
Ação 4019 - Fomento a Pós-Graduação
Programa 1377 - Educação para a Diversidade e Cidadania
Ação 2C68 - Fomento à Inclusão Social e Étnico-Racial na Educação Superior
Ação 8741 - Desenvolvimento de Projetos Educacionais para Acesso e Permanência na Universidade de Estudantes de Baixa Renda e Grupos Socialmente Discriminados
Ação 8750 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Campo, das Comunidades Indígenas e Comunidades Tradicionais
Ação 8751 - Apoio à Inserção das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente no Processo Educacional
Programa 1388 - Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)
Ação 2B41 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energias do Futuro
Ação 4156 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro)
Programa 1402 - Educação em Direitos Humanos
Ação 8815 - Comitês de Educação em Direitos Humanos nos Estados e Municípios
Programa 1436 - Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde
Ação 8628 - Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> e <i>Lato Sensu</i> em Áreas Estratégicas para o SUS
Programa 1448 - Qualidade na Escola
Ação 20CV - Fomento a Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento da Educação Básica
Programa 8034 - Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem
Ação 86AD - Formação de Profissionais

Fonte: PROGINST/SIMEC

1. Programa 0073 – Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Tabela 36 - Dados Gerais do Programa 0073

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnica-política para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, o resgate e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Universidade Federal de Alagoas
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	01 - Taxa de Evolução do Número de Denúncias Encaminhadas; 02 - Taxa de Evolução do Número de Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Capacitados.
Público-alvo (beneficiários)	Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias.

2 Principais Ações do Programa 0073

2.1 Ação 8954 - Apoio Educacional às Crianças, Adolescentes e Jovens em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social

Tabela 37 - Dados Gerais da Ação 8954

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Combater as diferentes formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens e promover os direitos humanos e a diversidade por meio da educação no âmbito dos municípios.
Descrição	Atividades de formação e/ou capacitação locais/contextualizadas para gestores e profissionais da educação, assistentes e educadores sociais, agentes de justiça e segurança, profissionais de comunicação e estudantes e suas famílias por meio da realização de seminários, oficinas, audiências públicas, fóruns, encontros, palestras, trocas de experiências etc. Apoio à produção e difusão de materiais referentes à finalidade desta ação, especialmente voltados à educação básica. Fortalecimento de atividades educacionais para o enfrentamento das diversas formas de violência, risco e vulnerabilidade social em que se encontram crianças, adolescentes e jovens, decorrentes especialmente de exploração sexual, bullying, sexismo, homofobia, aliciamento ao tráfico, ao crime organizado ou a gangues, DSTs/Aids e gravidez na adolescência.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Coordenadora nacional da ação	Rosiléa Maria Roldi Wille
Unidades executoras	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Análise crítica dos resultados alcançados:

A referida ação consiste no projeto intitulado “Naturalização dos Direitos das Crianças e Adolescentes”. O referido projeto trata de uma proposta de formação continuada de profissionais da rede pública de ensino básico e demais segmentos sociais no enfrentamento às diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes no contexto escolar. Desta forma, objetiva estimular o debate acerca da violação dos direitos das crianças e adolescentes e propor formas de enfrentamento a tais violações, além de fomentar a interlocução entre pesquisadores e profissionais, potencializando a melhoria continuada da prática profissional e formação específica de lidar com as diferentes formas de violência.

Assim, objetiva capacitar 430 educadores e 70 representantes da sociedade civil organizada em três municípios alagoanos que apresentem situações de exploração sexual com crianças e adolescentes a partir de registros oficiais, como o Guia para localização dos pontos vulneráveis a exploração sexual infanto-juvenil ao longo das Rodovias Federais Brasileiras – 2007/2009, o Mapeamento dos pontos vulneráveis a exploração sexual de crianças e adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras – 2009/2010 e a Lista de municípios que registraram situações de exploração sexual ao serviço de disque denúncia nacional, fornecido

pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH. A duração do projeto corresponde a um período de dez meses. As atividades iniciaram em outubro de 2010 e irão até julho de 2011.

O primeiro passo para dar encaminhamento às atividades do projeto foram as parcerias firmadas com o Centro de Educação – CEDU/UFAL e a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte de Alagoas – SEE/AL, posterior as parcerias iniciamos o processo de mapeamento dos municípios alagoanos que estão registrados no Guia para localização dos pontos vulneráveis a exploração sexual infanto-juvenil ao longo das Rodovias Federais Brasileiras – 2007/2009, no Mapeamento dos pontos vulneráveis a exploração sexual de crianças e adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras – 2009/2010 e na lista de municípios que registraram situações de exploração sexual ao serviço de disque denúncia nacional.

Deste mapeamento levamos em consideração os municípios que estavam registrados no Guia da PRF e os que estavam na lista do disque denúncia nacional com maior índice de situações registradas. Assim foram pré-selecionados os municípios de: Arapiraca, Atalaia, Boca da Mata, Canapí, Colônia Leopoldina, Igaci, Joaquim Gomes, Maceió, Marechal Deodoro, Messias, Palmeira dos Índios, Porto Real do Colégio, Rio Largo, São Miguel dos Campos e Viçosa.

Posterior a pré-seleção em reunião com representantes do CEDU/UFAL e da SEE/AL definiram-se os municípios em que será realizada a capacitação, sendo estes: Arapiraca com duas escolas contempladas, Palmeiras dos Índios também com duas escolas e Maceió com quatro escolas. A capacitação será ministrada através de 4 módulos com carga horária de 30h para cada módulo, em que serão contemplados temas como: os fundamentos sócio-políticos, jurídicos, culturais e educacionais de Direitos Humanos, com previsão para iniciar em março de 2011.

3. Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Tabela 38 - Dados Gerais do Programa 0089

Tipo de programa	Finalístico - Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	Atividades Padronizadas
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Wellington da Silva Pereira
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União
Público-alvo (beneficiários)	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas

4. Principais Ações do Programa 0089

4.1 Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cívicos

Tabela 39 - Dados Gerais da Ação 0181

Tipo da ação	Operações Especiais
Finalidade	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio
Descrição	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Coordenador nacional da ação	Ministério da Educação
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal - DAP

Análise crítica dos resultados alcançados:

A presente ação está inserida no grupo de operações especiais, ou seja, considerada como aquelas “que não contribuem para a manutenção das ações do governo, das quais resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços”, porém um grupo importante de ações com a natureza de operações especiais quando associadas aos programas finalísticos podem apresentar uma medição correspondente ao volume ou carga de trabalho.

A Operação Especial 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões de Servidores Civis teve um gasto de R\$ 117.762.763,00 em 2010 (R\$ 115.481.381,86 dos servidores da UFAL e R\$ 2.219.416,38 de servidores do HUPAA), superior em 19,33% em relação a 2009 que montou em R\$ 98.629.735,43, incremento esse decorrente, principalmente, de reajuste salarial concedido no período e inclusão de novas aposentadorias.

A quantidade de inativos e pensionistas contabilizados pelos sistemas de monitoramento até 2010, somou-se 1.867, enquanto, em 2009, esse número atingiu 1.801. Portanto, o número de pensionistas foi da ordem de 20 e aposentados foi de 46, totalizando 66 novos beneficiários desta ação em 2010.

5. Programa 0310 – Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano*Tabela 40 - Dados Gerais do Programa 0310*

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	---
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Silvana Quintella Cavalcanti Calheiros
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	---
Público-alvo (beneficiários)	Governo

6. Principais Ações do Programa**6.1 Ação 1B00 – Implantação do Sistema Nacional de Informações das Cidades – SNIC***Tabela 41 - Dados Gerais da Ação 1B00*

Tipo da ação	Projeto
Finalidade	Fortalecer a capacidade do Ministério das Cidades de produzir, disponibilizar e compartilhar dados e informações municipais com atores urbanos - poder público, parceiros e sociedade. Dotar o município de condições para viabilizar formulação, gestão e acompanhamento de políticas públicas locais.
Descrição	Levantamento de necessidades de informação, obtenção e produção de dados e informações, organização e recuperação de dados e informações por meio de sistema de informações geográficas, disseminação de informações por meio da Web e modos tradicionais (documentos impressos). Desenvolvimento do SIG - Sistema de Informação Geográfica, baseado em software livre, para apoiar os municípios em suas políticas públicas. Sistematização e disponibilização de informações dos programas e ações executados pelo Ministério das Cidades, tanto para consultas internas quanto para externas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Desenvolvimento Institucional
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Instituto de Geografia. Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDEMA

Análise crítica dos resultados alcançados:

A referida ação consiste no projeto intitulado *Capacitação de Técnicos de Municípios Alagoanos em Geoprocessamento* cujo objetivo era promover a modernização dos governos locais através do conhecimento das tecnologias de geoprocessamento, sistemas de informações e suas aplicações bem como capacitar técnicos dos municípios do Estado de Alagoas, de modo a permitir a formulação de bancos de dados das cidades e a realização de análises espaciais.

Este projeto busca ampliar a capacidade gestora municipal através do conhecimento de aplicação de geotecnologias em ações de planejamento e monitoramento territorial. Trata-se de um programa de capacitação a ser executada para municípios do Estado de Alagoas e compreenderá treinamentos, que serão ministrados em três municípios, com existência do Campus da UFAL (Maceió, Arapiraca e Penedo).

Com ênfase em conceitos básicos importantes para uso do geoprocessamento, como aplicações em situações urbanas e práticas motivacionais. Na parte prática, serão utilizados os recursos do Laboratório de Geoprocessamento Aplicado – LGA, do Instituto de Geografia e Meio Ambiente (IGDEMA-UFAL), em Maceió, como também os laboratórios de informática existentes nos demais Campus (Penedo e Arapiraca), tendo o *TerraView* como software principal de trabalho nessa capacitação. Portanto, este projeto teve como objetivo promover a modernização dos governos locais através do conhecimento das tecnologias de geoprocessamento, sistemas de informações e suas aplicações bem como capacitar técnicos dos municípios do Estado de Alagoas, de modo a permitir a formulação de bancos de dados das cidades e a realização de análises espaciais.

7. Programa 0750 – Apoio Administrativo*Tabela 42 - Dados Gerais do Programa 0750*

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	Wesllynton Luiz da Silva de Oliveira
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Wellington da Silva Pereira
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	---
Público-alvo (beneficiários)	Governo

8. Principais Ações do Programa**8.1 Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes***Tabela 43 - Dados Gerais da Ação 2004*

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal - DAP

Análise crítica dos resultados alcançados:

O auxílio à saúde aos Servidores Federais conforme a Portaria Ministerial nº 1.983, de 05 de dezembro de 2006 pode se dar de cinco formas, ou seja: (i) rede do Sistema Único de Saúde - SUS; (ii) convênio com operadoras de plano de assistência à saúde, organizadas na modalidade de autogestão; (iii) contrato com operadoras de plano de assistência à saúde, observado o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; (iv) serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade e (v) auxílio, de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento, exclusivamente quando não adotado pela administração pública o contido nos incisos anteriores.

No caso da UFAL, depois de ouvidas as duas entidades representativas dos servidores SINTUFAL – Sindicato dos Servidores da UFAL; e ADUFAL – Associação dos Docentes da UFAL adotou-se a auto-gestão, optando-se pela GEAP como plano de saúde, embasado, principalmente, em função de boa parte dos servidores já pertencerem a esse plano.

Em 2010, foram beneficiadas apenas 1.636 pessoas (1.335 da UFAL e 301 do HUPAA), ou seja, 32,72% da meta física prevista que era de 5.000 pessoas beneficiadas. Portanto, a meta física prevista foi mal dimensionada. Além disso, em 2010 ocorreu a falta de comprovação junto ao Departamento de Administração de Pessoal – DAP do comprovante de pagamento do plano de saúde por parte de servidores beneficiados, reduzindo, dessa forma a meta física prevista.

8.2 Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados*Tabela 44 - Dados Gerais da Ação 2010*

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal - DAP

Análise crítica dos resultados alcançados:

O pagamento do auxílio pré-escolar foi efetivado por meio da solicitação do servidor com os documentos legais necessários, sendo orientado, a partir do nascimento de seu filho a requerer tal benefício pelo Departamento de Administração de Pessoal – DAP que é pago de 0 a 5 anos de idade. Esse valor também é calculado pelo SIAPE. Para 2010, a meta física prevista era de 330 menores beneficiados e a meta executada foi de 355, ou seja, um aumento de 7,57%. Esse aumento deu-se em face de novas contratações de servidores ocorridas em 2010.

8.3 Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados*Tabela 45 - Dados Gerais da Ação 2011*

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal - DAP

Análise crítica dos resultados alcançados:

Os servidores da UFAL receberam o pagamento do auxílio-transporte em pecúnia, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165/36, de 23 de agosto de 2001.

O auxílio-transporte foi pago ao servidor desta Universidade a partir de 2009, com a apresentação do formulário próprio que responsabiliza o mesmo pelas informações constantes do referido formulário, bem como o comprovante de sua residência. O valor do referido auxílio é calculado pelo SIAPE, levando-se em consideração o rendimento total de cada servidor e a despesa de transporte que o mesmo tem de sua residência para o trabalho e vice-versa.

Em 2010, 1.314 servidores (1.026 da UFAL e 288 do HUPAA) foram beneficiados por esta ação, representando uma redução de 20,36% em relação a meta prevista que era de 1.650 servidores. Tal redução se deu em face da necessidade de comprovação de documentação para utilização do referido auxílio, tendo em vista a orientação da auditoria geral da UFAL.

8.4 Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Tabela 46 - Dados Gerais da Ação 2012

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei nº 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal - DAP

Análise crítica dos resultados alcançados:

Os servidores da UFAL receberam o pagamento do auxílio-alimentação na forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados, de acordo com a Lei nº 9.527/97.

Todos os servidores perceberam auxílio-alimentação em 2010, nos valores fixados por meio do SIAPE, dependendo de sua carga horária, com exceção daqueles que, ao serem nomeados já percebem em outro órgão. Esses valores correspondem a R\$ 63,00 (sessenta e três reais) para os servidores com carga horária de 20 (vinte) horas semanais de trabalho e R\$ 126,00 (cento e vinte e seis reais), para os servidores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais ou dedicação exclusiva, no caso de docente.

Em 2010, 2.838 servidores foram beneficiados por esta ação, representando um aumento de 1,35% em relação a meta prevista que era de 2.800 servidores. O aumento da meta se refere ao aumento do número de contratações de servidores concursados ocorridas em 2010, cujo registro e controle são realizados por meio do sistema SIAPE.

8.5 Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos*Tabela 47 - Dados Gerais da Ação 20CW*

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP

Análise crítica dos resultados alcançados:

A Coordenação de Qualidade de Vida no Trabalho – CQVT é o setor mais recente da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP. Dentre suas atribuições constam o planejamento, elaboração, coordenação e acompanhamento de atividades que visem à melhoria e desenvolvimento da qualidade de vida do servidor da UFAL.

A operacionalidade dessa ação desdobra-se em três eixos: perícia médica, serviço especializado de segurança e medicina do trabalho, ressaltando as ações pedagógicas nos programas de promoção e prevenção dos agravos de saúde e assistência social junto aos servidores dessa Universidade.

Com o decreto nº 6.833 de 29 de abril de 2010 que normatiza as ações de assistência a saúde do servidor no âmbito do serviço público federal, foi instituído no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), que visa integrar e sistematizar os procedimentos relacionados à Política Nacional de Atenção à Saúde do Servidor no Serviço Público Federal. As ações do SIASS são caracterizadas pelo trabalho transdisciplinar desenvolvido por equipe multiprofissional. As atividades são estruturadas em três eixos: vigilância e promoção à saúde, perícia oficial e assistência, de forma que tais ações devem ser fundamentadas através de uma abordagem biopsicossocial conduzidas por informações epidemiológica e avaliações em locais de trabalho.

A UFAL, por meio da PROGEP, possibilita a concretização dessa política implantando a unidade do SIASS. Criada com o objetivo de articular os serviços prestados aos servidores tendo como referência às diretrizes preconizadas pelo SIASS. Entre as atividades desenvolvidas pela PROGEP dentro desta ação estão:

- Participação do evento em prevenção à ler/dort e de algumas oficinas ocorridas durante o ano;
- Treinamento de perícia oficial em saúde do servidor público federal, promovido pela secretaria de recursos humanos/ministério do planejamento;
- Acompanhamento de estágio básico de acadêmicos do curso de psicologia; (extra curricular)
- Acordo garantindo atendimento a estudantes, conforme solicitação da PROEST;
- 11 (onze) entrevistas psicológicas;
- 17 (dezesete) atendimentos psicológicos;
- Planejamento e coordenação do curso “planejando o futuro: preparação para a aposentadoria”, no período de março a junho de 2010;
- Apresentação do trabalho “Estratégias de Implantação de um Programa para a Aposentadoria na UFAL” no I Congresso Brasileiro de Orientação para Aposentadoria nas Organizações, em Florianópolis;
- Realização do minicurso “Aspectos Básicos para Implantar um Programa de Preparação para a Aposentadoria na sua Organização” no I Congresso Brasileiro de Orientação para Aposentadoria nas Organizações, em Florianópolis (abril de 2010);
- Realização do minicurso “qualidade de vida na aposentadoria: tempo no trabalho e outras esferas da vida” no I Congresso Brasileiro de Orientação para Aposentadoria nas Organizações;

- Apresentação do trabalho “ecos da escuta psicanalítica em um programa de preparação para a aposentadoria” na IX Jornada de Psicanálise do Núcleo Psicanalítico de Maceió;
- Participação do grupo de trabalho preparação para a aposentadoria nos Órgãos Federais de Alagoas;
- Participação na oficina temática “compartilhando experiências – preparação para a aposentadoria” realizada pelo Hospital Universitário prof. Alberto Antunes, em outubro de 2010;
- Participação da comissão da criação da universidade aberta para a terceira idade na UFAL.

Conforme o manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal, perícia é o ato administrativo que consiste na avaliação técnica de questões relacionadas à saúde e à capacidade laboral realizada na presença do servidor, por médico ou cirurgião-dentista formalmente designado. É importante salientar que no ano de 2010 não houve perícia odontológica.

Tabela 48 - Dados Gerais de Atendimentos da Perícia Médica

Número de Atendimentos	Total
Número de Servidores Atendidos	637
Número de Discentes Atendidos	301
Número de Servidores Novos Atendidos	220
Número de Aposentados Atendidos	01
Total Geral	1.159

Fonte: PROGEP

As ações de vigilância em saúde do servidor têm como objetivo reduzir os riscos ou agravos à saúde, através de implementação de ações que possibilitem detectar, analisar e monitorar os fatores determinantes e condicionantes do processo saúde/doença/trabalho.

Tabela 49 - Dados Gerais de Atendimentos das Ações de Vigilância em Saúde do Servidor

Número de Atendimentos	Total
Avaliação ocupacional	182
Avaliação da capacidade laborativa	19
Avaliação retorna ao trabalho	04
Avaliação clínica	61
Acidente em serviço (comum)	16
Acidente com material biológico	27
Total Geral	309

Fonte: PROGEP

Tabela 50 - Perfil Epidemiológico/Ocupacional dos Servidores

Agravo	Total
Lombalgia	14
Ansiedade	07
Insônia	07
Depressão	04
Hipertensão	04
Humor instável	03
Processo inflamatório t.carpó	03
H. de disco	02
Virose	02
Sequela de AVC	02
Leucopenia	03
Tendinite	01
Labirintite	01

Problema cardíaco	01
Transtorno somatomorfe	01
Problema gástrico	01
Polineuropatia	01
Glaucoma	01
Retinopatia diabética	01
Fadiga crônica	01
Problema cardíaco (isquemia)	01
Fibromialgia	01
Síndrome manguito rotador	01

Fonte: PROGEP

Tabela 51 - Perfil da Situação Vacinal

Esquema completo	Hepatite /tétano	22
Esquema incompleto	Hepatite /tétano	05
Anti HBs reagente	---	13
Anti HBs não reagente	Enc CRIE	05
Solicitado Anti HBs	---	33

Fonte: PROGEP

A atuação do serviço social na CQVT, respalda-se na construção de respostas concretas que assegure o direito à saúde integral do servidor. Entre outras atribuições estão: articulação com outras instituições; viabilizar acesso aos direitos sociais, benefícios e serviços assegurados na constituição; cadastramento e inscrição dos servidores e seus dependentes diretos nos vários programas da UFAL; acompanhar a dinâmica de tratamento de saúde destes servidores; fornecer parecer social para subsidiar perícia oficial em saúde; realizar entrevista para conhecer os indicadores sócio profissional, econômicos e culturais dos servidores em tratamento de saúde; viabilizar em conjunto com a medicina do trabalho e equipe interdisciplinar, mecanismo de intervenção para prevenir e recuperar a saúde dos servidores; realizar visita domiciliar, hospitalar e ao local de trabalho para subsidiar o estudo dos casos em análise; desenvolver ações com a equipe multidisciplinar e desenvolver campanhas de promoção e prevenção à saúde do Servidor.

Tabela 52 - Atividades Específicas do Serviço Social

Atividades Desenvolvidas	Total
Acompanhamento a Servidor	10
Encaminhamento/Parecer Social para perícia médica	10
Monitoramento leito Servidor no HU	06
Atendimento psicossocial (escuta qualificada)	02
Encaminhamento servidor para atendimento psicológico	03
Acompanhamento da dinâmica tratamento de saúde do servidor	27
Entrevista Social	10
Visita Domiciliar	22
Visita institucional	10
Reuniões de Serviço	42

Fonte: PROGEP

9. Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais*Tabela 53 - Dados Gerais do Programa 0901*

Tipo de programa	Operações Especiais
Objetivo geral	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	---
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Wellington da Silva Pereira
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	---
Público-alvo (beneficiários)	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

10. Principais Ações do Programa**10.1 Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas***Tabela 54 - Dados Gerais da Ação 0005*

Tipo da ação	Operações Especiais
Finalidade	Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.
Descrição	Pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal - DAP

Análise crítica dos resultados alcançados:

Em 2010, o Departamento de Administração de Pessoal – DAP apenas cadastrou, por meio do Sistema de Cadastro de Ações Judiciais - SICAJ, as ações judiciais enviadas pela Procuradoria Geral Federal da UFAL, que foram analisadas e homologadas pelo MEC e Ministério Público, para cumprimento das mesmas.

Ressalta-se ainda que não se tem controle sobre a execução dos precatórios, por ser de competência da Justiça Federal, ou seja, não são pagos por meio da folha de pagamento por meio do sistema SIAPE. Apenas informamos dados contidos nas fichas financeiras dos servidores que fazem parte de alguma ação judicial que são solicitados pela referida justiça ou Procuradoria Geral Federal da UFAL.

10.2 Ação 00G5 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor*Tabela 55 - Dados Gerais da Ação 00G5*

Tipo da ação	Operações Especiais
Finalidade	Alocar recursos orçamentários para fazer face ao pagamento da contribuição patronal relativa ao recolhimento da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.
Descrição	Pagamento da contribuição patronal para o regime de previdência dos servidores públicos federais incidente sobre Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal - DAP

Análise crítica dos resultados alcançados:

O orçamento de pessoal e suas contribuições obrigatórias são de responsabilidade do Governo Federal. Há uma previsão inicial e, de acordo com o lançamento das folhas de pagamento mensais, os valores para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais são lançados e abatidos das rubricas repassadas para a UFAL.

11. Programa 1060 – Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos

Tabela 56 - Dados Gerais do Programa 1060

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Elevar o nível de alfabetização e escolaridade da população de jovens e adultos
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	André Luiz de Figueiredo Lázaro
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Tânia Maria de Melo Moura
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	01- Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 29 Anos ; 02- Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais; 03- Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Área Rural ; 04- Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Região Nordeste.
Público-alvo (beneficiários)	Jovens e adultos de 15 anos ou mais de idade não alfabetizados ou com baixa escolaridade.

12. Principais Ações do Programa

12.1 Ação 8526 – Apoio as Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos

Tabela 57 - Dados Gerais da Ação 8526

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Apoiar iniciativas que contribuam para ampliar, diversificar e melhorar a qualidade da oferta de alfabetização e de escolarização de jovens e adultos
Descrição	Assegurar o aumento da escolaridade média da população a partir do investimento na alfabetização inicial e continuada da educação de jovens e adultos constitui um dos instrumentos necessários para promover a justiça social, a democratização, a inclusão no mercado de trabalho e, conseqüentemente, melhor distribuição de renda.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Educação
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	CEDU – Centro de Educação

Análise crítica dos resultados alcançados:

A presente ação tem por foco a criação e implementação do Núcleo de Referência de Educação de Jovens e Adultos: História e Memória - Alagoas. Esse núcleo ficará vinculado ao Centro de Referência de Educação de Jovens e Adultos: História e Memória - Nordeste integrante da Cátedra UNESCO de Educação de Jovens e Adultos sediada na Universidade Federal da Paraíba. O Núcleo caracterizar-se-á pela constituição de uma rede interinstitucional, coordenada pelas instituições de ensino superior: Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – campus Maceió e Arapiraca e Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) – campus Palmeira dos Índios com vistas a desenvolver coletivamente, no período de 2010 a 2013, pesquisas e atividades de extensão, contribuindo na formação dos sujeitos envolvidos nas áreas da educação de jovens e adultos. A educação de jovens e adultos é compreendida como educação ao longo da vida, que inclui as temáticas da escolarização: alfabetização, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional; mas ultrapassa estas práticas de escolarização na perspectiva da educação continuada. Espera-se com mais este projeto fortalecer esta rede, como uma referência para a Região Nordeste avançando em suas investigações no caminho da necessária compreensão da relação concreta entre a educação que tínhamos, temos e que precisamos continuar construindo para atender a população dos municípios alagoanos e, conseqüentemente, o Estado de Alagoas.

O Núcleo ficará vinculado ao Centro de Referência de Educação de Jovens e Adultos: História e Memória – Nordeste, integrante da Cátedra UNESCO de Educação de Jovens e Adultos sediada na Universidade Federal da Paraíba. O Núcleo caracterizar-se-á pela constituição de uma rede interinstitucional, coordenada pelas instituições de ensino superior: Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Campi A.C. Simões e Arapiraca e Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) – Campi de Palmeira dos Índios com vistas a desenvolver coletivamente, no período de 2010 a 2014, pesquisas e atividades de extensão, contribuindo na formação dos sujeitos envolvidos nas áreas da educação de jovens e adultos.

Além disso, esta ação também se refere ao projeto intitulado Manutenção e Desenvolvimento de Comunidade de Aprendizagem virtual multimídia em Rede Social na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Brasil - Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Brasil (www.forumeja.org.br) no Estado de Alagoas. Este projeto tem se caracterizado, no Centro de Educação da UFAL, como uma oportunidade de pesquisa e estudo sobre o movimento social em prol da EJA e a sua potencialidade no ambiente virtual. A pesquisa-ação é a escolha metodológica, e os estudantes, preferencialmente de Licenciatura em Pedagogia, buscam o mapeamento da Educação de Jovens e Adultos nos municípios (cidades e no campo), pelos diferentes segmentos (educadores populares; gestores, professores e estudantes da rede pública municipal, estadual; professores e estudantes universitários; organizações populares e sindicais; organizações não-governamentais; sistema “S”; poder legislativo; Ministério Público; Instituições de Ensino Superior – IES), reconhecendo a problemática e os desafios enfrentados pelos trabalhadores jovens e adultos que estudam.

Os estudantes de graduação, através da pesquisa-ação, têm a possibilidade de acompanhar, via Portal, a atuação concreta do coletivo dos Fóruns de EJA em âmbito nacional, com significativas colaborações e intervenções nas políticas públicas da EJA; para além da atuação local. Busca-se, também, organizar o acervo virtual multimídia no sítio do Estado, com a publicação de textos, artigos, teses, dissertações, documentos, relatórios dos encontros, livros, imagens, e produções em áudio e audiovisual.

Um outro aspecto, também importante, é o fortalecimento da comunicação e do diálogo em rede, potencializando o ambiente virtual interativo, espaço no qual os integrantes dos Fóruns de EJA, nos seus diversos segmentos, têm a oportunidade, em todo o país, de se articular, conectar, estar junto, com possibilidades reais de troca no ciberespaço, potencializando o aprendizado com as diversas experiências que os Fóruns de EJA, em cada estado e no DF, têm vivenciado. Entre as atividades previstas e desenvolvidas neste projeto em 2010 estão: manutenção e atualização da “página” do Fórum estadual de EJA; manual de Aprendizagem *on line* atualizado versão 4.0; produção acadêmica atualizada, de acordo com os eventos: Seminários e Encontros locais, municipais e estadual; atualização da produção dos Fóruns de Educação Profissional – PROEJA, educação nas prisões e temas da CTARD; oficinas presenciais de Formação de Administradores/Moderadores do Fórum estadual, durante os eventos nacionais, regionais, estaduais e municipais e Relatório de controle periódico do cronograma (16 semanas).

13. Programa 1061 – Brasil Escolarizado

Tabela 58 - Dados Gerais do Programa 1061

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	Adalberto Domingos da Paz
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	---
Indicadores ou parâmetros utilizados	-Taxa de frequência à escola da população na faixa etária de 0 a 3 anos; -Taxa de frequência bruta ao Ensino Médio; -Taxa de frequência líquida ao Ensino Fundamental da população na faixa

	etária de 7 a 14 anos; -Taxa de frequência líquida ao Ensino Médio da população na faixa etária de 15 a 17 anos; -Taxa de frequência líquida à Pré-escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos .
Público-alvo (beneficiários)	Crianças, adolescentes e jovens

14. Principais Ações do Programa

14.1 Ação 2A74 – Infraestrutura de Comunicações para a Educação Pública

Tabela 59 - Dados Gerais da Ação 2A74

Tipo da ação	Direta e Descentralizada
Finalidade	Prover infra-estrutura tecnológica de conexão, transmissão e recepção de dados, imagens, vídeos, sons e outras mídias ativas, definidas pelos programas da SEED, por satélite, soluções terrestres, ou novas tecnologias de conexão que venham a ser desenvolvidas ao longo do período previsto pelo PPA para utilização pedagógica dos conteúdos disponibilizados por programas de inserção de Tecnologias para apoio o processo de ensino-aprendizagem em instituições de ensino brasileiras e bibliotecas escolares; Promover pesquisas e projetos para oferecer à comunidade educacional alternativas de conexão integradas, que possibilitem e promovam a interatividade, a construção do conhecimento, o aprimoramento profissional e a convergência digital.
Descrição	Aquisição, instalação, suporte de equipamentos de conexão, recepção e transmissão, para utilização pedagógica, dos conteúdos disponibilizados pelos projetos de inserção das TIC no processo de ensino-aprendizagem implementados pela SEED. Aquisição e instalação da infraestrutura digital de conexão de dados e de transmissão para garantir a qualidade no acesso aos conteúdos digitais disponibilizados possibilitando níveis de interatividade em todas as entidades beneficiadas e agentes parceiros aos programas; Pesquisas e projetos para aprimoramento das tecnologias de conexão e transmissão utilizadas pelos programas da SEED.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Infra-Estrutura em Tecnologia Educacional
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Coordenadoria Institucional de Educação a Distância - CIED

Análise crítica dos resultados alcançados:

A Educação a Distância – EAD – caracteriza-se como uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

O Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB – foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes as políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil é uma parceria entre consórcios públicos nos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal), a participação das universidades públicas e demais organizações interessadas. A UFAL vem atender a consecução do Projeto UAB, com a submissão de projetos de cursos junto a SEED/MEC no âmbito do Edital nº 1, em 20.12.2005, com a Chamada Pública para a seleção de polos municipais de apoio presencial e de cursos superiores de Instituições Federais de Ensino Superior na Modalidade de Educação a Distância para a UAB. Tendo em vista a implantação do Sistema UAB, a UFAL, em 2005, concorreu e teve os seguintes cursos aprovados: Licenciaturas em Pedagogia e Física e Bacharelado em Sistemas de Informação.

A UFAL foi credenciada pelo MEC para a oferta de cursos na modalidade de EAD, através da portaria nº 2.631 de 19.09.2002, estando, portanto, legalmente autorizada a diplomar os alunos participantes desses cursos.

Essa ação se refere a aquisição da infraestrutura digital, visando garantir qualidade no acesso aos conteúdos digitais nos cursos de graduação a distância da UFAL. Diante disso, faz-se necessário investimento na melhoria da infraestrutura dos cursos de graduação a distância por meio da execução dos seguintes projetos:

- (1) Práticas pedagógicas mediadas pela utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Este projeto consiste em incentivar a integração e a convergência entre as modalidades de educação presencial e a distância na UFAL por meio do fomento ao uso de TIC no universo educacional dos cursos de graduação presenciais;
- (2) Implantação de um sistema de conferência Web no âmbito do sistema UAB-UFAL. Uma das grandes lacunas do sistema é a dificuldade de comunicação, em tempo real, entre os alunos, professores e tutores. Essa comunicação é centrada, no caso dos cursos UAB/UFAL nas ferramentas do Ambiente *Moodle* (chats, fóruns, etc) ou em momentos presenciais. Com o crescimento dos polos, há a dificuldade de que o professor trabalhe os seus momentos presenciais em cada polo. Além disso, existe um problema de sincronia: aulas ministradas em polos não ocorrem ao mesmo tempo, criando uma dificuldade de avanços síncronos nos conteúdos. Professores, coordenadores ou tutores a distância, poderiam ter a possibilidade de marcar contatos simultâneos com os pólos. Isso melhoraria bastante as lacunas causadas pela falta de um maior detalhamento dos conteúdos abordados. Uma das soluções tecnológicas que permite a comunicação simultânea entre os agentes em diferentes pólos chama-se *Conferência Web*. Essa solução consiste na instalação de Câmeras Web (Webcams) e *Headsets* em máquinas ligadas em rede. Para que essa comunicação seja realizada, torna-se necessário um ambiente de Conferência Web que possa intermediar essa comunicação;
- (3) Melhoria da infraestrutura das coordenações dos cursos de EaD da UFAL. A operacionalização das atividades administrativas e/ou pedagógicas carece também de suporte tecnológico para a sua execução. Serviços de comunicação e tecnologia da informação são de fundamental importância para melhorar a execução das atividades de produção de materiais, realização de encontros presenciais e desenvolvimento de encontros a distância. Dessa forma, oferecer um kit comunicacional-tecnológico para as coordenações e priorizar um estúdio de gravação na Coordenadoria Institucional de Educação a Distância, no qual serão disponibilizados equipamentos para a implementação de Webconferência/Web-rádio, são ações que contribuirão para a melhoria e qualidade dos cursos ofertados pela UFAL.

14.2 Ação 8429 – Formação Inicial e Continuada a Distância, de Professores e Profissionais para a Educação Pública

Tabela 60 - Dados Gerais da Ação 8429

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Realizar a capacitação e formação inicial e continuada, a distância, semi-presencial e presencial, quando exigido, de professores para atuação nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas.

Descrição	Financiamento da Infraestrutura das Instituições Públicas Ensino Superior - IPES e dos pólos de apoio presencial parceiros do Sistema Universidade Aberta- UAB, visando implementação e custeio dos cursos a distância. Manutenção do sistema de acompanhamento e de avaliação periódica do funcionamento dos pólos e cursos da Universidade Aberta do Brasil, realizada por comissões compostas por consultores nacionais e servidores em parcerias com IES, ONGs, OSCIPs, instituições privadas sem fins lucrativos e organismos internacionais. São previstas, também, a aquisição de softwares educacionais, a produção e adequação de conteúdos pedagógicos em multimeios, a customização, atualização e manutenção de ambientes para EAD e portais de conteúdo e aquisição de materiais educacionais e de equipamentos que as viabilizem.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenadoria Institucional de Educação a Distância - CIED
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Coordenadoria Institucional de Educação a Distância - CIED

Análise crítica dos resultados alcançados:

O Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB, foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes as políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

O Sistema Universidade Aberta do Brasil é uma parceria entre consórcios públicos nos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal), a participação das universidades públicas e demais organizações interessadas. Tendo em vista a implantação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), a UFAL, em 2005, concorreu e teve os seguintes cursos aprovados: Licenciaturas em Pedagogia e Física e Bacharelado em Sistemas de Informação. Atualmente, a UFAL conta com 6 (seis) cursos de graduação, 4 cursos de especialização (educação do campo, gestão em saúde, gestão pública e gestão pública municipal), um curso de aperfeiçoamento (gênero e diversidade na escola) e um curso de extensão (educação de jovens e adultos) todos na modalidade a distância.

Em 2010, a UFAL teve 1.344 alunos ingressantes e 2.344 alunos matriculados nos seus seis cursos (Administração, Administração Pública, Física, Matemática, Pedagogia e Sistema de Informação).

Tabela 61 - Indicadores dos Cursos de Graduação a Distância da UFAL em 2010

Curso	Ingressantes	Matriculados	Titulados
Administração – EAD	0	323	01
Administração Pública – EAD	258	238	0
Sistema de Informação – EAD	196	457	0
Física (Licenciatura) – EAD	125	254	0
Matemática (Licenciatura) – EAD	163	217	0
Pedagogia (Licenciatura) – EAD	602	855	0
Total	1.344	2.344	01

Fonte: NTI

Diante disso, faz-se necessário investimento na infraestrutura do Núcleo de EAD, bem como à produção de materiais didáticos pelo corpo docente das unidades acadêmicas envolvidas dos cursos ora aprovados na Instituição. Entre as ações e projetos desenvolvidos pela Coordenadoria Institucional de Educação a Distância – CIED da UFAL em 2010 estão:

- (1) Implementação e oferta do 8º e 9º semestres do curso piloto de administração, na modalidade a distância, no âmbito da UFAL nos polos de Porto Calvo, Santana de Ipanema e Maceió, tem por objetivo oferecer à sociedade alagoana um curso de qualidade na modalidade à distância, contribuindo para o desenvolvimento da política educacional no país, ampliando o acesso a educação superior;

- (2) Oferta do curso de formação inicial e continuada dos profissionais da Universidade Aberta do Brasil em Alagoas, os quais irão atuar nos cursos oferecidos pela UFAL. O presente projeto se constitui em uma ação de continuidade no processo que se iniciou em 2006/2007, quando da implementação do Sistema UAB na UFAL. Desde então, as ações anuais têm se pautadas pelo aprimoramento sistemático das atividades anteriormente realizadas. A melhoria da experiência dos formadores associada à avaliação dos resultados alcançados, têm estabelecido a redefinição de percursos e metodologias empregadas. A melhor forma de proporcionar esse tipo de experiência é pela própria formação dos professores utilizando essa modalidade, bem como pela formação entre pares. A proposta 2009/2010 tende a ser basicamente conduzida de forma *on-line* sem, no entanto, deixar de ficar atenta aos perfis dos novos ingressantes para a composição desse sistema. Não é demais salientar que passados três anos, há hoje na UFAL um corpo docente bem mais sensibilizado aos pressupostos da EAD. Assim, a equipe de formadores passa nessa edição a ser ampliada pela incorporação dos docentes que foram capacitados e que vivenciaram os perfis de professor autor/formador.
- (3) Oferta dos 1º e 2º semestre do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática e Bacharelado em Sistemas de Informação, modalidade a distância, num total de 980 (novecentos e oitenta) vagas, com início em março de 2010. A execução dos cursos de Sistema de Informação, Física, Matemática e Pedagogia permitirá a expansão da oferta de vagas para o atendimento de demandas regionais reprimidas. Esses cursos possuem polos no interior (Santana do Ipanema, Maragogi, São José da Laje e Olho d'Água das Flores) e um polo na capital (Maceió), auxiliando o processo de interiorização do ensino superior e contribuindo para a qualificação profissional, melhorando também indicadores sociais do estado.
- (4) Oferta dos 3º e 4º semestre do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática e Bacharelado em Sistemas de Informação, modalidade a distância.
- (5) Oferta dos 5º e 6º semestre do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática e Bacharelado em Sistemas de Informação, modalidade a distância.
- (6) Oferta dos 2º e 3º semestre do Curso de Licenciatura em Matemática, modalidade a distância.
- (7) Oferta do 1º e 2º Semestres dos cursos de Bacharelado em Administração Pública e 1º Semestre das Especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão Pública da Saúde. A execução do curso de bacharelado em administração pública e especialização nas áreas de gestão municipal pública, gestão pública e gestão da saúde pública permitira a expansão da oferta de vagas para o atendimento de demandas regionais reprimidas. O curso de bacharelado possui polos em Arapiraca, Penedo e Piranhas e um polo em Maceió. As especializações possuem um polo na cidade de Arapiraca e outro em Maceió, auxiliando o processo de interiorização do ensino superior e contribuindo para a qualificação profissional, e com isso, melhorando também os indicadores sociais do nosso estado.
- (8) Cursos de formação continuada de professores da rede pública da Educação Básica, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil, nas temáticas da diversidade, selecionados pelo Edital nº 6/SECAD/2009 no intuito de formar os educadores para a superação dos desafios ao reconhecimento e valorização da diversidade brasileira, no enfrentamento do preconceito e para inserção dessas temáticas no cotidiano escolar.
- (9) Adesão ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Em 2010 foram ofertadas 750 (setecentas e cinquenta) vagas para os professores da rede de ensino básico estadual e municipal que estavam inscritos na Plataforma Freire, através da oferta dos cursos de Pedagogia, Licenciatura em Física e Licenciatura em Matemática.

- (10) Capacitação de professores e tutores em parceria com a CIED e coordenações de cursos com o intuito de fortalecer a Política de Formação Continuada para Docentes, totalizando 403 professores e tutores capacitados para atuação em EAD.
- (11) Implementação da avaliação institucional dos Polos de EAD. Os docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd definiram os critérios e parâmetros, tendo como base as diretrizes da SEED/MEC. A CIED realizou 5 avaliações (uma por polo) e fez 5 reuniões com as Prefeituras de Maragogi, São José da Laje, Maceió, Olho D'Água das Flores e Santana do Ipanema.

Os cursos ofertados pela UFAL dentro do projeto UAB, conforme **Tabela 62**, permitirão a formação de docentes para a educação básica, por meio dos cursos de pedagogia, licenciatura em matemática e licenciatura em física, bem como um contingente de servidores para empresas estatais através dos cursos de administração pública e sistemas de informação.

Tabela 62 - Projeção de Alunos por Polos de EAD

Polo	Curso	Unidade Executora	Natureza do curso	Início	Ambiente
Maceió	Pedagogia	CEDU/CIED/UAB	Licenciatura	29.09.2007	Moodle (UFAL)
	Física	IF/CIED/UAB	Licenciatura	29.09.2007	Moodle (UFAL)
	Sistema de Informação	IC/CIED/UAB	Bacharelado	29.09.2007	Moodle (UFAL)
	Adm. Pública	FEAC	Bacharelado	2009	E-proinfo
	Matemática	IM	Licenciatura	2009	Moodle (UFAL)
Arapiraca	Adm. Pública	FEAC	Bacharelado	2009	E-proinfo
Penedo	Adm Pública	FEAC	Bacharelado	2009	E-proinfo
Piranhas	Adm. Pública	FEAC	Bacharelado	2009	E-proinfo
Maragogi	Pedagogia	CEDU/CIED/UAB	Licenciatura	06.10.2007	Moodle (UFAL)
	Sistema de Informação	IC/CIED/UAB	Bacharelado	07.10.2007	Moodle (UFAL)
Olho D'Água das Flores	Pedagogia	CEDU/CIED/UAB	Licenciatura	06.10.2007	Moodle (UFAL)
	Física	IF/CIED/UAB	Licenciatura	06.10.2007	Moodle (UFAL)
	Sistema de Informação	IC/CIED/UAB	Bacharelado	06.10.2007	Moodle (UFAL)
Santana do Ipanema	Pedagogia	CEDU/CIED/UAB	Licenciatura	06.10.2007	Moodle (UFAL)
	Física	IF/CIED/UAB	Licenciatura	06.10.2007	Moodle (UFAL)
	Sistema de Informação	IC/CIED/UAB	Bacharelado	06.10.2007	Moodle (UFAL)

Fonte: CIED

Conscientes de que as competências dos docentes se configuram dentro de um processo cumulativo, uma vez que elas se ampliam, somam-se as antigas às novas, para atender ao processo de ensino/aprendizagem cada vez mais abrangente, conforme a sociedade se “tecnifica” e se “complexifica”, o presente projeto busca atender ao importante processo de formação inicial e continuada dos atores do Sistema UAB no Estado de Alagoas para o ano de 2010.

15. Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Tabela 63 - Dados Gerais do Programa 1062

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológicos, com melhoria da qualidade.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	Eliezer Moreira Pacheco

Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Rita Luiza Percia Name
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	1513 - Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico; 1804 - Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico.
Público-alvo (beneficiários)	Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional.

16. Principais Ações do Programa

16.1 Ação 2992 – Funcionamento da Educação Profissional

Tabela 64 - Dados Gerais da Ação 2992

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino
Descrição	Manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto dessas instituições, bem como manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Extensão - PROEX
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Escola Técnica de Artes – ETA da UFAL

Análise crítica dos resultados alcançados:

As diretrizes filosóficas que norteiam o Projeto Pedagógico da Escola Técnica de Artes da UFAL – ETA, estão em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, o Decreto Federal nº 5154 de 23/07/04 e o Regimento Comum das Escolas Técnicas e desenvolverá ações no sentido de garantir à sua Comunidade Escolar uma educação pública e gratuita de qualidade no campo das artes.

A ETA pretende cumprir rigorosamente a sua missão de promover um ensino de qualidade, formando um cidadão e uma cidadã com amplos conhecimentos humanísticos, científicos e tecnológicos que garantam a competência profissional e o exercício efetivo da cidadania.

A integração Escola – Comunidade é uma das metas principais da ETA/UFAL e uma exigência da sociedade globalizada, uma vez que a formação do profissional deve estar em estreita relação com as necessidades do mercado de trabalho. Nesse sentido, a Escola tem como um dos seus objetivos principais a aproximação Escola-Comunidade como forma de estreitar as relações entre a formação técnica escolar e o mercado de trabalho. Essa integração possibilita uma atualização constante dos conteúdos ministrados, cujos resultados se concretizarão em melhores condições de ensino para os discentes.

Essa ação proporcionou a transição entre a Escola e o Mundo do Trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas no campo do saber das Artes, promovendo a construção de competências que contemplem habilidades, conhecimentos e atitudes que atendam as demandas do setor produtivo e das relações sociais na área de Artes, discutindo as transformações tecnológicas e organizacionais das produções artísticas e culturais como um amplo processo de transformação da sociedade, e que se situam em meio as relações dos seres humanos e destes com a natureza, visando desenvolver ações de ensino, extensão e pesquisa que despertem a consciência das

possibilidades de auto-gestão do trabalho artístico e que podem estar implícitas nas transformações e ampliações tecnológicas, alvo desde projeto.

Para concretizar tais diretrizes, alguns fatores serão considerados prioritários: 1. Manter o cadastramento na CONDETUF - Conselho Nacional de Diretores das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; 2. Qualificar permanentemente todo pessoal docente, técnico e administrativo; 3. Integrar Áreas e Serviços com a finalidade de racionalizar os esforços e melhorar a qualidade dos resultados; 4. Avaliar continuamente docentes e corpo técnico-administrativo; 5. Manter o seu material bibliográfico atualizado; 6. Manter equipamentos atualizados e compatíveis com o mercado; 7. Avaliar o desempenho da Escola, através do aproveitamento do aluno e da aluna pelo mercado de trabalho, obtendo, também, dados para a reformulação dos cursos; 8. Fortalecer as relações com as instituições fomentadoras de Arte e Cultura no estado de Alagoas, no País e no mundo, e 9. Intensificar a integração Escola – Comunidade – Mercado de Trabalho.

Em 2010, a ETA teve 215 alunos matriculados, sendo 96 alunos do curso de formação de ator e atriz e 100 alunos nos cursos de extensão de iniciação ao teatro e dança ofertados para a comunidade externa. Além disso, em 2010 a Escola Técnica de Artes promoveu diversos projetos e eventos de extensão, tais como: escola técnica de artes em São Miguel dos Campos; Semana de Arte; criação do CD Vivências Musicais destinado a professores de música; gravação em DVD do concerto de Páscoa; apoio a realização do Concerto de Natal; oficina de música (ensino de instrumento coletivo com a Profa. Dra. Cristina Tourinho); montagens teatrais e de dança; oficina de dança e semiótica; apoio aos eventos da Semana da Música em parceria com os cursos de graduação de artes do ICHCA; apresentação do Grupo Gimba em parceria com a Funarte; apresentação de Montagem Teatral para pessoas com deficiência em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Maceió.

Em sua gestão administrativa, a direção da Escola Técnica de Artes implementou canais de comunicação, interação com a comunidade com a reformulação do formato de seu site e desenvolveu o projeto da Webradio da ETA, que será implementado em 2011.

16.2 Ação 6358 – Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional

Tabela 65 - Dados Gerais da Ação 6358

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos docentes e profissionais de educação profissional (Gestores, Técnico-Administrativo, etc), oportunidade de capacitação, visando a melhoria da qualidade dos cursos e modalidades deste segmento educacional.
Descrição	Capacitação mediante programação de cursos, seminários, oficinas, estágios-visita, teleconferências, etc., elaboração de materiais de capacitação, que proporcionem a constante atualização de conhecimentos dos profissionais que atuam na educação profissional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Escola Técnica de Artes – ETA da UFAL

Análise crítica dos resultados alcançados:

A presente ação tem por foco a criação e implementação do Núcleo de Referência de Educação de Jovens e Adultos: História e Memória - Alagoas. Esse núcleo ficará vinculado ao Centro de Referência de Educação de Jovens e Adultos: História e Memória - Nordeste integrante da Cátedra UNESCO de Educação de Jovens e Adultos sediada na Universidade Federal da Paraíba. O Núcleo caracterizar-se-á pela constituição de uma rede interinstitucional, coordenada pelas instituições de ensino superior: Universidade Federal de Alagoas (UFAL) campus Maceió e Arapiraca e Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) - campus Palmeira dos Índios com vistas a desenvolver coletivamente, no período de 2010 a 2014, pesquisas e

atividades de extensão, contribuindo na formação dos sujeitos envolvidos nas áreas da educação de jovens e adultos.

O Núcleo terá como objetivo geral reconstruir a história e a memória da Educação de Jovens e Adultos em Alagoas de forma a contribuir com a implementação do Centro de Referência da Educação de Jovens e Adultos: História e Memória – Nordeste. Sua principal base física será instalada no NEPEAL – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Alfabetização do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas. Terá como pólos de apoio o Núcleo Pedagógico do campus Arapiraca situado na Região do Agreste Alagoano, com uma coordenação local, sendo esta exercida por uma professora e pesquisadora na área de Educação de Jovens e Adultos do Núcleo Pedagógico, responsável pela formação pedagógica de professores dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas.

O segundo polo situar-se-á na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL – campus de Palmeira dos Índios. Será coordenado pela professora-pesquisadora na área da EJA Maria Silvia da Costa, também responsável pela formação pedagógica de professores dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas de Palmeira dos Índios e de diversos municípios circunvizinhos.

Assim as ações do núcleo serão desenvolvidas em três municípios de duas instituições públicas integrando esforços de dezenas de professores/ pesquisadores e alunos. Sua dinâmica envolverá a princípio, a pesquisa que, por consequência, alimentará a extensão – particularmente a formação continuada de professores e pesquisadores e eventos destinados a comunidade - e o ensino de graduação e pós-graduação. A estrutura física e virtual do núcleo deverá se constituir em um espaço de informação, troca de conhecimentos e experiências e interação entre pesquisadores, professores e a comunidade em geral. Entre as atividades do núcleo estão: promover a formação de 12 novos pesquisadores em nível de Mestrado; incentivar 15 mestres para a formação de pesquisa em nível de doutorado; promover a iniciação em pesquisa de 25 alunos das licenciaturas; participar dos 6 encontros semestrais que serão realizados em Brasília envolvendo os coordenadores dos Núcleos dos 5 estados do Nordeste; participar dos 7 encontros que serão realizados nos 5 estados do Nordeste para troca de experiências e socialização do andamento das ações dos núcleos; promover 2 cursos de Especialização semi-presencial para 70 professores da Educação Básica de EJA; promover 7 seminários avançados em EJA em articulação com o FORUM-EJA e a Agenda Territorial e participar de 6 eventos local, regional e nacional objetivando a socialização da produção acadêmica no campo da EJA

17. Programa 1067 – Gestão da Política de Educação

Tabela 66 - Dados Gerais do Programa 1067

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Silvia Regina Cardeal
Indicadores ou parâmetros utilizados	---
Público-alvo (beneficiários)	Governo

18. Principais Ações do Programa 1067

18.1 Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tabela 67 - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo da ação	Atividade
---------------------	-----------

Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP

Análise crítica dos resultados alcançados:

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP realizou diversos eventos, visando à capacitação e qualificação dos servidores da UFAL, fazendo cumprir, assim, etapas de um Plano elaborado dentro da Política Nacional de Capacitação.

Tabela 68 - Número de Participações de Servidores em Programas de Capacitação

Mês		Número de Participações de Servidores	
Janeiro		156	
Fevereiro		77	
Março		271	
Abril		89	
Mai		59	
Junho		117	
Julho		70	
Agosto		101	
Setembro		67	
Outubro		536	
Novembro		429	
Dezembro		244	
Total		2.216	
NA SEDE		FORA DA SEDE	
Nº de Eventos	Nº de Participações	Nº de Eventos	Nº de Participações
63	1.991	69	225

Fonte: PROGEP

Tabela 69 - Relação das Capacitações Realizadas em 2010

Denominação do Curso	Nº de turmas	Carga horária	Vagas
Português	2	150	30
Informática I		90	20
Legislação	2	150	50
Informática II		120	20
Gestão de projetos, convênios e contratos		180	30
Inglês básico	2	120	20
Espanhol	2	120	20
Inglês Pré-Intermediário	2	150	20
Inglês Instrumental	1	60	20
Metodologia da pesquisa		150	30
Processo Administrativo Disciplinar		16	25
Didática para facilitadores de aprendizagem		40	30
Programa Inserção Novos Servidores 2 turmas	2	20	102/83
Informática III		150	20
Atualização em Informática		30	20
Qualidade de Vida e Planejamento Financeiro		18	20
Preparando para a Aposentadoria		90	25
Atendimento ao Público(à distância)	2	120	60/200
Elaboração de projetos		40	30

Relações Humanas no Trabalho		180	30
Atualização de Enfermagem em Neonatologia		20	43
Planejamento Estratégico nas Organizações		12	30
Procedimento de Avaliação para docentes	3	36	40
II Curso Gerenciamento de Resíduos		180	25
Capacitação em Assistência Humanizada		20	20
Projeto e Desenvolvimento de Software	2	80	25
Comunicação e Expressão em Língua Portuguesa		120	20
Treinamento e Implantação do Modulo em Pericia Oficial Saúde Publica		24	45
Treinamento SIE para Gestores		4	46
Oficina de Prevenção LER		4	200
Capacitação TAE Sertão		40	5
Capacitação continuada gestores		8	21
Treinamento SCDP	5	18	105
Curso de Aperfeiçoamento em Radiologia		90	7
Planejamento Estratégico Campus Sertão		60	39
Atualização das Técnicas de Enfermagem		76	30
Gestão Pública de Arapiraca		120	13
Capacitação Técnicos Pós Graduação		18	21
Treinamento SIE I		8	38
Treinamento SIE II		4	20
Treinamento Servidores Biblioteca		3	40
Curso de Agente Patrimonial		4	61
Treinamento Extrator de Dados		12	3
Programa de Desenvolvimento Gerencial		32	46
II Fóruns dos secretários da UFAL		8	60
IV Encontro dos Servidores		12	250
Oficina de planejamento de capacitação 2011		08	25
Seminário de Saúde do Servidor Público		16	150
IV Encontro dos Gestores UFAL		16	50

Fonte: PROGEP

Em 2010, cerca de 2.216 servidores foram beneficiados por esta ação, representando uma redução de 12,81% em relação a meta prevista que era de 2.500 servidores. O plano nacional de capacitação vem despertando e conscientizando o servidor técnico-administrativo para a participação em cursos de capacitação e qualificação. Em 2010, foi também iniciado um curso de especialização em Vigilância à Saúde, tendo 31 participantes e com carga horária de 405 horas.

18.2 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Tabela 70 - Dados Gerais da Ação 2272

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP
Coordenador nacional da ação	---

Unidades executoras	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP
----------------------------	--

Análise crítica dos resultados alcançados:

O gerenciamento das IFES atende a um conjunto de legislação que disciplina a execução orçamentário-financeira e utiliza sistemas como o SIAFI, SIASG e SIMEC conhecidos por todos pela sua vinculação no desempenho das tarefas cotidianas. O cumprimento da legislação acontece com a criação de programas adaptados às normas vigentes e executados pelas empresas públicas. Como se tratam de sistema, é necessário que haja instruções claras e eficientes para a sua operacionalidade a fim de que seus usuários conheçam bem as particularidades dos programas que são implantados, alterados com bastante frequência. A ausência de treinamento às pessoas que operam com os referidos sistemas reflete negativamente nos demais relatórios da Instituição. Capacitação de pessoal torna-se imprescindível para melhor desempenho das tarefas na área meio das instituições federais de ensino superior.

Essa ação se refere a capacitação técnica de dois servidores da área orçamentário-financeira da Instituição promovida pelo MEC. O referido evento na área de planejamento e orçamento do MEC ocorreu em São Luiz do Maranhão. A capacitação representa uma oportunidade dos servidores dos setores da CPO/PROGINST e do DCF ampliar os conhecimentos na área de planejamento e orçamento, além de aprender novos recursos do sistema SIMEC. Os recursos destinados a essa ação foram repassado pelo MEC, no valor de R\$ 11.542,00, e veio para custear as despesas de diárias e passagens dos dois servidores.

19. Programa 1073 – Brasil Universitário*Tabela 71 - Dados Gerais do Programa 1073*

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	Maria Paula Dallari Bucci
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	João Carlos Cordeiro Barbirato
Indicadores ou parâmetros utilizados	1830 - Coeficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior; 1826 - Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial; 1828 - Taxa de Docentes (em Exercício) com Graduação Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial; 1827 - Taxa de Docentes (em Exercício) com Mestrado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior – Graduação; 3009 - Taxa de Matrícula de Alunos em Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial - no Turno Noturno; 1831 - Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno.
Público-alvo (beneficiários)	Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas

20. Principais Ações do Programa 1073**20.1 Ação 009E – Concessão de Benefício a Estudantes Estrangeiros em Graduação no Brasil***Tabela 72 - Dados Gerais da Ação 009E*

Tipo da ação	Operações Especiais
Finalidade	Fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre os países que mantêm acordos educacionais e culturais com o Brasil, em especial os países em desenvolvimento como os da África e do Caribe.

Descrição	Concessão de ajuda financeira para apoiar a manutenção dos estudantes estrangeiros carentes, matriculados em cursos de graduação, nas Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras, com prioridade para os provenientes dos países da África e do Caribe.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	PROGRAD e Unidades Acadêmicas da UFAL

Análise crítica dos resultados alcançados:

A UFAL conta com o Convênio Programa Estudantes – Convênio da Graduação (acordo de cooperação internacional que o governo oferece aos outros países em via de desenvolvimento, exclusivamente África e América Latina). Através do PEC-G, a universidade cria novas vagas para os estudantes visitantes aos quais é concedido o diploma brasileiro mediante a integralização dos respectivos cursos. Anualmente a UFAL oferece uma vaga de cada curso para o PEC-G.

O MEC através do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior, o qual disponibiliza bolsas de auxílio financeiro para estudantes que apresentem dificuldades financeiras no âmbito do PEC-G. O processo de seleção é realizado em duas etapas: 1º A pré-seleção, efetuada pela IFES; e 2º, a seleção efetuada pelo MEC. Os critérios de pré-seleção são: (1) Condição socioeconômica; (2) Rendimento acadêmico; (3) Frequência escolar; (4) Previsão de envolvimento do aluno em atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e (ou) extensão, em que pesem, preferencialmente, as contribuições do contexto cultural e social do país de origem (oficinas, eventos, seminários, monitorias, projetos de extensão, etc.). Os critérios de seleção (MEC) são: (1) rendimento acadêmico; (2) situação financeira; (3) participação dos estudantes em atividades acadêmicas extracurriculares; (4) Custo de vida local e (5) Índice de desenvolvimento humano do país de origem do estudante.

O referido projeto, iniciado em 2005, possibilita a candidatura de estudantes PEC-G para recebimento do auxílio, sendo ofertado anualmente, garantindo ao estudante contemplado receber o auxílio durante o período de um ano e com a possibilidade de renovação em futuras seleções. A Pró-Reitoria de Graduação da UFAL vem desenvolvendo ações de acompanhamento e controle do desempenho dos estudantes PEC-G. Através da constatação da dificuldade de comunicação de alguns estudantes PEC-G, foi criado o Curso de Língua Portuguesa para estrangeiros desempenhado pelo Grupo PET – Letras, que desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão em conjunto com os estudantes do PEC-G. Fazem parte do convênio 45 países. Dentre eles estão: Argentina, Bolívia, Cabo Verde, Angola, Chile, Cuba, Barbados, Nicarágua, México, Uruguai, Paraguai, Estados Unidos da América, Coréia do Sul, China, Israel, Guiné-Bissau, Moçambique, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe. Em 2010, a UFAL teve 51 alunos dentro do Programa PEC-G, conforme **Tabela 73**. Do total de estrangeiros participantes do PEC-G na UFAL, 37 alunos foram contemplados com a bolsa PROMISAES em 2010.

Tabela 73 - Número de Alunos por Países dentro do Programa PEC-G

País	Número de Alunos
Angola	03
Barbados	01
Cabo Verde	23
Guiné-Bissau	18
Moçambique	01
Paraguai	01
República Dem. do Congo	01
São Tomé e Príncipe	03
Total	51

Fonte: PROGRAD

20.2 Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Tabela 74 - Dados Gerais da Ação 09HB

Tipo da ação	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Departamento de Administração de Pessoal – DAP

Análise crítica dos resultados alcançados:

O orçamento de pessoal e suas contribuições obrigatórias são de responsabilidade do Governo Federal. Há uma previsão inicial e, de acordo com o lançamento das folhas de pagamento mensais, os valores para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais são lançados e abatidos das rubricas repassadas para a UFAL. Em 2010, 2.864 servidores da UFAL foram beneficiados com esta ação.

20.3 Ação 119R - REUNI - Readequação da Infraestrutura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Tabela 75 - Dados Gerais da Ação 119R

Tipo	Projeto
Finalidade	Promover a revisão da estrutura acadêmica e viabilizar a expansão da Universidade Federal de Alagoas, objetivando aumentar a oferta de vagas da Educação Superior, no âmbito da graduação, a partir do melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, visando à otimização da relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação.
Descrição	Reforma e ampliação de edifícios já existentes das unidades acadêmicas em dois Campi da Universidade Federal de Alagoas - UFAL e implantação de um novo Campus, mediante realização de licitações, de acordo com a legislação específica. No Campus A.C. Simões (Campus Central, em Maceió-AL) serão realizadas reformas, adequações e expansões em 16 prédios de unidades acadêmicas, em salas de aula e na correspondente infra-estrutura, serão adquiridos material permanente e equipamentos para laboratórios, também serão feitas ampliações em 12 prédios novos objetivando ampliar a oferta de vagas iniciais em 4 cursos novos e 631 vagas de expansão dos existentes. Dentre estes prédios encontram-se aqueles destinados à moradia estudantil, restaurante universitário, centro de eventos da UFAL, objetivando a melhora nas condições de permanência da comunidade universitária. No Campus Arapiraca (sede) e seus Polos (Penedo, Palmeira dos Índios e Viçosa) serão construídos prédios destinados às salas de aula, laboratórios e restaurante universitário. Serão criados mais 3 cursos num total de 100 vagas. O novo Campus Delmiro Gouveia, e seu Polo Santana do Ipanema, será totalmente implantado, construindo blocos de sala de aula, bloco administrativo, bloco de laboratórios, restaurante universitário, além de toda infra-estrutura (rede elétrica, de água e esgoto, de lógica, estacionamento, pavimentação, parques e jardins), objetivando a criação de 8 novos cursos com 480 vagas no total.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	PROGINST – Pró-Reitoria de Gestão Institucional
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	SINFRA – Superintendência de Infraestrutura

Análise crítica dos resultados alcançados:

Em 2007, o Governo Federal emitiu o Decreto nº 6.096/97 de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

Federais (REUNI). Para a UFAL, trata-se, de fato, de um Plano de Desenvolvimento Institucional que reconhece as possibilidades e potencialidades no atual estágio de desenvolvimento da Instituição bem como as oportunidades que se abrem, propondo as linhas de desenvolvimento necessárias para a sua reestruturação e expansão.

Para receber os recursos previstos no REUNI as Universidades Federais Brasileiras precisaram apresentar projetos de reformulação que incluíam, além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, a redução do custo por aluno, a flexibilização curricular, a criação de novas arquiteturas curriculares e ações de combate à evasão.

Para o Governo Federal, trata-se de um plano de investimentos para reestruturação e expansão das Universidades Federais, o qual investirá na UFAL cerca de R\$ 129 milhões nos próximos cinco anos (R\$ 90.189.562,92 em recursos de custeio e R\$ 38.851.359,74 em recursos de capital).

O indicador para essa ação é a criação de novas vagas ao final dos cinco anos. Com isso, garantiremos o aumento de mais de 20% de matrículas na graduação. Além deste, há os indicadores: número de vagas na capital e no interior, número de vagas em cursos noturnos e número de vagas na pós-graduação. Conforme **Tabela 76**, com relação ao número de cursos de graduação presencial, verificou-se no período de 2003-2011 um aumento de 45 novas ofertas de cursos na UFAL, ou seja, um aumento de 83,33%.

Tabela 76 - Evolução do Número de Ofertas de Cursos de Graduação Presencial

Número de Ofertas de Cursos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Nº Ofertas de Cursos Diurnos	35	35	35	54	55	58	59	67
Nº Ofertas de Cursos Noturnos	19	19	19	22	22	25	24	26
Nº Total de Ofertas de Cursos	54	54	54	76	77	83	83	93

Fonte: PROGINST

Conforme observado na **Tabela 77**, em relação ao aumento de vagas de ingresso, verificou-se um aumento de 730 vagas, ou seja, um aumento de 17,79%, em relação ao ano de 2009. Evidenciou-se um maior crescimento no período diurno na ordem de 450 vagas, ou seja, um aumento de 15,09%, em relação ao ano de 2009.

Tabela 77 - Evolução das Vagas da Graduação Presencial

Número de Vagas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total de Vagas de Ingresso	2.225	2.225	2.225	3.252	3.347	3.347	4.103	4.833
Vagas Diurnas	1.545	1.545	1.545	2.387	2.482	2.482	2.981	3.431
Vagas Noturnas	680	680	680	865	865	865	1.122	1.402

Fonte: PROGINST

Em 2007, a UFAL teve aprovada a segunda etapa do projeto de interiorização que consistia na implantação no Campus do Sertão, com sede no município de Delmiro Gouveia e com uma unidade de ensino em Santana do Ipanema. Em 2010, o Campus do Sertão começou a funcionar ofertando, inicialmente, 8 (oito) cursos de graduação, conforme **Tabela 78**.

Tabela 78 - Distribuição dos cursos de graduação do Campus do Sertão

Sede	Eixo	Curso	Vagas
Delmiro Gouveia	Educação (licenciaturas)	Geografia	80
		História	80
		Letras	80
		Pedagogia	80
	Tecnologia	Engenharia Civil	80
		Engenharia de Produção	80
Santana do Ipanema	Gestão	Ciências Contábeis	40
		Economia (ênfase em econ. sustentável)	40
Total	3	8	560

Fonte: PROGINST

Deve-se observar que o Campus do Sertão enfatizará, junto com a sua unidade de ensino, as questões referentes à formação de professores (em complementaridade com o Campus de Arapiraca), às grandes estruturas construídas e seus impactos, à produção de

hidroeletricidade, à contabilidade e gestão de (pequenas e médias) empresas sustentáveis e à comunicação social, considerando, especialmente, o contexto do Semi-árido (caatinga). A **Tabela 79** mostra os dados gerais do Campus do Sertão da UFAL.

Tabela 79 - Dados Gerais do Campus do Sertão

Indicador	Total
Número de cursos	08
Número de cursos diurnos	05
Número de cursos noturnos	03
Número de vagas	560
Número de inscritos no PSS	1.250
Número de alunos ingressantes	494
Número de alunos matriculados	493

Fonte: PROGINST

É, portanto, meta prioritária desta Universidade fornecer condições plenas aos cursos de graduação no Campus do Sertão, visando proporcionar um ensino de qualidade para os nossos discentes bem como favorecer o exercício autônomo e responsável das funções assistenciais e profissionais.

20.4 Ação 1H55 – Expansão do Ensino Superior - Campus Agreste

Tabela 80 - Dados Gerais da Ação 1H55

Tipo da ação	Projeto
Finalidade	Viabilizar a implantação do Campus Agreste, objetivando aumentar a oferta de vagas da Educação Superior de Graduação e de Pós-Graduação, realizar atividades de extensão e desenvolver pesquisas.
Descrição	Construção e reforma de edifícios, aquisição de equipamentos, manutenção, serviços de terceirização, por meio de licitações de acordo com as legislações específicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão Institucional - PROGINST
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Superintendência de Infraestrutura – SINFRA

Análise crítica dos resultados alcançados:

Em setembro de 2006, dezesseis cursos foram ofertados no Campus de Arapiraca e suas três unidades de ensino e pesquisa (Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa) com um total de 640 alunos/ano e 2.560 alunos (quando em pleno funcionamento), 58 professores (21 doutores, 33 mestres e 4 especialistas) todos com dedicação exclusiva e 20 funcionários técnico-administrativos. Durante estes quatro anos de existência o Campus de Arapiraca vem crescendo conforme pode ser observado pela **Tabela 81**.

Tabela 81 - Evolução dos indicadores acadêmicos do Campus de Arapiraca

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010
Número de Cursos de Graduação	16	16	16	16	16
Número de Cursos Noturnos	0	0	0	0	0
Número de Vagas de Ingresso via Vestibular	640	640	640	770	770
Número de Vagas Noturnas	0	0	0	0	0
Número de Vagas de Evasão	01	30	28	38	84
Número de Vagas Ociosas	07	30	29	30	113
Número de Vagas Ofertadas p/ Matrícula por Transferência	0	0	60	34	07
Número de Ingressos via Vestibular	635	684	651	771	738
Número de Ingressos via Transferência	0	0	0	08	04
Número de Ingressos por Outras Vias	04	17	10	26	37
Número de Matriculados Efetivos	635	1.262	1.736	2.311	2.837
Número de Alunos Formados	---	---	---	01	33
Número de Alunos Diplomados	---	---	---	01	33

Fonte: PROGINST

A grande e imensurável contribuição que a UFAL tem dado para alavancar o desenvolvimento dessa região está focada, principalmente, nos seguintes aspectos:

- A expansão e a democratização do acesso a educação superior pública de qualidade. Os candidatos aprovados no Concurso Vestibular no Campus de Arapiraca e suas unidades são originários de 50, entre os 102 municípios de Alagoas e de 3 municípios dos Estados vizinhos de Sergipe e de Pernambuco, o que demonstra não só a expansão da educação superior mas também sua democratização;
- Formação de quadros críticos e competentes nas diversas áreas do conhecimento humano – agrárias, educação, gestão, humanidades, saúde e tecnológica. Levando-se em conta que até aqui Arapiraca e região desenvolveu-se à base das atividades agropastoris, onde nem sempre se exigia qualificação profissional, agora ela desponta como líder no setor de serviços, comércio e construção civil;
- Produções científicas que visem disponibilizar soluções inovadoras no sentido de resolver os graves problemas estruturais da região do agreste alagoano, principalmente na área da educação, saúde e ciências agrárias. Isto já pode ser constatado pelos inúmeros projetos de extensão e de pesquisa, aprovados por órgãos de financiamento externo, que tem como objeto resolver questões locais e regionais nas diversas áreas do conhecimento humano;
- Ampliação do compromisso social da Instituição ao relacionar a sua missão de formação profissional e de produção de conhecimentos, à prospecção e à crítica, mas, sobretudo, à capacidade de induzir transformações positivas no seu contexto. A missão maior da Universidade é formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento social. É importante ressaltar que o projeto acadêmico-pedagógico do Campus de Arapiraca é inovador, flexível e facilita a promoção da inclusão social através da formação competente e cidadã de profissionais comprometidos com a disseminação da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento sustentável do interior de Alagoas.

Os recursos orçamentários previstos para implantação do Campus Arapiraca e suas unidades fora de sede em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa foram repassados, em outubro de 2005, pelo MEC no montante correspondente a R\$ 1.597.200,89. Em dezembro de 2005, o MEC antecipou a parcela referente ao ano de 2006 no valor de R\$ 4.605.160,00, totalizando o montante de R\$ 6.200.360,89. No início de 2006, este recurso foi transferido para a FUNDEPES conforme Convênio 92/2005.

Em 2007, a UFAL recebeu o montante de R\$ 4.520.750,00 para investimento no Campus de Arapiraca, totalizando assim R\$ 10.723.110,89. Em 2008, para dar suporte às atividades didáticas, ao lado das instalações físicas, contratação de pessoal e aquisição de equipamentos e acervo bibliográfico, a atual gestão também investiu em bolsas de estudos destinadas aos estudantes de Arapiraca e das demais unidades fora de sede no interior. Neste ano, foram investidos em torno de R\$ 3.981.682,00 no Campus de Arapiraca. Em 2009, foram investidos em torno de R\$ 6.885.703,00 no Campus de Arapiraca. Para 2010, foi orçado cerca de R\$ 3.472.788,00 para a melhoria das condições do Campus de Arapiraca e de suas unidades descentralizadas.

Tabela 82 - Evolução Orçamentária do Campus de Arapiraca no período de 2005–2010

Ano	Orçamento Destinado
2005	R\$ 6.200.360,89
2006	---
2007	R\$ 4.520.750,00
2008	R\$ 3.981.682,00
2009	R\$ 6.885.703,00
2010	R\$ 3.472.788,0
Total	R\$ 25.061.283,89

Fonte: PROGINST

Em decorrência destes aportes de recursos (**Tabela 82**), a gestão pode investir em obras e ações de implantação e manutenção do Campus de Arapiraca e de suas unidades, entre elas estão: construção do laboratório de anatomia e almoxarifado de produtos químicos; construção do Bloco B1 de salas de aulas e laboratórios do Campus Sede; serviço de reativação de um poço para abastecimento de água na unidade de Palmeira dos Índios; reforma e ampliação da

unidade de Penedo; laboratório multidisciplinar no Campus Sede e reforma do bloco administrativo da unidade de Penedo; construção do ginásio de esporte no Campus Sede; etc.

20.5 Ação 4002 – Assistência ao Educando do Ensino de Graduação

Tabela 83 - Dados Gerais da Ação 4002

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar os estudantes do ensino de graduação, mantendo, a critério da instituição, os restaurantes universitários, as casas de estudantes, e a assistência médica-odontológica.
Descrição	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria Estudantil – PROEST
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	Pró-Reitoria Estudantil – PROEST

Análise crítica dos resultados alcançados:

Os Programas de Assistência Estudantil foram iniciados na UFAL no ano de 1965, logo após a sua criação, assegurando aos estudantes assistência médica, residência universitária e restaurante universitário. A UFAL compreende a política de assistência estudantil como parte do processo educativo devendo articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão. Assim, tem ampliado o atendimento, operacionalizando e fortalecendo esta política como meio para garantir aos seus alunos o direito à permanência e à conclusão de seus cursos.

Dados estatísticos indicam que 41,37% dos nossos alunos têm a renda familiar compreendida entre um e quatro salários mínimos (pesquisa realizada em 2007), e destes 86,22% tem na composição familiar de três a seis membros. Assim, constata-se que uma parcela significativa da comunidade universitária advém de camadas com baixo poder aquisitivo e que demandam assistência social.

Os programas e ações da Pró-Reitoria Estudantil – PROEST têm minimizado os efeitos das desigualdades sociais, inserindo-os nas políticas de assistência à saúde, moradia, alimentação, nos programas de formação profissional e cidadã cuja ajuda financeira permite o custeio das despesas com transporte, material acadêmico bem como nas atividades culturais, científicas e acadêmicas. Entre as políticas desenvolvidas e trabalhadas pela PROEST estão:

- **Políticas na área da saúde.** A Assistência odontológica é prestada pelo Gabinete Odontológico da UFAL, que tem na sua composição 08 (oito) profissionais odontólogos e 06 (seis) na área de apoio (05 auxiliares e 01 estagiária) e que para atender as necessidades detectadas passou por melhorias significativas. A assistência médica é realizada por meio do Hospital Universitário, de acordo com a demanda apresentada, com o encaminhamento do estudante pela PROEST e articulação com a Secretaria da Direção do Hospital Universitário que agenda as consultas.
- **Programa de residência universitária.** Programa de grande alcance social, proporcionando moradia a 113 alunos oriundos do interior do Estado de Alagoas, atingindo hoje, 43 municípios.
- **Programa restaurante universitário.** Este programa proporciona à comunidade universitária espaço de convivência, integrando as ações de educação, formação profissional, saúde, alimentação e lazer. Em sua trajetória tem atingido os objetivos institucionais ao proporcionar condições de permanência aos alunos de graduação, garantindo o direito de alimentação com qualidade. Proporciona ainda aos alunos dos cursos de nutrição e serviço social, por meio dos estágios supervisionados e de laboratório para aulas práticas, melhorias na sua formação profissional a exemplo dos cursos de administração, arquitetura, jornalismo e engenharia de agrimensura; além de servir de espaço de discussão, reflexão e integração ao apoiar os diferentes eventos estudantis.

- **Programa de bolsa de permanência.** Este programa tem como objetivo contribuir para a formação profissional e cidadã do aluno, possibilitando sua inserção em ações e atividades acadêmicas e proporcionando a inclusão digital, ou o seu aprimoramento. Em 2010, esse programa teve mais de 800 bolsas. Em face da demanda considerável de alunos cadastrados e vulneráveis e requisições dos setores poderia haver um acréscimo contanto que se preserve um quantitativo razoável em cada setor.
- **Programa cultural e esportivos.** A compreensão da prática do desporto universitário como elemento de integração e de inserção acadêmica, assegurou a necessidade de definir uma Política de Desporto Universitário para a UFAL. Juntamente com o curso de Educação Física, a Pró-Reitoria Estudantil, definiu a realização de um calendário desportivo, recuperando a prática do esporte como espaço de integração entre seus alunos.
- **Programa de apoio e incentivo a participação em eventos.** Este programa tem proporcionado o intercâmbio cultural, a disseminação de novos conhecimentos, através da apresentação de trabalhos e a promoção de eventos estudantis e acadêmicos.

A **Tabela 84** mostra os resultados do quantitativo da ação 4002 – Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação.

Tabela 84 - Indicadores de Assistência Estudantil no SIMEC

Indicadores	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bolsas Permanência	642	696	769	739	779	869	772	781	830	884	841	817
Refeições produzidas e disponibilizadas/dia	2000	2000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000	2000	2000	2.000	2000
Alunos atendidos Restaurante Universitário/dia	1.759	1.759	1.022	1.022	1.023	1.023	1.023	1.136	1.136	1.248	1.192	1.192
Alunos atendidos Residência Universitária/dia	102	102	101	101	101	101	101	101	101	101	113	113
Alunos atendidos no Gabinete odontológico	15	10	08	06	06	08	08	08	0	0	0	0
Encaminhamento de alunos para o HUPAA	25	56	100	128	73	38	42	79	90	95	52	25
Ajuda de Custo para alunos	16	61	81	132	126	98	139	184	204	197	213	218
Quentinha Unidade CECA	88	88	88	88	88	88	88	88	88	---	---	---
Auxílio Alimentação Campus Arapiraca	---	---	---	---	---	---	---	---	---	148	148	148
Auxílio Alimentação CECA	---	---	---	---	---	---	---	---	---	88	88	88

Fonte: PROEST/SIMEC

20.6 Ação 4008 – Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino

Tabela 85 - Dados Gerais da Ação 4008

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Possibilitar a manutenção, a preservação, a disponibilização e ampliação do acervo bibliográfico das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino, para melhoria da qualidade do ensino de graduação.
Descrição	Aquisição de bibliografia básica para o ensino de graduação. Ordenação, catalogação, manutenção de sistemas informatizados, limpeza, manutenção e recuperação do acervo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Biblioteca Central da UFAL
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Unidades Acadêmicas

Análise crítica dos resultados alcançados:

O Sistema de Bibliotecas – SIBI/UFAL, conta com 01 Biblioteca Central, 05 Bibliotecas Setoriais e 08 Postos de Atendimento, conforme a seguinte distribuição: **Maceió:** Biblioteca Central; Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Agrárias; Biblioteca Setorial no Instituto de Ciências Biológicas; Posto de atendimento no Instituto de Matemática; Posto de Atendimento no Instituto de Física; Posto de atendimento no Instituto de Química; Posto de atendimento no Mestrado em Letras e Posto de atendimento no Espaço Cultural. **Interiorização:** Biblioteca Setorial no Campus de Arapiraca; Biblioteca Setorial na Unidade de Palmeira dos Índios; Biblioteca Setorial na Unidade de Viçosa, Posto de atendimento na Unidade de Penedo; Posto de Atendimento no Campus do Sertão e Posto de atendimento na Unidade de Santana do Ipanema.

O SIBI/UFAL conta atualmente com um acervo estimado de 154.494 exemplares. Em 2010, foram adquiridos 2.248 títulos e 10.926 exemplares em 04 pregões e uma inexigibilidade, realizados pela UFAL. Entre as ações realizadas pelo SIBI/UFAL em 2010 merecem destaque as seguintes:

- Aquisição do mobiliário (balcões e mesas para estudo) e equipamentos necessários para a implementação do serviço automatizado de empréstimos;
- Elaboração de projeto submetido a edital do BNDES para tratamento dos acervos A. C. Simões e Arthur Ramos – Projeto Memorial UFAL 50 anos;
- Implantação das bibliotecas de Delmiro Gouveia e Santana do Ipanema;
- Implantação do repositório institucional da UFAL;
- Inserção de todo o acervo da Biblioteca Central, Campus de Arapiraca e suas unidades, Campus do sertão e sua unidade de Santana de Ipanema já está inserido no sistema *Pergamum*;
- Aquisição dos equipamentos de informática necessários, incluindo computador servidor.

A finalidade desta ação é possibilitar a manutenção, a preservação, a disponibilização e ampliação do acervo bibliográfico das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino, para melhoria da qualidade do ensino de graduação. Em 2010, a UFAL investiu, com recursos do tesouro, R\$ 935.352,48 (novecentos e trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos) na aquisição de livros e periódicos bem como em vídeos e em bases de dados. A **Tabela 86** mostra os indicadores do acervo bibliográfico bem como dos serviços ofertados pelo SIBI/UFAL.

Tabela 86 - Análise Comparativa dos Indicadores do SIBI/UFAL

Indicadores Gerais do Acervo	2009	2010	% aumento
Títulos de livros	34.637	36.885	+6,49%
Exemplares de livros	143.568	154.494	+7,61%
Títulos de periódicos nacionais	1.107	1.107	0,00%
Jornais	05	05	0,00%
Monografias (graduação)	5.055	5.629	+11,35%
Monografias (especialização)	3.023	3.034	+0,36%
Dissertações	1.594	1.713	+7,46%
Teses	530	541	+2,07%
Indicadores referentes ao serviços ofertados			
Empréstimo de livros	271.045	284.003	+4,78%
Reserva de livros	8.444	11.030	+30,62%
Leitores inscritos	19.332	19.928	+3,08%
Catálogo na Fonte	384	422	+9,89%
Pesquisas on-line realizadas pelos usuários	27.200	40.000	+47,05%
Comutação bibliográfica	1.068	811*	-24,06%
Levantamentos bibliográficos	265	240**	-9,43%

Treinamentos Portal CAPES	10	18***	+80,00%
Treinamentos em Bases de E-Books	03	03	0,00%

Fonte: BIBLIOTECA CENTRAL *A diminuição da comutação bibliográfica, deve-se ao aumento no número de artigos disponibilizados on-line, tanto nas bases adquiridas pela Biblioteca Central, como no Portal CAPES. **Aumento no número de pesquisas feitas pelos usuários, ocasiona a redução do número de levantamentos solicitados.***Os treinamentos realizados pelo Via Pesquisa para os usuários, têm dado bons resultados, pois tem sido observado que o próprio usuário está atuando como multiplicador, ensinando eles mesmos, aos colegas, como fazerem as pesquisas.

Os resultados dessa ação contribuíram para o cumprimento da política de desenvolvimento do acervo da UFAL e, conseqüentemente, atender as demandas da tríade: ensino, pesquisa e extensão. Ressalta-se ainda que a UFAL, por meio da Biblioteca Central, unidade coordenadora do Sistema de Bibliotecas, vem investindo de forma permanente e sustentada, desde o ano de 2004, na aquisição de acervo em todas as áreas do conhecimento.

20.7 Ação 4009 – Funcionamento de Cursos de Graduação

Tabela 87 - Dados Gerais da Ação 4009

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Garantir o funcionamento dos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.
Descrição	Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto das instituições federais de ensino superior, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, bem como a manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Gestão Institucional/PROGINST
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Pró-Reitorias Acadêmicas

Análise crítica dos resultados alcançados:

A Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD vem intensificando suas atividades relacionadas ao meio acadêmico, sobretudo dando enfoque às questões da graduação.

A UFAL possui 20.064 alunos efetivamente matriculados nos seus 69 cursos de graduação, distribuídos da seguinte forma: 45 no Campus A. C. Simões, 16 no Campus Arapiraca e 8 no Campus Sertão. Em 2010 foram várias as ações realizadas dentro de um planejamento que visa o bem estar dos envolvidos com o ensino de graduação na UFAL, quer sejam técnicos, alunos ou professores, num processo de melhoria contínua dos serviços oferecidos pela PROGRAD. Dentre as ações com maior relevância podemos citar:

- **Ampliação do acesso aos cursos de graduação da UFAL.** Ampliação do acesso aos cursos de graduação, tanto na modalidade presencial como na modalidade a distância, dando prioridade para o turno noturno. Resultados alcançados: de 2009 para 2010 ocorreu um aumento de 4.103 para 4.833 vagas; destas 3.503 no Campus A.C. Simões, 770 no Campus Arapiraca e 560 no Campus Sertão.
- **Aprovação de mais 7 (sete) novos grupos do Programa de Educação Tutorial – PET.** Com isso, os dois novos campi (Campus de Arapiraca e do Sertão) são contemplados. Os grupos criados no Campus Arapiraca foram: PET Química, PET Conexões de Saberes/Serviço Social (unidade de ensino de Palmeira dos Índios), e PET Pesca (unidade de ensino de Penedo); já em Delmiro Gouveia, no Campus do Sertão, tivemos a criação do PET das Engenharias; no Campus A. C. Simões em Maceió os grupos formados foram: PET Engenharia Ambiental, PET Conexões de Saberes/Serviço Social e PET PAESPE/Conexões de Saberes. Com esta nova configuração os grupos PETs na UFAL passam de 05 para 12

grupos, sendo assim distribuídos: 8 no Campus A. C. Simões em Maceió, 3 no Campus de Arapiraca e 1 (hum) no Campus do Sertão.

- **Programa de monitoria.** O Programa de Monitoria da UFAL vem se afirmando cada vez mais como ferramenta de auxílio à melhora da qualidade do ensino na graduação, tendo o número de bolsas ofertadas aos monitores aumentado em 2010, inicialmente em 20 bolsas, para atender aos alunos do novo Campus do Sertão, totalizando 326 bolsas, com as já 226 em Maceió e 80 para atender os alunos do Campus de Arapiraca.
- **Programa de mobilidade.** Em 2010, o Programa de Mobilidade Acadêmica Andifes/Santander disponibilizou 06 bolsas para alunos da UFAL interessados em cursar disciplinas em outras instituições federais no País.
- **Capacitação de professores.** Em 2010, a PROGRAD em parceria com a Coordenação Institucional de Educação a Distância – CIED e coordenações de cursos realizou uma capacitação de professores e tutores com o intuito de fortalecer a política de Formação Continuada para Docentes, totalizando 403 professores e tutores capacitados para atuação em EAD.
- **Projetos pedagógicos de cursos.** Análise e acompanhamento dos Projetos Pedagógicos dos novos cursos a serem implantados a partir de 2011, a saber: Engenharia de Petróleo, Engenharia da Computação, Design e Química Tecnológica e Industrial no Campus A. C. Simões; Já no Campus Arapiraca, foram analisados os cursos de Licenciatura em Letras, com habilitação em Português, Pedagogia, além do curso de Administração Pública. Na modalidade a distância foi criado o curso de Matemática.
- **Avaliação dos indicadores acadêmicos dos cursos de graduação.** Em 2010, foi realizada uma análise dos indicadores acadêmicos, referentes à reprovação, retenção, evasão e disponibilização, por curso, às Unidades Acadêmicas, a fim de se ter base para futuras discussões para redução desses índices.

20.8 Ação 8282 – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI

Tabela 88 - Dados Gerais do Programa 8282

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Promover a revisão da estrutura acadêmica das universidades federais, de modo a possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas, especialmente no período noturno, e o completo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, otimizando a relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação.
Descrição	Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão, elaborados pelas Universidades Federais, no exercício de sua autonomia, que visem o aumento do número de estudantes, a redução da evasão, o completo aproveitamento da estrutura instalada e a adequação e modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras de pequeno vulto, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços. A expansão referida nesta ação não pode caracterizar início de projetos de grande vulto que, conforme legislação em vigor, só poderão ser executados à conta de crédito orçamentário específico, vedado o empenho de valores a eles destinados em outra dotação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	PROGINST
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	UFAL

Análise crítica dos resultados alcançados:

O REUNI apresenta-se como a oportunidade que a UFAL necessitava para consolidar o seu crescimento e reafirmar o seu compromisso social – enquanto instituição pública e gratuita

– com a sociedade que lhe dá suporte e contexto, ressaltando o seu papel de vetor de desenvolvimento regional e estadual. Para tanto, a UFAL elegeu como prioridades:

1. Expansão do Campus Maceió: formação graduada e pós-graduada, produção do conhecimento e extensão;
2. Expansão da Instituição para o interior: consolidação do Campus de Arapiraca e implantação do Campus do Sertão (segunda etapa de seu Projeto de Interiorização);
3. Consolidação da reestruturação administrativa e pedagógica (iniciada em 2005).

Tais prioridades apresentam objetivos específicos:

1. Criar novos cursos de graduação e pós-graduação vinculando-os, quando possível, ao desenvolvimento estadual;
2. Implantar novas turmas nos cursos já existentes, particularmente no período noturno, visando ampliar a política de inclusão;
3. Oportunizar com maior intensidade a inclusão social por meio da ampliação do Campus de Arapiraca e da implantação do Campus do Sertão;
4. Ampliar e fortalecer os grupos de pesquisa de modo a incrementar a produção científica da UFAL;
5. Consolidar e expandir os programas de extensão, articulando-os às demandas sociais;
6. Consolidar iniciativas de desenvolvimento cultural;
7. Implementar política de Desporto Universitário;
8. Ampliar o quadro de docentes e técnico-administrativos;
9. Investir na qualificação dos técnico-administrativos e na preparação pedagógica docente;
10. Ampliar a assistência estudantil: número de bolsas, número de comensais e de residentes, assistência médica-odontológica;
11. Criar núcleos de: assistência pedagógica, assistência psicológica;
12. Melhorar as condições de permanência dos discentes, principalmente daqueles que apresentam vulnerabilidade social e econômica;
13. Criar espaços coletivos de convivência da comunidade universitária;
14. Ampliar a infraestrutura física da Universidade;
15. Criar grupos de gestão e de execução do projeto de expansão.

Tabela 89 - Evolução da oferta de cursos e vagas na graduação presencial da UFAL

Indicadores	2009	2010	% aumento
Número Total de Ofertas de Cursos	83	93	12,04%
Número de Ofertas de Cursos Noturnos	24	26	8,33%
Número de Ofertas de Cursos Diurnos	59	67	13,55%
Número de Vagas Oferecidas	4.103	4.833	17,79%
Número de Vagas Oferecidas Diurnas	2.981	3.431	15,09%
Número de Vagas Oferecidas Noturnas	1.122	1.402	24,95%

Fonte: PROGINST

20.9 Ação 7L83– Ampliação da Infraestrutura Física de Instituições Federais de Ensino Superior

Tabela 90 - Dados Gerais da Ação 7L83

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Ampliar a infraestrutura física das instituições federais de modo a possibilitar a elevação da oferta de vagas do ensino superior
Descrição	Construção e reforma de edifícios, aquisição de equipamentos, manutenção, serviços de terceirização, por meio de licitações de acordo com as legislações específicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Universidade Federal de Alagoas
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	SINFRA

Análise crítica dos resultados alcançados:

A UFAL, a partir de 2004 iniciou estudos para a elaboração de seu projeto de expansão/interiorização. Era necessário atender a demanda por educação superior do interior alagoano, que representa 68,5% das matrículas no ensino médio.

A forte demanda, base natural e vocações econômicas sub-regionais alagoanas embasaram o projeto que propôs inicialmente dois novos campi: Campus de Arapiraca e o Campus do Sertão com sua unidade de ensino em Santana do Ipanema.

Os recursos da referida ação, no valor de R\$ 300.000,00, foram destinados para construção de parte do prédio da unidade de ensino de Santana do Ipanema que faz parte do Campus do Sertão. Nesta unidade estão funcionando os cursos de ciências contábeis e ciências econômicas, conforme **Tabela 91**.

Tabela 91 - Indicadores dos Cursos de Graduação da Unidade de Ensino de Santana do Ipanema

Sede	Eixo	Curso de Graduação	Vagas	Ingressantes	Matriculados
Santana do Ipanema	Gestão	Ciências Contábeis	40	34	34
		Economia (ênfase em econ. sustentável)	40	31	31

Fonte: PROGINST

O projeto do curso de ciências econômicas foi pensado com a finalidade de apresentar à comunidade acadêmica interna e externa o seu Projeto Político Pedagógico, dotado de flexibilidade, capaz de se ajustar à dinâmica do desenvolvimento local e regional, enquanto proposta transformadora, que possibilite promover a dinamização das ações de pesquisa, pós-graduação e extensão, objetivando atender às novas necessidades do mercado, no contexto dos avanços derivados do processo de desenvolvimento socioeconômico e educacional, não só do Brasil, em geral e em particular no alto sertão alagoano. O curso de ciência contábeis também se insere no contexto do programa de expansão da UFAL como resposta às necessidades de uma demanda localizada no sertão alagoano.

21. Programa 1136 – Fortalecimento da Gestão Urbana

Tabela 92 - Dados Gerais do Programa 1136

Tipo de programa	Projeto
Objetivo geral	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	Departamento de Planejamento Urbano
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Ministério das Cidades
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-alvo (beneficiários)	Pessoa capacitada

22. Principais Ações do Programa

22.1 Ação 8872 – Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano

Tabela 93 - Dados Gerais da Ação 8872

Tipo da ação	Descentralizada
Finalidade	Capacitar agentes públicos e sociais para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e desenvolver ações de apoio ao setor público municipal e estadual para o desenvolvimento institucional e a implementação de sistemas de informação.

Descrição	O apoio aos municípios é realizado por meio de atividades de capacitação presenciais e a distância, extensão universitária e pesquisa promovidas pelo Ministério das Cidades no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades que visem ao apoio à formação de quadros técnicos das Prefeituras Municipais e de órgãos dos governos estaduais e federal; à formação de agentes sociais e conselheiros do Conselho das Cidades e de conselhos municipais e estaduais afetos à política urbana; à promoção do planejamento e da realização de cursos que divulguem experiências de participação e controle social e de metodologias desenvolvidas por instituições nacionais e internacionais com experiência na área; à promoção da articulação dos programas e ações federais voltados para o desenvolvimento institucional dos municípios que abranjam as áreas de habitação, saneamento ambiental, legislação urbanística, planejamento do uso e ocupação do solo, regularização fundiária e mobilidade, transporte e trânsito, sistemas de informação e cadastros territoriais multifinalitários que valorizem as competências de cada órgão e otimizem seus recursos; e à realização de atividades necessárias para subsidiar o Programa, como a promoção de estudos específicos, publicação de livros e revistas e produção de material de divulgação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Desenvolvimento Institucional
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	IGDEMA

Análise crítica dos resultados alcançados:

A referida ação consiste na execução do projeto intitulado “Plano Diretor Participativo dos municípios de Flexeiras, Jundiá, Jacuípe e Campestre em Alagoas”. Como resultados do referido projeto está a realização dos Planos Diretores dos municípios de Flexeiras, Jundiá, Jacuípe e Campestre em Alagoas, com levantamento de dados sócio-econômicos, ambientais, de uso e ocupação do solo urbano e rural como apoio para os diagnósticos realizados.

Unidade executora: UFAL - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FUNDEPES.

Unidade envolvida: IGDEMA - Curso de Geografia.

Parceiros: PETROBRAS/TAG; FUNDEPES e Prefeituras Municipais dos municípios integrantes do Projeto.

Período: Maio de 2009 a Agosto de 2010.

Coordenação Geral: Profa. Dra. Luciane Maranhão de Oliveira Marisco

Coordenação Técnica: Profa. Tais Bentes Normande e Regina Coeli Marques

23. Programa 1291 – Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados

Tabela 94 - Dados Gerais do Programa 1291

Tipo de programa	Atividade
Objetivo geral	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	---
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Dr. Paulo Luiz Teixeira Cavalcante
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

24. Principais Ações do Programa

24.1 Ação 4295 – Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças de Hematológicas

Tabela 95 - Dados Gerais da Ação 4295

Tipo da ação	Descentralizada
Finalidade	Garantir a assistência aos portadores de doenças hematológicas

Descrição	Garantia da disponibilidade de medicamentos pró-coagulantes e atenção aos portadores de coagulopatias, implantar e implementar a Política Nacional de Atenção Integral as pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias em parceria com os Estados e Municípios.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Atenção à Saúde
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes, FAMED, ICBS

Análise crítica dos resultados alcançados:

Essa ação é composta do projeto “Implementação de serviço de referência em aconselhamento genético para portadores de doença falciforme no SUS”. O objetivo geral do projeto é Melhorar a assistência às pessoas com Doença Falciforme no Estado de Alagoas. Entre os objetivos específicos deste projeto estão: (i) capacitar profissionais de saúde do PSF do estado de Alagoas para detecção de possíveis portadores de doença falciforme e (ii) fornecer aconselhamento, orientação e informação genética aos portadores de doença falciforme e seus familiares.

Ações planejadas para 2010:

- Capacitação de equipes do Programa de Saúde da Família (PSF) do estado de Alagoas para detecção de possíveis portadores de Doença Falciforme, incluindo encaminhamento dos suspeitos aos serviços especializados para confirmação diagnóstica e tratamento;
- Fornecimento de informação, orientação e aconselhamento genético aos portadores de Doença Falciforme e seus familiares;
- Caracterização do perfil epidemiológico dos pacientes atendidos e estruturação de um banco de dados que forneça subsídios para implementação de políticas públicas de saúde adequadas para esta vulnerável parcela da população.

Ações executadas em 2010. Com base nas ações executadas durante o ano de 2009, com especial destaque para a organização da equipe de trabalho (multidisciplinar e interinstitucional), além da elaboração do material informativo e educativo a ser distribuído nas capacitações, foram desenvolvidas em 2010, as seguintes ações:

- Término da organização da equipe de trabalho, composta por profissionais da UFAL, Secretaria Estadual de Saúde-AL, Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal), Maternidade Escola Santa Mônica, Casa do Pezinho, HEMOAL e Associação de Pessoas com Hemoglobinopatias de Alagoas (APHAL);
- Utilização da divisão dos Municípios em Regiões de Saúde da Secretaria Estadual de Saúde;
- Contato prévio com as Secretarias Municipais de Saúde para divulgação das capacitações;
- Inscrição dos profissionais das equipes do PSF indicados pelos Municípios a serem capacitados;
- Deslocamento da equipe de trabalho até os Municípios-sede das Regiões de Saúde;
- Fornecimento de capacitação para os profissionais (médicos e enfermeiras);
- Distribuição do material informativo/educativo;
- Fornecimento de material para a capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde das equipes presentes;
- Organização dos ambulatórios de aconselhamento genético: Ambulatório de AG Hospital Universitário, instituído sob a responsabilidade da Dra. Joelma Matias (Médica PSF) para atendimento aos pacientes do Grupo Falciforme do HUPAA. Ambulatório de AG HEMOAL, instituído sob a responsabilidade do Dr. Marshall Ítalo Barros Fontes (UNCISAL) para atendimento dos pacientes do PNTN e do HEMOAL. Posteriormente substituído pela Dra. Viviane Nicácio (Médica PSF).

Cronograma das capacitações em 2010: 10/03-Maceió (1ª Região de Saúde - Enfermeiras); 17/03-Maceió (1ª Região de Saúde - Médicos); 24/03-Arapiraca (4ª Região de Saúde - Enfermeiras); 14/04-S. Miguel Campos (2ª Região de Saúde - Médicos / Enferm.); 28/04 - União Palmares (5ª. Região de Saúde - Enfermeiras); 26/05-Santana Ipanema (3ª. Região de Saúde - Médicos / Enferm.); 09/06-União Palmares (5ª. Região de Saúde - Médicos) e 16/06-Arapiraca (4ª Região de Saúde - Médicos).

Dificuldades encontradas:

Durante a execução deste projeto, algumas dificuldades foram detectadas, entre as quais podemos citar: (1) dificuldades na assessoria e orientação técnica; (2) desencontros de informações, tanto na UFAL como MS, dificultando e atrasando o início das atividades do projeto e (3) concorrência com outras capacitações simultâneas dos profissionais envolvidos, especialmente com relação a surtos de dengue.

Resultados obtidos:

- Boa receptividade por parte dos gestores.
- Boa receptividade por parte dos profissionais a serem capacitados.
- Oportunidade de perceber e corrigir ações e situações de não conformidades detectadas *in loco*.
- Oportunidade de esclarecer dúvidas e discutir situações reais.

25. Programa 1305 – Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

Tabela 96 - Dados Gerais do Programa 1305

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	<p>A ocupação desordenada do território brasileiro, em nível rural e urbano, têm provocado graves impactos ambientais, especialmente no tocante à água. Embora o País possua uma das maiores reservas hídricas do planeta, observa-se um crescente processo de degradação desses recursos, incluindo as áreas de abrangência das respectivas bacias hidrográficas, ocasionando aumento na escassez (quantidade e/ou qualidade) tanto em regiões com alta disponibilidade de água, principalmente nos grandes centros urbanos, como em regiões marcadas pela distribuição irregular das chuvas (semi-árido brasileiro). A diminuição da oferta de água de qualidade acarreta vários entraves para o desenvolvimento sustentável, seja pelas dificuldades colocadas para a manutenção das necessidades básicas da população brasileira, seja pelo papel da água como recurso básico para impulsionar processos produtivos. A degradação ambiental das nascentes, margens e demais áreas de preservação permanente, agravam ainda mais as condições ambientais das bacias hidrográficas. A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, estabelece como área de competência do Ministério do Meio Ambiente, entre outras coisas, a política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos; política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, e biodiversidade e florestas; proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais; políticas para integração do meio ambiente e produção. O Decreto Federal de 5 de junho de 2.001, criou o Projeto de Revitalização e Conservação do Rio São Francisco, assim como criou também o Comitê de Gestão deste Projeto, coordenado pelo MMA, através de sua Secretaria Executiva. A Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei 9.433/97, apresenta como um de seus objetivos centrais “assegurar à atual de futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos”. Além disso, a mesma política apresenta como diretrizes gerais de ação “a articulação da gestão de recursos hídricos com a do uso do solo”. Corroborando com o que está definido na legislação de recursos hídricos e na definição de competências do MMA, o Plenário do Tribunal de Contas da União na Decisão n.º 1259/2002, determinou que o Ministério do Meio Ambiente: adote critérios para a formulação do planejamento governamental, inclusive do Plano Plurianual, a serem aplicados todas as vezes em que houver relação do planejamento com a gestão ambiental e de recursos hídricos; e elabore um diagnóstico dos problemas da Bacia do Rio São Francisco com vistas a nortear as ações de conservação e revitalização daquela Bacia;É a partir desses pressupostos que o Programa Revitalização de Bacias Hidrográficas se</p>

	insere. O programa visa promover e fortalecer a ação integrada de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, concebida e executada de forma articulada e participativa. Dessa forma, pretende-se convergir esforços a fim de ampliar a efetividade dos resultados das ações de recuperação em bacias com situação de vulnerabilidade ambiental.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	---
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Flávia de Barros Prado Moura
Indicadores ou parâmetros utilizados	01 - Taxa de Variação da Melhoria da Qualidade da Água; 02 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul; 03 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio Paraíba do Sul; 04 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul; 05 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio Paraíba do Sul; 06 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco; 07 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a juzante da Foz do Rio Pará); 08 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas); 09 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Hidrológica "Ponte Raul Soares" na Bacia do Rio São Francisco; 10 - Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco 11 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará); 12 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará); 13 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas); 14 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Ponte Raul Soares na Bacia do Rio São Francisco; 15 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco.
Público-alvo (beneficiários)	Usuários dos recursos hídricos das bacias dos rios São Francisco, Araguaia, Tocantins e Paraíba do Sul

26. Principais Ações do Programa

26.1. Ação 101P – Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco

Tabela 97 - Dados Gerais da Ação 101P

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Recuperar, conservar, preservar e recompor os recursos naturais da bacia hidrográfica do Rio São Francisco visando sua revitalização e seu desenvolvimento sustentável.

Descrição	Recuperação, conservação, preservação, o manejo e uso sustentável dos recursos naturais da bacia hidrográfica, através da implementação de atividades sócioambientais e ações de revitalização ambiental voltadas a recuperação dos recursos naturais, principalmente nas áreas degradadas e de recarga de aquíferos, incluindo o reflorestamento e a recuperação de áreas de proteção permanente, a recomposição da cobertura vegetal, a redução dos processos erosivos, a mitigação de impactos ambientais, a promoção da melhoria e gestão dos recursos pesqueiros, a conservação da biodiversidade, a gestão racional dos recursos hídricos, e ainda difundir práticas de recuperação e preservação ambiental, assim como promover a educação ambiental, a mobilização e capacitação sócioambiental, a articulação interinstitucional e sociocultural, como também apoiar e disseminar técnicas agrícolas sustentáveis e atividades ecológicas em comunidades tradicionais, além de atividades ecoturísticas e sócioambientais, entre outras na bacia, somadas a um forte processo de articulação permanente, com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos com o processo de revitalização e de desenvolvimento sustentável da bacia, integrando inclusive os Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	Polo de Penedo

Análise crítica dos resultados alcançados:

Essa ação é composta do projeto intitulado “*Conclusão da Implantação de Centro Referência em Recuperação de Áreas Degradadas do Baixo São Francisco*”. O objetivo da Implantação do CR-ad é gerar e difundir tecnologias para Recuperação e recomposição das Áreas de Preservação Permanentes (nascentes e cursos d’água), em consonância com a Legislação Ambiental, visando ao desenvolvimento sustentável e a repartição de benefícios, de modo a capacitar e integrar comunidades, profissionais e entidades governamentais e não governamentais para a realização de iniciativas relativas à conservação, manejo e recuperação ambiental.

A implantação dos Centros de Referências em Áreas Degradadas (CRsad) faz parte das ações do Plano de Desenvolvimento Florestal Sustentável da Bacia do Rio São Francisco (PDF – São Francisco), sob responsabilidade do Programa Nacional de Florestas (PNF), com colaboração da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e Ministério do Meio Ambiente (MMA). Tais ações fazem parte dos Estudos Estratégicos do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, cuja ação proposta com unidades ao longo da Bacia servirá para nortear ações integradas em todos os componentes de vegetação e unidades da Bacia Hidrográfica.

A Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (BHSF) concentra áreas extensas de caatinga em diferentes níveis de importância ecológica. Nestas áreas há geralmente uma população numerosa e que utiliza os recursos locais nas atividades de subsistência. Dessa forma torna-se emergencial a adoção de propostas de manejo que visem à conservação da diversidade biológica associadas ao desenvolvimento local.

No estado de Alagoas as áreas de caatinga têm sido historicamente negligenciadas do ponto de vista ambiental, de forma que a devastação atinge proporções alarmantes. Este fato se agrava devido à inexistência de Unidades de Conservação no domínio das caatingas no estado de Alagoas. Dentre as ações prioritárias na Região do Baixo Rio São Francisco, pode-se destacar necessidades prementes de implantação de políticas públicas de modo a promover o desenvolvimento da região e a gestão sustentável dos recursos naturais ainda existentes.

O planejamento estrutural do CR-ad do Baixo São Francisco encontra-se ornamentado com uma sede central, a qual está vinculada aos laboratórios de pesquisas em taxonomia, ecologia, sementes e análise da biodiversidade genética, os quais oferecem apoio e dados

científicos experimentais. Ligado a sede está a base da realização do trabalho – viveiros, estoque de sementes e centro de capacitação técnica. Estas estruturas estão em andamento para dar frutos ao programa de produção em larga escala de sementes e mudas de espécies florestais, obtendo assim, a Implantação de recuperação das áreas degradadas do baixo São Francisco.

Abaixo segue uma relação descritiva e ilustrativa de todas as atividades desenvolvidas até o presente momento, outubro de 2010. Até o presente momento tais atividades encontram-se subdivididas em 1ª fase e 2ª fase.

Primeira fase. É caracterizada como sendo uma fase inicial do projeto, de apresentações, levantamento e aquisições de equipamentos: 1. Aprovação de projeto junto a FAPEAL para a vinda de um pesquisador com bolsa de DCR para pesquisa em germinação de espécies da Caatinga – Fixado na UFAL campi Arapiraca; 2. Reunião Equipe Arapiraca – Secretaria de Meio Ambiente Arapiraca, definição de ações conjuntas; 3. Reunião CODEVASF Penedo para apresentação do plano de trabalho aprovado – Início das ações; 4. Reunião com os outros Centros de Referência - Alto, Médio e Sub-médio; 5. Reunião Com a Pro Reitoria de Extensão para apresentação do Projeto; 6. Reunião Com a Pro Reitoria de Pesquisa para apresentação do Projeto; 7. Levantamento de empresas que fornecem material específico laboratorial, de refrigeração e construção de viveiros; 8. Elaboração das plantas dos laboratórios de ecologia, Laboratório multidisciplinar e sub-sede caatinga em Arapiraca; 9. Aquisição de equipamentos, veículo e viveiros.

Segunda fase (fase atual). Caracteriza-se pelo aumento progressivo das campanhas a campo, percorrendo vários municípios que estão inseridos na Região da Bacia Hidrográfica do Baixo São Francisco e pela estruturação da parte de marketing do projeto, ver nos anexos. A partir deste segundo momento estão sendo desenvolvidas as seguintes atividades: 1. Coleta de sementes de plantas nativas da caatinga; 2. Georeferenciamento das plantas fornecedoras de sementes; 3. Início da produção de mudas, nos viveiros das instituições participantes e nos núcleos comunitários a partir das sementes coletadas; 4. Relatório da flora da Bacia Hidrográfica do Baixo São Francisco; 5. Início das atividades na tribo Kariri-Xocó, em Porto Real do Colégio; 6. Levantamento de áreas para o replantio dessas mudas; 7. Busca por novos parceiros; 8. Elaboração da logomarca do projeto; 9. Participação em simpósios, reuniões e congressos; 10. Criação e manutenção do site do projeto CR-ad; 11. Concepção de um Banco de Imagens, alimentado constantemente e integrado ao site.

Com o aprimoramento da logística de campo e da cadeia produtiva de mudas, ganhando desta forma automação, esperamos atingir rapidamente a produção de 100 mil mudas. Esperamos aumentar a diversificação de espécies coletadas (sementes), gerando com isso uma maior riqueza de espécies replantadas. A partir das análises das áreas escolhidas para o reflorestamento, terá início o plantio propriamente dito das mudas produzidas. Em paralelo também serão buscadas novas parcerias com empresas privadas e comunidades dos municípios que estão inseridos na Bacia Hidrográfica do Baixo São Francisco.

27. Programa 1374 – Desenvolvimento da Educação Especial

Tabela 98 - Dados Gerais do Programa 1375

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Apoiar, em caráter suplementar, os sistemas de ensino na implementação da inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, na oferta do atendimento educacional especializado e na organização das condições de acessibilidade
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	Martha Tombesi Guedes
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Joelina Cerqueira – SEE/AL
Indicadores ou parâmetros utilizados	Índice de Acesso à Educação Básica; Índice de Atendimento Educacional Especializado; Índice de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na

	Rede Pública de Ensino; Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Física; Taxa de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns de Escolas Regulares na Educação Básica; Taxa de Municípios com Matrícula na Educação Especial; Taxa de Prevalência da Educação Inclusiva nos Municípios Brasileiros; Taxa de Qualificação Docente para Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica
Público-alvo (beneficiários)	Alunos com necessidades educacionais especiais

28. Principais Ações do Programa

28.1 Ação 8613 – Formação de Professores e Profissionais para a Educação Especial

Tabela 99 - Dados Gerais da Ação 8613

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Promover a formação continuada de professores dos sistemas públicos de ensino objetivando efetivar a implementação da política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com vistas ao acesso, a participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais específicos e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular.
Descrição	Apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento de cursos de formação continuada de professores nas áreas do atendimento educacional especializado, nas modalidades presencial e a distância.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Estadual de Educação do Estado de Alagoas
Coordenadora nacional da ação	Martha Tombesi Guedes
Unidades executoras	Centro de Educação - CEDU

Análise crítica dos resultados alcançados:

Essa ação se refere a oferta do curso de **Extensão para Professores da Educação Básica para o atendimento do(a) aluno(a) com deficiência intelectual em contexto educativo inclusivo**. O projeto aprovado previa para 2010 a realização de duas edições do referido curso – uma no primeiro semestre e outra no segundo semestre – ambas com mil vagas. A primeira delas deveria ter sido ofertada para os inscritos pelas Secretarias Municipais de Educação de diferentes cidades brasileiras (fichas manuscritas, encaminhadas para a SEESP e desta para a Universidade) e a segunda edição para a demanda proveniente da Plataforma Paulo Freire. Todavia, devido a dados incompletos, errados ou a falta de resposta dos inscritos através das fichas, foi necessário lançar mão dos inscritos através da Plataforma Freire para preencher as vagas ofertadas na primeira edição. Deste modo, os inscritos na primeira edição foram procedentes das demandas encaminhadas pelas Secretarias de Educação de diferentes municípios brasileiros para a Secretaria de Educação Especial/Ministério da Educação e da Plataforma Freire.

Por conta deste fato e vislumbrando a necessidade de uma nova demanda de interessados para a constituição das turmas da segunda edição da formação, entramos em contato com a SEESP no segundo semestre de 2010, que por sua vez divulgou o curso para as secretarias municipais de Educação, além de ter solicitado que as mesmas contatassem a coordenação do curso. Dessa divulgação, recebemos até momento a solicitação de mais de 1.100 vagas para a formação em questão.

Vale ainda informar que pelo fato da descentralização dos recursos financeiros ter ocorrido no final do primeiro semestre, a primeira edição, prevista para iniciar em maio de 2010, só pode ser iniciada em setembro do corrente ano, o que acabou por comprometer a oferta da segunda edição no segundo semestre.

Particularmente, em relação à configuração do Curso, a formação tem carga horária de 180 horas, dividida em 5 (cinco) módulos: Módulo I – Educação a Distância (20 h), Módulo II – Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva (40h), Módulo III – O(a) aluno(a) com

deficiência intelectual (20h), Módulo IV - Teorias da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano e a pessoa com deficiência intelectual (40 h) e Módulo V - Estratégias para o ensino do(a) aluno(a) com deficiência intelectual em um contexto educativo inclusivo (60 h).

O curso é desenvolvido no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, que pode ser acessado em <http://www.ead.ufal.br>. Seu formato é totalmente à distância e cada turma (organizada em sua maioria por cursistas de cidades de um mesmo estado) tem um tutor a distância. A seleção dos tutores ocorreu através de concurso público, cujos critérios foram experiência em educação inclusiva e em educação à distância. Os candidatos ainda deveriam ter pelo menos um ano de experiência na educação básica ou então estar vinculado em um programa de pós-graduação (*lato sensu*).

Índices e nível de aproveitamento. Não temos como informar este índice no momento, uma vez que a formação ainda está em andamento.

Andamento dos cursos. A primeira edição do curso, iniciada em 01 de setembro de 2010, tem término previsto para 28 de fevereiro de 2011. O término do curso teve que ser postergado, considerando que a ampla maioria dos cursistas é docente e o período de final de ano por si só já implica em sobrecarga de trabalho. Esta sobrecarga de trabalho acabou por diminuir o envolvimento dos cursistas com o curso, o que estava comprometendo o aproveitamento do curso. A decisão pelo adiamento do término do curso também considerou o fato de que muitos dos cursistas acessam a internet em computadores de suas escolas e com o término do ano letivo, este acesso se tornou inviável e, conseqüentemente, a realização do curso.

Possibilidade de ofertas para 2011. Para 2011 temos a possibilidade de oferta de duas edições, sendo que a primeira edição refere-se à segunda edição prevista e não executada de 2010 e outra edição não prevista. Como dissemos, para a segunda edição de 2010, temos os cursistas remanescentes de inscrições na Plataforma Freire (aproximadamente 300) e a demanda direta de secretarias municipais de educação (em torno de 1.100), totalizando 1.400 interessados. Vale ressaltar que estes solicitantes são procedentes de diferentes cidades brasileiras e todas as regiões do país.

Descrição dos polos (ou municípios) onde os cursos são ofertados. Os municípios atendidos são os mais variados possíveis e das diferentes regiões brasileiras. Temos municípios de pequeno porte em que os professores encontravam-se completamente excluídos digitalmente e que a maior dificuldade foi torná-los familiarizados minimamente com a tecnologia, de maneira permitir-lhes a participar do curso. Também nestas cidades a qualidade de acesso à internet é mais precária e a participação em atividades síncronas é praticamente impossível. Por outro lado, temos cidades de grande porte em que a exclusão digital do professor não é tão acentuada e o acesso à internet não é tão precário.

Grau de satisfação dos alunos. Como o curso ainda está em andamento, não aplicamos o questionário final em que há a avaliação da satisfação dos cursistas em relação ao curso.

Técnica e metodologias empregadas. O Curso é desenvolvido na Plataforma Moodle e as atividades tem o intuito de facilitar a compreensão dos assuntos abordados, instigando os cursistas a reflexão crítica da realidade da educação da pessoa com deficiência intelectual nas escolas regulares e mais particularmente da prática pedagógica do professor da Educação Básica. Desta maneira, são utilizados materiais didáticos produzidos pelos formadores, utilização de imagens (fotos, vídeos, reportagens, etc.), busca constante do diálogo e da reflexão no ambiente virtual e acompanhamento permanente desse diálogo. Além disso, são propostas ações interventivas que permitam a aplicação de conteúdos desenvolvidos e a reflexão de situações vividas pelos próprios cursistas.

Necessidade de alterações ou emprego de novos métodos. Nessa primeira edição, a principal dificuldade foi a adesão dos cursistas ao curso. Como mencionado anteriormente, a primeira edição foi organizada inicialmente a partir das fichas encaminhadas das secretarias de Educação. Estas fichas, em ampla maioria, apresentavam dados incompletos do cursista, por exemplo, CPF, RG, e-mail, endereço, entre outros. Especificamente, a falta do CPF e/ou de e-

mail válidos inviabilizava a efetivação do cadastro do interessado no curso, visto que o sistema de cadastro utilizado pela UFAL na Plataforma Moodle requer estes dois dados obrigatoriamente. Ultrapassada esta dificuldade inicial de cadastro, constatamos que muito dos e-mails cadastrados estavam errados, eram e-mails institucionais ou então não eram acessados regularmente pelo cursistas, o que impediu que houvesse a confirmação da participação no curso.

Sugestões, avaliações e considerações finais. As sugestões centram-se na diminuição da evasão do cursistas. Primeiramente, a existência de tutores presenciais é uma estratégia que deveria ser utilizada para auxiliar no acompanhamento e suporte dos cursistas, sobretudo nas cidades menores, em que a exclusão digital dos professores ainda é uma realidade. Muitas vezes, os materiais de apoio para o uso dos recursos da plataforma e as orientações do tutor a distância não são suficientes para que este cursista consiga de fato interagir, o que o leva a desistir do curso – não por falta de interesse ou necessidade -, mas, pelas barreiras relativas ao uso da tecnologia. Em segundo lugar, com o uso da Plataforma Freire, deveria ser criado um sistema de acompanhamento da participação dos cursistas nas formações. Isto porque temos verificado que com o aumento do investimento em formação continuada que o Governo Federal tem feito nos últimos anos (o que é essencial para garantirmos uma educação de qualidade), muitos(as) cursistas inscrevem-se em mais de um curso ao mesmo tempo e em determinado período isto sobrecarrega-o(a) e ele(a) acaba por desistir de uma das formações ou então o(a) cursista simplesmente desiste de um curso quando aparece outro curso que lhe interessa mais ou que tenha uma carga horária maior. Sugerimos que o cursista possa se inscrever em apenas um curso por vez e a sua inscrição em outro curso deveria estar condicionada a conclusão do anterior. Toda a desistência deveria ser justificada e dependendo do caso o cursista deveria ficar impedido de começar outra formação durante determinado período.

29. Programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

Tabela 100 - Dados Gerais do Programa 1375

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	Jorge Almeida Guimarães
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Josealdo Tonholo
Indicadores ou parâmetros utilizados	2137 - Índice de Doutores Titulados no País; 2135 - Índice de Mestres Titulados no País; 2139 - Índice de Qualidade da Pós-Graduação Nacional;
Público-alvo (beneficiários)	Alunos de pós-graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada

30. Principais Ações do Programa

30.1 Ação 0487 – Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no País

Tabela 101 - Dados Gerais da Ação 0487

Tipo da ação	Operações Especiais
Finalidade	Promover a formação de recursos humanos de alto nível e a cooperação nacional, no âmbito acadêmico, científico e tecnológico, proporcionando aos discentes, docentes e pesquisadores o necessário aporte de recursos financeiros para as atividades dos programas de pós-graduação, mestrado e doutorado, recomendados pela Capes, nos quais eles atuam.

Descrição	Concessão de bolsas de estudo no país e demais auxílios a elas vinculados, tais como: passagens, taxas escolares, auxílios acadêmicos, auxílio instalação, diárias, seguro saúde, além de cobertura para a realização de pesquisa e defesa de trabalho de final de curso e de estudos acadêmicos, necessários à formação de alunos e aperfeiçoamento de professores, pesquisadores e especialistas no País, assim como, o apoio financeiro às instituições de ensino superior e a bolsistas para capacitação em cursos de formação pós-graduada. Implementação de inovações visando à melhoria do ensino, incentivando a interação entre áreas do conhecimento e níveis de formação, promovendo a formação de pessoal necessário ao desenvolvimento de projetos destinados à redução das desigualdades regionais e na promoção de instituições e de áreas de conhecimento consideradas prioritárias para o País, por meio de parcerias institucionais, concessão de bolsas de estudo e demais auxílios a elas vinculadas; assim como, o apoio necessário ao desenvolvimento e registro de patentes. Os projetos apoiados serão selecionados tendo por base os critérios previamente definidos em convênios e instrumentos legais próprios entre a CAPES e instituições brasileiras. Esta ação será acompanhada e avaliada de forma permanente, com critérios previamente definidos, envolvendo visitas "in loco".
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEP

Análise crítica dos resultados alcançados:

O programa de demanda social promove a formação de recursos humanos de alto nível, necessários ao desenvolvimento do País, por meio da concessão de bolsas aos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado) avaliados pela CAPES e oferecidos por instituições públicas.

As bolsas de estudo da demanda social são gerenciadas pelas instituições e cursos de pós-graduação os quais são responsáveis pela seleção, concessão e acompanhamento dos bolsistas, conforme orientações da CAPES.

O programa de demanda social apóia os 27 (vinte e sete) cursos de pós-graduação da UFAL, recomendados pela CAPES, com bolsas de mestrado e doutorado, somando um total de 169 bolsas de mestrado e 51 bolsas de doutorado. O valor total repassado pela CAPES no ano de 2010 foi de R\$ 3.535.200,00. A **Tabela 102** apresenta a distribuição de cotas e recursos por Programa de Pós-Graduação, durante o ano de 2010.

Tabela 102 - Distribuição de cotas e recursos por Programa Stricto Sensu

Programa	Nível	Cota Curso 2010	
		M	D
Letras e lingüística	M/D	08	10
Física da matéria condensada	M/D	13	09
Química e biotecnologia	M/D	21	19
Educação	M	12	
Modelagem computacional de conhecimento	M	07	
Engenharia química	M	10	
Ciências da saúde	M	08	
Economia	M	05	
Matemática	M	04	
Agronomia	M	13	
Recursos hídricos	M	03	
Meteorologia	M	08	
Serviço social	M	05	
Sociologia	M	04	

Dinâmica do espaço habitado	M	12	
Nutrição	M	12	
Engenharia civil	M	05	
Direito	M	07	
Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO)	D		13
Diversidade biológica e conservação nos trópicos	M	04	
Zootecnia	M	08	
Materiais	D		02
Total		169	51

Fonte: PROPEP

30.2 Ação 4006 – Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação

Tabela 103 - Dados Gerais da Ação 4006

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.
Descrição	Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de pós-graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior, correspondendo a dispêndios com a coordenação dos programas de pós-graduação, abrangendo organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, entre outros, bem como a manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente. serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, entre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Unidades Acadêmicas e os Programas de Pós-Graduação da UFAL

Análise crítica dos resultados alcançados:

A PROPEP é responsável pela gestão institucional da pós-graduação que compreende atividades relativas aos cursos *Lato Sensu* e aos cursos *Stricto Sensu*.

Cursos *Lato Sensu*. Durante o período de 2004 a 2007, a UFAL realizou um de seus saltos mais significativos no que diz respeito à oferta de cursos *Lato Sensu*. Estes cursos atenderam a uma demanda reprimida da sociedade alagoana, cada vez mais ávida por formação continuada com foco em habilidades voltadas para a academia e para o mercado de trabalho. Essas oportunidades, destinadas a alunos do Campus A. C. Simões, em Maceió, também foram levadas para Arapiraca e suas unidades, inseridas no projeto de interiorização da Universidade, iniciado em 2006. Em 2010, o quadro de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* em andamento na UFAL se apresenta como mostrado na **Tabela 12**.

É importante ressaltar que 2010 teve início a Residência Integrada Multiprofissional em Saúde, com oferta de 12 vagas para as áreas de Enfermagem, Psicologia, Nutrição, Fisioterapia, Farmácia e Serviço Social.

Cursos *Stricto Sensu*. No campo dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, a UFAL avançou de forma consistente, construindo bases sólidas para a sua expansão, com qualidade, nesta área. Os indicadores mostram um crescimento que, mesmo diante de percalços inerentes ao processo de construção do conhecimento, atestam o compromisso da gestão para a formação de pesquisadores e de pessoal de alto nível. Os números traduzem esta realidade. Em 2003, a UFAL contava com apenas 12 cursos de mestrado. Entre 2004 e 2009 foram criados 6 novos Programas (Mestrado em Recursos Hídricos e Saneamento, Engenharia Química, Direito, Nutrição, Modelagem Computacional de Conhecimento, Ciências da Saúde, Economia, Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos). Em 2010 a pós-graduação *Stricto Sensu* continuou sua expansão na UFAL, com a instalação de três novos Programas de Doutorado e

um mestrado profissional em Ensino de Ciência e Matemática. Foram também aprovadas pela CAPES 6 (seis) novas propostas de Mestrado e Doutorado, a saber: Doutorado em Educação, Mestrado e Doutorado em Proteção de Plantas, Mestrado em Psicologia, Mestrado em Enfermagem, Mestrado Profissional em Ensino em Saúde, Mestrado Profissional em Matemática em Rede. Em 2010, o quadro de cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* em andamento na UFAL se apresenta como mostrado na **Tabela 13**.

30.3 Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação

Tabela 104 - Dados Gerais da Ação 4019

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Promover o desenvolvimento da pós-graduação nacional, mediante a melhoria das condições de funcionamento dos programas de pós-graduação, custeio de atividades de ensino e pesquisa, execução de projetos de cooperação entre instituições de ensino e/ou de pesquisa, participação e realização de eventos científicos nacionais e internacionais.
Descrição	Concessão de recursos financeiros destinados à melhoria da infra-estrutura de ensino e de pesquisa, à aquisição de insumos para laboratórios, à melhoria das condições de funcionamento de bibliotecas, à promoção e participação em eventos científicos, mediante critérios que levem em conta: os méritos acadêmico, científico ou tecnológico, bem como as especificidades regionais e das áreas do conhecimento, a edição de obras científicas e demais atividades que contribuam para a qualidade das ações desenvolvidas pelos programas de pós-graduação, assim como a manutenção da Casa do Brasil na cidade universitária, em Paris, que atende a estudantes e a pesquisadores brasileiros em missão de estudo. Implementação de editais específicos e indutores para apoiar ações de investimento na modernização da infra-estrutura de equipamento de laboratório compartilhado de programa de pós-graduação visando à formação de recursos humanos e a melhoria da pesquisa científica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEP
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEP

Análise crítica dos resultados alcançados:

Os cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, credenciados pela CAPES, fazem jus ao pagamento de taxas através do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), que contempla itens, como: manutenção de equipamentos; funcionamento de laboratórios de ensino e pesquisa; produção de material didático-instrucional e publicação de artigos científicos; aquisição de novas tecnologias de informática; realização de eventos técnico-científicos promovidos pelo programa de pós-graduação; participação de professores convidados em bancas examinadoras de dissertações, teses e exame de qualificação; participação de professores em eventos no país; participação de professores em eventos no exterior; participação de alunos em eventos no país; participação de alunos de doutorado em eventos no exterior; participação de professores visitantes nos programas e participação de professores e alunos em trabalhos de campo e coleta de dados no país.

A gestão acadêmica e financeira dos recursos do PROAP/CAPES fica sob a responsabilidade da PROPEP. Todavia, cada coordenação de pós-graduação recebe uma parcela de recursos para manutenção e investimento dentro dos programas. Foi realizado o assessoramento aos programas de pós-graduação na gestão dos recursos do PROAP/CAPES, intensificando investimentos na formação pós-graduada e nas e nas atividades inovadoras voltadas para o desenvolvimento acadêmico.

Os recursos PROAP/CAPES destinados à UFAL totalizaram, nesse ano de 2010, R\$ 658.570,00 que foram destinados aos Programas e à Pró-Reitoria, de acordo com a **Tabela 16**.

31. Programa 1377 – Educação para a Diversidade e Cidadania*Tabela 105 - Dados Gerais do Programa 1377*

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Reduzir as desigualdades étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	André Luiz de Figueiredo Lázaro
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Eduardo Silvio Sarmento de Lyra
Indicadores ou parâmetros utilizados	2538 - Índice de Igualdade da Educação do Campo; 2539 - Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena; 2537 - Índice de Igualdade das Ações Educativas Complementares; 2540 - Índice de Igualdade das Diversidades Étnico-Raciais; 2541 - Índice de Igualdade de Gênero
Público-alvo (beneficiários)	Alunos de todas as idades, seus familiares e os profissionais da educação

32. Principais Ações do Programa**32.1 Ação 2C68 – Fomento à Inclusão Social e Étnico-Racial na Educação Superior***Tabela 106 - Dados Gerais da Ação 2C68*

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Fomentar ações das Instituições Públicas de Educação Superior para a promoção do acesso, e para a garantia da permanência e da formação de alunos de grupos sociais em desvantagem, e mobilizar e sensibilizar as Instituições de Educação Superior para que desenvolvam ações que incentivem a participação igualitária de grupos étnico-raciais, culturais e etários possibilitando desencadear um processo sustentado de valorização e reconhecimento de Direitos, no âmbito da Educação Superior
Descrição	Apoio financeiro a projetos educacionais apresentados pelas instituições públicas de Educação Superior que primem pela excelência acadêmica e contribuam para a democratização na Educação Superior, por meio de ações que potencializem o ingresso, o desenvolvimento e o sucesso de estudantes, em especial os oriundos de escolas públicas, negros, indígenas e pessoas com necessidades educacionais especiais, proporcionando, também, novas possibilidades formativas em resposta a demandas específicas emergentes e à inclusão social
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Pró-Reitoria Estudantil - PROEST
Coordenador nacional da ação	Murilo Silva de Camargo
Unidades executoras	NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro

Análise crítica dos resultados alcançados:

O Programa de Políticas de Ações Afirmativas para Afro-descendentes no Ensino Superior na UFAL é constituído de um conjunto de ações com o objetivo de eliminar desigualdades sociais históricas. Este programa dentro de suas ações instituiu o sistema de cotas para população afro-descendentes, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação.

Dessa forma, este projeto tem como objetivo propiciar ações que viabilizem o acesso e permanência da população negra na UFAL. Após a sua aprovação pelos CONSUNI e CEPE, o programa ficou estruturado em 04 (quatro) sub-programas: 1- Políticas de Cotas; 2- Políticas de Acesso e Permanência; 3- Políticas Curriculares e de Formação de Professores e 4 – Políticas de Produção de Conhecimento. Esses 04 (quatro) sub-programas estão sendo coordenados por uma Comissão Permanente do Programa de Ações Afirmativas da UFAL.

A UFAL continua com as Políticas de Ações Afirmativas, programa aprovado pelo CONSUNI em 2004, mais especialmente em Novembro. O primeiro vestibular aconteceu em 2004/2005, quando ingressaram 192 alunos cotistas. Para o vestibular de 2011, se inscreveram em 2010, 5.940 (cinco mil, novecentos e quarenta alunos) para todos os cursos existentes na

instituição. Os cursos, hoje, estão divididos entre licenciaturas e bacharelados, multiplicando a possibilidade de ingressos, já que o Ministério da Educação considera-os situações distintas, ou seja, os cursos têm projetos pedagógicos diferenciados.

Os cursos mais procurados pelos alunos provenientes de escolas públicas que se reconhecem como pretos e pardos, no momento do vestibular, foram: serviço social (476), enfermagem (407), educação física (393), administração (384), medicina (300), direito (298), história (267), engenharia civil (261), pedagogia (256), psicologia (221), nutrição (219) e ciências biológicas (204).

Os dados acima apresentados indicam muito claramente o interesse dos jovens no que se refere ao campo de trabalho que desejam atuar. As áreas do serviço social e da saúde têm uma concentração significativa, nesse caso podemos pensar nas atribuições sociais de assistência direta que os futuros formandos pretendem retribuir à sociedade.

Apesar do recorte de gênero ser maior para as mulheres (60%), existe alguns cursos onde o número de inscritos foi maior entre os homens (40%), talvez pela tradição de serem ambientes vistos como masculinizados, entre eles estão: agronomia, ciência da computação, educação física, engenharia ambiental, engenharia da computação, engenharia de pesca, engenharia de petróleo, medicina veterinária, meteorologia, música, química tecnológica e industrial.

32.2 Ação 8741 – Desenvolvimento de Projetos Educacionais para Acesso e Permanência na Universidade de Estudantes de Baixa Renda e Grupos Socialmente Discriminados

Tabela 107 - Dados Gerais da Ação 8741

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Apoiar o desenvolvimento de ações de promoção de acesso e permanência com qualidade na Universidade para estudantes indígenas, afrodescendentes, pessoas de baixa renda e grupos socialmente discriminados, bem como apoiar a formação de professores em cursos de licenciatura específico, definido segundo áreas de conhecimento (Linguagens, artes e Literatura, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Agrárias, intercultural bilíngüe/multilíngüe indígena, específico e diferenciado), considerando a sócio-diversidade das populações do campo e indígenas, de modo a prover as escolas de profissionais capazes de ministrar aulas para todas as etapas da Educação Básica, principalmente nas comunidades indígenas e no campo.

<p>Descrição</p>	<p>Apoio técnico-financeiro a ações de fortalecimento do processo de aprendizagem de jovens e adultos de baixa renda, indígenas, afrodescendentes, e socialmente discriminados por orientação sexual e identidade de gênero, matriculados ou egressos de escolas públicas, por meio de reforço escolar, orientação vocacional, cursos pré-vestibulares e outros. A ação volta-se ainda para o desenvolvimento de projetos de extensão, pesquisa e ensino no âmbito das universidades públicas sobre as políticas de democratização do ensino superior público, além da formação inicial de professores em cursos de graduação plena por área de conhecimento, na modalidade Licenciatura, para professores de escolas do campo e escolas indígenas, com ajuda de custo para deslocamento dos professores em formação para os campus universitários e deslocamento de equipes docentes das universidades para os locais de trabalho dos professores em formação para tutoria e acompanhamento do trabalho nas escolas do campo e indígenas. Realização de pesquisas e desenvolvimento de projetos comunitários e atividades correlatas que contribuam para: fortalecer os vínculos dos jovens de baixa renda indígenas, do campo, afrodescendentes, gays, lésbicas, transgêneros, transexuais e outros grupos socialmente discriminados com vistas a fazer com que, a partir da experiência universitária desses jovens, seja promovida uma aproximação das suas comunidades com os sistemas estaduais e municipais de educação básica e com as instituições públicas de ensino superior, estimulando o mútuo reconhecimento e a conexão entre diferentes saberes. Prevê a concessão de para estudantes, professores e demais profissionais da educação, das redes públicas, sejam do ensino médio ou do ensino superior, a produção e distribuição de material didático, adaptados para a realidade local e a elaboração de livros e artigos científicos.</p>
<p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</p>	<p>Pró-Reitoria de Extensão - PROEX</p>
<p>Coordenador nacional da ação</p>	<p>Armênio Bello Schmidt</p>
<p>Unidades executoras</p>	<p>UFAL</p>

Análise crítica dos resultados alcançados:

O Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares, que é uma iniciativa do Ministério da Educação por intermédio da Secretária de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, e execução financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em cumprimento às suas atribuições de responder pela formulação de políticas públicas de valorização da diversidade e promoção da equidade na educação.

O Programa Conexões de Saberes é composto por cinco projetos:

Projeto Pré-Vestibular Comunitário. Este projeto atua no Campus Maceió e no Campus de Arapiraca e suas unidades de ensino polos de Palmeira dos Índios e Penedo, atendeu em 2009, 510 (quinhentas e dez) tendo 124 (cento e vinte e quatro) pessoas que passaram no vestibular da UFAL, em 2010, 6.050 (seis mil e cinquenta) pessoas em todo estado se inscreveram no portal da COPEVE, para participar do cursinho preparatório para o vestibular 2010/2011, no total de 960 atendidas pelo projeto, o resultado deste trabalho foi a aprovação de mais de 200 alunos no vestibular da UFAL para entrada em 2011.

Projeto Educação Complementar e Cidadania. Cerca de 100 crianças e adolescentes com baixo poder aquisitivo, são atendidas pelo projeto junto com suas famílias. Esse projeto se desenvolveu nas instalações do Instituto Nazareno Pão da Vida que se localiza no Bairro do Clima Bom e desenvolve atividades com crianças em vulnerabilidade social.

Projeto Organização e Mobilização Comunitária. Nas duas aldeias, na qual o projeto é executado, foram atendidos cerca de 63 jovens que estão concluindo ou já concluíram o ensino médio. No vestibular 2010/2011, 8 (oito) alunos se inscreveram no vestibular tendo 1 (uma) aprovação na UFAL e 3 (três) na UFS.

Projeto Vizinhança. Cerca de 680 famílias são atendidas pelo projeto com a parceria de outros órgãos públicos, desenvolvendo capacitações, palestras, implantação de atividades sócio-

educativas e econômicas de geração de emprego e renda, reuniões com os núcleos da própria Universidade entre outros, destes cerca de 150 crianças fazem natação na vila olímpica da UFAL, outras ações também são desenvolvidas na comunidade como cursos de inclusão digital, que atende cerca de 40 (quarenta) pessoas, temos também curso de flauta doce ministrada por uma aluna do curso de Música da UFAL, bem como o pré-supletivo que atendeu 50 jovens e adultos.

Projeto Escola Aberta. As ações deste projeto foram desenvolvidas com atividades de Leituração, Direitos Humanos e Educação e Meio Ambiente em 4 escolas, atendendo a 120 crianças e adolescentes.

Para atender todas as atividades do programa conexões de saberes, contamos com 90 bolsistas, 1 coordenador geral, 3 coordenadores de projetos e 1 monitor da Escola Aberta.

32.3 Ação 8750 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Campo, das Comunidades Indígenas e Comunidades Tradicionais

Tabela 108 - Dados Gerais da Ação 8750

Tipo da ação	
Finalidade	Apoiar projetos de ampliação e melhoria da educação básica escolar indígena, do campo e das comunidades tradicionais, bem como fortalecer o ensino médio, implantando nas escolas a integração da formação acadêmica com formação técnica e tecnológica articulada aos projetos de desenvolvimento sustentável das respectivas regiões.
Descrição	Apoio técnico-financeiro a projetos voltados para os sistemas de educação municipais, estaduais e do Distrito Federal, para viabilizar a formação inicial e continuada de professores, gestores e profissionais da educação que atuam na Educação básica dessas escolas, bem como a produção e distribuição de material didático e pedagógico específico para essas áreas de atuação, e projetos de ensino médio específicos e diferenciados que contemplem a formação de jovens para a gestão de projetos de etnodesenvolvimento dos territórios, considerando a sócio-diversidade dessas comunidades, demandados por secretarias estaduais de educação e instituições não-governamentais, que desenvolvem projetos articulados com as secretarias estaduais de educação. Contempla, ainda, o fortalecimento dos sistemas, envolvendo o apoio à coordenação local na melhoria de infraestrutura, especialmente tecnologia da informação e na concessão de bolsas para despesas realizadas no desempenho de suas atividades, além da capacitação de gestores e profissionais de educação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
Coordenador nacional da ação	Armênio Bello Schmidt
Unidades executoras	Pró-Reitoria de Extensão - PROEX

Análise crítica dos resultados alcançados:

Esta ação se refere a oferta de curso de especialização em educação do campo. Entre os objetivos específicos deste curso estão: (i) formar, em nível de pós-graduação *Lato Sensu*, educadores e gestores da educação do campo, técnicos da rede pública da educação e dos movimentos sociais e sindicais do campo em Alagoas; (ii) fundamentar o processo de reflexão das temáticas relacionadas tanto às práticas pedagógicas quanto às questões da gestão nas escolas do campo, bem como das Redes e Sistemas de ensino nas quais atuam os alunos do curso; (iii) estimular a elaboração de projetos de pesquisa e de intervenção voltados para a educação do campo, compreendida enquanto área de ação e formação humana e; (iv) fomentar a formação de uma rede local de pesquisadores em educação do campo, a partir da qual se busque: organizar espaços permanentes de estudo acerca da educação do campo e organizar uma publicação de caráter científico acerca da educação do campo.

O público-alvo deste curso foram os educadores e gestores das escolas do campo, técnicos das Secretarias Municipais de Educação, das CRE's, dos programas e projetos da

SEEE-AL e dos movimentos sociais e sindicais do campo, com atuação efetiva na rede pública de ensino ou na educação do campo.

O referido curso seguirá a metodologia da Universidade Aberta do Brasil - UAB, utilizando para o processo de aprendizagem o ambiente virtual de aprendizagem Moodle. O curso capacitará 103 técnicos que serão os multiplicadores na formação dos professores e que acompanharão a implementação do Programa Escola Ativa nas escolas multisseriadas em noventa municípios alagoanos, a partir da construção de um referencial teórico-metodológico sobre educação no campo e suas possibilidades, contribuindo efetivamente para uma práxis pedagógica mais crítica e, conseqüentemente, transformação da realidade educacional do campo.

Entre os objetivos específicos do curso estão: conceituar Educação do Campo; analisar como se dá o processo de ensino-aprendizagem nas classes multisseriadas; conhecer os elementos estruturantes da Metodologia do Programa Escola Ativa; discutir os limites e possibilidades do Programa Escola Ativa; identificar as características sociais, políticas e econômicas do campo brasileiro; compreender a educação no campo como direito humano, no contexto da política de desenvolvimento com igualdade social; analisar as políticas de Educação do Campo; refletir sobre as concepções de desenvolvimento e aprendizagem que subsidiam a Educação no campo; discutir sobre as principais teorias de alfabetização e seus respectivos métodos; demonstrar conhecimentos sobre diferentes estratégias de leitura e produção de texto; conceber a pesquisa como forma de organização do ensino; conhecer os fundamentos e princípios da Educação no campo; conceber a escola como formadora do ser humano articulado com um projeto de emancipação humana; discutir as políticas de Educação do Campo; melhorar o desempenho escolar das crianças que freqüentam classes multisseriadas; fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas.

32.4 Ação 8751 – Apoio à Inserção das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente no Processo Educacional

Tabela 109 - Dados Gerais da Ação 8751

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Apoiar projetos que visem a promoção dos direitos humanos, da cidadania e da sustentabilidade socioambiental
Descrição	Apoio técnico-financeiro a projetos voltados para a promoção da sustentabilidade socioambiental das escolas, das comunidades locais e do país, às temáticas da cidadania, dos direitos humanos e da diversidade em suas múltiplas dimensões. Os projetos devem visar: o desenvolvimento e a consolidação da educação ambiental em todos os níveis de escolaridade e modalidades de ensino; o enfrentamento de toda forma de discriminação (étnico-racial, de gênero, por orientação sexual e outras), inclusive mediante a promoção do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de Educação Básica; a elaboração de material didático-pedagógico, a formação/capacitação de profissionais em educação (gestores, professores, servidores e profissionais que lidam com a área de educação) com relação às questões de valorização da diversidade e promoção da cidadania e direitos humanos, dentro da Educação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
Coordenador nacional da ação	Rosiléa Maria Roldi Wille
Unidades executoras	Pró-Reitoria de Extensão - PROEX

Análise crítica dos resultados alcançados:

Essa ação refere-se a oferta do curso de especialização “Educação em Direitos Humanos e Diversidade” que atende a modalidade EAD/semipresencial, com carga horária de 435 horas, com aulas pela plataforma *Moodle* e encontros presenciais para avaliação ao final de cada módulo e tem como objetivo, proporcionar qualificação em nível de pós-graduação lato

sensu na área dos Direitos Humanos e Diversidade aos docentes e demais integrantes da comunidade escolar, bem como profissionais da área de segurança pública; lideranças comunitárias; membros de Comitês e Conselhos municipais ou estaduais, bem como pesquisadores ligados à área de Direitos Humanos, contribuindo, assim, para a construção de uma cultura de direitos humanos no Estado de Alagoas.

O curso semipresencial encontra-se em fase de planejamento para iniciar em março de 2011. Para tal, elaboramos o Edital de chamada que foi publicado pela PROPEP no início de outubro/2010, obtendo um número de 2.877 inscrições para concorrer a 210 vagas distribuídas em cada polo: Maceió, Maragogi e Santana do Ipanema (70 por polo). Sendo 49 dessas vagas destinadas aos docentes do quadro permanente da rede pública de ensino; 16 para servidores públicos e egressos de universidades públicas e 11 para outras categorias.

A estrutura do processo seletivo envolve a organização, elaboração e aplicação da prova (eliminatória) com a avaliação de currículo (classificatório) de modo a gerar o resultado final e divulgação da lista dos 210 aprovados.

Em 2010, iniciamos com as contratações dos professores (bolsas CAPES), de forma que o corpo docente pudesse trabalhar imediatamente o conteúdo das disciplinas, para posteriormente construir os respectivos textos que constituirão o livro básico do curso (impresso e online), bem como elaboração das questões que compõem a prova objetiva do processo de seleção do curso. Além disso, foram contratados outros recursos humanos (pessoa física/ conta única/UFAL/FNDE), sendo uma secretária para atender todas as ações ligadas ao curso, e três profissionais que atuam no suporte de rede e no apoio administrativo do curso, desenvolvendo determinadas atividades ligadas ao desenvolvimento tecnológico, como a elaboração e alimentação do Site @EDHESP, onde disponibilizamos todas as informações sobre o processo de seleção da especialização EDHDI, e demais notícias referentes ao mesmo; criação da logo EDHDI; Conversão dos conteúdos das disciplinas em formato adequado para disponibilização na Plataforma Moodle; apoio aos professores no que se refere à preparação dos materiais e conteúdos das disciplinas em mídias digitais. Nesse mesmo período, contratamos 12 tutores para o curso, sendo dois *on-lines* e dois presenciais para cada polo, os quais participaram de uma capacitação ofertada pela Coordenação Institucional de Ensino a Distância (CIED).

Procedemos com as medidas necessárias para atender a burocracia do sistema de licitação que deverá gerar até dezembro o empenho. Realizamos visitas técnicas aos três polos com reuniões com os coordenadores locais, bem como com as Secretarias Municipais de Educação, no sentido de criar parcerias não só no momento da seleção dos cursistas, mas durante todo o período de execução do curso.

33. Programa 1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

Tabela 110 - Dados Gerais do Programa 1388

Tipo de programa	Atividade
Objetivo geral	
Objetivos específicos	--
Gerente do programa	
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Eduardo Setton Sampaio da Silveira
Indicadores ou parâmetros utilizados	---
Público-alvo (beneficiários)	---

34. Principais Ações do Programa

34.1 Ação 2B41 – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energias do Futuro

Tabela 111 - Dados Gerais da Ação 2B41

Tipo da ação	Projeto
Finalidade	Apoiar projetos de pesquisa técnico-científica, inovação e desenvolvimento de tecnologias, produtos e processos, apoiar a capacitação e formação de recursos humanos, bem como a criação e consolidação de redes e a infraestrutura laboratorial em áreas ligadas às energias do futuro, com o propósito de aumentar a segurança e diversificar a matriz energética brasileira.
Descrição	Fomento à realização de estudos e projetos demonstrativos, promoção da pesquisa e desenvolvimento, e incentivo à inserção tecnológica, com vistas ao domínio de tecnologias tais como: produção e uso do hidrogênio; energia solar térmica e solar fotovoltaica; biodigestão; gaseificação; novos combustíveis; energia eólica de pequeno e médio portes e produção de partes, peças e sistemas para aerogeradores de pequeno, médio e grande portes; aproveitamentos hidrelétricos de pequeno porte, incluindo retrofit, pequenas quedas, usinas a fio d'água e barragens móveis entre outras tecnologias emergentes; energias e biomassas marinhas; geração termelétrica, siderurgia e carboquímica a partir de tecnologias limpas da cadeia produtiva do carvão; pesquisa e projetos demonstrativos de materiais avançados tais como silício, lítio, membranas, fibras de carbono, materiais compósitos para uso em sistemas energéticos. Desenvolvimento de fontes alternativas e rotas tecnológicas na área de energia para cadeias produtivas de base mineral. Fomento à elaboração de estudos prospectivos e setoriais com a finalidade de identificar necessidades de investimentos e de gargalos tecnológicos para subsidiar a formulação de políticas públicas na área de energias do futuro. Fomento a eventos (congressos, seminários, workshops), cursos de curta duração e publicações com a finalidade de disseminar novas tecnologias na área de energias do futuro.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	---

Análise crítica dos resultados alcançados:

Esta ação é referente a dois projetos. Um deles intitulado “**Protótipo de gerador de energia elétrica com concentradores de calha parabólica (gerassol) para o sertão nordestino**”, cujo objetivo seria o Apoio à construção de uma unidade demonstrativa de um gerador de energia elétrica com concentradores solares de calha parabólica (gerassol), com potencia de 13 kW. A comunidade do Povoado Japão, Município de Pão de Açúcar (AL), deverá ser dotada de infra-estrutura de geração própria e distribuição de energia elétrica para atender às atividades produtivas comunitárias que incluem iluminação, produção de água para consumo humano e animal, irrigação de cultivos de ciclo curto durante o período seco do ano (julho-março) e comercialização das colheitas para geração de renda. É nesse período seco que a comunidade sofre maior carência. Em adição, com energização da escola, espera-se que a assimilação do conhecimento pelas crianças aumente, possibilitando melhor perspectivas de vida para esses futuros cidadãos. A operação e monitoração do desempenho e eficiência energética do GERASSOL propiciará um melhor entendimento o funcionamento do sistema, particularmente no que se refere às perdas termodinâmicas, e aprimoramento do sistema. A comunidade Povoado Japão, Município de Pão de Açúcar (AL), será a primeira a ser beneficiada com geração de energia elétrica a partir de energia solar com essa técnica de concentradores solares de calhas parabólicas. Entretanto, qualquer comunidade isolada, no Nordeste e Centro Oeste, que se caracterize pela falta de acesso à energia elétrica que impeça seu desenvolvimento social e econômico, melhoria do IDH, poderá ser beneficiada no futuro com equipamentos dessa natureza. Este projeto se encontra na fase de planejamento e aquisição dos equipamentos e demais insumos.

O segundo projeto se refere ao “**Sistema de Extração por Fluidos em condições supercríticas (EFS) para extração de substâncias químicas existentes na Flora Amazônica para geração de renda dos municípios da Região**”, cujo objetivo seria a implantação de um Sistema de Extração por Fluidos em Condições Supercríticas (EFS) para as atividades

extrativistas no Município de Santo Amaro do Maranhão, Estado do Maranhão. Espera-se que o presente projeto contribua para mudar a visão que as comunidades amazônicas têm quanto ao potencial fármaco-químico, de grande valor econômico, existente na flora e fauna regionais. No caso específico do Município de Santo Amaro do Maranhão (MA), espera-se contribuir para elevar o nível de geração de renda local por meio da extração de carotenóides, produção de óleo de buriti, para fins culinários, cosméticos ou energéticos. Agregar valor a produtos naturais, produzidos e comercializados pela comunidade, certamente contribui para aumentar as perspectivas de um IDH melhorado e expectativas de um futuro baseado em atividade econômica sustentável. Os resultados alcançados poderão ser disseminados para um número maior de comunidades amazônicas que poderão tirar proveito da fantástica biodiversidade existente na Região, por meio de um extrativismo durável e que propiciará a conservação das espécies e do meio ambiente. Este projeto se encontra na fase de planejamento e aquisição dos equipamentos e demais insumos.

34.2 Ação 4156 – Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro)

Tabela 112 - Dados Gerais da Ação 4156

Tipo da ação	Projeto
Finalidade	Estimular a inovação na cadeia produtiva do setor de petróleo e gás natural, a formação e qualificação de recursos humanos e o desenvolvimento de projetos em parceria entre Empresas e Universidades, Instituições de Ensino Superior ou Centros de Pesquisa do país, com vistas ao aumento da produção, à redução de custos e preços, à melhoria da qualidade dos produtos. Financiar pesquisas que tenham como objetivo solucionar ou minimizar impactos sociais provocados pelas atividades relacionadas aos setores de petróleo e gás natural.
Descrição	Financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, voltados à prospecção, à produção e à refinação de petróleo e gás natural, financiamento de projetos de caráter social que visem reduzir ou solucionar impactos provocados pelas atividades relacionadas aos setores em questão, empreendidos por universidades e centros de pesquisas, sem fins lucrativos, no âmbito do CT-PETRO, mediante a utilização dos royalties pela exploração e pela produção de petróleo ou gás natural e promoção de cursos para treinamento e/ou aperfeiçoamento dos profissionais da área.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	

Análise crítica dos resultados alcançados:

Esta ação corresponde ao projeto referente ao “Programa de Recursos Humanos da ANP para o Setor de Petróleo e Gás”, submetido pelo Centro de Tecnologia (CTEC) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) para o Edital 04/2009-PRH-ANP/MCT, de novembro de 2009, intitulado “Formação de Profissionais de Engenharia Civil e Química para Atuação no Setor de Petróleo, Gás e Energia”, com aprovação em 19 de maio de 2010, sendo referenciado, desde então, pelo programa PRH-40.

A ação visa formar mão-de-obra especializada no setor de petróleo e gás para atender aos novos empreendimentos a serem desenvolvidos no país. A ANP assumiu a indução na formação e especialização de graduandos, mestrandos e doutorandos interessados em atuar no setor, através de um programa que oferece recursos financeiros na forma de bolsas e taxa de bancada para cursos com ênfase em atividades dos diversos segmentos da cadeia produtiva na indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, tendo como objetivo primordial a qualificação de profissionais que irão responder pela demanda das empresas e pelo desenvolvimento de novas tecnologias.

O programa é gerido por um coordenador juntamente com uma comissão gestora. Desde sua implantação até o início de janeiro de 2011 o programa foi coordenado pelo Prof. Eduardo

Setton Sampaio da Silveira, substituído até o presente pelo Prof. Eduardo Nobre Lages. A Comissão Gestora do programa é composta pelos professores Aline da Silva Ramos Barboza, Maritza Montoya Urbina e Antonio Osimar da Silva, todos lotados no Centro de Tecnologia da UFAL.

A primeira seleção de bolsistas e colaboradores ocorreu em agosto de 2010, tendo sido escolhidos discentes do curso de graduação em Engenharia Civil (05 bolsistas e 05 colaboradores), do curso de graduação em Engenharia Química (05 bolsistas e 05 colaboradores) e do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil (06 bolsistas e 02 colaboradores).

Foram aprovados recursos na ordem de R\$ 365.246,40, distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 143.899,20 – bolsas para os alunos
- R\$ 15.048,00 – bolsa de coordenação
- R\$ 62.400,00 – bolsa de pesquisador visitante
- R\$ 143.899,20 – taxa de bancada

Entre as atividades realizadas neste projeto estão:

- Seleção dos bolsistas e colaboradores;
- Elaboração de toda documentação da registro dos bolsistas e colaboradores junto à ANP;
- Elaboração da homepage do PRH-40 (www.prh40.ufal.br);
- Implantação das disciplinas dos respectivos cursos envolvidos que atendem ao PRH-40, necessitando da inclusão na matriz curricular, oferta no período letivo e matrícula dos respectivos discentes;
- Encaminhamentos junto à FUNDEPES para pagamentos das bolsas dos discentes contemplados;
- Reuniões de planejamento e acompanhamento do programa pela Comissão Gestora.

35. Programa 1402 – Educação em Direitos Humanos

Tabela 113 - Dados Gerais do Programa 1402

Tipo de programa	Atividade
Objetivo geral	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Objetivos específicos	--
Gerente do programa	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Mara Rejane Alves Ribeiro
Indicadores ou parâmetros utilizados	---
Público-alvo (beneficiários)	---

36. Principais Ações do Programa

36.1 Ação 8815 – Comitês de Educação em Direitos Humanos nos Estados e Municípios

Tabela 114 - Dados Gerais da Ação 8815

Tipo da ação	Direta e Descentralizada
Finalidade	Consolidar espaços públicos de natureza colegiada ou executiva no âmbito dos estados e municípios que trabalhem o tema Educação em Direitos Humanos.

Descrição	Formalização de parcerias com governos estaduais e municipais com vistas a aperfeiçoar o funcionamento dos Comitês de Educação em Direitos Humanos como espaços de participação e controle social das ações e políticas de educação em direitos humanos, principalmente no que tange à provisão de meios para a elaboração e revisão periódica dos planos estaduais e municipais de direitos humanos, para construção de instrumentos de monitoramento e apoio à implementação dos referidos planos e das ações governamentais relacionadas à educação em direitos humanos. Cabe considerar editais farão o chamamento de universidades federais por meio das suas pró-reitorias de extensão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Subsecretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	

Análise crítica dos resultados alcançados:

A referida ação trata do compromisso firmado entre a UFAL e a SEDH-PR com a disseminação coletiva de uma cultura de EDH no Estado de Alagoas. Para tanto, o referido projeto objetiva instalar o Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos – CEEDH, que já foi instituído formalmente em uma audiência pública, realizada em abril de 2009, na Assembléia Legislativa de Alagoas, enquanto um processo correspondente à primeira etapa das ações do programa REDHBRASIL no referido Estado.

Além da instalação e fortalecimento do CEEDH, enquanto instância democrática de participação social na elaboração do Plano Estadual de EDH em nosso Estado, o que poderá consubstanciar a luta pela educação em direitos humanos enquanto política pública; o referido projeto sistematiza uma proposta de capacitação em EDH para 200 educadores, gestores, técnicos e toda a comunidade componente da rede básica de ensino, com atuação nos anos finais da educação infantil e iniciais do ensino fundamental, 50 lideranças comunitárias e 50 membros do comitê, a ser realizado em três municípios-pólo do Estado, que possuam IDEB baixo, quais sejam: Santana do Ipanema, Porto Calvo e Penedo. Também constitui um de seus objetivos, a criação de um Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Políticas Públicas em Educação em Direitos Humanos – NIPPEDH, enquanto mecanismo de fortalecimento do protagonismo social da universidade na articulação de propostas que se comprometam com o fortalecimento do Estado, na execução de políticas públicas de EDH, com vistas à promover uma melhoria das condições de vida da população alagoana.

O primeiro passo para dar encaminhamento às atividades do projeto foi a realização de um levantamento documental dos dados relevantes da primeira etapa da REDHBRASIL (2008/2009), tendo em vista que foi nesta etapa em que demos início ao processo de constituição do CEEDH, inclusive com a sua instituição em audiência pública. Nesse sentido, tais dados são relevantes, pois consistem no cadastro que fora realizado na ocasião, contendo o conjunto das instituições do Estado e da Sociedade Civil (que foram convidadas ao debate para a instituição do CEEDH) que contemplam as cinco áreas do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH, quais sejam: educação básica, educação superior, educação não formal, educação dos profissionais de justiça e segurança pública, educação e mídia. Percebemos que tais dados carecem de atualização, tendo em vista que houveram modificações internas na gestão de algumas instituições, desde o período em que fora realizado tal levantamento (2009). Nesse sentido, já estamos trabalhando na atualização desses dados.

Um outro aspecto pertinente à esse levantamento, foi a elaboração de uma pesquisa dos principais índices educacionais e sociais dos municípios alagoanos, junto às fontes oficiais de pesquisa IBGE, INEP, IPEA. Nesses termos, priorizamos o IDEB, o IDH e o Índice de Gini, enquanto parâmetros para identificar as regiões mais vulnerabilizadas do Estado, com vistas a respaldar a escolha dos municípios-pólo onde serão realizadas as capacitações. O edital do projeto, propôs que a intervenção deveria ocorrer em municípios com IDEB baixos, mas sentimos a necessidade de relacionar os índices educacionais com os indicadores sociais,

pensando, desse modo, a educação em uma perspectiva de totalidade, inserida em determinadas relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Nesse sentido, optamos estrategicamente por municípios-pólo que estivessem inseridos em tais áreas, e que constituíssem pólo da REDHBASIL e da UFAL, pois, teríamos garantidas as condições infra-estruturais básicas para a execução das capacitações, sem perder de vista que priorizamos para os municípios ao seu redor cujos indicadores sociais e educacionais sejam mais baixos, conforme prevê o edital. Nesses termos, os municípios-pólo escolhidos foram: Porto Calvo (pólo REDHBRASIL), Santana do Ipanema (pólo REDHBRASIL) e Penedo (pólo UFAL). Já entramos em contato com os pólos e os mesmos demonstraram o interesse na parceria para a realização da capacitação, que está prevista para maio de 2011.

As duas ações supracitadas, contemplam as metas 01 e 02 do projeto, que visam a instituição do CEEH e a capacitação em EDH. É válido salientar que, iniciamos há exatamente um mês o projeto, cujo início estava previsto para o mês de agosto. Nesse sentido, se considerarmos que no cronograma de execução, a primeira ação consiste no levantamento e pesquisa, com vistas a dar conta da identificação dos municípios-pólo, podemos afirmar que já avançamos, em consonância com o cronograma e já demos conta da primeira atividade.

37. Programa 1436 – Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde

Tabela 115 - Dados Gerais do Programa 1436

Tipo de programa	Atividade
Objetivo geral	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Josealdo Tonholo
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-alvo (beneficiários)	

38. Principais Ações do Programa

38.1 Ação 8628 – Apoio ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação *Stricto e Lato Sensu* em Áreas Estratégicas para o SUS

Tabela 116 - Dados Gerais da Ação 8628

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Aumentar a resolubilidade da atenção à saúde prestada à população, ampliando os cenários de prática dos estudantes ao longo da sua formação, a partir da integração entre o ensino e os serviços e gestão do SUS. Promover a formação e o desenvolvimento permanente das equipes de saúde por meio de metodologias pedagógicas inovadoras, tanto presencial como à distância.
Descrição	As Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN dos cursos de graduação estão vigentes desde 2001 e 2002, mas a maioria dos cursos da área da saúde ainda esta estruturada com base no currículo mínimo, ou esta iniciando mudanças para implantação das DCN no projeto político-pedagógico, sem contudo apresentar resultados efetivos para atender as necessidades do SUS principalmente no campo da Atenção Básica. Necessidade de capacitar quantitativa e qualitativamente as equipes de saúde da família para melhorar a qualidade da atenção básica, bem como promover a capacitação em áreas estratégicas para o SUS.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
Coordenador nacional da ação	---
Unidades executoras	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEP

Análise crítica dos resultados alcançados:

O Governo Federal vem implementando políticas de inclusão social que têm expressões concretas nas áreas sociais, especialmente na Saúde e na Educação. Na área de Saúde há um consistente esforço para a substituição do modelo tradicional de organização do cuidado em saúde, historicamente centrado na doença e no atendimento hospitalar.

Neste sentido, o Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), em parceria com a Secretaria de Educação Superior (SESU) e com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC), e com o apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), instituíram o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde). O objetivo do programa é a integração ensino-serviço, visando à reorientação da formação profissional, assegurando uma abordagem integral do processo saúde-doença com ênfase na Atenção Básica, promovendo transformações na prestação de serviços à população.

O objetivo geral do programa é a integração ensino-serviço, visando à reorientação da formação profissional, assegurando uma abordagem integral do processo saúde-doença com ênfase na atenção básica, promovendo transformações nos processos de geração de conhecimentos, ensino e aprendizagem e de prestação de serviços à população. Entre os objetivos específicos do programa destacam-se:

- Reorientar o processo de formação dos profissionais da saúde, de modo a oferecer à sociedade profissionais habilitados para responder às necessidades da população brasileira e à operacionalização do SUS;
- Estabelecer mecanismos de cooperação entre os gestores do SUS e as escolas, visando à melhoria da qualidade e à resolubilidade da atenção prestada ao cidadão, à integração da rede pública de serviços de saúde e à formação dos profissionais de saúde na graduação e na educação permanente;
- Incorporar, no processo de formação da área da Saúde, a abordagem integral do processo saúde-doença, da promoção da saúde e dos sistemas de referência e contra-referência;
- Ampliar a duração da prática educacional na rede pública de serviços básicos de saúde, inclusive com a integração de serviços clínicos da academia no contexto do SUS.

Os objetivos específicos de execução de acordo com a particularidade de cada curso são:

- Consolidar os novos projetos político-pedagógicos dos cursos componentes do projeto e os novos profissionais, nas Políticas de Saúde, através de um modelo integrador voltado para a atenção básica.
- Desenvolver a integração entre os novos profissionais com as demais equipes de saúde especialmente PSF e atenção básica, por meio de ações gerais e específicas.
- Promover a integração entre ensino-serviço, através da promoção de cursos de capacitação e parcerias como as Instituições e os Serviços de Saúde.
- Realizar ações que integrem os diferentes profissionais nas equipes de educação em saúde, por meio de práticas integrativas complementares.
- Propor a ampliação e a manutenção das pesquisas em desenvolvimento no SUS, visando à incorporação dos profissionais em formação, nos novos modelos de atuação no serviço.

A implantação desse projeto busca viabilizar a valorização das experiências acadêmicas de integração ensino / serviços de saúde, através das atividades previstas, buscando-se atingir resultados concretos para a consolidação da atenção básica em saúde nos processos de preparação dos futuros profissionais e na capacitação continuada dos profissionais atuantes nos serviços de saúde.

O Programa Pró-Saúde na UFAL foi construído coletivamente, com a colaboração técnica de representantes dos cursos de Medicina, Enfermagem, Psicologia, Serviço Social, Nutrição e Farmácia, além da Secretaria de Saúde dos municípios de Maceió e Arapiraca, o programa representa a possibilidade de reorientar a formação dos profissionais da saúde,

integrando-se todos, em direção ao fortalecimento à consolidação do SUS, como Política Nacional de Saúde.

39. Programa 1448 – Qualidade na Escola

Tabela 117 - Dados Gerais do Programa 1448

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Incentivar a formação inicial de professores para a Educação Básica - Ensino Fundamental e Médio, visando à melhoria do ensino nas escolas das redes públicas, municipal e estadual, cujos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB estão abaixo da média nacional, e da média do Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Universidade Federal de Alagoas
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	--
Público-alvo (beneficiários)	Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias.

40. Principais Ações do Programa 1448

40.1 Ação 20CV - Fomento a Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento da Educação Básica

Tabela 118 - Dados Gerais da Ação 20CV

Tipo da ação	Direta e Descentralizada
Finalidade	Contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da Educação Básica.
Descrição	Recursos para apoio a projetos que visem ao desenvolvimento e à melhoria qualitativa do processo educacional em todas as etapas da educação básica e fomento de iniciativas que visem à interface da CAPES com instituições de Ensino Superior e com instituições públicas de todas as esferas de governo e apoio financeiro, quando couber e quando estabelecidas as prioridades, para a execução de ações voltadas à produção de material didático e capacitação/qualificação/formação de profissionais do magistério da educação básica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Coordenadora nacional da ação	
Unidades executoras	Centro de Educação - CEDU

Análise crítica dos resultados alcançados:

O Estado de Alagoas, segundo estatísticas do IBGE, destaca-se na região Nordeste e no Brasil pelos altos índices de analfabetismo de mais de 15 anos, representado por mais de 30% em pessoas analfabetas absolutas, chegando a mais de 50% de analfabetos funcionais. Este dado é o resultado da ineficiência histórica das políticas educacionais associadas às políticas em geral, no atendimento às necessidades da maioria de sua população. Essa realidade coloca o Estado de Alagoas como detentor dos piores índices de desenvolvimento humano do país e do mundo.

A partir da década de 90 do século passado, algumas Prefeituras municipais do Estado vêm buscando implantar e implementar ações no sentido de minimizar os altos índices de analfabetismo, além de inúmeros Projetos e Programas que vêm sendo desenvolvidos no campo governamental e não-governamental. No entanto, as práticas pedagógicas de alfabetização e pós-alfabetização continua ao longo da história ressentindo-se de professores com formação acadêmica básica e continuada para lidarem com uma demanda com característica particular como as pessoas jovens, adultas e idosas.

Essas pessoas apresentam diversidades socioculturais: étnico, raciais, religiosas, profissionais, de classe, de gênero, de idades, de experiências e conhecimentos entre outras. São sujeitos inseridos em um Estado nordestino caracterizado pelas extremas desigualdades econômico-sociais, exclusões perversas, desemprego estrutural, hierarquias que provocam a exploração, dominação e subordinação. Dessa forma, o Curso de Educação de Jovens e Adultos na Diversidade para docentes dessa modalidade de ensino a ser implantado em três polos da UAB, existentes em Alagoas, que detém significativo índice de analfabetismo.

Este projeto tem como propósito socializar os conhecimentos e experiências, bem como gerar entre os profissionais da área, a curiosidade acadêmica que possibilite uma melhoria substancial na qualidade do ensino para essa população, cumprindo às definições constitucionais e às demandas da sociedade. Além disso, a oferta do referido curso, insere-se no processo de formação continuada dos professores, a partir dos clamores e reivindicações feitas pelos movimentos nacionais e internacionais (desde 1990, em Jontiem), em torno da priorização de políticas e ações efetivas para o atendimento não só da escolarização fundamental e básica daqueles que, por razões históricas, não tiveram acesso ou dela foram expulsos quando crianças.

Nesse sentido, esse curso representa uma iniciativa primeira e inédita na área. Sua realização deverá desencadear o surgimento de investigações, produções acadêmicas e o aparecimento de demandas de ampliação e aprofundamento de novos estudos e pesquisas para a área no Estado de Alagoas.

O curso seguiu a estrutura organizacional e metodológica da UAB, usando como ferramenta de interação pedagógica a Plataforma Moodle. O curso foi estruturado em 3 módulos de 60 horas cada um. Os conteúdos das disciplinas foram desenvolvidos tanto nos momentos presenciais em cada polo como nos espaços ou ambientes virtuais de aprendizagem. Ao longo do curso foram previstos 3 momentos presenciais dos professores/pesquisadores com seus alunos, em cada polo. Portanto, o curso se constitui num espaço de análise e avaliação das políticas e ações desenvolvidas e, conseqüentemente, num embrião de uma formação pedagógica de docentes que, historicamente, não têm tido acesso a esse tipo de formação. Representa, portanto, um aprofundamento da formação do educador, iniciada ou não nos cursos de graduação e uma ação pedagógica para resgate da escola pública em Alagoas.

É importante salientar que a cota orçamentária da referida ação não foi liberada para a sua execução no período 2010. Aguardando a reprogramação para iniciar no exercício de 2011.

41. Programa 8034 – Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem

Tabela 119 - Dados Gerais do Programa 8034

Tipo de programa	Projeto
Objetivo geral	Proporcionar, aos profissionais, oportunidades de formação continuada com conteúdos inovadores assim como capacitar também gestores municipais na consunção do processo das atividades com os jovens.
Objetivos específicos	---
Gerente do programa	Gabinete da Presidência da República
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Universidade Federal de Alagoas
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	--
Público-alvo (beneficiários)	Profissional capacitado

42. Principais Ações do Programa 8034

42.1 Ação 86AD - Formação de Profissionais

Tabela 120 - Dados Gerais da Ação 86AD

Tipo da ação	Projeto
Finalidade	Proporcionar, aos profissionais, oportunidades de formação continuada com conteúdos inovadores. Capacitar também gestores municipais de assistência social e técnicos do Centro de Referência de Assistência Social/CRAS sobre a concepção e gestão do serviço socioeducativo para jovens de 15 a 17 anos, e educadores sociais para o desenvolvimento das atividades com os jovens.
Descrição	Implementação de projetos de formação, programação de cursos, seminários e oficinas, produção de material didático-pedagógico específico voltado à disseminação de metodologias inovadoras na educação de jovens, assim como implementação de programa de capacitação em escala nacional para gestores estaduais e municipais de assistência social, técnicos do CRAS, os educadores sociais e instrutores. Os profissionais que atuarão no ProJovem terão uma formação específica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gabinete da Presidência da República
Coordenadora nacional da ação	--
Unidades executoras	--

Análise crítica dos resultados alcançados:

A implementação de programas federais demanda formação específica de profissionais da educação a nível estadual e municipal em todo o País. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96 (LDB) ao estabelecer que no prazo máximo de dez anos "somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço" (art.87, parágrafo 4º), e posteriormente o Plano Nacional de Educação (PNE) indicam a necessidade de formação também de professores para possibilitar o atendimento das metas do plano nas questões de temas específicos.

Essa ação refere-se a oferta de cursos de formação continuada de professores da rede pública da Educação Básica, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil, nas temáticas da diversidade, selecionados pelo Edital nº 06/SECAD/2009 no intuito de formar os educadores para a superação dos desafios ao reconhecimento e valorização da diversidade brasileira, no enfrentamento do preconceito e para inserção dessas temáticas no cotidiano escolar.

É importante salientar que a cota orçamentária da referida ação não foi liberada para a execução no ano de 2010. Aguardando a reprogramação para iniciar no exercício de 2011.

2.3.1 Execução dos Programas de Governo Sob a Responsabilidade da UJ*Tabela 121 - Identificação dos Programas da UFAL*

Identificação do Programa 0073						
Código no PPA: 0073		Denominação: Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
182.290,00	182.290,00	13.800,00	11.820,00	0,00	180,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	01- Taxa de Evolução do Número de Denúncias Encaminhadas; 02- Taxa de Evolução do Número de Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Capacitados	31/12/2010	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Ação 8954. A referida ação refere-se ao projeto cujo objeto é o processo de mapeamento dos municípios alagoanos que estão registrados no Guia para localização dos pontos vulneráveis a exploração sexual infanto-juvenil ao longo das Rodovias Federais Brasileiras – 2007/2009, no Mapeamento dos pontos vulneráveis a exploração sexual de crianças e adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras – 2009/2010 e na lista de municípios que registraram situações de exploração sexual ao serviço de disque denúncia nacional. Posterior a pré-seleção em reunião com representantes do CEDU/UFAL e da SEE/AL definiram-se os municípios em que será realizada a capacitação que foi ministrada através de 4 módulos, em que serão contemplados temas como: os fundamentos sócio-políticos, jurídicos, culturais e educacionais de direitos humanos, com previsão para iniciar em março de 2011.</p>						
Identificação do Programa 0089						
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
93.626.561,00	116.597.561,00	116.064.998,21	116.064.998,21	0,00	116.706.987,69	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União	31/12/2010	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Ação 0181. A referida ação teve um gasto de R\$ 117.762.763,00 em 2010 (R\$ 115.481.381,86 dos servidores da UFAL e R\$ 2.219.416,38 de servidores do HUPAA), superior em 19,33% em relação a 2009 que montou em R\$ 98.629.735,43, incremento esse decorrente, principalmente, de reajuste salarial concedido no período e inclusão de novas aposentadorias. A quantidade de inativos e pensionistas contabilizados pelos sistemas de monitoramento até 2010, somou-se 1.867, enquanto, em 2009, esse número atingiu 1.801.</p>						
Identificação do Programa 0310						
Código no PPA: 0310		Denominação: Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano				

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
60.000,00	60.000,00	53.493,00	18.957,00	0,00	18.957,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	---	31/12/2010	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Ação 1B00. A referida ação consiste no projeto intitulado <i>Capacitação de Técnicos de Municípios Alagoanos em Geoprocessamento</i>, cujo objetivo era promover a modernização dos governos locais através do conhecimento das tecnologias de geoprocessamento, sistemas de informações e suas aplicações bem como capacitar técnicos dos municípios do Estado de Alagoas, de modo a permitir a formulação de bancos de dados das cidades e a realização de análises espaciais.</p>						
Identificação do Programa 0750						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
11.560.799,00	13.588.361,00	13.135.531,77	13.045.602,65	0,00	3.722.310,38	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Pessoas beneficiadas	31/12/2010	---	---	5.000	1.636
2	Menores beneficiados	31/12/2010	---	---	330	355
3	Servidores beneficiados	31/12/2010	---	---	1.650	1.314
4	Servidores beneficiados	31/12/2010	---	---	2.800	2.838
5	Servidores beneficiados	31/12/2010	---	---	2.693	857
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Ação 2004. Refere-se ao auxílio à saúde aos Servidores Federais conforme a Portaria Ministerial nº 1.983, de 05 de dezembro de 2006. A UFAL adotou-se a auto-gestão, optando-se pela GEAP como plano de saúde, embasado, principalmente, em função de boa parte dos servidores já pertencerem a esse plano. Em 2010, a UFAL teve apenas 4.228 pessoas beneficiadas, ou seja, apenas 66,45% da meta física prevista que era de 6.363.</p> <p>Ação 2010. Refere-se ao pagamento do auxílio pré-escolar. Tal benefício é requerido pelo servidor diretamente no DAP. Em 2010, 355 menores foram beneficiados, um aumento de 7,57% em relação a meta física prevista de 330 beneficiados. Esse aumento deu-se em face de novas contratações de servidores ocorridas em 2010.</p> <p>Ação 2011. Refere-se ao auxílio-transporte pagos aos servidores da UFAL. Em 2010, 1.314 servidores foram beneficiados por esta ação, o que representa uma redução de 20,36% em relação a meta prevista que era de 1.650 servidores.</p> <p>Ação 2012. Refere-se ao auxílio-alimentação pagos aos servidores da UFAL. Em 2010, 2.838 servidores foram beneficiados por esta ação, o que representa uma redução de 1,35% em relação a meta prevista que era de 2.800 servidores.</p> <p>Ação 20CW. Refere-se a assistência médica aos servidores no tocante a realização de exames periódicos. Em 2010, 857 servidores por esta ação, o que representa uma redução de 68,17% em relação a meta prevista que era de 2.693.</p>						
Identificação do Programa 0901						
Código no PPA: 0901		Denominação: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
14.275.899,00	13.641.437,00	12.824.638,14	12.824.638,14	0,00	12.824.638,14	
Informações sobre os resultados alcançados						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Servidores beneficiados	31/12/2010	---	---	01	01
2	Servidores beneficiados	31/12/2010	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Ação 0005. Em 2010, o Departamento de Administração de Pessoal - DAP apenas cadastrou, por meio do Sistema de Cadastro de Ações Judiciais - SICAJ, as ações judiciais enviadas pela Procuradoria Geral Federal da UFAL, que foram analisadas e homologadas pelo MEC e Ministério Público, para cumprimento das mesmas.</p> <p>Ação 00G5. O orçamento de pessoal e suas contribuições obrigatórias são de responsabilidade do Governo. Há uma previsão inicial e, de acordo com o lançamento das folhas de pagamento mensais, os valores para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores são lançados e abatidos das rubricas repassadas para a UFAL.</p>						
Identificação do Programa 1060						
Código no PPA: 1060		Denominação: Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
164.501,00	164.501,00	28.444,00	17.640,00	0,00	5.400,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	01- Percentual da População na faixa Etária de 15 Anos ou Mais com Escolaridade Inferior a 4ª Série ; 02- Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 29 Anos ; 03- Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais; 04- Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Área Rural ; 05- Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Região Nordeste.	31/12/2010	---	---	01	01
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Ação 8526. A presente ação tem por foco a criação e implementação do Núcleo de Referência de Educação de Jovens e Adultos: História e Memória – Alagoas.</p>						
Identificação do Programa 1061						
Código no PPA: 1061		Denominação: Brasil Escolarizado				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.338.512,00	1.338.512,00	295.333,47	222.481,76	0,00	190.561,76	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	1.Taxa de frequência à escola	31/12/2010	---	---	01	01

da população na faixa etária de 0 a 3 anos; 2.Taxa de frequência bruta ao Ensino Médio; 3.Taxa de frequência líquida ao Ensino Fundamental da população na faixa etária de 7 a 14 anos; 4.Taxa de frequência líquida ao Ensino Médio da população na faixa etária de 15 a 17 anos; 5.Taxa de frequência líquida à Pré-escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos .						
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Ação 8429. Essa ação se refere a oferta de cursos de EAD pela UFAL dentro do Projeto UAB. Em 2010, a UFAL teve 1.344 alunos ingressantes, 2.344 alunos matriculados e 1 aluno titulado nos seus seis cursos na modalidade a distância (Administração, Administração Pública, Física, Matemática, Pedagogia e Sistema de Informação). Diante disso, faz-se necessário investimento na infraestrutura do Núcleo de EAD, bem como à produção de materiais didáticos pelo corpo docente das unidades acadêmicas envolvidas dos cursos ora aprovados na Instituição.</p> <p>Ação 2A74. Essa ação também é referente a oferta de cursos EAD pela UFAL estando relacionada a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades nos cursos ofertados pelo sistema UAB-UFAL.</p>						
Identificação do Programa 1062						
Código no PPA: 1062		Denominação: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
276.272,00	276.272,00	275.807,41	216.803,06	0,0	213.419,54	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Alunos matriculados	31/12/2010	---	---	200	215
2	Alunos matriculados	31/12/2010	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Ação 2992. Refere-se a melhoria da infraestrutura da Escola Técnica de Artes da UFAL (ETA/UFAL). Em 2010, a ETA teve 215 alunos matriculados, o que representa um aumento de 7,5% da meta prevista que era de 200 alunos.</p> <p>Ação 6358. A presente ação tem por foco a criação e implementação do Núcleo de Referência de Educação de Jovens e Adultos: História e Memória - Alagoas.</p>						
Identificação do Programa 1067						
Código no PPA: 1067		Denominação: Gestão da Política de Educação				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.211.542,09	1.211.542,09	1.236.067,00	1.131.234,00	5.000,00	1.052.488,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Servidor capacitado	31/12/2010	---	---	1.920	2.216
2	Servidor capacitado	31/12/2010	---	---	---	---

Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Ação 4572. Esta ação se refere ao programa de capacitação dos servidores públicos federais. Em função das novas exigências trazidas principalmente pelo plano de carreira dos servidores técnico-administrativos, a demanda por capacitação atingiu elevados níveis em 2010, sendo possível atender no período um número correspondente a 2.216 participantes, do quadro total de técnico-administrativos em atividade na UFAL, sendo 1.991 (89,84%) na própria sede. Foram realizados cerca de 50 cursos dentro do programa de capacitação.</p> <p>Ação 2272. Essa ação se refere a capacitação técnica de dois servidores da área orçamentário-financeira da Instituição promovida pelo MEC.</p>						
Identificação do Programa 1073						
Código no PPA: 1073		Denominação: Brasil Universitário				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
260.702.539,28	260.702.539,28	267.904.342,00	248.933.252,00	1.343.405,00	246.623.127,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Alunos matriculados	31/12/2010	---	---	---	51
2	Servidores atendidos	31/12/2010	---	---	2.800	2.864
3	Vagas disponibilizadas	31/12/2010	---	---	760	730
4	Vagas disponibilizadas	31/12/2010	---	---	770	770
5	Alunos assistidos	31/12/2010	---	---	4.000	2.684
6	Volumes disponibilizados	31/12/2010	---	---	15.500	16.124
7	Alunos matriculados	31/12/2010	---	---	17.800	20.064
8	Unidade atendida	31/12/2010	---	---	03	03
9	Alunos matriculados	31/12/2010	---	---	760	730
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Ação 009E. Refere-se a concessão de ajuda financeira para apoiar a manutenção de alunos estrangeiros. Em 2010, a UFAL teve 51 alunos dentro do Programa PEC-G em seus diversos cursos e 37 convênios com diversos países do mundo.</p> <p>Ação 09HB. Refere-se a contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.. Em 2010, 2.864 servidores foram beneficiados com esta ação.</p> <p>Ação 119R. Refere-se a readequação da infraestrutura da UFAL por conta da expansão prevista no REUNI. Em 2010, foram ampliadas 730 vagas, o que representa uma redução de 3,98% em relação a meta prevista que era de 760 vagas.</p> <p>Ação 1H55. Refere-se a expansão do Campus de Arapiraca e das suas três unidades descentralizadas. Em 2010, o número de vagas manteve-se o mesmo do ano anterior, 770.</p> <p>Ação 4002. Refere-se a política de assistência estudantil. O número de alunos assistidos em dezembro de 2010 foi de 2.684, o que representa uma redução de 33% em relação a meta prevista que era de 4.000 alunos.</p> <p>Ação 4008. Refere-se a ampliação do acervo bibliográfico da UFAL. Em 2010, foram adquiridos 2.248 títulos e 10.926 exemplares. Os resultados dessa ação contribuíram para o cumprimento da política de desenvolvimento do acervo da UFAL e, conseqüentemente, atender as demandas da tríade: ensino, pesquisa e extensão. Em 2010, o número de volumes disponibilizados foi de 16.124, o que representa um aumento de 4,03% em relação a meta prevista que era de 15.500 volumes.</p> <p>Ação 4009. Essa ação tem esse propósito de fornecer as condições básicas de funcionamento para os cursos de graduação da Instituição. Para garantir o bom funcionamento dos 69 cursos de graduação da UFAL, é necessário recursos de custeio e capital. Em 2010, a universidade contou com 20.064 alunos matriculados em seus 69 cursos de graduação, o que representa um aumento de 19% em relação a meta prevista.</p> <p>Ação 7L83. Refere-se a ampliação da infraestrutura física das IFES. No caso específico da UFAL se refere a construção do prédio da Unidade de Ensino de Santana do Ipanema do Campus do Sertão.</p> <p>Ação 8282. Refere-se a reestruturação e expansão das universidades federais. O REUNI apresenta-se como a</p>						

oportunidade que a UFAL necessitava para consolidar o seu crescimento e reafirmar o seu compromisso social – enquanto instituição pública e gratuita – com a sociedade que lhe dá suporte e contexto, ressaltando o seu papel de vetor de desenvolvimento regional e estadual. Em 2010, foram ofertadas 730 vagas todas preenchidas.

Identificação do Programa 1136

Código no PPA: 1136		Denominação: Fortalecimento da Gestão Urbana			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
40.000,00	40.000,00	29.035,00	3.100,00	0,00	3.100,00

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	---	31/12/2010	---	---	---	---

Fórmula de Cálculo do Índice:

Não prevista

Análise do Resultado Alcançado:

Ação 8872. A referida ação consiste no projeto intitulado “Plano Diretor Participativo dos municípios de Flexeiras, Jundiá, Jacuípe e Campestre em Alagoas”. Resultados: Realização dos Planos Diretores dos municípios de Flexeiras, Jundiá, Jacuípe e Campestre em Alagoas, com levantamento de dados sócio-econômicos, ambientais, de uso e ocupação do solo urbano e rural como apoio para os diagnósticos realizados.

Identificação do Programa 1291

Código no PPA: 1291		Denominação: Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
81.346,36	81.346,36	31.313,00	31.313,00	0,00	31.313,00

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	---	31/12/2010	---	---	01	01

Fórmula de Cálculo do Índice:

Não prevista

Análise do Resultado Alcançado:

▪ **Ação 4295.** Essa ação se refere ao projeto “Implementação de Serviço de Referência em Aconselhamento Genético para Portadores de Doença Falciforme no SUS”. Como resultado obtido pelo ação estão: boa receptividade por parte dos gestores; boa receptividade por parte dos profissionais a serem capacitados; oportunidade de perceber e corrigir ações e situações de não conformidades detectadas *in loco* e oportunidade de esclarecer dúvidas e discutir situações reais.

Identificação do Programa 1305

Código no PPA: 1305		Denominação: Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental			
---------------------	--	--	--	--	--

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
574.115,82	574.115,82	561.441,00	92.160,00	0,00	76.800,00

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	01- Taxa de Variação da Melhoria da Qualidade da Água; 02- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Santa Branca	31/12/2010	----	---	01	01

na Bacia do Rio Paraíba do Sul; 03- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio Paraíba do Sul; 04- Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul; 05- Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio Paraíba do Sul; 06- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco; 07- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a juzante da Foz do Rio Pará); 08- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas); 09- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Hidrológica "Ponte Raul Soares" na Bacia do Rio São Francisco; 10- Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco 11- Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará); 12- Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará); 13 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas); 14 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Ponte Raul Soares na Bacia do Rio São Francisco; 15 - Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco.				
---	--	--	--	--

Fórmula de Cálculo do Índice:

Não prevista

Análise do Resultado Alcançado:

Ação 101P. Essa ação é composta do Projeto intitulado “*Conclusão da Implantação de Centro Referência em Recuperação de Áreas Degradadas do Baixo São Francisco*”. Este projeto visa gerar e difundir tecnologias para recuperação/restauração de áreas degradadas na Bacia Hidrográfica do São Francisco, com ênfase na área compreendida entre Paulo Afonso até o Oceano Atlântico.

Identificação do Programa 1374

Código no PPA: 1374 | Denominação: Desenvolvimento da Educação Especial

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
248.671,96	248.671,96	27.383,00	27.383,00	0,00	27.383,00

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade)	Referência	Índice	Índice
-------	---------------------	------------	--------	--------

	medida)	Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	atingido no exercício
1	Profissional formado	31/12/2010	---	---	01	01
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Ação 8613. Essa ação se refere a oferta do curso de “Extensão para Professores da Educação Básica para o atendimento do(a) aluno(a) com deficiência intelectual em contexto educativo inclusivo”. O projeto aprovado previa para 2010 a realização de duas edições do referido curso – uma no primeiro semestre e outra no segundo semestre – ambas com mil vagas. A primeira delas deveria ter sido ofertada para os inscritos pelas Secretarias Municipais de Educação de diferentes cidades brasileiras (fichas manuscritas, encaminhadas para a SEESP e desta para a Universidade) e a segunda edição para a demanda proveniente da Plataforma Paulo Freire.</p>						
Identificação do Programa 1375						
Código no PPA: 1375		Denominação: Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.110.170,00	2.110.170,00	2.112.788,00	1.294.320,00	81.152,00	1.247.918,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade atendida	31/12/2010	---	---	01	01
2	Aluno matriculado	31/12/2010	---	---	900	1.012
3	Unidade atendida	31/12/2010	---	---	01	01
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Ação 0487. O Programa Demanda Social apóia os Cursos de Pós-Graduação da UFAL, recomendados pela CAPES, com bolsas de Mestrado e Doutorado, somando um total de 169 bolsas de Mestrado e 51 bolsas de Doutorado.</p> <p>Ação 4006. Em 2010, a UFAL conta com 21 mestrados e 6 doutorados, incluindo aí sua participação na Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO) que se constitui num doutorado reconhecido pela CAPES. Os resultados da avaliação pela CAPES mostram boas perspectivas de evolução qualitativa e quantitativa do Sistema de Pós-Graduação da UFAL. Em 2010, o número de alunos matriculados nos 27 cursos de pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> foi de 1.012, o que representa um aumento de 12,44% em relação a meta prevista que era de 900.</p> <p>Ação 4019. Refere aos recursos do PROAP/CAPES. Os recursos PROAP/CAPES destinados à UFAL totalizaram, nesse ano de 2010, R\$ 658.570,00</p>						
Identificação do Programa 1377						
Código no PPA: 1377		Denominação: Educação para a Diversidade e Cidadania				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
585.204,13	795.710,00	779.696,00	374.688,00	77.756,00	264.917,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	---	31/12/2010	---	---	01	01
2	---	31/12/2010	---	---	01	01
3	---	31/12/2010	---	---	01	01
4	---	31/12/2010	---	---	01	01
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						

Ação 2C68. Refere-se ao fomento à inclusão social e étnico-racial na educação superior. A UFAL implantou a partir de 2005 o sistema de cotas para população afro-descendente, oriunda de escolas públicas, no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação. O primeiro vestibular aconteceu em 2004/2005, quando ingressaram 192 alunos cotistas. Para o vestibular de 2011, se inscreveram em 2010, 5.940 (cinco mil, novecentos e quarenta alunos) para todos os cursos existentes na Instituição.

Ação 8741. Refere-se ao Programa Conexões de Saberes que foca o diálogo entre a universidade e as comunidades populares, que é uma iniciativa do Ministério da Educação por intermédio da Secretária de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD e execução financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. É composto por cinco projetos: Pré-vestibular Comunitário, Educação Complementar e Cidadania, Organização e Mobilização Comunitária, Vizinhança e Escola Aberta. Para atender todas as atividades do programa conexões de saberes, conta-se com 90 bolsistas, 01 Coordenador Geral, 03 Coordenadores de projetos e 01 Monitor do Escola Aberta.

Ação 8750. Refere-se a oferta de curso de especialização em educação do campo. Entre os objetivos específicos deste curso estão: (i) formar, em nível de pós-graduação *lato sensu*, educadores e gestores da educação do campo, técnicos da rede pública da educação e dos movimentos sociais e sindicais do campo em Alagoas; (ii) fundamentar o processo de reflexão das temáticas relacionadas tanto às práticas pedagógicas quanto às questões da gestão nas escolas do campo, bem como das Redes e Sistemas de ensino nas quais atuam os alunos do curso; (iii) estimular a elaboração de projetos de pesquisa e de intervenção voltados para a educação do campo, compreendida enquanto área de ação e formação humana e (iv) fomentar a formação de uma rede local de pesquisadores em educação do campo.

Ação 8751. Refere-se a oferta de especialização em educação do campo, tendo atingido os mesmos resultados da ação 8750. Obteve-se como resultado desta ação a formação na Metodologia Escola Ativa para cento e vinte e cinco técnicos estaduais e municipais de noventa municípios do estado de Alagoas, bem como representantes dos Movimentos Sociais, UNDIME e da UFAL, totalizando 125 pessoas beneficiadas.

Identificação do Programa 1388

Código no PPA: 1388	Denominação: Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)
---------------------	--

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
1.465.231,40	1.465.231,40	1.463.798,00	365.246,00	0,00	365.246,00

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	---	31/12/2010	---	---	01	01
2	---	31/12/2010	---	---	01	01

Fórmula de Cálculo do Índice:

Não prevista

Análise do Resultado Alcançado:

Ação 2B41. Esta ação referente a dois projetos. Um deles intitulado “Protótipo de gerador de energia elétrica com concentradores de calha parabólica (gerassol) para o sertão nordestino”, cujo objetivo seria o Apoio à construção de uma unidade demonstrativa de um gerador de energia elétrica com concentradores solares de calha parabólica (gerassol), com potência de 13 kW. O segundo projeto se refere ao “Sistema de Extração por Fluidos em condições supercríticas (EFS) para extração de substâncias químicas existentes na Flora Amazônica para geração de renda dos municípios da Região”, cujo objetivo seria a implantação de um Sistema de Extração por Fluidos em Condições Supercríticas (EFS) para as atividades extrativistas no Município de Santo Amaro do Maranhão, Estado do Maranhão.

Ação 4156. Esta ação corresponde ao projeto referente ao “Programa de Recursos Humanos da ANP para o Setor de Petróleo e Gás”, submetido pelo Centro de Tecnologia (CTEC) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) para o Edital 04/2009-PRH-ANP/MCT, intitulado “Formação de Profissionais de Engenharia Civil e Química para Atuação no Setor de Petróleo, Gás e Energia”, sendo referenciado, desde então, pelo programa PRH-40. A ação visa formar mão-de-obra especializada no setor de petróleo e gás para atender aos novos empreendimentos a serem desenvolvidos no País.

Identificação do Programa 1402

Código no PPA: 1402	Denominação: Educação em Direitos Humanos
---------------------	---

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				

100.000,00	100.000,00	88.918,00	61.645,00	0,00	58.765,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	---	31/12/2010	---	---	01	01
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Ação 8815. Refere ao projeto “<i>Construção Coletiva de uma Cultura de Direitos Humanos</i>” firmado entre a UFAL e a SEDH-PR com a disseminação coletiva de uma cultura de EDH no Estado de Alagoas. Para tanto, o referido projeto objetiva instalar o Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos – CEEDH, que já foi instituído formalmente em uma audiência pública, realizada em abril de 2009, na Assembléia Legislativa de Alagoas, enquanto um processo correspondente à primeira etapa das ações do programa REDHBRASIL no referido Estado.</p>						
Identificação do Programa 1436						
Código no PPA: 1436		Denominação: Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
389.433,15	657.127,00	498.829,00	59.191,00	0,00	1.500,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	---	31/12/2010	---	---	01	01
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Ação 8628. Esta ação refere-se ao Programa Pró-Saúde que visa à reorientação da formação profissional, assegurando uma abordagem integral do processo saúde-doença com ênfase na atenção básica, promovendo transformações nos processos de geração de conhecimentos, ensino e aprendizagem e de prestação de serviços à população.</p>						
Identificação do Programa 1448						
Código no PPA: 1448		Denominação: Qualidade na Escola				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
116.000,00	116.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	---	31/12/2010	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Ação 20CV. Refere-se ao Curso de Educação de Jovens e Adultos na Diversidade para docentes dessa modalidade de ensino a ser implantado em três polos da UAB, existentes em Alagoas. Nesse sentido, esse curso representa uma iniciativa primeira e inédita na área. Sua realização deverá desencadear o surgimento de investigações, produções acadêmicas e o aparecimento de demandas de ampliação e aprofundamento de novos estudos e pesquisas para a área no Estado de Alagoas.</p>						
Identificação do Programa 8034						
Código no PPA: 8034		Denominação: Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa	Restos a	Valores	

Inicial	Final		Liquidada	Pagar não processados	Pagos	
178.128,00	178.128,00					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	---	31/12/2010	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Ação 86AD. Refere-se a oferta de cursos de formação continuada de professores da rede pública da Educação Básica, em parceria com a UAB, nas temáticas da diversidade, selecionados pelo Edital n.6/SECAD/2009 no intuito de formar os educadores para a superação dos desafios ao reconhecimento e valorização da diversidade brasileira, no enfrentamento do preconceito e para inserção dessas temáticas no cotidiano escolar.</p>						

Fonte: PROGINST

2.3.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Tabela 122 - Execução física das Ações realizadas pela UFAL

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
12	243	0073	8954	Atividade	3	---	---	---	---
12	272	0089	0181	Operações especiais	3	---	1.679	1.803	1.771
15	126	0310	1B00	Direta	4	---	01	01	01
12	301	0750	2004	Atividade	3	Pessoas beneficiadas	6.363	4.228	8.397
12	365	0750	2010	Atividade	3	Crianças atendidas	224	358	480
12	331	0750	2011	Atividade	3	Servidores beneficiados	1.446	1.460	1.850
12	306	0750	2012	Atividade	3	Servidores beneficiados	2.414	2.848	3.350
12	301	0750	20CW	Atividade	3	Servidores beneficiados	1.408	1.806	2.799
28	846	0901	0005	Atividade	3	Servidores beneficiados	01	01	---
28	846	0901	00G5	Atividade	3	Servidores beneficiados	01	01	---
12	366	1060	8526	Atividade	3	---	01	01	---
12	128	1061	2A74	Atividade	3	---	---	---	---
12	128	1061	8429	Atividade	3	---	2.400	3.005	2.100
12	363	1062	2992	Atividade	3	Alunos matriculados	200	215	400
12	363	1062	6358	Atividade	3	---	01	01	---
12	573	1067	2272			---			

Relatório de Gestão 2010 - 126

				Atividade	3		---	---	---
12	573	1067	4572	Atividade	3	Servidores capacitados	1.920	2.216	1.600
12	364	1073	009E	Atividade	3	Alunos matriculados	51	51	---
12	122	1073	09HB	Atividade	3	Servidores atendidos	---	2.864	---
12	364	1073	119R	Atividade	3	Vagas disponibilizadas	760	730	360
12	364	1073	1H55	Atividade	3	Vagas disponibilizadas	770	770	890
12	364	1073	4002	Atividade	3	Alunos assistidos	4.000	2.684	4.000
12	364	1073	4008	Atividade	3	Volumes disponibilizados	15.500	16.124	30.500
12	364	1073	4009	Atividade	3	Alunos matriculados	17.800	20.064	20.831
12	364	1073	7L83	Atividade	3	Unidade atendida	01	01	---
12	364	1073	8282	Atividade	3	Vagas disponibilizadas	760	730	360
15	121	1136	8872	Atividade	3	Unidade atendida	01	01	---
10	303	1291	4295	Atividade	3	Unidade atendida	01	01	---
18	543	1305	101P	Atividade	3	---	01	01	---
12	364	1374	8613	Atividade	3	Profissional Formado	1.100	1.100	1.400
12	364	1375	0487	Atividade	3	Unidade atendida	01	01	01
12	364	1375	4006	Atividade	3	Alunos matriculados	900	1.012	1.300
12	571	1375	4019	Atividade	4	---	01	01	01
12	364	1377	2C68	Atividade	4	---	01	01	---
12	362	1377	8741	Atividade	3	---	01	01	---
12	361	1377	8750	Atividade	3	---	01	01	---
12	422	1377	8751	Atividade	3	---	01	01	---
19	572	1388	2B41	Atividade	4	---	01	01	---
19	753	1388	4156	Atividade	4	---	01	01	---
10	364	1402	8815	Atividade	4	---	01	01	---
10	364	1436	8628	Atividade	4	---	01	01	---
10	364	1448	20CV	Atividade	4	---	01	01	---

10	364	8034	86AD	Atividade	4	---	01	01	---
----	-----	------	------	-----------	---	-----	----	----	-----

Fonte: PROGINST/SIMEC

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

2.4.1 Programação Orçamentária das Despesas

Tabela 123 - Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Universidade Federal de Alagoas	15222	153037
Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes	15222	150229

Fonte: CPOF/PROGINST

Tabela 124 - Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	226.667.639,0	313.245.233,00	0,00	0,00	41.946.668,00	56.760.778,00	
	PLOA	258.100.283,0	313.245.233,00	0,00	0,00	51.545.063,00	56.760.778,00	
	LOA	258.100.283,0	313.245.233,00	0,00	0,00	48.953.871,00	56.760.778,00	
CRÉDITOS	Suplementares	31.339.532,00	74.993.600,00	0,00	0,00	5.377.315,00	6.323.291,00	
	Especiais	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Créditos Cancelados	-918,00	298.161,00	0,00	0,00	-3.355.979,00	2.180.643,00		
Outras Operações		-8.396.590,88	0,00	0,00	0,00	-229.458,81	0,00	
Total		281.042.306,12	387.940.672,00	0,00	0,00	50.755.748,19	60.903.426,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Tabela 125 - Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	20.110.741,00	17.665.741,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	PLOA	20.500.471,00	17.665.741,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	LOA	20.900.471,00	17.665.741,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CRÉDITOS	Suplementares	1.445.512,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Especiais	Abertos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	Abertos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Reabertos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados	-1.105.801,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Operações		-7.499,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total		21.232.682,20	17.115.741,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Tabela 126 - Resumo da Programação de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	268.614.307,00	330.910.974,00	20.110.741,00	17.665.741,00	---	56.760.778,00	
	PLOA	309.645.346,00	330.910.974,00	20.500.471,00	17.665.741,00	---	56.760.778,00	
	LOA	307.054.154,00	330.910.974,00	20.900.471,00	17.665.741,00	---	56.760.778,00	
CRÉDITOS	Suplementares	36.716.847,00	74.993.600,00	1.445.512,00	0,00	---	6.323.291,00	
	Especiais	Abertos	10.000,00	0,00	0,00	0,00	---	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	---	0,00
	Extraordinários	Abertos	0,00	0,00	0,00	0,00	---	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00	0,00	---	0,00
	Créditos Cancelados	-3.356.897,00	848.161,00	-1.105.801,00	550.000,00	---	2.180.643,00	
Outras Operações		-11.187.049,69	0,00	-7.499,80	0,00	---	0,00	
Total		329.237.054,3	405.056.413,00	21.232.682,2	17.115.740,00	---	60.903.426,00	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Tabela 127 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente e ou Recebida	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
				1- Pessoal e Encargos Sociais	2- Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedido	153037	12364107340090027	415.866,99	0,00	6.999,08
	Recebido	150229	12364107340090027	415.866,99	0,00	6.999,08
Movimentação Externa	Recebido	090031	28846090100050027	6.368.484,00	0,00	0,00
	Recebido	090031	28846090100G50001	879.997,00	0,00	0,00
	Recebido	090031	28846090100050027	0,00	0,00	12.236,00
	Recebido	150229	12364107340090027	0,00	0,00	22.308.536,89
	Recebido	153037	12364107340090027	0,00	0,00	6.768.326,27
	Concedido	200016	14422140288150001	0,00	0,00	90.000,00
	Concedido	240102	1957213882B410001	0,00	0,00	499.995,00
	Concedido	240901	19753138841560001	0,00	0,00	365.246,40
	Concedido	150014	12122106722720001	0,00	0,00	1.321,29
	Concedido	150014	123641073009E0001	0,00	0,00	209.610,00
	Concedido	150014	12364107340050001	0,00	0,00	1.795.791,52
	Concedido	150014	12364107382820001	0,00	0,00	1.862.888,00
	Concedido	150014	1236413772C680001	0,00	0,00	34.555,01
	Concedido	150014	12366106085260001	0,00	0,00	77.814,00
	Concedido	153163	12364107340090042	0,00	0,00	1.502,82
	Concedido	154003	12128106184290001	0,00	0,00	138.509,50
	Concedido	154003	12364137504870001	0,00	0,00	1.015.518,76
	Concedido	153173	12243007389540001	0,00	0,00	13.800,00
	Concedido	153173	12361137787500001	0,00	0,00	181.713,15
	Concedido	153173	12362137787410001	0,00	0,00	293.935,39
	Concedido	153173	12367137486130001	0,00	0,00	27.382,80
	Concedido	153173	12422137787510001	0,00	0,00	280.416,43
	Concedido	257001	10302122020G80001	0,00	0,00	1.734.157,03
	Concedido	257001	10302122085850027	0,00	0,00	18.723.724,96
	Concedido	257001	10303129142950001	0,00	0,00	67.312,54
	Concedido	257001	10305144420AL0027	0,00	0,00	42.000,00
	Concedido	257001	10364143686280001	0,00	0,00	657.126,96
	Concedido	440002	185431305101P0001	0,00	0,00	362.013,10
	Concedido	201002	04301075020040001	0,00	0,00	500.000,00
	Concedido	560003	15121113688720001	0,00	0,00	33.935,16
Concedido	560003	1512603101B000001	0,00	0,00	39.999,74	
Concedido	150229	12364107340090027	0,00	0,00	15.051,51	
Concedido	153037	12364107340090027	7.248.481,00	0,00	23.778,09	
Natureza da Movimentação de		UG	Classificação da Ação	Despesas de Capital		

Relatório de Gestão 2010 - 130

Crédito		Concedente e ou Recebida		4 - Investimentos	5 - Inversão Financeira	6 - Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedido	153037	12364107340090027	147.753,00	0,00	0,00
	Recebido	150229	12364107340090027	147.753,00	0,00	0,00
Movimentação Externa	Concedido	200016	14422140288150001	10.000,00	0,00	0,00
	Concedido	240102	1957213882B410001	599.990,00	0,00	0,00
	Concedido	150014	12302107363790001	282.808,00	0,00	0,00
	Concedido	150014	12363106263580001	49.333,40	0,00	0,00
	Concedido	150014	12364107382820001	3.070.564,46	0,00	0,00
	Concedido	150014	1236413772C680001	5.090,00	0,00	0,00
	Concedido	154003	12128106184290001	133.269,71	0,00	0,00
	Concedido	154003	12571137540190001	800.000,00	0,00	0,00
	Concedido	153173	12128106184290001	84.900,00	0,00	0,00
	Concedido	440002	185431305101P0001	212.102,72	0,00	0,00
	Concedido	560003	1512603101B000001	19.493,69	0,00	0,00
	Recebido	153037	12364107340090027	5.267.551,98	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.2 Execução Orçamentária das Despesas

Tabela 128 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	41.070.681,53	17.918.415,19	0,00	16.564.184,17
Convite	1.363.557,86	207.050,72		183.293,52
Tomada de Preços	11.126.729,15	1.449.097,00		1.163.363,71
Concorrência	2.838.685,26	0,00		0,00
Pregão	25.741.679,26	14.421.344,13		13.169.552,88
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preço	0,00	2.047.974,06		2.047.974,06
Contratações Diretas	13.466.408,76	10.547.118,33	0,00	10.178.382,87
Dispensa	7.131.255,20	6.274.390,10		6.178.671,76
Inexigibilidade	6.335.153,56	4.272.728,23		3.999.711,11
Regime de Execução Especial	1.181,92	19.528,73	0,00	19.528,73
Suprimento de Fundos	1.181,92	19.528,73		19.528,73
Pagamento de Pessoal	281.738.688,85	1.005.743,62	0,00	327.044.751,22
Pagamento em Folha	281.409.085,36	0,00		326.039.007,60
Diárias	329.603,49	1.005.743,62		1.005.743,62
Outros	0,00	18.597.196,65	0,00	18.286.693,71

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Tabela 129 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	272.084.094,71	377.224.781,42	272.084.094,71	377.224.781,42	Σ	Σ	272.084.094,71	377.224.981,42
11	128.565.247,68	197.017.031,50	128.565.247,68	197.017.031,50	---	---	128.565.247,68	197.014.373,00
01	67.079.078,25	81.432.337,23	67.079.078,25	81.432.337,23	---	---	67.079.078,25	81.432.337,23
13	29.183.379,91	44.348.654,38	29.183.379,91	44.348.654,38	---	---	29.183.379,91	44.348.654,38
Demais grupo	47.256.388,87	54.426.758,31	47.256.388,87	54.426.758,31	---	---	47.256.388,87	54.426.758,31
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
2º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
3º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
Demais elementos do grupo	---	---	---	---	---	---	---	---
3- Outras Despesas Correntes	49.008.298,66	86.580.235,39	43.940.869,25	78.136.685,79	5.067.429,41	8.443.549,60	42.309.610,20	76.094.361,58
3339039	23.423.255,32	34.374.014,51	19.868.930,95	31.021.905,72	3.554.324,37	3.352.108,79	18.680.648,42	29.731.926,57
3339037	3.889.461,38	10.161.416,46	3.691.396,96	9.238.509,17	198.064,42	922.907,29	3.691.396,96	9.131.490,87
3339046	2.926.466,71	10.034.969,00	2.926.466,71	10.034.969,00	0,00	0,00	2.926.466,71	10.034.969,00
Demais elementos do grupo	18.769.115,25	32.009.835,42	24.253,87	27.841.301,90	1.315.040,62	4.168.533,52	24.253,87	27.195.975,14

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Tabela 130 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	32.604.216,07	21.459.315,33		3.489.317,62	2.603.787,67	17.969.997,71	2.398.650,89	2.869.674,40
1º elemento de despesa (52)	7.158.231,36	11.326.908,96		1.084.911,71	429.652,28	10.241.997,25	1.055.034,76	805.424,43
2º elemento de despesa (51)	25.445.671,51	2.603.787,67		2.404.405,91	2.174.135,39	7.728.000,46	1.343.302,93	2.064.249,97
3º elemento de despesa (92)	313,20	429.652,28		0,00	0,00	0,00	313,20	0,00
Demais elementos	0,00	2.174.135,39		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
2º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
3º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
Demais elementos	---	---	---	---	---	---	---	---
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
2º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
3º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
Demais elementos do grupo	---	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Tabela 131 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação		10.562.549,06		10.562.549,06
Convite		0,00		0,00
Tomada de Preços		109.028,27		109.028,27
Concorrência		239.272,50		239.272,50
Pregão		10.124.501,06		10.124.501,06
Concurso		0,00		0,00
Consulta		0,00		0,00
Registro de Preço		89.747,23		89.747,23
Contratações Diretas		3.082.117,09		3.082.117,09
Dispensa		1.857.022,64		1.857.022,64
Inexigibilidade		1.225.094,45		1.225.094,45
Regime de Execução Especial		26.379,29		26.379,29
Suprimento de Fundos		26.379,29		26.379,29
Pagamento de Pessoal		448.908,65		448.903,65
Pagamento em Folha		0,00		0,00
Diárias		448.908,65		448.903,65
Outros		7.909.835,43	0,00	7.670.102,61

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Tabela 132 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
2º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
3º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
Demais elementos do grupo		0,00		0,00		0,00		0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00	---	0,00
2º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00	---	0,00
3º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00	---	0,00
Demais elementos do grupo		0,00		0,00		0,00	---	0,00
3- Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	---	12.634.841,73	---	10.980.002,66	---	1.654.839,07	---	10.837.195,25
2º elemento de despesa	---	6.844.304,21	---	4.722.488,82	---	2.121.815,39	---	4.722.488,82
3º elemento de despesa	---	3.871.161,48	---	3.348.584,24	---	522.577,24	---	3.333.286,81
Demais elementos do grupo	---	4.870.163,83	---	4.301.831,09	---	568.332,74	---	4.062.098,27

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Tabela 133 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos		5.259.684,09		289.765,00		5.259.684,09		289.765,00
1º elemento de despesa (52)		3.307.801,86		289.765,00		3.018.036,86		289.765,00
2º elemento de despesa (51)		1.951.882,23		0,00		1.951.882,23		0,00
3º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
Demais elementos do grupo	---	0,00	---	0,00	---	0,00	---	0,00
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	---	0,00	---	0,00	---	---	---	0,00
2º elemento de despesa	---	0,00	---	0,00	---	---	---	0,00
3º elemento de despesa	---	0,00	---	0,00	---	---	---	0,00

despesa								
Demais elementos do grupo	---	0,00	---	0,00	---	---	---	0,00
6 - Amortização da Dívida	Σ							
1º elemento de despesa	---	0,00	---	0,00	---	0,00	---	0,00
2º elemento de despesa	---	0,00	---	0,00	---	0,00	---	0,00
3º elemento de despesa	---	0,00	---	0,00	---	0,00	---	0,00
Demais elementos do grupo	---	0,00	---	0,00	---	0,00	---	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

2.4.3 Indicadores Institucionais

Esta seção apresenta os indicadores de desempenho da UFAL, proposto pelo Tribunal de Contas da União (TCU) às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Em atendimento à Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 47, de 27/10/2004, e decisões normativas complementares, os seguintes componentes e indicadores de gestão, ampliados em relação ao conjunto de indicadores definidos pela Decisão nº 408/2002-TCU-Plenário e Acórdãos nº 1.043/2006 e nº 2.167/2006-TCU-Plenário, são observados:

Componentes:

- (a) Custo corrente incluindo 35% das despesas Hospitais Universitários - HU's;
- (b) Custo corrente excluindo as despesas dos HU's;
- (c) Número de alunos tempo integral;
- (d) Número de alunos equivalente;
- (e) Número de professores equivalentes;
- (f) Número de funcionários equivalentes incluindo aqueles a serviço nos HU's; e
- (g) Número de funcionários equivalentes excluindo aqueles a serviço nos HU's.

Indicadores ou Parâmetros de Gestão:

1. Nome do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame nas contas. Os seguintes indicadores foram utilizados para avaliação do desempenho da gestão:

- (a) Custo corrente / aluno equivalente (com e sem HU);
- (b) Aluno tempo integral / Professor equivalente;
- (c) Aluno tempo integral / funcionário equivalente (com e sem HU);
- (d) Funcionário equivalente / Professor equivalente (com e sem HU);
- (e) Grau de Participação Estudantil;
- (f) Grau de Envolvimento com Pós-Graduação;
- (g) Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação;
- (h) Índice de Qualificação do Corpo Docente;
- (i) Taxa de Sucesso na Graduação.

2. Descrição (o que pretende medir) e tipo de indicador (de Eficácia, de Eficiência ou de Efetividade):

- (a) Custo corrente / aluno equivalente: objetiva mensurar as despesas correntes por aluno, como indicador de eficiência. Dessa forma, reflete uma relação entre os insumos, considerados em unidade monetária e o produto, mensurado em unidade física. O custo corrente pode ser com ou sem o Hospital Universitário.

- (b) Aluno Tempo Integral / Professor equivalente: é um indicador de eficiência que mede o número de alunos atendidos por um determinado quantitativo de docentes.
- (c) Aluno Tempo Integral / Funcionário equivalente: é um indicador de eficiência que mede o número de alunos atendidos por um determinado quantitativo de funcionários. O funcionário equivalente pode ser com ou sem HU.
- (d) Funcionário equivalente / Professor equivalente: é um indicador complementar dos dois acima referidos (b e c), que dimensiona a composição dos recursos humanos utilizados. É um indicador de eficiência que associa o número de funcionários a um determinado quantitativo de professores.
- (e) Grau de Participação Estudantil: é um indicador de eficácia que mede o grau de alcance das políticas institucionais pelo nível de participação estudantil.
- (f) Grau de Envolvimento com Pós-Graduação: é um indicador de eficiência que relaciona o número de alunos matriculados na pós-graduação com o total de alunos matriculados e tem por objetivo retratar o grau de envolvimento em atividades de pesquisa e pós-graduação.
- (g) Conceito CAPES/MEC para Pós-Graduação: é um indicador de eficácia que mede a qualidade dos cursos de pós-graduação com base nos conceitos da CAPES, ou seja, é um indicador de avaliação da qualidade dos cursos de pós-graduação.
- (h) Índice de Qualificação do Corpo Docente: é um indicador de eficácia que mede a qualidade técnica do corpo docente, utilizando ponderações que variam de 1 a 5, conforme a qualificação do docente, em termos de sua titulação.
- (i) Taxa de Sucesso na Graduação: é um indicador de eficiência que evidencia o número de diplomados em relação ao número de ingressantes, ou seja, este indicador fornece o índice de alunos que concluem o curso no tempo de duração prevista para cada curso.

3. Fórmula de Cálculo e Método de Medição

(a₁) Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente = $\text{Custo Corrente com HU} / (A_{GE} + A_{PGTI} + A_{RTI})$

(a₂) Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente = $\text{Custo Corrente sem HU} / (A_{GE} + A_{PGTI} + A_{RTI})$

(b) Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente = $(A_{GTI} + A_{PGTI} + A_{RTI}) / N^{\circ} \text{ de Professores Equivalentes}$

(c₁) Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU = $(A_{GTI} + A_{PGTI} + A_{RTI}) / N^{\circ} \text{ de Funcionários Equivalentes com HU}$

(c₂) Aluno tempo integral / Funcionário equivalente sem HU = $(A_{GTI} + A_{PGTI} + A_{RTI}) / N^{\circ} \text{ de Funcionários Equivalentes sem HU}$

(d₁) Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente = $N^{\circ} \text{ de Funcionário Equivalente com HU} / N^{\circ} \text{ de Professor Equivalente}$

(d₂) Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente = $N^{\circ} \text{ de Funcionário Equivalente sem HU} / N^{\circ} \text{ de Professor Equivalente}$

(e) Grau de Participação Estudantil (GPE) = A_{GTI} / A_G

(f) Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG) = $A_{PG} / (A_G + A_{PG})$

(g) Conceito CAPES/MEC para Pós-Graduação = $\Sigma \text{ Conceito de todos os programas de PG} / N^{\circ} \text{ de programas de PG}$

(h) Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) = $(5D + 3M + 2E + G) / (D + M + E + G)$

(i) Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) = $N^{\circ} \text{ de diplomados} / N^{\circ} \text{ Total de alunos ingressantes}$

As variáveis utilizadas, com as respectivas definições, foram as seguintes:

- Custo corrente com HU: representa as despesas correntes da Universidade (conta SIAFI nº 3300000) deduzidas as seguintes despesas: (a) 65% das despesas correntes do HC; (b) aposentadorias e reformas (Conta SIAFI nº 3319001); (c) pensões (conta SIAFI nº 3319003); (d) sentenças judiciais (conta SIAFI nº 3319091); (e) despesas com pessoal cedido – docente; (f) despesa com pessoal cedido – técnico administrativo; (g) despesa com afastamento do País/Exterior – docente; (h) despesa com afastamento País/Exterior – técnico administrativo.
- Custo corrente sem HU: com a mesma definição acima, com alteração apenas no item (a), por excluir 100% das despesas correntes do HU.
- Número de alunos de graduação em tempo integral (AGTI): é calculado pela fórmula: $AGTI = \sum \text{ todos os cursos } \{ (NDI * DPC) (1 + [\text{fator de retenção}]) + ((NI - NDI) / 4 * DPC) \}$, onde NDI= número de diplomados em cada curso; DPC=duração padrão do curso; NI=número de alunos que ingressaram em cada curso, com o fator de retenção para os diferentes cursos estabelecido pela SESu/MEC.
- Número de alunos equivalentes da graduação (AGE): é obtido através do produto do número de alunos de graduação tempo integral pelos respectivos pesos de cada curso, sendo os pesos definidos pela SESu/MEC, ou seja: $AGE = \sum \text{ todos os cursos } \{ (NDI * DPC) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((NI - NDI) / 4) * DPC \} * [\text{Peso do grupo em que se insere o curso}]$.
- Número de alunos tempo integral de Pós-Graduação (APGTI) e de residência médica (ARTI), calculados da seguinte forma: $APGTI = 2 * APG$ e $ARTI = 2 * AR$, onde APG é o número de alunos matriculados no mestrado e doutorado; e AR é o número alunos na residência médica.
- Número de professores equivalentes: considera-se como referência o docente de tempo integral (40 horas/semana, com ou sem dedicação exclusiva, com os de 20 horas com peso 0,5). São contabilizados os professores em exercício efetivo, substitutos e visitantes, deduzidos os afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos.
- Número de funcionários equivalentes com HU: considera-se como referência o servidor de tempo integral, inclusive os vinculados ao HU (40 horas/semana), convertendo-se proporcionalmente os que se enquadrem em outros regimes de trabalho (20 horas, com peso 0,5 e 30 horas, com peso 0,75). Não são contabilizados os afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos.
- Número de funcionários equivalentes sem HU: o mesmo conceito acima, com a exclusão dos técnico-administrativos vinculados ao HU.

4. Responsável pelo Cálculo/Medição:

Prof. Dr. Olival de Gusmão Freitas Júnior, Coordenador de Planejamento, Avaliação e Informação da Pró-Reitoria de Gestão Institucional, cujo endereço eletrônico é olival@proplan.ufal.br.

O uso dos referidos indicadores tomou por referência a publicação intitulada "*Orientação para o Cálculo dos Indicadores de Gestão*", edição FORPLAD de novembro de 2003 e revisada em janeiro de 2006 pelo Grupo de Contato composto por representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) e da Secretaria da Educação Superior (SESu/MEC). A referida publicação considera e amplia o documento "*Orientações para Cálculo dos indicadores de Gestão*" emanado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, Secretária de Educação Superior – SESu/MEC e Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, em dezembro de 2002. Os indicadores de gestão dão uma dimensão do crescimento institucional verificado no ano de 2010, como também, possibilita uma visão comparativa entre os últimos quatro anos, conforme mostrado na **Tabela 134**.

Tabela 134 - Indicadores de Gestão no Período de 2007 a 2010

VARIÁVEL DE DESEMPENHO	2007	2008	2009	2010
I.A - Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	10.783,24	10.405,66	6.802,89	7.762,08
I.B - Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	10.516,77	10.074,40	5.815,16	6.440,28
II - Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	15,93	14,26	15,82	14,40
III.A - Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	8,98	7,31	7,08	7,20
III.B - Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	17,43	12,26	10,72	11,57
IV.A – Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	1,77	1,95	2,24	1,97
IV.B – Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	0,91	1,16	1,48	1,23
V - Grau de Participação Estudantil	0,94	0,97	0,91	0,78
VI - Grau de Envolvimento com Pós-Graduação	0,06**	0,05**	0,06**	0,05**
VII - Conceito CAPES/MEC para Pós-Graduação	3,29	3,42	3,68	3,41
VIII - Índice de Qualificação do Corpo Docente	3,71	3,48	3,54	3,55
IX - Taxa de Sucesso na Graduação	0,48	0,55	0,38	0,28

Fonte: PROGINST. Obs.: 1. * Indicadores incluídos em janeiro de 2006 pela revisão da Decisão TCU nº 408/2002. 2. ** Indicadores incluídos pelos Acórdãos nº 1.043/2006 – TCU - Plenário de 28/06/2006 e nº 2.167/2006 – TCU – Plenário de 21/11/2006.

Análise do Desempenho dos Indicadores Institucionais

Desde 2002, o Tribunal de Contas da União (TCU), em decisão nº 408/2002, determinou que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) incorporassem nos seus relatórios de gestão nove indicadores de desempenho, com o intuito de construir uma série histórica da evolução de aspectos relevantes gerenciais, orientando a auditoria de natureza operacional quanto às boas práticas administrativas. Essa seção tem o objetivo de analisar o desempenho dos indicadores de gestão da UFAL que, segundo o TCU, são ferramentas auxiliaadoras no acompanhamento do desempenho da instituição, servindo de instrumento de aprimoramento da gestão das IFES.

O **indicador 1** corresponde à relação entre custo corrente e aluno equivalente, esta relação indica o custo por aluno na instituição. Em princípio, um menor custo por aluno deve traduzir-se em eficiência nos gastos públicos. Esse índice teve um aumento devido a variável custo corrente com HU, que vem aumentando, passando de 160.254.326,52 para 184.439.952,22 em 2010.

No tocante à relação número de alunos em tempo integral por professores equivalentes (**indicador 2**), entende-se que quanto maior o número de professores relativamente ao de alunos, melhor será a atenção a estes últimos. Isso significa que quanto maior for esse índice maior será a produtividade de recursos docentes da instituição. Esse indicador teve uma diminuição devido a um aumento significativo na variável professor equivalente que passou de 992 para 1.104, enquanto que a variável aluno tempo integral teve uma pequena diminuição de 15.801 para 15.608. Isto se deve as 138 contratações de docentes em 2010.

De modo análogo aos argumentos, relativamente ao **indicador 3**, entende-se que um maior número de funcionários à disposição dos alunos se traduzirá em melhor atenção e melhor formação para os mesmos. Esse índice tem aumentado devido a variável funcionário equivalente, que vem diminuindo, passando de 2.216,25 para 2.169,25 em 2010.

A relação entre número de funcionários e de professores (**indicador 4**) indica uma relação entre o tamanho do corpo de apoio indireto ao aluno e ao professor e o tamanho do corpo de apoio e atendimento direto ao aluno. Os dois grupos têm importância fundamental para a boa formação do aluno. Entretanto, o apoio direto dado pelo professor se reveste de

maior relevo. Isso permite considerar que é melhor um maior número de professores com relação ao de funcionários para a formação do aluno.

O indicador funcionário equivalente com HU/professor equivalente apresentou uma pequena diminuição devido a variável professor equivalente que aumentou de 992 em 2009 para 1.104 em 2010; já a variável técnico equivalente apresentou também um acréscimo de 2.216 em 2009 para 2.169 em 2010. O aumento na primeira variável foi menor do que na segunda variável, ocasionando um decréscimo deste indicador. O indicador funcionário equivalente sem HU/professor equivalente, também ocorreu uma diminuição devido a diminuição da variável funcionário equivalente sem HU de 1.464 (2009) para 1.349 (2010); a variável professor equivalente é a mesma utilizada no indicador anterior. A diminuição da primeira variável foi menor do que o aumento da segunda variável, ocasionando um decréscimo deste indicador.

O índice do grau de participação estudantil (**indicador 5**) tem como principal objetivo exprimir em que grau os alunos se utilizam da capacidade instalada na Universidade e a velocidade da integralização curricular. Esse indicador sugere que quanto mais alunos em tempo integral, melhor será para sua formação e possivelmente melhor será o seu desempenho futuro. O indicador do grau de participação estudantil apresentou pequena diminuição devido ao distanciamento dos indicadores aluno em tempo integral para o total de alunos na graduação em 2010. Contabiliza-se o grau de participação estudantil através da razão (Aluno Tempo Integral / Total de Alunos na Graduação), comparando os anos de 2009 e 2010, obtém-se, respectivamente, 0,91 e 0,78. Houve, portanto, um grande aumento no total de alunos na graduação em 2010, em comparação ao indicador de alunos tempo integral, justificando o decréscimo.

O índice grau de envolvimento com pós-graduação tem por objetivo retratar o grau de envolvimento em atividades de pesquisa e pós-graduação. O maior envolvimento discente com a pós-graduação (**indicador 6**) pode gerar um efeito positivo no desempenho do aluno, uma vez que uma pós-graduação forte implica em mais laboratórios, bibliotecas, grupos e projetos de pesquisa ativos e bolsas, além do natural mais intenso intercâmbio de conhecimento que acaba também por envolver o ensino na graduação. Este indicador apresentou uma pequena diminuição em 2010, pelo fato da quantidade de total de alunos (graduação mais pós-graduação) ter aumentado de 18.381 para 21.076 em 2010, e a quantidade de alunos de pós-graduação sofrer também uma pequena variação de 1.103 para 1.012 em 2010. Isso se deve tanto ao aumento do número de vagas ofertadas no vestibular quanto a pequena diminuição do número de alunos matriculados da pós-graduação, repercutindo na quantidade de alunos ingressos e matriculados. É importante salientar que em 2010, a UFAL começou a operar o sistema acadêmico informatizado da pós-graduação o que levou a alguns programas ajustarem no sistema o número de alunos efetivamente matriculados.

O índice conceito CAPES/MEC para pós-graduação é um indicador de avaliação da qualidade dos cursos de pós-graduação. Um melhor conceito para a pós-graduação (**indicador 7**) pode ter relação positiva com o desempenho dos graduandos, considerando que uma melhor pós-graduação deve indicar que a graduação também vai bem. É de se esperar que unidades acadêmicas capazes de manter pós-graduação de bom nível, também sejam capazes de ter bons cursos de graduação. O indicador conceito CAPES/MEC, para pós-graduação, sofreu uma ligeira diminuição em 2010, devido ao aumento da quantidade de cursos e dos conceitos de alguns cursos da pós-graduação. No ano de 2009, havia 25 cursos que tinham um somatório de conceitos CAPES de 92; em 2010, este número aumentou para 27, tendo mantido o total de 92 em seu somatório de conceitos CAPES.

O índice de qualificação do corpo docente é um indicador da qualidade do corpo docente, em termos de sua titulação. Uma melhor qualificação docente (**indicador 8**) é um indicativo de professores mais preparados e envolvidos com as atividades de pesquisa, extensão e, principalmente, ensino. Professores mais qualificados envolvidos no ensino significa ter

influência na qualidade da formação do aluno. O indicador índice de qualificação do corpo docente cresceu em 2010, devido ao aumento na quantidade de professores com doutorado, mestrado e especialização: no ano de 2009, havia 558 professores doutores, 422 professores mestres e 155 professores, com especialização/aperfeiçoamento, em 2010 estes números aumentaram, respectivamente, para 638, 502 e 193.

O índice de taxa de sucesso na graduação é um indicador que fornece o índice de alunos que concluem o curso no tempo de duração prevista para cada curso. A taxa de sucesso na graduação (**indicador 9**) é um sinal de realização do curso em tempo regular, o que indica mais interesse e dedicação do aluno para sua formação. Esse indicador está baixo, obtido através da divisão do número de diplomados pelo número de ingressantes. Isso se deve ao fato da entrada em operação no ano de 2006 de 16 (dezessete) novos cursos de graduação do Campus de Arapiraca e no ano de 2010 de 8 (oito) novos cursos de graduação no Campus do Sertão. Se considerarmos os cursos relacionados aos formados, que nos parece mais realista, o indicador da taxa de sucesso seria de 0,53 (correspondendo a 53,65%). Assim sendo, a fórmula indicada pelo TCU não capta o esforço institucional para aumentar a disponibilidade de vagas para a sociedade, pelo contrário, penaliza.

3. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS (ITEM 3 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

Não houve ocorrência no período.

4. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

Tabela 135 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12
2010	3.529.015,01	---	3.981.551,63	602.292,48
2009	2.599.681,99	---	1.712.111,37	887.570,62
2008	7.671.237,32	---	6.860.770,20	810.467,12
2007	7.631.971,15	---	2.093.715,61	5.566.315,3
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12
2010	22.106.649,39	---	21.732.788,95	37.114.978,32
2009	37.415.028,08	---	796.695,69	36.618.332,39
2008	22.420.363,66	56.165,04	3.998.346,57	18.365.852,05
2007	24.011.486,09	365.388,42	16.958.755,16	6.623.052,33

Fonte: DCF

Análise Crítica sobre Inscrições de Restos a Pagar:

Restos a pagar processados são processos cujas despesas foram empenhadas e liquidadas no exercício, ficando para pagamento no exercício seguinte por falta de tempo hábil para quitação da despesa ou falta dos recursos financeiro.

Os restos a pagar não-processados de exercícios anteriores, que foram identificados no sistema SIAFI, podem ser em decorrência de diversos fatores, entre eles estão: (i) saldos possivelmente não cancelados; (ii) sobras de empenho estimativo não encerrado após a execução dos serviços; (iii) obras/serviços ainda em andamento e (iv) contratos rescindidos e ainda com saldos. Diante disso, em 2009, foi constituída uma Comissão no Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF, colhendo informações na SINFRA, HUPAA e BC sobre a execução de serviços/fornecimentos de materiais nos diversos processos de compra, para atualizar e revisar os saldos constantes no sistema SIAFI, visando sua baixa/cancelamento. A referida comissão já fez o levantamento e muitas destas observações já foram regularizadas no sistema SIAFI, outras contas estão sendo analisadas as origens e situações para regularização.

5. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

Tabela 136 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo		2.864	256	50
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira		2.864	256	50
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		04		
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório		04		
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas		01		
1.3 Servidores com Contratos Temporários		53	30	65
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos				
1.4.2 Removidos				
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada				
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		301	85	43
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		03		
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas		01		
3 Total		6.095	627	208

Fonte: DAP

Tabela 137 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	355	690	730	911	178
1.3. Servidores com Contratos Temporários	30	15	10	---	01
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					
2.Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções gratificadas	26	60	89	115	15

Fonte: DAP

Tabela 138 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira		20		123	466	395	646	570	644
1.3. Servidores com Contratos Temporários						39	08	06	
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença				01	02	13	02	05	05
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções gratificadas				03	08	118	06	36	99

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: DAP

Tabela 139 - Composição do Quadro de Servidores Inativos

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária		42
1.2 Compulsório		01
1.3 Invalidez Permanente		---
1.4 Outras		---
2 Proporcional		---
2.1 Voluntária		02
2.2 Compulsório		01
2.3 Invalidez Permanente		---
2.4 Outras		---

Fonte: DAP

Tabela 140 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	26	20
2. Proporcional	---	---

Fonte: DAP

Tabela 141 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
<input type="checkbox"/> Área Fim					
<input type="checkbox"/> Área Meio					
Nível Médio					
<input type="checkbox"/> Área Fim			10		21.925,96
<input type="checkbox"/> Área Meio					

Fonte: PROGINST

Tabela 142 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	---							
2009	---							
2010	---							
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	135.841.106,89							135.841.106,89
2009	154.427.432,24							154.427.432,24
2010	169.428.895,18							169.428.895,18
Servidores com Contratos Temporários								
2008	4.702.080,10							4.702.080,10
2009	2.462.124,61							2.462.124,61
2010	2.073.288,49							2.073.288,49
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	1.195.941,13							1.195.941,13
2009	1.416.847,95							1.416.847,95
2010	1.579.962,56							1.579.962,56
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	4.211,39							4.211,39
2009	---							---
2010	---							---
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	---							---
2009	---							---
2010	---							---
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	30.376.869,23							30.376.869,23
2009	33.104.696,42							33.104.696,42
2010	34.241.656,52							34.241.656,52

Fonte: NTI

Tabela 143 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Universidade Federal de Alagoas													
UG/Gestão: 15222/153037							CNPJ: 24.464.109/0001-48						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	V	O	Sistema de segurança integrada com gravação de imagens, sensores de presença, controle de acesso e pessoal, para o Campus Arapiraca e Pólos (Palmeira, Viçosa e Penedo/AL).	SERVIPA SERVIÇOS GERAIS LTDA. CNPJ: 24.315.640/0001-59	01/01/10	31/12/10			44	44			P

2007	V	O	Prestação de serviços de vigilância armada da UFAL, para as unidades dispersas de Maceió/AL	OPÇÃO VIGILÂNCIA DE VALORES LTDA. CNPJ: 01.873.815/0001-48	01/01/10	31/12/10			24	24			P
2008	V	O	Sistema de segurança integrada com gravação de imagens, sensores de presença, controle de acesso e pessoal, para o Campus A. C. Simões e Unidades Dispersas – Maceió/AL.	SERVIPA SERVIÇOS GERAIS LTDA. CNPJ: 24.315.640/0001-59	01/01/10	31/12/10			130	130			P
2008	V	O	Prestação de serviços de vigilância armada da UFAL, para as unidades dispersas de Maceió/AL	OPÇÃO VIGILÂNCIA DE VALORES LTDA. CNPJ: 01.873.815/0001-48	01/01/10	31/12/10			24	24			P
2010	L	O	Limpeza e Conservação de Bens móveis e imóveis com fornecimento de material e mão-de-obra, para o Campus A. C. Simões e Unidades Dispersas – Maceió/AL.	A.H.I. SERVIÇOS GERAIS – ME CNPJ: 09.074.623/0001-83	18/02/10	31/12/10			164	164			P
2010	V-L	E	03 Postos de Agente de Portaria 24 horas e 02 postos de limpeza, para o Campus do Sertão (Santana do Ipanema/AL).	SERVIPA SERVIÇOS GERAIS LTDA. CNPJ: 24.315.640/0001-59	18/10/10	18/04/11			14	14			A
2010	V-L	E	01 Postos de Agente de Portaria 24 horas e 02 postos de limpeza, para o Campus do Sertão (Delmiro / AL)	ASERVIT ASMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA. CNPJ: 07.555.229/0001-31	23/08/10	23/02/11			06	06			A
2010	L	O	Limpeza e Conservação de Bens móveis e imóveis com fornecimento de material e mão-de-obra, para o Campus Arapiraca e Pólos (Palmeira, Viçosa e Penedo/AL).	PLENA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA CNPJ: 09.198.704/0001-95	21/10/10	21/10/11			24	24			A

Observação:

Informarmos que nem todos os prestadores de serviços contratados pelas empresas terceirizadas possuem nível médio de

escolaridade pelas dificuldades de conseguir pessoal com esse nível para assumir as funções proposta nos Editais.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SINFRA

Tabela 144 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Universidade Federal de Alagoas													
UG/Gestão: 15222/153037						CNPJ: 24.464.109/0001-48							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	2,3 e 7	E	Terceirização de Mão de Obra em diversas categorias: Motoristas; Manutenção (eletricistas, encanadores, pedreiros, pintores, serralheiros etc); Pessoal de restaurante (cozinheiro, auxiliares de copa e de serviços gerais etc);	ADSERV – EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 08.362.490/0001-88	13/09/10	13/03/11			99	99			A
2010	2 e 7	O	Terceirização de Mão de Obra em diversas categorias: Motoristas; Manutenção (eletricista, encanador, pedreiro e encarregado)	ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ: 40.911.117/0001-41	21/10/10	21/10/11			13	13			A

Observação:

- A área 7 do contrato com a empresa ADSERV EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, representa os motoristas terceirizados.
- Informarmos, ainda, que nem todos os prestadores de serviços contratados pelas empresas terceirizadas possuem nível médio de escolaridade pelas dificuldades de conseguir pessoal com esse nível para assumir as funções proposta nos Editais.

LEGENDA

Área:

- Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
- Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
- Serviços de Copa e Cozinha;
- Manutenção e conservação de Bens Móveis;
- Serviços de Brigada de Incêndio;
- Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
- Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Tabela 145 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
Terceirização de Mão de Obra em diversas categorias: Motoristas; Manutenção (eletricistas, encanadores, pedreiros, pintores, serralheiros etc); Pessoal de restaurante (cozinheiro, auxiliares de copa e de serviços gerais etc)	2,3 e 7	99	Pessoal de recreação para o Núcleo de desenvolvimento Infantil – Campus A. C. Simões e Unidades Dispersas – Maceió/AL
Terceirização de Mão de Obra em diversas categorias: Motoristas; Manutenção (eletricista, encanador, pedreiro e encarregado)	2 e 7	13	Campus Arapiraca e suas Unidades de Ensino e Pesquisa (Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa/AL)
LEGENDA Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;			5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Higiene e Limpeza; 8. Vigilância Ostensiva; 9. Outras.

Fonte: SINFRA

Análise Crítica sobre Situação dos Recursos Humanos:**(1) Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional**

Em 2010, ocorreram diversos concursos públicos para docentes onde foram abertas 211 vagas, tendo 138 vagas providas, conforme **Tabela 146**. Neste mesmo ano, não teve um concurso para provimento de vagas de técnico-administrativos.

Tabela 146 - Indicadores de Concursos de Docente

Edital	Campus	Origem da Vaga	Vagas Abertas	Vagas Concursadas	Vagas Remanescentes
01/2010	Campus A. C. Simões	BPE	30	23	07
11/2010	Campus A. C. Simões	Reabertura REUNI 2009	12	11	01
57/2010	Campus A. C. Simões	REUNI 2010	44	25	19
58/2010	Campus A. C. Simões	BPE	06	03	03
59/2010	Campus A. C. Simões	BPE	07	03	04
63/2010	Campus A. C. Simões	ETA	02	02	00
64/2010	Campus do Sertão	REUNI 2009	01	01	00
65/2010	Campus do Sertão	REUNI 2010	28	24	04
69/2010	Campus de Arapiraca	REUNI 2010	15	10	05
82/2010	Campus de Arapiraca	REUNI 2009	01	01	00
83/2010	Campus de Arapiraca	Expansão 2009	01	01	00
84/2010	Campus de Arapiraca	BPE	03	02	01
90/2010	Campus de Arapiraca	REUNI 2010	01	01	00
129/2010	Campus A. C. Simões	Reabertura REUNI 2010+BPE	28	21	07
131/2010	Campus de Arapiraca	REUNI 2009 e 2010 + BPE	28	21	07
132/2010	Campus do Sertão	Reabertura REUNI 2010	04	03	01
152/2010	Campus A. C. Simões	Reabertura REUNI 2010 + BPE	16	Provas dia 14/03/2011	
153/2010	Campus de Arapiraca	Reabertura REUNI 2010 + BPE	04	Provas dia 21/02/2011	
154/2010	Campus do Sertão	Reabertura REUNI 2010	01	Provas dia 21/02/2011	
Total			211	138	52

Fonte: PROGEP. BPE – Banco de Professores Equivalentes.

Dos 1.333 docentes do quadro permanente, 638 (48%) são doutores e, 502 (38%) são mestres.

Tabela 147 - Docentes do Quadro Permanente por Grau de Formação

Grau de Formação	Tempo Integral	Tempo Parcial	Total	%
Graduação	22	29	51	3,82%
Especialista/Aperfeiçoamento	52	90	142	10,65%
Mestre	408	94	502	37,66%
Doutor	599	39	638	47,87%
Total	1.081	252	1.333	100%

Fonte: DAP (DEZ/2010)

Tabela 148 - Docentes do Quadro Permanente por Regime de Trabalho

Regime de Trabalho	Total	%
Dedicação Exclusiva	1.081	81,09%
40 horas	117	8,78%
20 horas	135	10,13%
Total	1.333	100%

Fonte: DAP (DEZ/2010)

Dos 53 docentes do quadro temporário, 38 (71,70%) são do regime de trabalho de 40 horas. É importante salientar que houve uma redução significativa entre 2009-2010 de docentes do quadro temporário na Instituição na ordem de 50,47%.

Tabela 149 - Docentes do Quadro Temporário por Regime de Trabalho

Regime de Trabalho	Total	%
40 horas	38	71,70%
20 horas	15	38,09%
Total	53	100%

Fonte: DAP (DEZ/2010)

Dos 1.531 servidores técnico-administrativos, 1.447 (94,51%) são do regime de trabalho de 40 horas. É importante salientar que cerca de 61% dos servidores técnico-administrativos da UFAL possuem nível superior, conforme mostrado na **Tabela 150**.

Tabela 150 - Servidores Técnico-administrativos, por Escolaridade

Escolaridade	Tempo Integral	Tempo Parcial	Total	%
Alfabetização sem Cursos Regulares	20	0	20	1,30%
Ensino Fundamental Incompleto	77	0	77	5,03%
Ensino Fundamental Completo	46	0	46	3,00%
Ensino Médio	454	12	466	30,44%
Graduação	321	23	344	22,47%
Especialista/Aperfeiçoamento	466	38	504	32,92%
Mestrado	59	09	68	4,44%
Doutorado	04	02	06	0,40%
Total	1.447	84	1.531	100%

Fonte: DAP (DEZ/2009)

São 1.531 servidores técnico-administrativos compondo o quadro, dos quais 648 (42,32%) são lotados no Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes (HUPAA), órgão de apoio acadêmico que mantém relação funcional com as Unidades Acadêmicas, principalmente da área de saúde, fazendo ensino, pesquisa, extensão e assistência. O HUPAA é voltado, prioritariamente, para a formação e capacitação de recursos humanos na área de saúde, além de contribuir para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS – no Estado de Alagoas.

Alguns fatores tem contribuído para o crescimento qualitativo do quadro de pessoal da Instituição. A renovação decorrente de novas vagas é um fator preponderante, visto que os participantes de concursos estão cada dia mais preparados e capacitados para disputar uma vaga no mercado de trabalho, isso inclusive tem exigido mudanças no nosso processo seletivo. Outro

fator é o investimento em capacitação. Os programas de assistência à saúde e de qualidade de vida têm trazido dignidade aos servidores, gerando mais motivação e comprometimento.

Vale ressaltar ainda que as vagas ofertadas pelo Governo Federal são oriundas do Programa REUNI, ou seja, elas são para dar conta da demanda que surge pelo fato da Universidade ter expandido, seja pela criação de Campi, de cursos ou turmas. Enquanto que a necessidade surgida pela vacância do cargo, através de aposentadorias, exonerações, essas não são automaticamente repostas. O que tem contribuído para uma defasagem progressiva do quadro técnico da Instituição.

(2) Adequação dos quantitativos de área-meio em relação à área-fim

A política de nomeação da área-meio é diferente da área-fim. Para a área finalística, o governo desenvolve políticas de nomeação que contemplam a necessidade em diversas situações, e o número ofertado foi muito superior a área-meio. Pode haver contratação de docentes para área fim, quando há licença para qualificação, licença médica e vacância. Foi criado o Banco de Professores Equivalentes, o qual é usado para trocar os professores substitutos por efetivos, e quando ocorre vacância. O próprio Programa REUNI também favoreceu a contratação em maior número de servidores que atuam na área finalística.

(3) Desempenho funcional dos servidores

O Programa de Avaliação de Desempenho possibilitou tanto redimensionar as ações desenvolvidas pelos técnico-administrativos no exercício do cargo, quanto auferir objetivamente o seu desempenho, fornecendo ao próprio avaliado e à Instituição subsídios para seu aprimoramento pessoal/profissional assim como dos serviços prestados e das condições de trabalho.

Em 2010, foi criada uma comissão para elaboração e execução de um programa de dimensionamento qualitativo e quantitativo de pessoal. O dimensionamento de recursos humanos é uma ferramenta indispensável nas instituições públicas, uma vez que revela a correta utilização da força de trabalho, bem como, orienta na distribuição das competências e atividades individuais dentro da organização, e ainda, detectando as necessidades de movimentação, recomposição e qualificação do quadro funcional, apontando o contingente de pessoal ideal para atender as demandas institucionais. Entre as ações realizadas em 2010 pela comissão estão: levantamento dos setores existentes em cada unidade da Universidade; levantamento dos laboratórios existentes nos Campi e previsão de criação/inauguração; levantamento da relação Docente x Aluno x Técnico, por Unidade Acadêmica; levantamento de previsão estimada de aposentadorias para os próximos anos; registro e acompanhamento das solicitações de remoção de servidores; elaboração de planilha com o quantitativo de servidores, técnicos e bolsistas por Unidade e elaboração e aplicação de um questionário para subsidiar o dimensionamento.

Com relação ao Desempenho Funcional dos Servidores da Instituição, tivemos os seguintes resultados no processo de avaliação de 2010: 304 docentes e 189 técnicos foram avaliados dentro do estágio probatório bem como 763 servidores foram avaliados e todos progrediram na carreira. É importante frisar que a avaliação dos demais servidores docentes da UFAL é realizada pelas congregações das unidades acadêmicas e pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), não havendo nenhuma participação da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho (PROGEP). Quanto a avaliação dos técnico-administrativos os índices apontados nos relatórios de avaliação demonstram um resultado excelente. No entanto, é necessário que se estabeleça uma relação mais sistêmica entre a avaliação e as ações de capacitação, para que possamos de fato contribuir para o desempenho dos servidores e o desenvolvimento institucional.

(4) Planos de capacitação do quadro de recursos humanos

O programa de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores da UFAL tem como objetivo: (i) contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; (ii) capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e (iii) capacitar o

servidor para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da Instituição. É importante ressaltar que os recursos orçamentário-financeiros destinados ao programa de capacitação da UFAL aumenta ano a ano, conforme pode ser observado pela **Tabela 151**. Assim, por meio de um programa de capacitação eficaz e atualizado, a Administração da UFAL procura estimular ações voltadas à obtenção de resultados efetivos no desempenho dos servidores e de suas unidades de trabalho, uma vez que acredita que os recursos humanos têm um papel fundamental na atual proposta de Administração Pública no Brasil.

Tabela 151 - Evolução do orçamento para capacitação

Ano	Valor (aprox. em R\$)
2003	0,00
2004	200.000,00
2005	196.000,00
2006	200.000,00
2007	400.000,00
2008	800.000,00
2009	1.010.000,00
2010	1.200.000,00
2011	1.450.000,00

Fonte: PROGEP

O programa de capacitação da UFAL contemplou ações de capacitação que contribuíram para o desenvolvimento profissional e pessoal do servidor e, conseqüentemente, para o crescimento da própria Universidade através do alcance das metas institucionais. Em 2010, foram realizados 132 eventos, sendo 63 na sede e 69 fora da sede, tendo um total de 2.216 participantes (**Tabela 152**).

Tabela 152 - Distribuição temporal das participações no programa de capacitação

Mês	Participações
Janeiro	156
Fevereiro	77
Março	271
Abril	89
Maio	59
Junho	117
Julho	70
Agosto	101
Setembro	67
Outubro	536
Novembro	429
Dezembro	244

Fonte: PROGEP

Verificou-se uma pequena redução da ordem de 9,73% do número de participantes no ano de 2010 em relação ao ano de 2009 (**Tabela 153**).

Tabela 153 - Evolução do número de participações no programa de capacitação

Ano	Participações
2006	700
2007	1.800
2008	1.628
2009	2.455
2010	2.216

Fonte: PROGEP

(5) Mão de obra terceirizada

É importante salientar que, em conseqüência, do aumento da demanda dos serviços ofertados pela Instituição houve a necessidade de um aumento no quadro de pessoal terceirizado para atender com maior efetividade as questões relativas, sobretudo, a segurança e limpeza. Mesmo obtendo autorização do MEC para contratação, via concurso público de

servidores técnico-administrativos, a UFAL não teve outra saída a não ser a terceirização mesmo tendo consciência de que tal medida compromete cada vez mais o orçamento de custeio, que historicamente tem se mostrado insuficiente para atender as despesas da Universidade.

Atualmente, a distribuição da mão de obra terceirizada é a seguinte: 525 (71,62%) são destinadas a UFAL e 208 (28,38%) são destinadas ao HUPAA. A UFAL vem cumprindo um Termo de Acordo de Conduta – TAC, em acompanhamento com o Ministério Público do Trabalho até que se solucionem as questões dos Hospitais Universitários das IFES. Além disso, a política remuneratória da UFAL segue as Leis 11.091/2005 e 11.784/2008. A **Tabela 154** resume as despesas efetuadas com cada uma das empresas terceirizadas da UFAL.

Tabela 154 - Descrição detalhada das empresas terceirizadas da UFAL

Contratada	Nº do Contrato / Tipo	Total de Funcionários	Despesa Efetuada(R\$)
STI – SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA. CNPJ: 05.901.136/0001-96	Contrato: 15/2006 Objeto: Serviços em telecomunicações. Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, monitoramento, tráfego e controle de tarifação nos sistemas telefônicos e rede interna e externa da UFAL	03 pessoas	74.250,00
ADSERV – EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. CNPJ: 08.362.490/0001-88	Contrato: 14/2010 Objeto: Terceirização de mão de obra em diversas categorias: Motoristas; Manutenção (eletricistas, encanadores, pedreiros, pintores, serralheiros etc); Pessoal de restaurante (cozinheiro, auxiliares de copa e de serviços gerais etc.); Pessoal de recreação para o NDI	100 pessoas	189.597,68
INTERCONFRIO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS LTDA CNPJ: 08.619.637/0001-72	Contrato: 72/2006 Objeto: Prestação de serviços de manutenção em condicionadores de ar	03 pessoas	181.875,00
SERVIPA SERVIÇOS GERAIS CNPJ: 24.315.640/0001-59	Contrato: 14/2008 – Maceió Objeto: Sistema de segurança integrada com gravação de imagens, sensores de presença, controle de acesso e pessoal	130 pessoas	5.086.551,96
A.H.I. SERVIÇOS GERAIS – ME CNPJ: 09.074.623/0001-83	Contrato: 13/2010 Objeto: Limpeza e Conservação de Bens móveis e imóveis com fornecimento de material e mão de obra	164 pessoas	2.657.791,80
OPÇÃO VIGILÂNCIA DE VALORES LTDA. CNPJ: 01.873.815/0001-48	Contrato: 01/2008 Objeto: Prestação de serviços de vigilância armada da UFAL	24 pessoas	426.270,84
SERVIPA SERVIÇOS GERAIS CNPJ: 24.315.640/0001-59	Contrato: 40/2007 – Campus de Arapiraca Objeto: Sistema de segurança integrada com gravação de imagens, sensores de presença, controle de acesso e pessoal	44 pessoas	1.699.868,76
PLENA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA CNPJ: 09.198.704/0001-95	Contrato: 27/2010 – Campus de Arapiraca Objeto: Limpeza e Conservação de Bens móveis e imóveis com fornecimento de material e mão de obra	24 pessoas	415.899,48
ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ: 40.911.117/0001-41	Contrato: 39/2010 – Campus de Arapiraca Objeto: Terceirização de mão de obra em diversas categorias: Motoristas; Manutenção (eletricista, encanador, pedreiro e encarregado)	13 pessoas	362.676,24
SERVIPA SERVIÇOS GERAIS CNPJ: 24.315.640/0001-59	Contrato: 40/2010 – Campus do Sertão (Santana do Ipanema) Contrato emergencial Objeto: Terceirização de mão de obra (03 Postos de Agente de Portaria 24 horas e 02 postos de limpeza).	14 pessoas	170.474,28
ASERVIT ASMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA CNPJ: 07.555.229/0001-31	Contrato: Campus do Sertão (Delmiro Gouveia) Objeto: Terceirização de mão de obra (1 Posto de Agente de Portaria 24 horas e 2 postos de limpeza). (Contrato emergencial)	06 pessoas	55.790,52

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIA MEDIANTE CONVÊNIO (ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

Tabela 155 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente									
Nome: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESU)									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 150011				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	Processo 23000.011141/2010-33	UFAL	407.680,16	---	407.680,16	407.680,16	Set/2010	Dez/2010	1
1	Processo 23000.011178/2010-61	UFAL	1.862.888,00	---	1.862.888,00	1.862.888,00	Set/2010	Dez/2010	1
1	Processo 23000.011107/201069	UFAL	1.544.202,07	---	1.544.202,07	1.544.202,07	Set/2010	Dez/2010	1
Unidade Concedente									
Nome: DEPARTAMENTO DE REVITALIZAÇÃO BACIAS HIDROGRAFICAS (DRBH)									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 440078				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	Processo 02000.003099/2008-92	UFAL	148.413,10	---	148.413,10	148.413,10	Mai/2010	Dez/2010	1
1	Processo 02000.003099/2008-92	UFAL	300.000,00	---	300.000,00	300.000,00	Mai/2010	Dez/2010	1
1	Termo de Cooperação-Projeto CENIR	UFAL	229.102,72	---	229.102,72	229.102,72	Set/2010	Dez/2010	1
Unidade Concedente									
Nome: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 153173				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	Processo 23400.005272/2010-79	UFAL	741.394,50	---	741.394,50	741.394,50	Mai/2010	Dez/2010	1
1	Processo 23400.004120/2010-59	UFAL	322.004,33	---	322.004,33	322.004,33	Jun/2010	Dez/2010	1
1	Programa PROJOVEM	UFAL	178.128,00	---	178.128,00	178.128,00	Jul/2010	Dez/2010	1
1	Fonte: 11215173 PI: PCC62G5200X NC: 2010NC700316	UFAL	501.135,29	---	501.135,29	501.135,29	Mai/2010	Dez/2010	1

Relatório de Gestão 2010 - 152

1	23034.000335/2010-16	UFAL	5.520,00	---	5.520,00	5.520,00	Jul/2010	Dez/2010	1
1	23400.008333/2010-50	UFAL	248.671,96	---	248.671,96	248.671,96	Jun/2010	Dez/2010	1
1	23400.007780/2010-91	UFAL	182.290,00	---	182.290,00	182.290,00	Jul/2010	Dez/2010	1
1	23400.005836/2010-73	UFAL	191.499,80	---	191.499,80	191.499,80	Mai/2010	Dez/2010	1
1	23400.008487/2010-41	UFAL	84.900,00	---	84.900,00	84.900,00	Abr/2010	Dez/2010	1

Unidade Concedente

Nome: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)

CNPJ: UG/GESTÃO: 153173

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	Processo 23400.09110/2010-18	UFAL	202.259,60	---	202.259,60	202.259,60	Out/2010	Ago/2011	1

Unidade Concedente

Nome: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

CNPJ: UG/GESTÃO: 20016

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	Processo 00008.000772/2010-51	UFAL	100.000,00	---	100.000,00	100.000,00	Jul/2010	Jul/2011	1

Unidade Concedente

Nome: SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SPO)

CNPJ: UG/GESTÃO: 150014

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	Fonte: 112915014 PI:FOO02N5102N NC:2010NC000476	UFAL	8.588,86	---	8.588,86	8.588,86	Mai/2010	Dez/2010	1
4	Fonte: 112915014 PI:FOO02N5102N NC:2010NC000811	UFAL	1.327,74	---	1.327,74	1.327,74	Ago/2010	Dez/2010	1
4	Fonte: 112915014 NC: 2010NC001105	UFAL	1.625,49	---	1.625,49	1.625,49	Nov/2010	Dez/2010	1

Unidade Concedente

Nome: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

CNPJ: UG/GESTÃO: 150016

Informações sobre as transferências

Modalidade	Nº do	Beneficiário	Valores Pactuados	Valores Repassados	Vigência	Sit.
------------	-------	--------------	-------------------	--------------------	----------	------

Relatório de Gestão 2010 - 153

	instrumento		Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício			
							Início	Fim	
1	Processo 23000.011747/20 10-79	UFAL	49.645,00	---	49.645,00	49.645,00	Set/ 2010	Dez/ 2010	1
Unidade Concedente									
Nome: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA ALF. E DIVERSIDADE									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 150028				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	Processo 23000.010899/20 10-54	UFAL	133.861,00	---	133.861,00	133.861,00	Set/ 2010	Dez/ 2010	1
1	AÇÃO 8526	UFAL	30.640,00	---	30.640,00	30.640,00	Jul/ 2010	Dez/ 2010	1
Unidade Concedente									
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 153163				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	MEMO 171/DAM/DDPP	UFAL	1.502,8	---	1.502,8	1.502,8	---	Dez/ 2010	1
Unidade Concedente									
Nome: SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 56003				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	Portaria 305 SPOA/SE/MCIDADE S	UFAL	50.000,00	---	50.000,00	50.000,00	Mai/ 2010	Abr/ 2011	1
1	Portaria 306 SPOA/SE/MCIDADE S	UFAL	50.000,00	---	50.000,00	50.000,00	Mai/ 2010	Abr/ 2011	1
Nome: COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 240101				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	Processo 01200.003948/20 10-11	UFAL	399.995,00	---	399.995,00	399.995,00	Nov/ 2010	Dez/ 2011	1
1	Processo 01200.003949/20 10-58	UFAL	699.990,00	---	699.990,00	699.990,00	Nov/ 2010	Dez/ 2011	1

LEGENDA**Modalidade:**

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: DCF

Tabela 156 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Universidade Federal de Alagoas						
CNPJ: 24.464.109/0001-48				UG/GESTÃO: 15222/153037		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio (1)	18	47	25	2.881.293,28	24.405.695,64	8.258.043,17
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação (4)	---	---	03	---	---	11.542,09
Termo de Compromisso						
Totais	18	47	28	2.881.293,28	24.405.695,64	8.269.585,26

Fonte: DCF

Tabela 157 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigoram em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Universidade Federal de Alagoas					
CNPJ: : 24.464.109/0001-48			UG/GESTÃO: 15222/153037		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio (1)	06		1.502.244,60	0,00	100%
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação (4)					
Termo de Compromisso					
Totais	06		1.502.244,60	0,00	100%

Fonte: DCF

Tabela 158 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e contrato de repasse

Unidade Concedente					
Nome: SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO SPO					
CNPJ:			UG/GESTÃO: 150014		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		3	
		Montante Repassado		11.542,09	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	3		
		Montante Repassado (R\$)	11.542,09		

Relatório de Gestão 2010 - 155

2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
2008	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		2	
		Montante Repassado (R\$)		2.216,79	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
Unidade Concedente					
Nome: SECRETARIA DE EDUC. PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA					
CNPJ:			UG/GESTÃO: 150016		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		49.645,00	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado (R\$)	49.645,00		
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado (R\$)		200.000,00	
2008	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado (R\$)		180.000,00	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
Unidade Concedente					
Nome: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR					
CNPJ:			UG/GESTÃO: 150011		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		7	
		Montante Repassado		5.641.847,62	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	7	
		Montante Repassado (R\$)	5.641.847,62		
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		10	
		Montante Repassado (R\$)		16.043.961,21	
2008	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		17	
		Montante Repassado (R\$)		21.567.001,74	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
Unidade Concedente					
Nome: FUND. COORD. DE APERF. DE PESSOAL NÍVEL SUPERIOR					

CNPJ:		UG/GESTÃO: 154003			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		8	
		Montante Repassado		3.004.795,87	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	8		
		Montante Repassado (R\$)	3.004.795,87		
2009	Contas prestadas	Quantidade		2	
		Montante Repassado (R\$)		812.689,16	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		4	
		Montante Repassado (R\$)		2.458.100,00	
2008	Contas prestadas	Quantidade		3	
		Montante Repassado (R\$)		2.474.652,31	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		3	
		Montante Repassado (R\$)		890.573,50	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
Unidade Concedente					
Nome: SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO					
CNPJ:		UG/GESTÃO: 200401			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		2	
		Montante Repassado		1.099.985,00	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado (R\$)	1.099.985,00		
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado (R\$)		71.773,64	
2008	Contas prestadas	Quantidade		2	
		Montante Repassado (R\$)		286.891,60	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
Unidade Concedente					
Nome: DEP. REVITALIZAÇÃO BACIAS HIDROGRÁFICAS - DRBH					
CNPJ:		UG/GESTÃO: 440078			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		3	
		Montante Repassado		677.515,82	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	3		
		Montante Repassado (R\$)	677.515,82		
2009	Contas prestadas	Quantidade			

Relatório de Gestão 2010 - 157

		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado (R\$)	163.700,00		
2008	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
Unidade Concedente					
Nome: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO					
CNPJ:		UG/GESTÃO: 153173			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade	10		
		Montante Repassado	2.657.803,48		
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	10	
		Montante Repassado (R\$)	2.657.803,48		
2009	Contas prestadas	Quantidade	3		
		Montante Repassado (R\$)	108.882,96		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	16		
		Montante Repassado (R\$)	3.727.756,26		
2008	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	11		
		Montante Repassado (R\$)	2.608.316,54		
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
Unidade Concedente					
Nome: DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAÚDE					
CNPJ:		UG/GESTÃO: 257001			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade	3		
		Montante Repassado	738.473,32		
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	3	
		Montante Repassado (R\$)	738.473,32		
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	6		
		Montante Repassado (R\$)	213.114,81		
2008	Contas prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado (R\$)	300.000,00		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	10		
		Montante Repassado (R\$)	13.207.557,67		
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
Unidade Concedente					
Nome: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS/PR					
CNPJ:		UG/GESTÃO: 200016			

Relatório de Gestão 2010 - 158

Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		100.000,00	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1		
			Montante Repassado (R\$)	100.000,00	
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado (R\$)		100.000,00	
2008	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado (R\$)		100.000,00	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
Unidade Concedente					
Nome: SECRETARIA EXECUTIVA – MINIST. DAS CIDADES					
CNPJ:			UG/GESTÃO: 560003		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		2	
		Montante Repassado		100.000,00	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	2		
			Montante Repassado (R\$)	100.000,00	
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado (R\$)		50.000,00	
2008	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
Unidade Concedente					
Nome: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONT. ALF. E DIVERSIDADES					
CNPJ:			UG/GESTÃO: 150028		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		2	
		Montante Repassado		164.501,00	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	2		
			Montante Repassado (R\$)	164.501,00	
2009	Contas prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			

Relatório de Gestão 2010 - 159

	Contas NÃO prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado (R\$)				
2008	Contas prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado (R\$)				
	Contas NÃO prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado (R\$)				
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado (R\$)				
Unidade Concedente						
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA						
CNPJ:			UG/GESTÃO: 153163			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		1		
		Montante Repassado		1.502,82		
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade			
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado (R\$)		1.502,82		
2009	Contas prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado (R\$)				
	Contas NÃO prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado (R\$)				
2008	Contas prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado (R\$)				
	Contas NÃO prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado (R\$)				
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado (R\$)				
Unidade Concedente						
Nome: COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS						
CNPJ:			UG/GESTÃO: 240101			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		2		
		Montante Repassado		1.099.985,00		
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade			
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		2	
		Montante Repassado (R\$)		1.099.985,00		
2009	Contas prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado (R\$)				
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			1	
		Montante Repassado (R\$)			60.000,00	
2008	Contas prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado (R\$)				
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			1	
		Montante Repassado (R\$)			52.000,00	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado (R\$)				
Unidade Concedente						
Nome: FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO						
CNPJ:			UG/GESTÃO: 344002			

Relatório de Gestão 2010 - 160

Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
2009	Contas prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	1	
			Montante Repassado (R\$)	8.000,00	
2008	Contas prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade		
			Montante Repassado (R\$)		

Fonte: DCF

7. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV (ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010)

DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE E ATUALIZAÇÃO DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS E TERMOS DE PARCERIAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

DECLARAÇÃO

Declaramos, para todos os fins de direito e a quem interessar possa, que a UFAL registra seus contratos no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG/SICON e os convênios celebrados com a UFAL são convênios de receita, não sendo registrados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei no 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Maceió, 15 de Fevereiro de 2011.

João Carlos Cordeiro Barbirato
CPF: 383.107.164-00
Pró-Reitor de Gestão Institucional

8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DE ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS (ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010)

DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL QUANTO AO ATENDIMENTO POR PARTE DOS RESPONSÁVEIS DA OBRIGAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

DECLARAÇÃO

Declaramos, para todos os fins de direito e a quem interessar possa, que os ocupantes de Cargos de Direção e/ou Função Gratificada da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, integrantes do Rol de Responsáveis, entregaram a **Declaração de Bens e Rendas**, referente ao exercício de 2010 ou a autorização de acesso à declaração de ajuste anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, por meio eletrônico, na forma da legislação vigente

Maceió-AL, 15 de Fevereiro de 2011.

Wellington da Silva Pereira
Diretor Geral
Departamento de Administração de Pessoal
Universidade Federal de Alagoas

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ (ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010)

Tabela 159 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a, conseqüente, adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		

25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

10. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS (ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

Tabela 160 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? palestras		X			
Considerações Gerais: A UFAL utilizou a seguinte metodologia para analisar os quesitos do questionário: (1) As questões foram divididas por área e analisada por um grupo de pessoas pertencentes aquela área específica;					

(2) As áreas ou setores em questão foram os seguintes: setor de obras, setor de compras e licitações e setor de manutenção.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Análise Crítica sobre Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis na UFAL:

Em consonância com o crescente comprometimento global na luta pela preservação ambiental, a UFAL tem se empenhado para contribuir com o uso racional dos recursos naturais, bem como para criar políticas internas na área de gestão ambiental. Elencamos abaixo as diversas atividades que a UFAL tem desenvolvido nas áreas de educação e gestão ambiental:

(1) **Criação de Comissão para Elaboração da Política Ambiental da UFAL.** Em 24 de julho de 2009, através da Portaria nº 804, foi criada a comissão para elaboração da política ambiental da UFAL, com atribuição de sugerir uma política (Agenda Ambiental para UFAL), com a seguinte composição: Eurico de Barros Lôbo Filho (Presidente/Vice-Reitor), Cristina de Souza Lira Gameleira (SINFRA), José Edmundo Acioly (Engenharia Química/CTEC), Karina Salomon (Engenharia Agrônoma/Engenharia Ambiental), Marilda Maria de Melo (PROGEP), Maria Alba Correia da Silva (NEA-CEDU), Maria Cecília Junqueira Lustosa (FEAC), Nivalto Tenório dos Santos (PROGINST) e Silvana Quintella Cavalcanti Calheiros (IGDEMA).

(2) **Oferta de Cursos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos** com carga horária de 180 horas (duas turmas 2008-2010). O objetivo do curso é desenvolver a consciência dos servidores da UFAL em relação à manipulação dos resíduos sólidos, bem como criar uma massa crítica capaz de contribuir com ações de redução no uso, reaproveitamento e reciclagem de materiais.

(3) **Oferta de Cursos de Educação Ambiental** com carga horária de 120 horas. Este curso será oferecido aos servidores a partir de 2011 com o propósito de contribuir na visão e incentivar uma prática comprometida com a preservação ambiental.

(4) **Criação de uma Comissão de Eficientização Energética.** Em 2009, a UFAL criou a comissão de efficientização energética, que tem como objetivo dar melhor qualidade no gasto e nos serviços de energia, aplicando o conceito de responsabilidade ambiental, à medida que direciona seus esforços para reduzir o consumo e trabalhar com produtos menos agressivos ao ambiente. Essa subcomissão tem um papel executivo das políticas traçadas pela comissão. (b) Definição de ações de curto, médio e longo prazo, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços de energia elétrica, bem como a relação custo x benefício destes serviços. (c) Integração ao Programa de Controle de Custos criado pelo MEC (HABILITA/PEG).

(5) **Quanto às Licitações.** Em 2011 passaremos a trabalhar nossos editais para aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, fundamentados no Decreto nº 5.940/2006 e a Instrução Normativa nº 1/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que adota critérios de sustentabilidade ambiental para contratos com os órgãos do Governo Federal.

(6) **Núcleo de Educação Ambiental - NEA,** foi criado em 1997 pela Portaria CEDU/UFAL nº 44 de 25/09/97. Possui natureza acadêmica sob enfoque pluri e interdisciplinar de intervenção na realidade. Dentre suas finalidades estão: (a) promover ações integradas na relação meio ambiente e educação, envolvendo os Centros de Ensino da UFAL; (b) desenvolver projetos de pesquisa e extensão, em conjunto com instituições e entidades educacionais e ambientais; e (c) Promover e assessorar a formação de multiplicadores em educação formal e não formal. Atualmente é formado por 3 professoras - Maria Alba Correia, Maria Helena Cruz

e Eliane Ferreira - além de 13 estagiários.

Desde a criação do NEA são desenvolvidos diversos projetos de caráter eminentemente sócio-ambientais, descritos a seguir: (1) **Projeto sala verde** visa à criação e ao desenvolvimento de um espaço informativo e educativo potencializando estratégias e ações de educação ambiental, através do melhor uso das tecnologias educacionais e informacionais; (2) **Projeto coletivo jovem**. Este projeto integra a Política Nacional de Meio Ambiente através do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as escolas, formando a participação autônoma da juventude nas políticas públicas e na construção de COMVIDAS nas escolas da Educação Básica, no entorno da UFAL; (3) **Projeto conviver** que tem como objetivo promover ações na área das relações entre ser humano/natureza e escola/comunidade na Região Hidrográfica do Pratagi, especificamente no Conjunto Benedito Bentes. Atualmente envolve 4 escolas; (4) **Projeto de Educação Ambiental na APA do Catolé** que tem como objetivo realizar educação ambiental nas escolas do entorno da APA através de interação institucional e comunitária objetivando a proteção da APA do Catolé e a promoção da qualidade de vida no seu entorno. Outras Ações do NEA: Projeto Arboreto (ICBS) – Recuperação de áreas degradadas; Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA); Comitê da APA do Catolé; Comitê da Bacia do Pratagi; Comitê da APA de Santa Rita; Comitê do Complexo Lagunar; UFAL tem assento no conselho Estadual de Proteção Ambiental; Projeto de Arborização da UFAL e Colaboração na concepção do Aterro Sanitário Municipal

11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ, “BENS DE USO ESPECIAL” DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS (ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010)

Tabela 161 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
Edifício Walmap, Salas 1307 a 1312, de propriedade da União	---	Cessão de uso gratuito	Bom	---	---	---	---	---
Museu Théó Brandão	---	Cessão de uso gratuito	Bom	---	---	---	---	R\$ 40.443,34
Total								R\$ 40.443,34

Fonte: SINFRA

Análise Crítica sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário de Responsabilidade da UJ:

Informamos que a Escola Estadual Watson Clementino e a Escola Cenecista de 1º e 2º Graus Santana Ipanema, utilizados, respectivamente, pelo Campus do Sertão e pela Unidade de Ensino de Santana do Ipanema, não são objeto de locação, mas sim de convênio.

Processo nº: 23065.022298/2010-30 – Convênio UFAL e o município de Santana do Ipanema –AL. **Objeto:** o desenvolvimento de ações articuladas de cooperação entre a Universidade Federal de Alagoas e o Município de Santana do Ipanema-AL, visando à implantação do Campus do Sertão no município a fim de implementar projeto de Expansão da Universidade Federal de Alagoas – UFAL para o interior do estado de Alagoas.

Processo nº: 23065.004288/2010-12 – Convênio nº 007/2010 que entre si celebram a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e o Governo do Estado de Alagoas através da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEEE-AL). **Objeto:** o desenvolvimento de ações articuladas de cooperação entre a Universidade Federal de Alagoas e o Estado de Alagoas através da SEEE-AL visando ao apoio das atividades acadêmicas e administrativas da UFAL para funcionamento do Campus Sertão – Delmiro Gouveia-AL.

12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ (PLANEJAMENTO DA ÁREA, PERFIL DO RH ENVOLVIDO, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE SISTEMAS; CONTRATAÇÃO E GESTÃO DE BENS E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010))

Tabela 162 - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		X			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. Servidores efetivos do quadro = 26 / Terceirizado = 1 (Consultor)	Efetivo: 26 Terceirizado: 01				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	Sim				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.				X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Análise Crítica sobre Gestão da Tecnologia da Informação na UFAL:

O Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI é um órgão de apoio administrativo da UFAL que tem por finalidade disseminar e apoiar o uso da tecnologia da informação pela comunidade universitária, como forma de favorecer a qualidade, produtividade e efetividade nas atividades de gestão institucional em suas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, cabe ao NTI o desenvolvimento de sistemas corporativos de interesse da gestão universitária, a avaliação de softwares existentes no mercado para definir sua utilização pela Instituição e a implantação e manutenção de softwares adquiridos pela Universidade e alocados para gerenciamento do núcleo.

Cabe também ao NTI a definição de normas e metodologias para o desenvolvimento e a documentação dos sistemas, a proposição de normas de política de uso para os serviços disponibilizados aos usuários, a administração da rede de computadores, com especial prioridade à manutenção do *backbone* institucional, cuidando da disponibilidade até o ponto de entrada/saída em cada domínio descentralizado, e a gerência do link de Internet da UFAL e suas unidades externas situadas em Maceió.

(1) Planejamento da área de tecnologia da informação

O NTI elabora seu planejamento anualmente com base no planejamento geral da UFAL. A seguir são apresentadas as principais ações presentes em seu planejamento de 2010 com percentual de realização:

- Desenvolvimento e estabilização dos sistemas de gestão acadêmica (percentual realizado: 80%);
- Aperfeiçoamento das ferramentas de trabalho em TI (percentual realizado: 60%);
- Padronização e gerenciamento dos sites e portais institucionais da UFAL (percentual realizado: 60%);
- Padronização dos processos de compra em informática (percentual realizado: 60%);
- Melhoria da infraestrutura para estabilização dos processos de TI na Ufal (percentual realizado: 75%);
- Melhoria do atendimento ao usuário nos processos de TI na UFAL (percentual realizado: 80%) e melhoria, ampliação e estabilização dos serviços de rede (percentual realizado: 70%).

(2) Perfil do RH envolvido

A equipe do NTI possui 26 (vinte e seis) servidores do quadro efetivo e 33 (trinta e três) bolsistas, conforme detalhamento apresentado nas **Tabelas 163, 164 e 165**.

Tabela 163 - Quantitativo de servidores por cargos

Cargo	Quantidade
Assistente em administração	09
Técnico em Tecnologia da Informação	03
Analista de Tecnologia da Informação	14
Total	26

Fonte: NTI

Tabela 164 - Quantitativo de servidores por titulação

Titulação	Quantidade
Ensino Médio	02
Graduação em conclusão	01
Graduação	05
Especialização	11

Mestrado em conclusão	04
Mestrado	02
Doutorado em conclusão	01
Total	26

Fonte: NTI

Tabela 165 - Quantitativo de servidores e bolsistas por setores

Setor	Servidores	Bolsistas
Secretaria	01	02
Suporte e diagnóstico	03	06
Central de Relacionamento	01	07
Desenvolvimento	13	09
Redes	05	6
Gestão da informação	03	05
Total	26	35

Fonte: NTI

(3) Segurança da informação

O NTI possui algumas políticas de segurança da informação, tais como:

- a) Política de utilização da rede de computadores. Existe uma política, oficialmente em vigor na Instituição, que regulamenta o uso do serviço da Intranet da UFAL, abrangendo serviços de controlador de domínio, servidor de arquivos e servidor de antivírus, onde são mencionados os direitos, deveres e penalidades previstas para eventuais transgressões;
- b) Política de hospedagem de sítios. Existe uma política, oficialmente em vigor na Instituição, que regulamenta o uso do serviço de hospedagem de sítios nos servidores da UFAL, onde são mencionados os direitos, deveres e penalidades previstas para eventuais transgressões;
- c) Política de e-mail institucional. Há uma política pronta, aguardando avaliação da alta administração, regulamentando o serviço de e-mail institucional, que abrangem direitos e deveres dos usuários, eventuais penalidades, padrão dos endereços etc.

(4) Desenvolvimento e produção de sistemas

A área de desenvolvimento do NTI apresentou avanços em seus procedimentos como podem ser vistos abaixo: implantação da gestão de projeto, implantação de processo de desenvolvimento de software, desenvolvimento e implantação de novos sistemas: sistema acadêmico e sistema do congresso acadêmico, padronização e gerenciamento dos sites e portais institucionais da UFAL.

(5) Contratação e gestão de bens e serviços

Em 2010, o NTI se aproximou da SINFRA, no sentido de prestar suporte relacionado as ações de compra de equipamentos de Tecnologia da Informação para a UFAL, assim, diversas atividades foram realizadas como o ajuste no cadastro de produtos, especificações de equipamentos, emissão de parecer técnico, auxílio nos pregões eletrônicos e presenciais. Além dessas atividades, vários pregões de TI foram realizados em 2010:

- Pregão 40/2010 e 139/2010 – Equipamentos básicos de informática;
- Pregão 30/2010 – Rádios indoor e outdoor (Conexão a Rede);
- Pregão 31/2010 – Equipamento anti-spam;
- Carta convite 07/2010 – Conexão a rede dos novos prédios (CEDU, FAMED, IF, IM, CIED e BLOCO 14)

13. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL (ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010)

Tabela 166 - Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG

Limite total da UG: R\$ 60.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: 3390.30 (Material de consumo) e 3390.39 (Outros serviços de terceiro – pessoa jurídica)	
Número de faturas: 16	
Valor total das faturas: R\$ 19.649,89	
Portador	Limite e Valor (R\$)
José Geraldo da Cruz Gomes Ribeiro (CPF: 133.566.584-68)	Limite concedido: R\$ 2.000,00 Valor executado: R\$ 596,66
Elias Barbosa da Silva (CPF: 786.209.614-20)	Limite concedido: R\$ 28.500,00 Valor executado: R\$ 19.053,23

Fonte: DCF

14. INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA (ITEM 14 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010)

Não houve ocorrência no período.

15. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU (ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010)

Tabela 167 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	004.138/2005-2	741/2010 – 2ª CÂMARA Plenário	9.6	Ordinário	OFÍCIO Nº 427/2010-TCU/SECEX-AL de 16/06/2010
Nórgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
<p>Aplicar, individualmente a multa prevista no art. 58, inciso II da Lei nº 8.443/92, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze), a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, a:</p> <p>Sra. Ana Dayse Rezende Dorea, Reitora da UFAL (Proc.23065.008314/2010-81)</p> <p>Sr. João Carlos Cordeiro Barbirato, Pró-Reitor de Gestão Institucional (Proc.23065.008312/2010-92)</p> <p>Observação: Por conta dos recursos protocolados junto ao TCU pelos gestores que integram o Rol de Responsáveis das Prestações de Contas de 2005 e 2006 desta Universidade, cópias anexas, a situação atual de suas contas não podem ser consideradas irregulares por conta do efeito suspensivo que lhes são garantidos nos artigos 32, I, 33 e 48 da Lei Orgânica do TCU – Lei nº 8.444/1992. Da mesma forma, este esclarecimento é necessário e oportuno visto que tal situação foi revista em contas com julgamentos anteriores, tendo o Acórdão 3380/2010-TCU-Plenário, em 8 de dezembro de 2010, reconhecido nos embargos de declaração o provimento requerido pela Magnífica Reitora relativo as contas de 2003. Assim sendo, com base no referido provimento a revisão da decisão poderá seguir o mesmo entendimento e, finalmente, consignar regularidade cabida.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DAP					00244
Síntese da providência adotada:					
<p>22/04/2010 – Encaminhamento ao DAP para as providências determinadas.</p> <p>28/04/2010 – Retornou a Auditoria Geral, com a manifestação que a interessada irá recorrer.</p> <p>14/07/2010 – Anexado cópia do recurso junto ao Tribunal de Contas da União, contra a multa aplicada por aquela Corte.</p> <p>26/07/2010 – Of. Nº 046/2010/AG. UFAL, encaminhado ao TCU informando as providências adotadas.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Recursados junto ao Tribunal de Contas da União					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Os procedimentos foram encaminhados sem nenhuma dificuldade para tender as determinações.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					

Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	004.138/2005-2	741/2010 – 2ª CÂMARA	9.15	Ordinário	OFÍCIO Nº 427/2010-TCU/SECEX-AL de 16/06/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Universidade Federal de Alagoas que adote as providências a seguir: 9.15.1. Abstenha-se de efetuar despesas sem dotação orçamentária, ante o que dispõe o art. 60 da Lei nº 4.320/64, alertando-a que a reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal poderá ensejar o julgamento pela irregularidade das contas, nos termos do art. 16, § 1º, da Lei nº 8.443/92;					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão Institucional - PROGINST					00244
Síntese da providência adotada:					
A Gestão está devidamente aparelhada para se adequar a referida recomendação. Em 2011, a Auditoria Geral promoverá ações de controle para constatar o cumprimento.					
Síntese dos resultados obtidos					
A Instituição está dando cumprimento a determinação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Ajusta a execução orçamentária na forma das exigências legais.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	004.138/2005-2	741/2010 – 2ª CÂMARA	9.15	Ordinário	OFÍCIO Nº 427/2010-TCU/SECEX-AL de 16/06/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas - UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Universidade Federal de Alagoas que adote as providências a seguir: 9.15.2. Deposite e movimente os recursos financeiros de todas as fontes de receitas, exclusivamente, por intermédio dos mecanismos da conta única, nos termos dos arts. 1º e 2º da IN/STN nº 04/2004;					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF					00244
Síntese da providência adotada:					
A Gestão confirma o cumprimento da recomendação e em 2011 a Auditoria Geral da Instituição irá comprovar a					

<i>realização da medida.</i>
Síntese dos resultados obtidos
As medidas estão sendo realizadas pela Instituição.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Procedimentos realizados no trâmite normal da Instituição.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	004.138/2005-2	741/2010 – 2ª CÂMARA	9.15	Ordinário	00244
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Universidade Federal de Alagoas que adote as providências a seguir: 9.15.3. Observe, quando da elaboração dos levantamentos dos bens móveis, imóveis e intangíveis, os dispositivos legais aplicáveis à espécie, em especial os arts. 94 e 96 da Lei nº 4320/1964, os arts. 87 e 88 do Decreto-lei nº 200/1967 e a IN SEDAP nº 205, de 08 de abril de 1988.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência de Infraestrutura – SINFRA					00244
Síntese da providência adotada:					
A UFAL está finalizando a implantação total do Sistema Informatizado de Gestão Universitário – SIE e o módulo patrimonial está sendo consolidado.					
Síntese dos resultados obtidos					
Medidas estão sendo implantadas gradativamente.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Dificuldades técnicas na implantação do sistema integrado.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	004.138/2005-2	741/2010 – 2ª CÂMARA	9.15	Ordinário	00244
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244

Descrição da Deliberação:	
Determinar à Universidade Federal de Alagoas que adote as providências a seguir: 9.15.4. Observe o disposto no art. 12, § 3º, e art. 13, da Instrução Normativa TCU nº 47/2004, bem como, providencie a atualização do rol de responsáveis no sistema SIAFI, observando as determinações contidas no código 07.03.00 do Manual SIAFI.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF	00244
Síntese da providência adotada:	
O Departamento de Contabilidade e Finanças está a frente do gerenciamento e cumprimento desta determinação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Medidas estão sendo adotadas visando atender integralmente a determinação.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Medidas estão sendo realizadas conforme procedimentos técnicos.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	004.138/2005-2	741/2010 – 2ª CÂMARA	9.15	Ordinário	Ofício TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Universidade Federal de Alagoas que adote as providências a seguir: 9.15.5. Promova, se ainda não o fez, gestões necessárias à substituição de empregados terceirizados que exerçam irregularmente atividades finalísticas no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – HUPAA, órgão suplementar dessa IFES, por servidores ou empregados previamente aprovados em concurso público, em obediência ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal, observando o cronograma estabelecido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em compromisso solene firmado perante o TCU, conforme Acórdão nº 1.520/2006-Plenário.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Pró-reitoria de Gestão Institucional e Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – HUPAA					00244
Síntese da providência adotada:					
A Universidade cumpre o princípio e as excepcionalidades são decorrentes de acordos legais firmados com os órgãos públicos que gerenciamos assuntos ligados as demandas do Hospital Universitário.					
Síntese dos resultados obtidos					
As medidas estão sendo gradativamente observadas.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Existem peculiaridades no Setor Hospitalar que exigem cuidados específicos para a implantação das medidas.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	004.138/2005-2	741/2010 – 2ª CÂMARA	9.15	Ordinário	Ofício TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Universidade Federal de Alagoas que adote as providências a seguir: 9.15.6. Regularize, se ainda não o fez, a situação dos cargos de direção e funções gratificadas criados sem permissão legal.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete da Reitoria – GR					00244
Síntese da providência adotada:					
A Reitoria não aprova nenhum encaminhamento desta natureza.					
Síntese dos resultados obtidos					
Medida observada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Providência sendo observada quanto ao cumprimento legal.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	004.138/2005-2	741/2010 – 2ª CÂMARA	9.15	Ordinário	Ofício TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Universidade Federal de Alagoas que adote as providências a seguir: 9.15.7. Cesse imediatamente, se ainda não o fez, o pagamento de quaisquer gratificações ou o pagamento pelo exercício de “chefias informais” ou outro tipo de funções designadas pela administração da Universidade sem previsão no quadro de pessoal da entidade, em caráter continuado ou eventual, por absoluta falta de amparo legal e por contrariarem os artigos 48, inciso X, 61, § 1º, alínea “a”, e 169, § 1º, da Constituição Federal, a exemplo das gratificações pagas por intermédio da FUNDEPES aos seguintes funcionários: Adenize Ribeiro da Silva, Amaro Serafim de Oliveira Neto, Ana Maria Oliveira Santos, Antônio Floriano do Nascimento Filho, Arthur Maia Paiva, Bergson Jorge Pereira Seixas, Carlos					

Alberto dos Santos, Cláudio Fernando Rodrigues Soriano, Daniel de Macedo Veras, Edna Alves de Carvalho Pereira, Flavio Egídio B. das Neves, Gilberto de Araújo Marques, Gilson dos Santos, José Elias Soares da Rocha, José Gomes da Silva, Josinubia Freire Costa Matias, Kilma Nara Silva de Lemos, Marcina Maria Barros, Maria do Socorro Paiva Cavalcante, Maria Aparecida da Silva, Maria da Conceição Porfírio dos Santos, Maria das Vitórias B. Silva Neto, Maria de Fátima da Silva, Maria de Fátima Carnaúba de Omena Lós, Maria do Socorro Heciais Pacheco, Maria Elisa Melo Arruda, Maria José de Almeida Rodrigues, Maria Yolanda Pinheiro Lima, Paulo Luiz Teixeira Cavalcante, Regina Célia Sales Santos, Rosiene da Silva e Souza de Almeida, Sebastião Praxedes dos Reis Pinto, Tereza Paula dos Santos, Verônica de Lima Guedes, e Verônica Maria Oliveira Leite

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Administração de Pessoal – DAP e Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF	00244

Síntese da providência adotada:

No quadro da Instituição não há pratica desta natureza.
A Reitora orientou para que em 2011 a Auditoria Geral da UFAL promova ações para verificar se está sendo cumprida a determinação.

Síntese dos resultados obtidos

Estão sendo direcionados visando atender às determinações legais.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Na análise das determinações, as medidas estão sendo realizadas visando cumprimento legal .

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL	00244

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	004.138/2005-2	741/2010 – 2ª CÂMARA	9.15	Ordinário	OFÍCIO TCU

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL	00244

Descrição da Deliberação:

Determinar à Universidade Federal de Alagoas que adote as providências a seguir:
9.15.8. Suspenda, de imediato, eventuais procedimentos em curso que tratem de transferir à FUNDEPES recursos para a prática de atos de competência dessa Universidade, como a realização de licitações, compra de bens e pagamentos de diárias, salvo quando vinculados a projetos específicos, aprovados previamente pela Universidade Federal de Alagoas, por prazo determinado e dentro da finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse da instituição federal contratante, nos estritos termos do art. 1º da Lei nº 8.958/94.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF	00244

Síntese da providência adotada:

Desde o exercício de 2007, cujas contas da gestão foram aprovadas, não se tem identificação da prática desta situação.

Síntese dos resultados obtidos

Medidas adotadas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Procedimentos adotados conforme determinação legal .

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	004.138/2005-2	741/2010 – 2ª CÂMARA	9.15	Ordinário	Ofício TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Universidade Federal de Alagoas que adote as providências a seguir: 9.15.9. Cesse, imediatamente, por falta de amparo legal, o pagamento de bolsa de trabalho, por intermédio da FUNDEPES, a funcionários que prestam serviços ao Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes, atentando para o que dispõe o art. 4º da Lei nº 8.958/94.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF					00244
Síntese da providência adotada:					
A recomendação da Reitoria foi expressa quanto esta observação. A Auditoria Geral da UFAL promoverá auditoria de controle na FUNDEPES com relação aos recursos do HU/SUS.					
Síntese dos resultados obtidos					
Medidas adotadas junto a FUNDEPES, observando-se as necessidades específicas da atividade hospitalar.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Em decorrência das especialidades que envolve a atividade Hospitalar o procedimento está sendo gradativamente implantado.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	016.167/2006-5	5837/2010 1º câmara	9.1	Ordinário	Ofício TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
Julgar irregulares as contas da Sra. Ana Dayse Rezende Dorea e do Sr. José Nivaldo de Farias, com base nos arts. 1º, I, 16, III, 'b' da Lei nº 8.443/1992.					

Observação: Por conta dos recursos protocolados junto ao TCU pelos gestores que integram o Rol de Responsáveis das Prestações de Contas de 2005 e 2006 desta Universidade, cópias anexas, a situação atual de suas contas não podem ser consideradas irregulares por conta do efeito suspensivo que lhes são garantidos nos artigos 32, I, 33 e 48 da Lei Orgânica do TCU – Lei nº 8.444/1992. Da mesma forma, este esclarecimento é necessário e oportuno visto que tal situação foi revista em contas com julgamentos anteriores, tendo o Acórdão 3380/2010-TCU-Plenário, em 8 de dezembro de 2010, reconhecido nos embargos de declaração o provimento requerido pela Magnífica Reitora relativo as contas de 2003. Assim sendo, com base no referido provimento a revisão da decisão poderá seguir o mesmo entendimento e, finalmente, consignar regularidade cabida.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Administração de Pessoal – DAP	00244

Síntese da providência adotada:

Recursado junto ao Tribunal de Contas da União através do Protocolo nº 45.133.125-8

Síntese dos resultados obtidos

Medida foi recursada junto às instâncias legais.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Medida com recurso realizado.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL	00244

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	016.167/2006-5	5837/2010 1º câmara	9.6	Ordinário	Ofício TCU

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL	00244

Descrição da Deliberação:

Determinar à Universidade Federal de Alagoas que:

Reformule, no prazo de 90 (noventa) dias, os ajustes contratuais e convencionais que mantém com a FUNDEPES, em estrita conformidade com o disposto nas normas que regem a relação entre as IFES e suas respectivas fundações de apoio;

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Superintendência de Infraestrutura – SINFRA	00244

Síntese da providência adotada:

A Reitora adotou as providências cabíveis, dando conhecimento ao Tribunal de Contas da União (TCU)..

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	016.167/2006-5	5837/2010 1º câmara	9.6	Ordinário	Ofício TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Universidade Federal de Alagoas que: Informe ao Tribunal de Contas da União (TCU) ao término do prazo estipulado no subitem 9.6.1 supra acerca das medidas adotadas.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF					00244
Síntese da providência adotada:					
Respondida no item anterior.					
Síntese dos resultados obtidos					
Medida adotada conforme determinação legal .					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Procedimentos realizados no trâmite normal da Instituição.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	016.167/2006-5	5837/2010 1º câmara	9.6	Ordinário	Ofício TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Universidade Federal de Alagoas que: Proceda ao desconto em folha do valor da multa aplicada à Sra. Ana Dayse Rezende Dorea e ao Sr. José Nivaldo de					

Farias, autorizado desde logo o parcelamento, na forma da lei, observando-se a necessária atualização e o limite mínimo de 10% (dez por cento) calculado sobre a remuneração, nos termos do art. 46, § 1º, da Lei nº 8.112/1990.

Observação: Por conta dos recursos protocolados junto ao TCU pelos gestores que integram o Rol de Responsáveis das Prestações de Contas de 2005 e 2006 desta Universidade, cópias anexas, a situação atual de suas contas não podem ser consideradas irregulares por conta do efeito suspensivo que lhes são garantidos nos artigos 32, I, 33 e 48 da Lei Orgânica do TCU – Lei nº 8.444/1992. Da mesma forma, este esclarecimento é necessário e oportuno visto que tal situação foi revista em contas com julgamentos anteriores, tendo o Acórdão 3380/2010-TCU-Plenário, em 8 de dezembro de 2010, reconhecido nos embargos de declaração o provimento requerido pela Magnífica Reitora relativo as contas de 2003. Assim sendo, com base no referido provimento a revisão da decisão poderá seguir o mesmo entendimento e, finalmente, consignar regularidade cabida.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Administração de Pessoal – DAP	00244

Síntese da providência adotada:

Os encaminhamentos internos foram adotados. A decisão foi recursada e a decisão final está aguardando pronunciamento definitivo do Tribunal de Contas da União (TCU).

Síntese dos resultados obtidos

Recurso realizado junto a Instância legal.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Procedimentos realizados no trâmite normal da Instituição.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL	00244

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	019.915/2007-4	1596/2010, 2º câmara	9.1	Ordinário	Ofício TCU

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL	00244

Descrição da Deliberação:

Com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea b, 19, parágrafo único, e art. 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, em julgar irregulares as contas de:

Ana Dayse Resende Dorea (Processo: 23065.008137/2010-33)

João Carlos Cordeiro Barbirato (Processo: 23065.008139/2010-22)

Observação: Por conta dos recursos protocolados junto ao TCU pelos gestores que integram o Rol de Responsáveis das Prestações de Contas de 2005 e 2006 desta Universidade, cópias anexas, a situação atual de suas contas não podem ser consideradas irregulares por conta do efeito suspensivo que lhes são garantidos nos artigos 32, I, 33 e 48 da Lei Orgânica do TCU – Lei nº 8.444/1992. Da mesma forma, este esclarecimento é necessário e oportuno visto que tal situação foi revista em contas com julgamentos anteriores, tendo o Acórdão 3380/2010-TCU-Plenário, em 8 de dezembro de 2010, reconhecido nos embargos de declaração o provimento requerido pela Magnífica Reitora relativo as contas de 2003. Assim sendo, com base no referido provimento a revisão da decisão

poderá seguir o mesmo entendimento e, finalmente, consignar regularidade cabida.	
Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Administração de Pessoal – DAP	00244
Síntese da providência adotada:	
<p>Em 22/04/2010 - Encaminhado ao DAP para as providências exigidas no Acórdão.</p> <p>Em 28/04/2010 - Processo retornou a esta Auditoria Geral, com Termos de Ciência do Departamento de Administração de Pessoal da UFAL, constando ainda a declaração de que embasado no Inciso I do artigo 32 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União o mesmo promoverá recurso ao referido Acórdão. Solicita ainda o efeito suspensivo à aplicação dos descontos em folha, na forma do artigo 33 da referida Lei.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Medidas de recursos em trâmite.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Procedimentos realizados no trâmite normal da Instituição.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	019.915/2007-4	1596/2010, 2º câmara	9.1	Ordinário	Ofício TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
<p>Com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea b, 19, parágrafo único, e art. 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, em julgar irregulares as contas de:</p> <p>Silvia Regina Cardeal (Processo 23065.008141/2010-00) José Niraldo de Farias (Processo 23065.008142/2010-46) Fernando José de Lira (Processo 23065.008143/2010-91) Eurico de Barros Lôbo Filho (Processo 23065.008138/2010-88) Lúcio Henrique Kümmer de Carvalho (Processo 23065.008144/2010-35)</p> <p>Observação: Por conta dos recursos protocolados junto ao TCU pelos gestores que integram o Rol de Responsáveis das Prestações de Contas de 2005 e 2006 desta Universidade, cópias anexas, a situação atual de suas contas não podem ser consideradas irregulares por conta do efeito suspensivo que lhes são garantidos nos artigos 32, I, 33 e 48 da Lei Orgânica do TCU – Lei nº 8.444/1992. Da mesma forma, este esclarecimento é necessário e oportuno visto que tal situação foi revista em contas com julgamentos anteriores, tendo o Acórdão 3380/2010-TCU-Plenário, em 8 de dezembro de 2010, reconhecido nos embargos de declaração o provimento requerido pela Magnífica Reitora relativo as contas de 2003. Assim sendo, com base no referido provimento a revisão da decisão poderá seguir o mesmo entendimento e, finalmente, consignar regularidade cabida.</p>					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG

Departamento de Administração de Pessoal – DAP	00244
Síntese da providência adotada:	
<p>Em 14/04/2010 - Encaminhado ao DAP para as providências exigidas no Acórdão.</p> <p>Em 28/04/2010 - Processo retornou a esta Auditoria Geral, com Termos de Ciência do Departamento de Administração de Pessoal da UFAL, constando ainda a declaração de que embasado no Inciso I do artigo 32 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União o mesmo promoverá recurso ao referido Acórdão. Solicita ainda o efeito suspensivo à aplicação dos descontos em folha, na forma do artigo 33 da referida Lei.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
<p>Providências internas adotadas pela AUDITORIA GERAL:</p> <p>Em 14/04/2010- Ao tomar conhecimento da publicação do Acórdão 1596/2010 da Segunda Câmara do TCU, foram constituídos os processos para tramitar junto ao Departamento de Administração de Pessoal para dar prosseguimento as determinações do Tribunal de Contas da União.</p> <p>Em 28/04/2010- Processos retornaram a esta AG.</p> <p>Em 22/06/2010- Chegou a AG-UFAL, o comunicado constante do Ofício305/2010-TCU/SECEX-AL, dando conta da necessidade de observar determinações constantes do item 9.8 do Acórdão 1596/2010.</p> <p>Em 22/06/2010- Foi formalizado o Processo 23065.014493/2010-96 com o objetivo de dar prosseguimento interno das referidas recomendações.</p> <p>06/07/2010- Registre-se que os servidores arrolados no Acórdão constituíram Advogados para recorrer da decisão. Foi informado que a ação junto ao TCU será protocolada no dia 07/07/2010. A AG-UFAL está aguardando cópia do referido recurso.</p> <p>06/07/2010 – Encaminhamento a Magnífica Reitora de expediente solicitando que seja dado ciência a SECEX-AL, destas providências que foram adotadas.</p>	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	019.915/2007-4	1596/2010, 2º câmara	9.2	Ordinário	Ofício TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
<p>Com esteio no inciso I do art. 58 da Lei 8.443/1992, aplicar aos responsáveis mencionados no subitem anterior multas individuais no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a serem recolhidas ao Tesouro Nacional atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao do término do prazo abaixo estipulado até a data do pagamento.</p>					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Administração de Pessoal – DAP					00244
Síntese da providência adotada:					
A gestão aguardou a notificação do TCU ao interessado.					

AG acompanhando para constatar cumprimentos.
As multas foram recursadas e o processo se encontra no TCU.

Síntese dos resultados obtidos

Procedimento de defesa dos interessados.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Medidas jurídicas foram adotadas.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	019.915/2007-4	1596/2010, 2º câmara	9.3	Ordinário	Ofício TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
Fixar prazo de 15 (quinze) dias a contar das notificações para comprovação do recolhimento das dívidas perante o Tribunal, com base no art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF					00244
Síntese da providência adotada:					
A gestão aguardou a notificação do TCU ao interessado. AG acompanhando para constatar cumprimentos. As multas foram recursadas e o processo se encontra no TCU.					
Síntese dos resultados obtidos					
Procedimento de recurso adotado pelos interessados.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	019.915/2007-4	1596/2010, 2º câmara	9.4	Ordinário	Ofício TCU

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação		Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL		00244
Descrição da Deliberação:		
Autorizar o desconto em folha das dívidas, nos termos do inciso II do art. 28 da Lei 8.443/1992 e do § 1º do art. 46 da Lei 8.112/1990.		
Providências Adotadas		
Sector responsável pela implementação		Código SIORG
Departamento de Administração de Pessoal – DAP		00244
Síntese da providência adotada:		
Providências iniciais já adotadas pela Auditoria Geral da UFAL.		
Síntese dos resultados obtidos		
Procedimentos administrativos		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor		
Trâmite normal das medidas a serem observadas.		

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	019.915/2007-4	1596/2010, 2º câmara	9.5	Ordinário	Ofício TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
Autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações ou frustrada a providência prevista no subitem anterior, nos termos do art. 28, inciso II, do Regimento Interno.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF					00244
Síntese da providência adotada:					
Aguardando resultado das providências realizadas.					
Síntese dos resultados obtidos					
Providências em andamento					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Trâmite normal das medidas a serem realizadas.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	019.915/2007-4	1596/2010, 2º câmara	9.8	Ordinário	Ofício TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
<p>Determinar à Universidade Federal de Alagoas que:</p> <p>9.8.1. Caso ainda não tenha feito, tome providências junto à FUNDEPES para realização dos recolhimentos tributários e previdenciários devidos pelas bolsas acadêmicas pagas aos docentes da universidade pelo desempenho de atividade de ensino em cursos de pós-graduação, conforme determina a legislação tributária federal.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF					00244
Síntese da providência adotada:					
O Cumprimento depende da FUNDEPES e o órgão de controle interno da UFAL vai realizar em 2011 auditoria neste sentido.					
Síntese dos resultados obtidos					
Em trâmite na Instituição.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Trâmite normal das medidas administrativas.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
22	019.915/2007-4	1596/2010, 2º câmara	9.8	Ordinário	Ofício TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					

Determinar à Universidade Federal de Alagoas que:

9.8.2. Não realize despesas com confecção de convites, *coffee-breaks*, jantares, refeições, frigobar, serviço de quarto, presentes, brindes e outras congêneres para servidores ou convidados, por falta de amparo legal ou vedação expressa nos Decretos 99.188/1990 e 99.214/1990.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF	00244

Síntese da providência adotada:

Não há identificação de descumprimento desta decisão.

Síntese dos resultados obtidos

Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Trâmite de rotina Institucional.

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL	00244

Deliberações do TCU

Deliberações expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
23	019.915/2007-4	1596/2010, 2º câmara	9.8	Ordinário	00244

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL	00244

Descrição da Deliberação:

Determinar à Universidade Federal de Alagoas que:

9.8.3. Passe a exigir transferência dos bens ao patrimônio da Universidade de forma vinculada à prestação de contas de cada contrato ou convênio com a FUNDEPES e incorpore esse procedimento à rotina de atesto final da prestação de contas do contrato, convênio e projeto conexo, com a devida responsabilização de seus executores.

Providências Adotadas

Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Superintendência de Infraestrutura – SINFRA	00244

Síntese da providência adotada:

A FUNDEPES está cumprindo a determinação e a própria Instituição já promoveu comprovação junto ao TCU desta decisão.

Síntese dos resultados obtidos

Medidas adotadas conforme determinação legal.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Trâmite de medidas normais da Instituição.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
24	019.915/2007-4	1596/2010, 2º câmara	9.8	Ordinário	Ofício TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
<p>Determinar à Universidade Federal de Alagoas que:</p> <p>9.8.4. Caso ainda não tenha feito, suspenda o pagamento de bolsas pela FUNDEPES a professores em regime de dedicação exclusiva pertencentes a seu quadro, ante o disposto no art. 14, do Decreto 94.664/1987.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF					00244
Síntese da providência adotada:					
A relação atual com os docentes e em especial os de regime de dedicação exclusiva estão sendo exercidas dentro do que permite o referido decreto.					
Síntese dos resultados obtidos					
Medidas adotadas conforme determinação legal.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Procedimentos realizados dentro do trâmite normal da Instituição.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
25	019.915/2007-4	1596/2010, 2º câmara	9.8	Ordinário	Ofício TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					

Relatório de Gestão 2010 - 190

Determinar à Universidade Federal de Alagoas que: 9.8.5. Evite transferir para fundação de apoio recursos destinados à execução de obras ou serviços de engenharia; tendo em vista o não enquadramento desta atividade no conceito de desenvolvimento institucional, nos termos da jurisprudência firmada pelo Tribunal de Contas da União.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF	00244
Síntese da providência adotada:	
Não há mais constatação deste procedimento que já foi objeto de reconsideração do TCU no final do exercício de 2010.	
Síntese dos resultados obtidos	
Medidas adotadas conforme determinação legal.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Procedimentos realizados no trâmite normal da Instituição.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
26	TC 018.232/2008-0	6344/2010 2ª câmara	1.4.1.		Ofício TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
1.4.1 Determinar à Universidade Federal de Alagoas, nos termos do art. 18, da lei 8.443/1992, que, no prazo de 60 dias: 1.4.1.1 Encaminhe a este Tribunal cópia dos relatórios conclusivos das comissões encarregadas da instauração das tomadas de contas especiais pelas Portarias 817 e 818, ambas de 30.6.2010.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Pro Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP					00244
Síntese da providência adotada:					
O processo não foi concluído e se encontra com a Comissão que tem desenvolvido suas ações em respeito a legislação vigente. A coordenação geral das sindicâncias está a cargo da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP).					
Síntese dos resultados obtidos					
Medidas em tramitação.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Providências sendo adotadas no trâmite da Instituição.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
27	TC 018.232/2008-0	6344/2010 2ª câmara	1.4.1.		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
<p>1.4.1 Determinar à Universidade Federal de Alagoas, nos termos do art. 18, da lei 8.443/1992, que, no prazo de 60 dias:</p> <p>1.4.1.2 Informe as providências adotadas ou encaminhe a este Tribunal plano de ação com prazo para conclusão dos trabalhos, com vistas ao cumprimento da determinação do TCU contida no item 9.4.2, do Acórdão 540/2004, mantida pelo Acórdão 125/2007, ambos da Primeira Câmara, quanto à análise e parecer sobre as prestações de contas das receitas/despesas realizadas nos convênios celebrados.</p>					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF					00244
Síntese da providência adotada:					
O DCF procedeu a atualização dos processos de prestação de contas que serão encaminhados ao Conselho Superior da UFAL para aprovação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
28	TC 018.232/2008-0	6344/2010 2ª câmara	1.4.2.	Ordinário	Ofício TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
Alertar à Universidade Federal de Alagoas:					

1.4.2.1 Para o atendimento do art. 42 da Lei 8.443/1992, o qual dispõe que “nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado ao Tribunal em suas inspeções ou auditorias, sob qualquer pretexto”.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Todos os setores da Universidade	00244
Síntese da providência adotada:	
A recomendação da Reitora é para todos os órgãos da UFAL atuar neste sentido.	
Síntese dos resultados obtidos	
Procedimento adotado visando cumprimento de dispositivo legal.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Medida adotada conforme trâmite normal da Instituição.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
29	TC 018.232/2008-0	6344/2010 2ª câmara	1.4.2.	Ordinário	Ofício TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
Alertar à Universidade Federal de Alagoas: 1.4.2.2 - Quanto à necessidade de comprovação da titulação de mestrado e/ou doutorado, mediante apresentação por cópia dos respectivos diplomas, quando da concessão de progressão e incentivo por titulação, em obediência ao que dispõe o art. 12 do Decreto 94.664/1987.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Conselho Universitário – CONSUNI					00244
Síntese da providência adotada:					
O Conselho Universitário editou uma resolução no exercício de 2010 definindo os procedimentos administrativos na Instituição.					
Síntese dos resultados obtidos					
Procedimento adotado conforme trâmite legal .					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Medidas realizadas no trâmite normal da Instituição.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
30	TC 018.232/2008-0	6344/2010 2ª câmara	1.4.2.	Ordinário	Ofício TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
<p>Alertar à Universidade Federal de Alagoas:</p> <p>1.4.2.3 - Encaminhar cópia do relatório elaborado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal deste Tribunal para conhecimento, por se tratar de matéria também afeta à atividade daquela unidade especializada.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP					00244
Síntese da providência adotada:					
<p>Á medida que os relatórios forem elaborados e concluídos os procedimentos administrativos será cumprido esta determinação.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Procedimentos adotados conforme descritivo legal .</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>Medidas adotadas conforme trâmite normal da Instituição .</p>					

Fonte: AUDITORIA GERAL

16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELO CONTROLE INTERNO (ITEM 16 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010)

Tabela 168 - Relatório de tratamento das recomendações realizadas pelo controle interno

Nº do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável	Providências Adotadas
243900	<p>1.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (019)</p> <p>Deficiência no controle prévio dos empenhos inscritos em restos a pagar não processados.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p>	DCF	O Departamento de Contabilidade e Finanças da Universidade Federal de Alagoas foi devidamente recomendado para que nos procedimentos de encerramentos dos exercícios sejam observando as providências

	<p>A Universidade deve implementar sistemática de controle dos empenhos inscritos em restos a pagar não processados, devendo os setores envolvidos informar previamente ao DCF quais empenhos vigentes são passíveis de inscrição, bem como o respectivo enquadramento em um dos itens previstos no Art.35 do Decreto 93.872/86. Aqueles insubsistentes devem ser anulados.</p>		<p>no sentido de verificar junto a SINFRA todos os empenhos que poderão ficar em restos a pagar não processados neste exercício, de acordo com o art. 35 do decreto n 93.872/86.</p> <p>Este item será verificado pela AG durante o exercício de 2011.</p>
	<p>1.1.2.2 CONSTATAÇÃO: (032)</p> <p>Desclassificação irregular de Licitante, favorecendo a vencedora do certame.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Que a Universidade abstenha-se de inserir nos instrumentos convocatórios exigências não previstas na Lei de Licitações.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 A Universidade deve apurar responsabilidade para os fatos apontados.</p>	<p>SINFRA</p>	<p>A recomendação nº 001 mereceu justificativas devidamente encaminhadas a CGU relatando a motivação deste destaque.</p> <p>A própria AG-UFAL, está buscando na qualificação ajustar conhecimentos que possibilite minimizar situações desta natureza.</p> <p>Dentro de sua busca de melhoria no quadro e entendimentos o tempo conduzirá para este aperfeiçoamento.</p>
	<p>1.1.3.1 CONSTATAÇÃO: (029)</p> <p>Divergências nas informações apresentadas pela Unidade Jurisdicionada no item 3 do Relatório de Gestão com os dados registrados pelo SIAPE.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Rever as informações referentes ao quantitativo de pessoal registradas no Relatório de Gestão e no SIAPE e proceder aos ajustes necessários, visando tornar fidedignos os registros.</p>	<p>PROGINST</p>	<p>O DAP e PROGINST estão revendo os conceitos utilizados e adotando procedimentos para que os dados informados atendam os objetivos esperados, melhorando o atendimento dessa demanda.</p>
	<p>1.1.4.1 CONSTATAÇÃO: (010)</p> <p>Laudos de Avaliação Ambiental insubsistentes.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Providenciar com maior brevidade possível novo laudo de avaliação ambiental/pericial, caso contrário, prover a suspensão dos pagamentos do adicional de insalubridade/periculosidade dos servidores citados.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Somente executar os pagamentos se os laudos estiverem de acordo com o Decreto nº 97.458/89, a Orientação Normativa nº 04/2005 do Ministério do Planejamento, o Ofício Circular nº 25/COGSS/DERT/SRH/MP, a</p>	<p>DAP</p>	<p>Foram suspensas várias concessões de insalubridade/periculosidade, estando pendentes algumas situações cujos processos encontram-se no serviço especializado em medicina do trabalho. - SESMET. Para reanálise das concessões.</p> <p>As situações que não atendiam a Orientação foram regularizadas com devolução ao erário e a instauração dos procedimentos administrativos se encerraram com tal providências.</p>

	<p>Orientação Normativa nº 02 de 19/02/2010 e suas atualizações.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Instaurar procedimento administrativo para apurar a irregularidade, visto que consta na Orientação Normativa Nº 6, de 23 de Dezembro de 2009, art. 10, § 3º: "Respondem nas esferas administrativa, civil e penal, os peritos e dirigentes que concederem ou autorizarem o pagamento dos adicionais em desacordo com a legislação vigente."</p>		
	<p>1.1.4.2 CONSTATAÇÃO: (011)</p> <p>Adicionais e insalubridade/periculosidade concedidos com irregularidades.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 004 Cancelar a concessão do adicional aos servidores dos itens a), c), d), e) e instaurar procedimento administrativo para apurar a irregularidade visto o que consta na Orientação Normativa Nº 6, de 23 de Dezembro de 2009, art 10, § 3º: "Respondem nas esferas administrativas, civil e penal, os peritos e dirigentes que concederem ou autorizarem o pagamento dos adicionais em desacordo com a legislação vigente."</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 005 Observar as determinações contidas nos normativos relativos à concessão do adicional de insalubridade/periculosidade, entre eles, o Decreto nº 97.458/89, a Orientação Normativa nº 04/2005 do Ministério do Planejamento, o Ofício Circular nº 25/COGSS/DERT/SRH/MP, a Orientação Normativa nº 02 de 19/02/2010 e suas atualizações.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 006 Providenciar o ressarcimento dos pagamentos efetuados indevidamente aos servidores dos itens a, c, d, e.</p>	<p>DAP</p>	<p>Recomendação atendida.</p>
	<p>1.1.4.3 CONSTATAÇÃO: (012)</p> <p>Desvio de função de servidores da Unidade.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Providenciar, com a maior brevidade possível, a redistribuição de atividades dos servidores para que os mesmos não desempenhem funções diversas daquelas</p>	<p>DAP</p>	<p>As concessões foram suspensas e os servidores tiveram suas atividades redistribuídas.</p>

	para as quais fora contratado.		
	<p>1.1.4.4 CONSTATAÇÃO: (013)</p> <p>Ausência de cadastramento de aposentadorias pensões e admissões no SISAC.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Registro das concessões de aposentadoria e pensão e das admissões no SISAC, atentando para o prazo estipulado no mencionado normativo.</p>	DAP	O Departamento de Administração de Pessoal têm envidados todos os esforços para que sejam regularizadas as situações especificadas.
	<p>1.1.4.5 CONSTATAÇÃO: (014)</p> <p>Pagamento de proventos e pensões sem o recadastramento dos interessados.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Observar as determinações dos artigos 1º e 3º do Decreto 2.251/1997 e do Acórdão 2349/2006-Plenário do TCU, executando o recadastramento tempestivamente e efetuando o pagamento dos proventos e pensões apenas aos beneficiários que se apresentarem para a atualização cadastral.</p>	DAP	Os recadastramentos encontram-se regularizados.
	<p>1.1.4.6 CONSTATAÇÃO: (028)</p> <p>Ausência de comprovação de reembolso de servidores cedidos com ônus para o cessionário.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Implementar mecanismos de controle para acompanhar os casos de sessões existentes na Unidade, visando adequá-los às normas que disciplinam o assunto e, em relação às situações detectadas nesta constatação, adotar medidas para o devido ressarcimento, sob pena de haver o término da cessão, como determina o Art. 4.º do Decreto n.º 4050/2001.</p>	DAP	Encontram-se regularizadas as situações dos servidores matrículas SIAPE nº 01403444 e 1121781, estando pendente a situação da servidora matrícula SIAPE nº 1121201.
	<p>1.1.4.7 CONSTATAÇÃO: (067)</p> <p>Concessões indevidas do adicional de insalubridade por ausência de portarias de concessão e de portarias de localização do servidor no local periciado ou de designação para executar atividade já objeto de perícia.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Providenciar as devidas publicações das portarias de concessão e de localização/atividade para que seja comprovado o direito ao recebimento do adicional, caso contrário, proceder ao</p>	DAP	<p>Foram suspensas diversas concessões estando algumas sendo reavaliadas pelo SESMET.</p> <p>A UFAL vinha sofrendo grandes dificuldades para dar cumprimento integral das demandas de PAD.</p> <p>Com a visita da Corregedoria Geral da União no último mês de outubro foram adotadas novas providências e as respostas as recomendações serão normalizadas.</p>

<p>cancelamento da vantagem pecuniária.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Instaurar procedimento administrativo para apurar a irregularidade, visto o que consta na Orientação Normativa Nº 6, de 23 de Dezembro de 2009, art. 10, § 3º: "Respondem nas esferas administrativas, civil e penal, os peritos e dirigentes que concederem ou autorizarem o pagamento dos adicionais em desacordo com a legislação vigente."</p>		
<p>1.1.5.1 CONSTATAÇÃO: (015)</p> <p>Pagamentos de auxílio transporte efetuado sem a comprovação, por meio da apresentação dos bilhetes de passagem utilizados, da efetiva utilização de meio de transporte intermunicipal.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Estabelecer mecanismos de controle no setor de pagamentos visando implementar a determinação do TCU e do MPOG no sentido de que o pagamento de auxílio transporte só seja efetuado mediante a apresentação dos bilhetes de passagem utilizados nos seus deslocamentos residência/trabalho/residência para comprovação da efetiva utilização.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Em observância ao art. 46 da Lei 8.112/90, efetuar a reposição dos valores pagos indevidamente, conforme com o levantamento realizado pelo Diretor da Divisão de Pagamentos.</p>	DAP	Foi efetuado o recadastramento e os servidores encontram-se efetuando a comprovação através de recibos diários.
<p>1.1.5.2 CONSTATAÇÃO: (016)</p> <p>Pagamentos de auxílio-transporte a maior ocasionado pela ausência de controle eficaz que garanta que os servidores realmente utilizam-se dos transportes descritos nos requerimentos de auxílio transporte.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Observar a orientação disposta no item 6.1.10 do Acórdão 511/2006-TCU-2º Câmara, a saber: " Recadastre os servidores beneficiários do auxílio-transporte, exigindo a apresentação de comprovantes de residência e dos bilhetes de viagem nos casos em que sejam utilizados transportes intermunicipais, visando controle eficaz que garanta que os servidores realmente</p>	DAP	Foi efetuado o recadastramento e a divisão de pagamento tem acompanhado passo a passo as comprovações como também o meio de transporte utilizado.

	<p>utilizam-se dos transporte descritos em seus requerimentos de solicitação; informação falsa deve ser apurada por meio de processo administrativo disciplinar com a reposição dos valores percebidos indevidamente. (§3º, do art.4º do Decreto n.º 2.880/98)"</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Efetuar o pagamento de auxílio-transporte mediante a apresentação dos bilhetes de passagem efetivamente utilizados pelo servidor, cotejando a quantidade de passagens apresentadas com as informações existentes na folha de ponto do servidor.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Solicitar dos servidores que recebem auxílio-transporte com base em deslocamentos intermunicipais a apresentação dos bilhetes de passagem diários utilizados pelo servidor ao invés da apresentação de recibos mensais.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 004 Em observância ao art. 46 da Lei 8.112/90, efetuar a reposição dos valores pagos indevidamente, conforme com o levantamento realizado pelo Diretor da Divisão de Pagamentos.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 005 Em face da fragilidade dos controles de pagamento de auxílio- transporte ora detectada, recomenda-se que sejam revistos os pagamentos de auxílio-transporte relativos a transporte intermunicipal, efetuados durante o exercício de 2009, a fim de que seja verificada a pertinência do gasto realizado, procedendo conforme estabelecido no art. 46 da Lei 8.112/90 se detectado pagamento indevido.</p>		
	<p>1.1.5.3 CONSTATAÇÃO: (017)</p> <p>Pagamento de auxílio-transporte efetuado com base em recibos relativos ao uso de transporte irregular rodoviário seletivo ou especial, contrariando os normativos que disciplinam a concessão desta indenização.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Efetuar o pagamento de auxílio-transporte com base em deslocamentos intermunicipais realizados por transporte seletivo quando comprovado:</p>	<p>DAP</p>	<p>Foi efetuado o cadastramento e suspenso o pagamento para os servidores que não utilizavam meios de transportes regulares.</p>

	<p>- a impossibilidade de deslocamento por meios convencionais de transporte;</p> <p>- que o transporte utilizado é fruto de concessão ou permissão oriunda de licitação pública;</p> <p>- a efetiva utilização do meio de transporte, a ser realizada por meio da apresentação dos bilhetes de passagem.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Abster de efetuar o pagamento de auxílio-transporte a servidores que utilizam meios de transporte não regulares quanto a concessões/permissões deste serviço pelo Poder Público.</p>		
	<p>1.1.6.1 CONSTATAÇÃO: (020)</p> <p>Pagamento de despesa com taxa de Condomínio no valor de R\$ 56.580,46, sem usufruto por parte da Universidade.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Abster-se de efetuar pagamentos de despesas que não digam respeito à manutenção e funcionamento da própria Universidade, como pagamento de taxas de condomínio de salas ocupadas/cedidas para outra instituição.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 A Universidade deve apurar responsabilidade para o fato apontado.</p>	<p>SINFRA</p>	<p>Compreensão sobre o fato entre a UFAL e CGU merece um melhor debate visto que o condomínio referenciado diz respeito a patrimônio que pertence a UFAL.</p>
	<p>1.1.6.2 CONSTATAÇÃO: (033)</p> <p>Exigência em edital não prevista na Lei de Licitações, restringindo o caráter competitivo do certame.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 A UFAL deve evitar inserir nos editais de licitação itens não previstos na Lei 8.666/93 e Legislação correlata que restrinjam a competitividade dos certames.</p>	<p>SINFRA</p>	<p>A constatação deste cumprimento não foi avaliada quanto a sua efetividade pela Auditoria Geral. Deverá integrar o rol de acompanhamento no exercício de 2011.</p>
	<p>1.1.6.3 CONSTATAÇÃO: (034)</p> <p>Exigência de quantitativos superiores aos níveis mínimos necessários que garantam a qualificação técnica das empresas para a execução do empreendimento, restringindo indevidamente a competitividade do certame.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Nas próximas contratações, a Universidade deve abster-se de exigir</p>	<p>SINFRA</p>	<p>Informamos que a recomendação pertinente a constatação se encontra implantada. Através do processo administrativo de nº 23065.017304-2010, pregão nº 067/2010 foi realizada nova licitação para o objeto em questão sem exigência de quantitativo quando da elaboração de seu edital.</p>

	quantitativo de execução anterior como comprovação de capacidade técnico-operacional que não guarde proporção com a dimensão e complexidade do serviço contratado, evitando cercear a participação no certame.		
	<p>1.1.6.4 CONSTATAÇÃO: (036)</p> <p>Não repetição do Convite, nem apresentação de justificativa para tal, descumprimento ao Art. 22,§ 7º da Lei 8.666/93.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 A Universidade deve abster-se de não proceder a repetição do Convite com base na Resolução TC/PR nº 37.360/93, ao arrepio do que determina a Lei de Licitações, já sumulado pelo Egrégio Tribunal de Contas da União.</p>	SINFRA	Recomendação acatada após constatação. Nas licitações de modalidade tipo convite, toda a sessão para abertura de documentação e proposta que não apresentar o mínimo de 03 participantes com condições de habilitação e proposta valida, tem formalizada a sua repetição com marcação de novas datas. Sendo o que nos compete informar.
	<p>5.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (046)</p> <p>Ações previstas no PAINT/2009 não implementadas.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 A CG/UFAL deve planejar suas ações a serem contidas no PAINT, levando em conta a sua real capacidade operacional.</p>	AG	Atualmente, a Auditoria Geral já esta devidamente alertada para produzir um documento que permita atender a demanda interna e às exigências dentro da visão da CGU.
	<p>5.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (047)</p> <p>Deficiência no planejamento das ações inseridas no PAINT/2009</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Que, doravante, a CG-UFAL passe a adotar Planos de Auditoria para as áreas inseridas no PAINT da UFAL.</p>	AG	Situação que se enquadra na resposta anterior.
	<p>5.1.1.3 CONSTATAÇÃO: (048)</p> <p>Deficiência na definição do escopo dos trabalhos de auditoria.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 A CG-UFAL deve, nos próximos relatórios, melhor detalhar os critérios que determinaram o escopo dos trabalhos realizados pelo Controle Interno.</p>	AG	A recente colaboração que a CGU-AL vem proporcionando, tende a possibilitar que o ótimo desejado seja paulatinamente conquistado.
	<p>5.1.1.4 CONSTATAÇÃO: (049)</p> <p>Dificuldade na rastreabilidade das evidências que suportam os achados de auditoria.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 A CG-UFAL deve implantar uma sistemática de arquivo que contenha, separadamente por exercício, todos os</p>	AG	Procedimento que será observado no exercício de 2011.

	papeis de trabalho resultantes do cumprimento do PAINT.		
	<p>5.1.1.5 CONSTATAÇÃO: (050)</p> <p>Impossibilidade de aferição do atendimento efetivo das recomendações expedidas pela Auditoria Interna.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Que, doravante, a CG-UFAL passe a acompanhar o atendimento pelos setores da Entidades das recomendações resultantes dos trabalhos de auditoria realizados pelo controle interno da Entidade.</p>	AG	A AG irá buscar uma nova estratégia que este procedimento tem força de cobrança como unidade de fiscalização, visto que o papel atual é de assessoramento ao gestor, ou seja, coloca-lo informado das ações da gestão.
UNIDADE CONSOLIDADA: HOSPITAL UNIVERSITARIO PROF ALBERTO ANTUNES – CODIGO: 150229			
	<p>2.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (019)</p> <p>Ausência de detalhamento em documento fiscal referente a serviços prestados pela FUNDEPES ao HU.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Quando do pagamento por serviços prestados pela Fundação ao Hospital Universitário, exigir da FUNDEPES o detalhamento dos mesmos, conforme previsto no Art. 63, § 2º, Inciso III, da Lei 4.320/64.</p>	HUPAA	As providências já foram adotadas junto a Procuradoria e a Contabilidade da UFAL alertando os procedimentos necessários como forma de sanar as falhas detectadas.
	<p>2.1.3.1 CONSTATAÇÃO: (015)</p> <p>Falhas de formalização nos processos de dispensa e inexistência.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Criar mecanismos de controle que possibilitem o acompanhamento do cumprimento das disposições da Lei 8.666/93 no que se refere à exigência de publicação dos extratos das dispensas, bem como publicação do extrato dos contratos no Diário Oficial da União de forma tempestiva.</p>	HUPAA	O HU se manifestou na defesa inicial e as falhas estão sendo corrigidas com a qualificação dos funcionários da FUNDEPES n o setor de compras e orientações das SINFRA. Rotinas e processos de trabalho foram alterados com o objetivo de atender as recomendações.
	<p>2.1.3.2 CONSTATAÇÃO: (016)</p> <p>Realização indevida de dispensas de licitação no valor total de R\$ 56.450,00.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Aprimorar os mecanismos de controle dos prazos de vigência dos contratos administrativos mantidos pela instituição, a fim de planejar com antecedência as contratações necessárias, e possibilitar a realização dos processos licitatórios pertinentes.</p>	HUPAA	Os atuais procedimentos nos processos de licitação, alguns inclusive concluídos, como a empresa de fornecimento de refeições e o da contratação de um software de faturamento. Não houve falta de planejamento e acompanhamento contratual dada a intempestividade da solicitação de rescisão de contrato das empresas contratadas.

	<p>RECOMENDAÇÃO: 002 Efetuar um estudo que contemple todos os equipamentos existentes na Entidade, analisando se os mesmos são imprescindíveis à realização dos serviços hospitalares essenciais prestados pela Entidade, a fim de definir para quais equipamentos há necessidade de manter contrato de manutenção preventiva, evitando a necessidade de manutenção emergencial dos mesmos.</p>		
	<p>2.1.3.3 CONSTATAÇÃO: (017) Contratação de empresa por inexigibilidade com base no art. 25, inciso I da Lei 8.666/93, sem que conste no processo documento que caracterize a exclusividade da empresa contratada no fornecimento do bem adquirido. RECOMENDAÇÃO: 001 No caso das contratações fundamentadas no art. 25, inciso I da Lei 8.666/93, anexar ao processo documento que comprove a condição de exclusividade da empresa contratada.</p>	<p>HUPAA</p>	<p>No caso específico relatado, a constatação não procede face no processo de inexigibilidade constar documento legal demonstrando que a empresa em questão é única e exclusiva representante do fabricante, tendo este HU obedecido a todos os trâmites legais.</p>
	<p>3.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (006) Desvio de função de servidores da Unidade. RECOMENDAÇÃO: 001 Providenciar a redistribuição de atividades dos servidores para que os mesmos não desempenhem funções diversas daquelas para as quais foram contratados.</p>	<p>HUPAA</p>	<p>O Departamento de Administração de Pessoal e a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas estão adotando os procedimentos para atender às exigências legais.</p>
	<p>3.1.1.5 CONSTATAÇÃO: (031) Concessões indevidas do adicional de insalubridade. RECOMENDAÇÃO: 001 Providenciar as devidas publicações das portarias de concessão para que seja comprovado o direito ao recebimento do adicional, caso contrário, proceder o cancelamento da vantagem pecuniária e promover o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente. RECOMENDAÇÃO: 002 Publicar as portarias de localização dos servidores no local periciado com designação de suas atividades para que seja comprovado o direito ao</p>	<p>HUPAA</p>	<p>Foram suspensas as concessões do adicional para os servidores que comprovadamente não atendia os requisitos legais, estando alguns processos pendentes aguardando novo lado ambiental do SESMET.</p>

adicional, caso contrário, proceder o cancelamento da vantagem pecuniária.

RECOMENDAÇÃO: 003

Providenciar documentações que comprovem a localização do servidor indicada no laudo de avaliação, caso contrário, prover o ressarcimento dos pagamentos efetuados indevidamente.

RECOMENDAÇÃO: 004

Providenciar novo laudo de avaliação ambiental/pericial, caso contrário, prover a suspensão dos pagamentos do adicional de insalubridade/periculosidade dos servidores citados e promover o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente.

RECOMENDAÇÃO: 005

Cancelar a concessão do adicional aos servidores de CPF nº 13620720444, 28096231472 e 17797950415 e providenciar o ressarcimento dos pagamentos realizados com base em percentuais diferentes dos preconizados na legislação.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO (ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010)

No período de 2003 a 2007, a UFAL foi dirigida pela Reitora profa. Ana Dayse Rezende Dorea que elegeu como prioridade a melhoria da qualidade do ensino, a expansão e a inserção social da Instituição por meio do aperfeiçoamento das suas atividades-fins. Neste sentido, tornou-se particularmente prioritário o seu processo de expansão para o interior, com a criação do Campus do Agreste (sede no município de Arapiraca) em 2006 e suas unidades descentralizadas (Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa) e a do Campus do Sertão (sede no município de Delmiro Gouveia) em 2010 e sua unidade descentralizada de Santana de Ipanema, enquanto importante instrumento de desenvolvimento estadual e regional.

Em dezembro de 2007, a profa. Ana Dayse Rezende Dorea foi novamente reconduzida na gestão da UFAL, para o período de 2007 a 2011, tendo como maior diretriz uma gestão democrática, participativa, planejada e transparente. Têm-se como grandes propósitos desta gestão a tríade: inclusão social, expansão e inovação. Notam-se, dentre outras, as seguintes macro-prioridades da atual gestão:

(1) **Desenvolvimento e fortalecimento das unidades acadêmicas do Campus A. C. Simões e Campus do Agreste.** Uma das diretrizes fundamentais da atual gestão – a política de expansão e democratização do acesso à Universidade com qualidade social – foi concretizada em parte, com a implantação do Campus do Arapiraca, primeira etapa do projeto de interiorização, que se completa com a criação do Campus do Sertão implantado em 2010. O Campus de Arapiraca, em pleno funcionamento, vem contribuindo efetivamente para o atendimento aos estudantes dos municípios do interior de Alagoas, com uma oferta de 16 (dezesesseis) cursos de graduação, nas modalidades de bacharelado e licenciatura, e com a efetivação dos programas e projetos de pesquisa e extensão e, ainda, a consolidação do concurso vestibular para 770 novos alunos por ano. Resultando em 2.837 alunos matriculados, sendo a maioria do interior.

(2) **Implantação do REUNI nos Campi A. C. Simões, de Arapiraca e do Sertão.** Em abril de 2007, o Governo Federal lançou o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), cujas orientações estão contidas no Plano Nacional de Educação (PNE) e no Decreto N° 6.096/97 de 24 de abril de 2007. Em sua formulação, o Programa REUNI teve como objetivos, metas e diretrizes gerais: criar condições (aporte de recursos) para ampliar o acesso e permanência na educação superior (graduação); aumentar a qualidade por meio da inovação e adequação acadêmicas às novas exigências, da articulação entre graduação, pós-graduação e educação básica, profissional e tecnológica; melhorar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura física das Universidades Federais. Trata-se de um plano de investimentos para reestruturação e expansão das Universidades Federais, o qual investiu em 2010 nos três *campi* da UFAL cerca de R\$ 15.011.251,00. Além disso, o REUNI possibilitou, em 2010, a contratação de 138 novos docentes por meio de concursos públicos.

(3) **Operacionalização e Eficientização da Superintendência de Infraestrutura.** A Superintendência de Infraestrutura (SINFRA) foi criada com a implantação do novo Regimento Geral da Universidade Federal de Alagoas, homologado em 16 de janeiro de 2006 através da Resolução n° 01/2006-CONSUNI/CEPE, como órgão de apoio administrativo da Reitoria, conforme seção II, artigo 19. A implantação efetiva se deu em 2008, resultado da fusão do Departamento de Serviços Gerais e da Prefeitura Universitária. Estão entre as principais atividades as seguintes: vigilância patrimonial, conservação predial (limpeza), compras (nacionais e importadas), recepção e distribuição de mercadorias (almoxarifado), controle patrimonial, transporte, serviços de telefonia/água/esgoto/energia, serviços de fotocópias, distribuição de correspondências e documentação, serviços de manutenção predial, conservação de vias e jardins, elaboração de projetos e execução de obras. Em 2010, ocorreram na SINFRA: 132 pregões eletrônicos, 98 inexigibilidades, 86 dispensas de licitação, 08 concorrências, 12

tomadas de preço, 09 cartas convite e 1.464 atendimentos de serviços de transportes, além disso, merecem destaques os recursos de investimentos (obras) realizados cujo montante foi da ordem de R\$ 10.132.406,37, com área construída licitada em 2010 de 23.798,48 m² e área de pavimentação licitada em 2010 de 34.461,84 m².

(4) **Formulação e implementação da política de assistência ao estudante.** A UFAL tem procurado canalizar suas ações no sentido de criar e estreitar alguns canais de comunicação com o universo estudantil por meio de programas de acessibilidade, de inclusão e permanência no espaço acadêmico/universitário. Com base nisso, ficou estabelecido quatro eixos de ações: (1) Inclusão e permanência; (2) Apoio ao desempenho acadêmico; (3) Promoção da cultura, lazer e do esporte e (4) Assuntos de interesse da juventude. Em sintonia com os “Princípios e Diretrizes” norteadores das Ações de Política Estudantil das IFES, a equipe da Pró-Reitoria Estudantil da UFAL trabalhou durante todo o ano de 2010 não somente com o objetivo de consolidar e aprofundar as ações e programas já desenvolvidos no ano de 2009, mas também com o objetivo de ampliar seu campo de atuação com o desenvolvimento de programas, projetos e ações visando um maior envolvimento da comunidade estudantil em atividades políticas e culturais, compreendendo que este é um caminho decisivo para a melhoria da formação acadêmica da juventude universitária. Dentre os “Princípios e Diretrizes” definidos pelo FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis), para balizar as ações de política estudantil, destacam-se aqueles que visam ao desenvolvimento de ações que possam garantir “o acesso, permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, numa perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida”.

(5) **Gestão participativa e democrática.**

Os resultados da avaliação da gestão, no exercício 2010, atesta todo o esforço que vem sendo realizado pela Instituição para produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de maneira comprometida com a ética, justiça social, desenvolvimento humano e bem comum. Diante disso, é possível distinguir os aspectos em que a UFAL avançou em termos de qualidade social e educativa no último ano e que podem ser identificados como potencialidades:

- **Nas políticas institucionais,** houve grande reestruturação nos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação de acordo com as Diretrizes Curriculares. Em 2010, houve a análise e acompanhamento dos Projetos Pedagógicos dos novos cursos a serem implantados a partir de 2011, a saber: Engenharia de Petróleo, Engenharia da Computação, Design e Química Tecnológica e Industrial no Campus A.C Simões; Já no Campus Arapiraca, foram analisados os cursos de Licenciatura em Letras, com habilitação em Português, Pedagogia, além do curso de Administração Pública. Na Modalidade a distância, foi feito o acompanhamento do Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Geografia. Nesta mesma linha, em 2010 houve a análise e acompanhamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos já implantados – Em Maceió foi reformulada a proposta do curso de Música, tendo sido aprovada no CONSUNI e foram formulados os projetos pedagógicos dos cursos técnicos de Música e de Dança, também aprovados pelo CONSUNI. Em Arapiraca, com a implantação dos cursos do Sertão, foram reestruturados os eixos de tecnologia e educação, do tronco intermediário. Também em Arapiraca, iniciou-se a revisão do tronco profissionalizando para os 16 cursos. Outra política institucional tem sido o aumento de bolsas nas suas diversas modalidades. Por exemplo, o programa de monitoria da UFAL vem se afirmando cada vez mais como ferramenta de auxílio à melhora da qualidade do ensino na graduação, tendo o número de bolsas ofertadas aos monitores aumentado em 2010, inicialmente em 20 bolsas, para atender aos alunos do novo Campus do Sertão, totalizando 326 bolsas, com as já existentes 226 em Maceió e 80 para atender os alunos do Campus de Arapiraca.

- **Quanto à Pós-Graduação.** A Pós-Graduação tem tido aumento expressivo da procura e pelo aumento na quantidade de cursos. Em 2010, contam-se 21 cursos de mestrado e 6 cursos de doutorado. Tal demanda também é representada pela solicitação de oferta de cursos na modalidade MINTER, com outras instituições dentro e fora do Estado de Alagoas. Em 2010 a pós-graduação continuou sua expansão na UFAL, com a instalação de três novos Programas de Doutorado em Materiais, Doutorado em Matemática e Mestrado Profissional em Ensino de Ciência e Matemática. Foram também aprovadas pela CAPES 6 (seis) novas propostas de Mestrado e Doutorado, a saber: Doutorado em Educação, Mestrado e Doutorado em Proteção de Plantas, Mestrado em Psicologia, Mestrado em Enfermagem, Mestrado Profissional em Ensino em Saúde, Mestrado Profissional em Matemática em Rede.
- **Quanto à extensão.** No ano de 2010 a principal ação acadêmica de impacto social da Pró-Reitoria de Extensão foi à instalação de trinta programas de extensão universitária institucionalizados nas unidades acadêmicas com o objetivo de contribuir para o estudo e integração com as políticas públicas. Com isso, potencializaram-se e ampliaram-se os patamares de qualidade das ações de ensino e pesquisa, projetando a natureza dos mesmos à missão da instituição na sociedade alagoana.
- **Quanto à pesquisa.** A UFAL tem 253 grupos de pesquisa e 1.081 linhas de pesquisa, numa clara demonstração do trabalho em busca da melhoria dos indicadores de produtividade científica. Projetos estratégicos de pesquisa e inovação foram desenvolvidos, muitos deles com o fomento de agências como o CNPq, Capes e Finep, sendo que entre eles destacam-se o da Agência Ciência Alagoas, o Programa Casadinho do CNPq, a Estação de Recepção de Imagens do Satélite Meteosat-8, o Núcleo de Inovação Tecnológica -NTI, além de fomentos diversos como edições do CT-Infra da Finep, o Pronex do CNPq e o Procad, Programa Nacional de Cooperação Acadêmica, da Capes.
- **Quanto à assistência estudantil.** Todas as atividades planejadas e desenvolvidas no ano de 2010 na área de assistência estudantil tiveram como eixo central e balizador quatro eixos de ações, quais sejam: 1. Inclusão e permanência; 2. Apoio ao desempenho acadêmico; 3. Promoção da cultura, lazer e do esporte; e 4. Assuntos de interesse da juventude. Dentre as metas relativas à inclusão e permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade social destacam-se: 1. Consolidação do sistema de informatização do atendimento ao estudante/ SIAE; 2. Consolidação do Projeto de Inclusão Digital nos *campi* Maceió e Arapiraca, como também nos Pólos Viçosa, Palmeira dos Índios e Penedo; 3. Programa de Residência Universitária da UFAL/PRU; 4. Programa de Gestão do Restaurante Universitário da UFAL/PCRU; 5. Programa Universitário de Prevenção e Assistência Médica e Odontológica da UFAL/Pró-Saúde. As metas relativas ao eixo-apoio para o desempenho acadêmico foram as seguintes: 1. Programa Institucional de Bolsas de Permanência da UFAL e Bolsas de Desenvolvimento Institucional; 2. Programa de apoio à maternidade e à infância da UFAL/PROINFÂNCIA; 3. Programa de apoio ao estudante com necessidades especiais/PRO-ESPECIAL; 4. Programa casa de Cultura no *campus* – línguas. Com relação ao eixo promoção da cultura, do lazer e do esporte existia a meta do desenvolvimento de um “Plano Universitário de Cultura, Esporte e Lazer”. Por fim, as metas relativas ao eixo- Assuntos de interesse da juventude, que visa ao apoio e à promoção de ações e eventos dirigidos aos estudantes da UFAL, definiu-se a necessidade de implementação de um “Plano Universitário de Promoção de Temas transversais”.
- **Na estrutura física,** percebem-se diversas melhorias devido a construção e reformas de vários espaços físicos da UFAL como um todo. Em 2010, a Universidade executou 38 obras e 5 reformas, no valor de R\$ 10.132.406,37, ofertando à comunidade acadêmica mais estrutura para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- **Em relação ao perfil do quadro docente,** houve um sensível incremento em termos qualitativos do perfil do quadro docente, mormente com os recentes concursos públicos para

o preenchimento das vagas, tanto para o Campus de Maceió, quanto para o de Arapiraca e o do Sertão. Em 2010, a universidade registra um total de 1.333 docentes do quadro permanente, 638 (48%) são doutores e, 502 (38%) são mestres.

- **Ampliação do acesso aos cursos de graduação da UFAL.** Ampliação do acesso aos cursos de graduação. Tanto na modalidade presencial como na modalidade a distância, dando prioridade para o turno noturno. Resultados alcançados: de 2009 para 2010 ocorreu um aumento de 4.103 para 4.833 vagas; destas 3.503 no Campus A.C. Simões, 770 no Campus de Arapiraca e 560 no Campus do Sertão. Com relação ao número de cursos, ocorreu um aumento de 61 em 2009 para 69 em 2010, distribuídos da seguinte forma: 45 no Campus A. C. Simões, 16 no Campus de Arapiraca e 8 no Campus do Sertão. Assim, ocorreu uma ampliação da oferta do número de vagas em 16,8% e 13,12% em número de cursos. O esforço do aumento não se deveu apenas nos campi do interior da UFAL. Na capital, os cursos noturnos e vespertinos proporcionaram 160 novas vagas, sendo as mesmas nos cursos de Economia, Administração e Contabilidade, no período noturno, e Pedagogia, no período vespertino. Na modalidade a distância, a UFAL que já oferecia os cursos de Pedagogia, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática, Administração e Sistema de Informação, passou a ofertar em 2010 o curso de Administração Pública com 250 novas vagas e teve aprovado o curso de Licenciatura em Geografia, com oferta prevista para 2011.
- **Implantação do Campus do Sertão.** Em 2010, teve início as atividades no Campus do Sertão da UFAL, ofertando 560 vagas nos seus 8 cursos de graduação. Em Delmiro Gouveia, os cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Pedagogia, Letras/Língua Portuguesa (licenciatura), História (licenciatura) e Geografia (licenciatura), todos com 80 vagas divididas em 2 entradas por ano. Os cursos de Ciência Econômicas e Ciência Contábeis oferecem cada um 40 vagas e serão ofertados na Unidade de Ensino e Pesquisa de Santana do Ipanema. Esses cursos irão enfatizar as questões referentes à formação de professores (em complementaridade com os cursos de licenciatura do Campus Agreste, já instalado), às grandes estruturas de engenharia e seus impactos, à produção de hidroeletricidade, à contabilidade e gestão de pequenas e médias empresas sustentáveis e à comunicação social, considerando, especialmente, a dimensão ambiental no contexto do sertão.

18. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO (ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ): Universidade Federal de Alagoas			
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Situação patrimonial (bens móveis e imóveis do permanente).</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Maceió, Alagoas	Data	21/02/2011
Contador Responsável	Mário Albuquerque Silva	CRC nº	1842-AL

19. ITEM 7 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU 107/2010 (CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS)

19.1 Indicadores de desempenho nos termos da Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário e modificações posteriores, no formato definido na portaria prevista no art. 4º, § 3º desta DN

Os demonstrativos bem como o detalhamento das fórmulas dos cálculos dos indicadores de gestão estão contidos nas páginas **131-136** deste Relatório de Gestão, seguem os valores utilizados para os cálculos destes indicadores segundo a Decisão Normativa TCU nº 408/2002, de 24 de abril de 2002.

I. A – CUSTO CORRENTE COM HU / ALUNO EQUIVALENTE	
Custo Corrente com HU	184.439.952,22
Aluno Equivalente	23.762
indicador	7.762,08

I.B – CUSTO CORRENTE SEM HU / ALUNO EQUIVALENTE	
Custo Corrente sem HU	153.031.709,02
Aluno Equivalente	23.762
indicador	6.440,28

II – ALUNO TEMPO INTEGRAL / PROFESSOR EQUIVALENTE	
Aluno Tempo Integral	15.608
Professor Equivalente	1.104
indicador	14,14

III.A – ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE COM HU	
Aluno Tempo Integral	15.608
Funcionário Equivalente com HU	2.169,25
indicador	7,20

III.B – ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE SEM HU	
Aluno Tempo Integral	15.608
Funcionário Equivalente sem HU	1.348,50
indicador	11,57

CUSTOS CORRENTE COM HU		
CONTA SIAFI	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
3.30.00.00	DESPESAS CORRENTES DA UFAL	367.967.377,51
	(-) 65% DAS DESPESAS CORRENTES DO H.U	58.621.933,30
3.31.90.01	(-)APOSENTADORIAS e REFORMAS DA UNIÃO	79.550.567,18
3.31.90.03	(-)PENSÕES DO ÓRGÃO UNIVERSIDADE	18.028.883,73
3.31.90.91	(-)SENTENÇAS JUDICIAIS DO ÓRGÃO UNIVERSIDADE	17.953.328,72
	(-)DESPESAS COM PESSOAL CEDIDO – DOCENTE DA UFAL	940.758,48
	(-)DESPESAS COM PESSOAL CEDIDO – TECNICOS-ADMINISTRATIVOS DA UFAL	868.244,90
	(-)DESPESAS COM AFASTAMENTO PAIS/EXTERIOR – DOCENTE DA UFAL	6.508.696,34
	(-)DESPESAS COM AFASTAMENTO PAIS/EXTERIOR – TEC-ADMINISTRATIVO DA UFAL	1.055.012,64
Total Custo Corrente com HU (R\$)		184.439.952,22
CUSTOS CORRENTE SEM HU		
CONTA SIAFI	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
3.30.00.00	DESPESAS CORRENTES DA UFAL	367.967.377,51
	(-) 100% DAS DESPESAS CORRENTES DO H.U	90.187.589,69
3.31.90.01	(-)APOSENTADORIAS e REFORMAS DA UNIÃO	79.550.567,18
3.31.90.03	(-)PENSÕES DO ÓRGÃO UNIVERSIDADE	18.028.883,73
3.31.90.91	(-)SENTENÇAS JUDICIAIS DO ÓRGÃO UNIVERSIDADE	17.953.328,72
	(-)DESPESAS COM PESSOAL CEDIDO – DOCENTE DA UFAL	940.758,48
	(-)DESPESAS COM PESSOAL CEDIDO – TECNICOS ADMINISTRATIVOS DA UFAL	710.831,71
	(-)DESPESAS COM AFASTAMENTO PAÍS/EXTERIOR – DOCENTE DA UFAL	6.508.696,34
	(-)DESPESAS COM AFASTAMENTO PAÍS/EXTERIOR – TEC-ADMINISTRATIVO DA UFAL	1.055.012,64
Total Custo Corrente sem HU (R\$)		153.031.709,02

FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE						
IV.A- FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE COM HU/ PROFESSOR EQUIVALENTE	QUANT. (Q)	AFAST. (A)	CEDIDO (c)	(Q-A-C)	(P)	(Q-A-C) x P
20 horas	39	0	0	39	0,50	19,50
24 horas	15	0	0	15	0,50	7,50
25 horas	11	0	0	11	0,50	5,50
30 horas	18	1	0	17	0,75	12,75
40 horas	1.419	15	13	1391	1,00	1391,00
Serviços Terceirizados c/ HU	733	0	0	733	1,00	733,00
soma	2.235	16	13	2.206		2.169,25
Professor	QUANT. (Q)	AFAST. (A)	CEDIDO (c)	(Q-A-C)	(P)	(Q-A-C) x P
20 horas	129	5	1	123	0,50	61,50
40 horas	113	3	1	109	1,00	109,00
Dedicação exclusiva (DE)	1.007	69	5	933	1,00	933,00
soma	1.249	77	7	1.165		1.103,50
indicador	1,97					
IV.B- FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE SEM HU/ PROFESSOR EQUIVALENTE	QUANT. (Q)	AFAST. (A)	CEDIDO (c)	(Q-A-C)	(P)	(Q-A-C) x P
20 horas	3	0	0	3	0,5	1,50
24 horas	2	0	0	2	0,5	1,00
25 horas	11	0	0	11	0,5	5,50
30 horas	6	0	0	6	0,75	4,50
40 horas	836	12	13	811	1	811,00
Serviços Terceirizados s/ HU	525	0	0	525	1	525,00
soma	1.383	12	13	1.358		1.348,50
Professor	QUANT. (Q)	AFAST. (A)	CEDIDO (c)	(Q-A-C)	(P)	(Q-A-C) x P
20 horas	129	5	1	123	0,50	61,50
40 horas	111	3	1	107	1,00	107,00
dedicação exclusiva	1.004	69	5	930	1,00	930,00
soma	1.244	77	7	1.160		1.098,50
indicador	1,23					

V – GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL	
Aluno Tempo Integral	15.608
Total de Alunos Matriculados (Grad.)	20.064
Indicador_V	0,78

VI – GRAU DE ENVOLVIMENTO DISCENTE COM PÓS-GRADUAÇÃO	
Alunos da Pós-Graduação	1.012
Total de Alunos (Grad.+Pós-Grad.)	21.076
Indicador_VI	0,05

VII – CONCEITO CAPES/MEC PARA PÓS-GRADUAÇÃO	
Somatório do conceitos de todos os cursos	92
Número de cursos	27
Indicador_VII	3,41

VIII – ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE						
	QUANT. (Q)	AFAST. (A)	CEDIDOS (C)	(Q-A-C)	P	(Q-A) x P
Doutor	638	25	4	609	5	3.045
Mestre	502	47	2	453	3	1.359
Especialista/Aperfeiçoado	142	4	1	137	2	274
Graduado	51	1	0	50	1	50
soma	1.333	77	7	1.249		4.728
Indicador_VIII	3,55					

IX – TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO	
Nº DE DIPLOMADOS	1.726
TOTAL DE ALUNOS INGRESSANTES	6.208
Indicador_IX	0,28

Tabela 169 - Variáveis para o Cálculo do Aluno Tempo Integral (A_{GTI}) e do Aluno Equivalente (A_{GE})

Campus	Curso	Duração	Fator de Retenção	Peso	Ingressantes	Matriculados	Diplomados	A_{GTI}	A_{GE}
Campus A.C. Simões - Maceió	Administração Diurno	4	0,1200	1,0000	82	367	58	283,84	283,84
	Administração Noturno	4	0,1200	1,0000	81	288	14	129,72	129,72
	Agronomia Diurno	5	0,0500	2,0000	86	362	89	463,50	927,00
	Arquitetura e Urbanismo Diurno	4	0,1200	1,5000	73	369	37	201,76	302,64
	Biblioteconomia Noturno	4	0,1000	1,0000	50	171	10	84,00	84,00
	Ciências Biológicas – Bacharelado Diurno	4	0,1250	2,0000	64	189	55	256,50	513,00
	Ciências Biológicas – Licenciatura Diurno	4	0,1250	2,0000	26	110	01	29,50	59,00
	Ciências Biológicas Licenciatura Noturno	4	0,1250	2,0000	50	173	13	95,50	191,00
	Ciências Contábeis Diurno	4	0,1200	1,0000	56	213	33	170,84	170,84
	Ciências Contábeis Noturno	4	0,1200	1,0000	84	300	21	157,08	157,08
	Ciência da Computação Diurno	4	0,1325	1,5000	81	288	20	151,60	227,40
	Ciências Econômicas Diurno	4	0,1200	1,0000	40	182	25	127	127,00
	Ciências Econômicas Noturno	4	0,1200	1,0000	83	265	27	176,96	176,96
	Ciências Sociais – Bacharelado Diurno	4	0,1000	1,0000	46	164	18	107,20	107,20

Relatório de Gestão 2010 - 213

Ciências Sociais – Licenciatura Noturno	4	0,1000	1,0000	70	286	34	185,60	185,60
Comunicação Social Diurno	4	0,1000	1,0000	89	291	32	197,80	197,80
Comunicação Social Noturno	4	0,1000	1,0000	83	293	38	212,20	212,20
Dança – Licenciatura Diurno	4	0,1150	1,5000	23	77	1	26,46	39,69
Direito Diurno	5	0,1200	1,0000	107	530	85	503,50	503,50
Direito Noturno	5	0,1200	1,0000	52	287	42	247,70	247,70
Educação Física - Licenciatura Diurno	5	0,0660	1,5000	71	290	36	235,63	353,45
Educação Física - Bacharelado Noturno	5	0,0660	1,5000	70	310	17	156,86	235,29
Enfermagem Diurno	5	0,0660	1,5000	61	291	39	235,37	353,06
Engenharia Ambiental Diurno	5	0,0820	2,0000	45	160	0	56,25	112,50
Engenharia Civil Diurno	5	0,0820	2,0000	94	451	42	292,22	584,44
Engenharia de Agrimensura Diurno	5	0,0820	2,0000	30	168	16	104,06	208,12
Engenharia Química Diurno	5	0,0820	2,0000	86	298	23	203,18	406,36
Engenharia Química Noturno	5	0,0820	2,0000	0	88	5	20,80	41,60
Farmácia Diurno	5	0,0660	2,0000	60	281	37	225,96	451,92
Filosofia – Licenciatura Diurno	4	0,1000	1,0000	61	227	26	149,40	149,40
Física – Bacharelado Diurno	4	0,1325	2,0000	40	109	6	61,18	122,36
Física – Licenciatura Noturno	4	0,1325	2,0000	42	144	2	49,06	98,12
Geografia – Bacharelado Diurno	4	0,1000	1,0000	41	189	21	112,40	112,40
Geografia – Bacharelado Noturno	4	0,1000	1,0000	40	170	31	145,40	145,40
Geografia – Licenciatura Diurno	4	0,1000	1,0000	39	143	06	59,40	59,40
Geografia – Licenciatura Noturno	4	0,1000	1,0000	41	162	01	44,40	44,40
História – Bacharelado Diurno	4	0,1000	1,0000	47	187	18	108,20	108,20
História – Licenciatura Noturno	4	0,1000	1,0000	60	255	20	128,00	128,00
Letras – Licenciatura Diurno	4	0,1000	1,0000	84	315	43	230,20	230,20
Letras Licenciatura Noturno	4	0,1000	1,0000	84	352	45	237,00	237,00
Matemática – Bacharelado Diurno	4	0,1325	1,5000	21	80	15	73,95	110,93
Matemática – Licenciatura Diurno	4	0,1325	1,5000	61	187	03	71,59	107,39

Relatório de Gestão 2010 - 214

	Matemática – Licenciatura Noturno	4	0,1325	1,5000	60	257	20	130,60	195,9
	Medicina Diurno	6	0,0650	4,5000	85	495	112	675,18	3038,31
	Meteorologia Diurno	4	0,1325	2,0000	27	81	11	65,83	131,66
	Meteorologia Noturno	4	0,1325	2,0000	17	62	08	45,24	90,48
	Música – Bacharelado em Canto Diurno	4	0,1150	1,5000	02	10	01	5,46	8,19
	Música – Licenciatura Diurno	4	0,1150	1,5000	15	62	09	46,14	69,21
	Nutrição Diurno	5	0,0660	2,0000	60	232	38	230,04	460,08
	Odontologia Diurno	5	0,0650	4,5000	69	307	50	290,00	1305,00
	Pedagogia – Licenciatura Diurno	4	0,1000	1,0000	163	486	47	322,80	322,80
	Pedagogia – Licenciatura Noturno	4	0,1000	1,0000	79	285	30	181,00	181,00
	Psicologia Diurno	5	0,1000	1,0000	110	365	77	464,75	464,75
	Química – Bacharelado Diurno	4	0,1325	2,0000	55	216	13	100,89	201,78
	Química – Licenciatura Diurno	4	0,1325	2,0000	40	71	0	40,00	80,00
	Química – Licenciatura Noturno	4	0,1325	2,0000	78	287	17	138,01	276,02
	Serviço Social Diurno	4	0,1000	1,0000	70	315	55	257,00	257,00
	Serviço Social Noturno	4	0,1000	1,0000	71	340	50	241,00	241,00
	Teatro – Licenciatura Diurno	4	0,1150	1,5000	20	168	26	109,96	164,94
	Zootecnia Diurno	5	0,0650	4,5000	69	289	16	151,45	681,53
	Subtotal	--	--	--	3594	14390	1685	10304,12	17412,76
Campus Agreste - Arapiraca	Administração Diurno	4	0,1200	1,0000	57	198	14	105,72	105,72
	Agronomia Diurno	5	0,0500	2,0000	51	187	0	63,75	127,5
	Arquitetura e Urbanismo Diurno	4	0,1200	1,5000	43	172	0	43,00	64,5
	Ciências Biológicas - Licenciatura Diurno	4	0,1250	2,0000	57	195	11	95,50	191
	Ciência da Computação Diurno	4	0,1325	1,5000	55	190	0	55,00	82,5
	Educação Física - Licenciatura Diurno	5	0,0660	1,5	50	202	01	66,58	99,87
	Enfermagem Diurno	5	0,0660	1,5000	46	183	0	57,50	86,25
	Engenharia de Pesca	5	0,0820	2,0000	27	130	0	33,75	67,5
	Física - Licenciatura Diurno	4	0,1325	2,0000	43	159	02	50,06	100,12
	Matemática - Licenciatura Diurno	4	0,1325	1,5000	52	192	0	52,00	78,00
	Medicina Veterinária	5	0,0650	4,5000	41	170	0	51,25	230,63

Relatório de Gestão 2010 - 215

	Diurno								
	Psicologia Diurno	5	0,1000	1,0000	50	195	0	62,50	62,5
	Química – Licenciatura Diurno	4	0,1325	2,0000	50	165	02	57,06	114,12
	Serviço Social Diurno	4	0,1000	1,0000	51	209	04	64,60	64,6
	Turismo Diurno	4	0,1000	1,0000	50	130	01	53,40	53,4
	Zootecnia Diurno	5	0,0650	4,5000	53	160	0	66,25	298,13
	Subtotal	--	--	--	766	2837	35	977,92	1826,34
Campus do Sertão	Ciências Econômicas Diurno	3,5	0,1200	1,0000	31	31	0	27,13	27,13
	Engenharia Civil Diurno	5	0,0820	2,0000	78	79	0	97,5	195
	Engenharia de Produção Diurno	5	0,0820	2,0000	79	80	0	98,75	197,5
	Letras – Licenciatura Diurno	4	0,1150	1,0000	60	60	0	60	60
	Pedagogia – Licenciatura Diurno	4	0,1000	1,0000	67	66	0	67	67
	Ciências Contábeis Noturno	4	0,1200	1,0000	34	34	0	34	34
	Geografia – Licenciatura Noturno	4	0,1000	1,0000	73	70	0	73	73
	História – Licenciatura Noturno	4	0,1000	1,0000	72	73	0	72	72
	Subtotal	--	--	--	494	493	0	529,38	725,63
Educação à Distância	Administração (Piloto)	4	0,1200	1,0000	0	323	1	3,48	3,48
	Administração Pública	4	0,1200	1,0000	238	238	0	238,00	238,00
	Física - Licenciatura	4	0,1325	2,0000	119	254	0	238,00	238,00
	Matemática - Licenciatura	4	0,1325	1,5000	123	217	0	184,50	184,50
	Pedagogia - Licenciatura	4	0,1000	1,0000	591	855	0	591,00	591,00
	Pedagogia - Licenciatura	4	0,1000	1,0000	0	0	5	17,00	17,00
	Sistemas de Informação	4	0,1325	1,5000	196	457	0	294,00	294,00
	Subtotal	--	--	--	1267	6	1565,98	1565,98	
Pós – Graduação – A.C. Simões	Agronomia – Produção Vegetal	2	--	2,000	19	60	19	120,00	120,00
	Rede Nordeste de Biotecnologia - RENORBIO	2	--	2,000	4	24	0	48,00	48,00
	Diversidade Biológica e Conservação nos Trópicos	2	--	2,000	8	18	0	36,00	36,00
	Ciências da Saúde	2	--	2,000	18	54	07	108,00	108,00
	Desenvolvimento e	2	--	2,000	0	0	01	0	0

Relatório de Gestão 2010 - 216

	Meio Ambiente								
	Dinâmicas do Espaço Habitado	2	--	2,000	25	80	16	160,00	160,00
	Direito Público	2	--	2,000	15	33	01	66,00	66,00
	Economia Aplicada	2	--	2,000	13	21	06	42,00	42,00
	Educação Brasileira	2	--	2,000	44	91	14	182,00	182,00
	Engenharia Civil	2	--	2,000	16	31	03	62,00	62,00
	Engenharia Química	2	--	2,000	16	40	13	80,00	80,00
	Ensino de Ciências e Matemática	2	--	2,000	15	15	0	30,00	30,00
	Física - Doutorado	4	--	2,000	12	17	04	34,00	34,00
	Física - Mestrado	2	--	2,000	17	29	7	58,00	58,00
	Letras - Doutorado	4	--	2,000	10	43	13	86,00	86,00
	Letras - Mestrado	2	--	2,000	19	51	14	102,00	102,00
	Matemática - Doutorado	4	--	2,000	07	06	0	12,00	12,00
	Matemática - Mestrado	2	--	2,000	08	17	06	34,00	34,00
	Materiais - Doutorado	4	--	2,000	10	09	0	18,00	18,00
	Meteorologia	2	--	2,000	18	32	20	64,00	64,00
	Modelagem Computacional de Conhecimento	2	--	2,000	28	28	05	56,00	56,00
	Nutrição	2	--	2,000	34	61	06	122,00	122,00
	Química - Doutorado	4	--	2,000	16	75	02	150,00	150,00
	Química - Mestrado	2	--	2,000	16	58	05	116,00	116,00
	Recursos Hídricos	2	--	2,000	09	26	03	52,00	52,00
	Serviço Social	2	--	2,000	7	36	10	72,00	72,00
	Sociologia	2	--	2,000	14	36	02	72,00	72,00
	Zootecnia	2	--	2,000	10	21	0	42,00	42,00
	Subtotal	--	--	--	428	1012	177	2024	2024
UH	Residência Médica	--	--	2,000	--	52	--	104,00	104,00
	Subtotal	--	--	--	--	52	--	104	104
	Total	--	--	---	6760	21128	1903	15608,4	23761,67

Fonte: PROGINST

19.2 Relação dos projetos desenvolvidos pelas fundações sob a égide da Lei no 8.958/94, discriminado o número do contrato ou do convênio, o objeto, o valor e a vigência e, ainda, os recursos financeiros, materiais e humanos pertencentes à IFES envolvidos em cada projeto.

Tabela 170 - Relação dos projetos geridos pela FUNDEPES pertinentes e executados pela UFAL

Título do Projeto	Objeto	Valor Total (R\$)	Instrumento e Número	Vigência Início	Vigência Fim	Nome do Coordenador	Recursos Humanos da UFAL envolvidos no Projeto
Desenvolvimento de Catalisadores Heterogêneos para transestificação e esterilização de óleos de vegetais.	Execução do Projeto Intitulado "Desenvolvimento de catalisadores heterogêneos para transestificação e esterilização de óleos de vegetais"	504.360,75	Convênio entre a FINEP e a FUNDEPES	15/08/2007	15/04/2011	Simone M.Plentz Meneghetti	7 docentes
Despertar e Conhecer a Engenharia do Petróleo e Gás no Ensino Médio	Promover e despertar o ensino da ciências exatas ao processo da industria de petróleo e gás junto as escolas de ensino médio do estado de alagoas, com a finalidade de recrutar os melhores alunos para os quadros discentes	409.325,25	Convênio entre FINEP, FUNDEPES E UFAL	23/12/2009	23/12/2010	João Inácio Soletti	12 docentes
Conhecer e Experimentar a Engenharia	Fazer com que os alunos do ensino médio se identifiquem na área de ciências exatas, despertando-os para as engenharias	382.536,71	Convênio entre FINEP, e FUNDEPES	07/05/2007	07/04/2011	Luciano Barbosa dos Santos	30 docentes e 1 técnico
Empreendendo a Sustentabilidade: Incubação de Empreendimentos Solidários de Alagoas - ESIESA	Incubação de empreendimentos com caráter solidário procurando gerar condições de sustentabilidade a partir de processos agregados, tais como: formação profissional, trocas de experiências, técnicas e tecnologias entre outras	258.993,38	Convênio entre, FINEP, FUNDEPES e UFAL	11/12/2008	11/05/2011	Cesar Nonato Candeias Bezerra	6 docentes e 1 discente
Estudos dos Impactos das Mudanças na região da bacia Hidrográfica do Rio Paraíba - HIDROCHUV	Elaboração dos cenários de mudanças climáticas em uma bacia hidrográfica de grande representatividade no Estado de Alagoas	678.000,00	Convênio entre, FINEP, FUNDEPES E SEMARH	30/12/2008	30/12/2011	Fabiana Carnaúba Medeiros	7 docentes e 1 discente

Relatório de Gestão 2010 - 218

Expansão e Modernização da Infra- Estrutura Física da UFAL -Infrapesq 5	Expansão e Modernização da Infraestrutura Física da UFAL	2.867.827,00	Convênio entre FINEP e FUNDEPES	05/10/2006	05/01/2010	Marcelo Leite Lyra	71 docentes
Expansão e Modernização da Infra- Estrutura Física de Pesquisa da UFAL - Infrapesq 6	Execução do Projeto Intitulado "Expansão e Modernização da Infraestrutura Física de Pesquisa da UFAL"	1.877.690,00	Convênio entre a FINEP e a FUNDEPES.	21/10/2007	21/10/2011	Marcelo leite Lyra	44 docentes
Expansão e Modernização da Infra- Estrutura Física da UFAL- Infrapesq 7	Promover a adequação da Infraestrutura de Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas, visando à sua consolidação e expansão através, de quatro ações integradas	1.993.394,00	Convênio entre FINEP, FUNDEPES e UFAL	18/12/2008	18/12/2011	Severino Pereira Cavlcante	11 docentes
Expansão e Modernização da Infra- Estrutura Física da UFAL - Infrapesq 8	Promover a adequação da infraestrutura de pesquisa da UFAL, com consolidação e expansão de quatro ações integradas	365.591,00	Convênio entre FINEP e FUNDEPES e UFAL	09/09/2009	09/09/2012	Marcos Vinicius Dias Vermelho	7 docentes
Integrador Multidisciplinar - Atividades de Pesquisa Voltadas para as cadeias produtivas regionais. Integrador Multidisciplinar 1	Estruturação do comitê gestor de pesquisa do novo campi, Implantação do comitê tutor de projetos, estabelecimentos de fórum de pesquisa setoriais, Implantação do programa de Bolsa IC no interior, realização de seminários integrados e férias de pesquisa	683.000,00	Convênio entre FINEP e FUNDEPES.	13/11/2006	13/07/2011	Josealdo Tonholo	11 docentes
Integrador Multidisciplinar 2 - Atividades e Pesquisa voltadas as cadeias produtivas regionais	Promover a infraestrutura mais adequada para o efetivo desenvolvimento de atividades de pesquisa pelo docente recentemente contratado no processo de interiorização da UFAL	619.606,00	Convênio entre FINEP e FUNDEPES	07/05/2008	07/05/2011	Josealdo Tonholo	5 docentes

Relatório de Gestão 2010 - 219

Integrador Multidisciplinar III - Atividades de Pesq. Voltadas para as Cadeias Produtivas Regionais	Transferência de Recursos Financeiros pela Concedente ao Conveniente para a Execução do Projeto Integrador Multidisciplinar III - Atividades de Pesquisa Voltadas para as cadeias Produtivas Regionais Doravante Denominado Projeto, Descrito no Plano de Trabalho o qual Integra o Convênio, Independente de transcrição	1.241.468,00	Convênio entre FINEP e FUNDEPES nº 01.09.0503.00	03/10/2009	30/12/2012	Pedro Valentim dos Santos	30 docentes
Implantação do Núcleo de Inovação Tecnológico de Alagoas	Transferência de Recursos Financeiros, Pelo Concedente ao Conveniente, para a Execução do Projeto Intitulado "Implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica de Alagoas	157.528,26	Convênio entre FINEP e FUNDEPES 01.06.0790.00	22/11/2006	22/07/2011	Silvia Beatriz Beger Uchôa	6 docentes e 1 técnica
Consolidação e Expansão do NIT/UFAL	Transferência de recursos financeiro, pela Concedente ao Conveniente, para a execução do projeto intitulado "Consolidação e Expansão do NIT/UAL", doravante denominado Projeto, descrito no Plano de Trabalho, o qual integra este convênio, independentemente de qualquer transcrição	512.925,00	Convênio entre FINEP e FUNDEPES nº 01.08.0611.00	29/12/2008	29/12/2011	Josealdo Tonholo	13 docentes e 1 técnica
PREDEM - Geração de Partículas para o Método dos Elementos Discretos a partir de Téc. De Processamento	Transferências de Recursos Financeiros para a Execução do Projeto PREDEM - Geração de Partículas para o Método dos Elementos Discretos a Partir de Téc. De Processamento	59.428,48	Convênio entre FINEP e FUNDEPES nº 01.07.0286.00	23/08/2007	23/08/2011	Adeildo Soares Ramos Júnior	10 docentes
Avaliação e Emprego de Biomassa como Fonte Alternativa de Energia para Cadeia Cerâmica do Estado de Alagoas	Realizar um levantamento de alternativas em termos de Biomassa Residual, para serem utilizadas como Energia Alternativa.	401.900,00	FINEP/SEBRAE nº 20	02/06/2009	30/12/2013	- Simoni M. Plentz Meneghetti - Aline da Silva Ramos Barboza	5 docentes

Relatório de Gestão 2010 - 220

Centro de Desenvolvimento, Produção de Protótipos e Suporte Empresarial na Conversão de Energia Elétrica	Transferência de Recursos Financeiros pela Concedente ao Conveniente para a Execução do Projeto Intitulado "Centro de Desenvolvimento, Produção de Protótipos e Suporte.	1.028.139,00	Convênio entre FINEP e FUNDEPES nº 01.10.0447.00	19/11/2010	19/11/2013	Josealdo Tonholo	12 docentes e 1 discente
IN SOLIDUM: Incubação de Empreendimentos Solidários em Rede	O presente projeto tem por objetivo criar uma rede de incubadoras com foco no desenvolvimento de atividades na cadeia produtiva da reciclagem, articulando assim instituições de ensino superior, desenvolvendo ações de incubação nos estados de Sergipe e Alagoas principalmente, potencializando não só o processo de incubação, mas principalmente ampliando as condições de sucesso desses empreendimentos	532.205,81	Convênio entre FINEP e FUNDEPES nº 01.10.0502.00	26/10/2010	26/10/2012	Cézar Nonato Bezerra Candeias	4 docentes e 1 técnico
DOPTPLANAR - Dispositivos Ópticos Planares Aplicados	Elaboração de uma Linha de Prototipagem e Produção de Dispositivos Ópticos Planares para Telecomunicação com desenvolvimento de Novas Tecnologias e Simulação de Aplicações já existentes, baseadas em Filmes Finos de Vidros Silicatos Sobre Substratos de Cílcio	3.027.800,00	Convênio entre FINEP e FUNDEPES nº 01.10.0421.00	11/06/2010	11/06/2013	Marcos Vinícius Dias Vermelho	17 docentes
RAIE 2 - Apoio ao Desenvolvimento de Empreendimentos Inovadores de Base Tecnológica em Alagoas	Consolidar Mecanismo de Incubação de Negócios Tecnológicos no Estado de Alagoas, Dando Escala as ações das Incubadoras com Atendimento a mais Empresas, Garantindo que Estas Tenham Melhor Desempenho e Competitividade	719.460,00	Convênio entre FINEP e FUNDEPES nº 01.10.0407.00	02/06/2010	01/06/2012	Josealdo Tonholo	10 docentes e 4 técnicos

Relatório de Gestão 2010 - 221

Sensores de Petróleo e Gás: Uma Plataforma para o Ensino de Física, Química e Informática	Desenvolvimento de uma cultura científica que desperte nos alunos o interesse pelas áreas tecnológicas, além da contribuição para a formação básica em ciências exatas e naturais nas áreas de PGPB	932.417,00	Convênio entre FINEP e FUNDEPES nº 01.10.0447.00	30/08/2010	30/08/2012	Jandir Miguel Hickmann	9 docentes
Formação de Multiplicadores para Difusão de Conhecimento nos Setores de Petróleo e Gás	Divulgação das áreas tecnológicas de abrangidas pelos setores de petróleo e gás, biocombustíveis e petroquímica para alunos do Ensino Médio do Estado de Alagoas, visando a formação de multiplicadores e disseminadores dos conhecimentos das áreas de modo a promover o despertar intelectual de jovens do Ensino Médio	810.700,00	Convênio entre FINEP e FUNDEPES nº 01.10.0539.00	05/11/2010	05/11/2012	Luciano Barbosa dos Santos	8 docentes
Subsídio para o Desenvolvimento de Indicadores do Estado de Pesca Artesanal	Estruturar a implementação da infraestrutura física e a aquisição de equipamentos para a equipe multicampi com atuação direta na área de pesca, visando a realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação de interesse de gestores e usuários de recursos pesqueiros explorados pela pesca extrativa artesanal costeira	523.400,00	Convênio entre FINEP e FUNDEPES nº 01.10.770.00	28/12/2010	28/12/2013	Vandick da Silva Batista	7 docentes
Programa de Melhoramento Genético da Cana de Açúcar PMGCA/RIDESA	Apoio ao desenvolvimento do programa de melhoramento genético da cana de açúcar - PMGCA-RIDESA do centro de ciências agrárias da Universidade Federal de Alagoas	14.994.713,02	Contrato	06/07/2009	06/07/2014	Geraldo Veríssimo de Souza Barbosa	25 docentes e 6 discentes

Relatório de Gestão 2010 - 222

Pesquisa de Indicadores da Indústria Alagoana	Elaborar indicadores de Desempenho, Sondagem e Competitividade da Indústria alagoana para auxiliar a tomada de decisão e alocação de recursos por meio de políticas públicas e ações empresarias.	236.403,71	Contrato (S/N)	03/09/2009	03/09/2013	Reynaldo Rubem Ferreira Junior	4 docentes
Implantação do Laboratório de Síntese de Catalisadores - LSCat	Implementação da infraestrutura básica para o funcionamento do Laboratório de Síntese de Catalisadores (LSCat) da Universidade Federal de Alagoas	380.835,00	Convênio PETROBRÁS nº 46.00252.7.98	21/01/2008	15/07/2011	Antonio Osimar Souza da Silva	2 docentes e 3 discentes
Desenvolvimento de Rotas de síntese mais econômicas para a cristalização da Zeólita Ferrierita - SINFER	Desenvolvimento de novas metodologias de síntese, mais econômicas para a cristalização de zeólita ferrierita, através da utilização de matérias precursoras mais baratos e/ou utilização de "sementes de cristalização"	295.323,00	Convênio PETROBRÁS nº 4600289955	12/01/2009	12/07/2011	Antonio Ozimar Souza da Silva	5 docentes e 2 discentes
Levantamento de Aplicações e Estudos do Processo de Síntese de Silicoaluminofosfatos - SAPO'S	Levantamento de aplicações e estudos do processo de síntese de Silicoaluminofosfatos, visando sua obtenção através de rotas econômicas	434.544,61	Convênio PETROBRÁS nº 46.00.31.73.94	10/09/2010	09/09/2013	Maritza Montoya	2 docentes
Rede de monitoramento de eventos extremos na região leste do Nordeste do Brasil - REEMIX	Solicitar apoio financeiro para criar um centro de previsão e alerta de tempo severo que inclua infraestrutura física e tecnológica adequada para a previsão	1.106.379,00	Convênio FINEP nº 01.08.0639.00	30/12/2008	30/12/2012	Luiz Carlos Molion	9 docentes
Laboratório Aplicado a Engenharia Civil - LAPLENCI	Transferência de recursos financeiros, para a execução do projeto intitulado "Laboratório Aplicado a Engenharia Civil"	261.460,00	Convênio nº 01.07.0399.00	08/10/2007	08/09/2011	Paulo Cesar Correia Gomes	18 docentes
Plano Diretor de Informática Baseado na Noção de Usabilidade	Desenvolvimento de um Plano Diretor de Tecnologia da informação, através dos estudos das necessidades reais dos usuários dos produtos de informática, de forma a subsidiar	39.147,00	Contrato nº 115/2009	01/08/2009	07/01/2011	Fábio Paraguaçu Duarte da Costa	1 docente e 1 discente

Relatório de Gestão 2010 - 223

	as aquisições de produtos e serviços de informática no âmbito do Município de Maceió						
Análise Documental e Verificação in loco de Serviços de Engenharia do TRE/AL - FASE III	Análise Documental e Verificação in loco de Serviços de Engenharia do TRE/AL – Fase III" - Consiste na assistência técnica aos procedimentos incumbidos à Comissão de Recebimento das Obras de Construção do galpão de armazenamento de urnas eletrônicas e da central de atendimento do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	30.241,38	Contrato nº 42/2009	01/10/2009	30/11/2010	Antônio Vieira Batista de Nazaré	1 docente 2 serviços prestados
NPT/ Fortalecimento das atividades científicas voltadas ao desenvolvimento tecnológico da cadeia da construção civil em Alagoas	A realização de consultoria técnica e/ou ensaios laboratoriais no âmbito do Projeto Fortalecimento das Atividade Científicas Voltadas ao Desenvolvimento Tecnológico da Cadeia da Construção Civil em Alagoas		Contrato nº 57/2006	15/11/2006	08/11/2010	Paulo César Correia Gomes	20 docentes, 10 técnicos e 4 discentes
Fortalecimento das Atividades Científicas Voltadas ao Desenvolvimento Tecnológico da Cadeia da Construção Civil em Alagoas - LEMA	Apoio ao desenvolvimento do projeto “Fortalecimento as atividades científicas voltadas ao desenvolvimento Tecnológico da Cadeia da Construção Civil em Alagoas – LEMA”	1.150.000,00	Contrato UFAL nº 49/2010	10/11/2010	09/11/2015	Wayne Santos de Assis	11 docentes e 5 técnicos
Programa por Tipagem Genética por DNA - Protipagem	A interação técnico-científica da Universidade Federal de Alagoas com o setor produtivo privado e público no desenvolvimento de pesquisas científicas básicas e aplicadas, para testar, desenvolver e aplicar metodologias relacionadas a tipagem por DNA através de marcadores moleculares, visando contribuir com a implantação de novas tecnologias e com isto atender as demandas da sociedade no que	2.000.000,00	Contrato 006/2006	21/02/2006	21/02/2011	Luiz Antonio F. da Silva	1 docente e 6 discentes

Relatório de Gestão 2010 - 224

	se refere a tipagem genética humana, animal, vegetal e de microorganismos						
Programa de Qualidade e Segurança dos Alimentos	Contribuir para a qualidade e a segurança dos alimentos produzidos em Alagoas e, em consequência, para a melhoria da qualidade de vida e saúde da população	144.968,06	Contrato (45/2005)	25/11/2005	25/11/2010	Maria Cristina Delgado da Silva	1 docente
Programa de Caracterização Genética e Diagnóstico por DNA (PROGENE)	A interação técnico- científica da universidade federal de Alagoas com o setor produtivo privado e público no desenvolvimento de pesquisas científicas básicas e aplicadas para testar, desenvolver e aplicar metodologias convencionais e relacionadas ao DNA como ferramentas por meio de marcadores moleculares		Contrato	16/03/2009	16/03/2011	Eurípedes Alves da Silva	1 docente e 3 discentes
Curso de Graduação em Administração na modalidade à distância	Conceder título de bacharel em administração para 213 funcionários do Banco do Brasil dentro do projeto Universidade Aberta do Brasil	1.725.300,00	Convênio	29/06/2006	29/06/2011	Cláudia Maria Milito	46 docentes, 3 técnicos e 31 discentes
Formação de Professores a Distância para uso de objetos virtuais de aprendizagem na área de Ciências	Ampliar as condições didático-pedagógicas para a melhoria do trabalho nos cursos na modalidade a distância em curso na UFAL, e acesso à utilização das TIC nas atividades presenciais e a distância por Professores de Ciências da Natureza da rede pública de Alagoas.	199.833,00	Convênio FINEP 01.06.1088.00	26/12/2006	26/01/2011	Luis Paulo Leopoldo Mercado	1 docente
Implementação dos Cursos em Ensino à Distância da UFAL/ Pedagogia	Visa a implementação do Curso de Bacharelado em Sistema de Informação ofertados na modalidade de ensino a Distância, bem como expandir as ações da UFAL relativas as produções de conhecimento científico.	38.400,00	Contrato 85/2006	29/12/2006	29/12/2010	Elton Casado Fireman	1 docente

Relatório de Gestão 2010 - 225

<p>Programa de Desenvolvimento da Escola de Enfermagem e Farmácia</p>	<p>Garantir espaços de construção, reflexão e decisões coletivas, Incrementar as atividades de ensino, pesquisa e extensão com ênfase na realidade sócio-sanitária regional, Integrar todos os projetos de pesquisa, ensino e extensão da ESENFAR ao desenvolvimento da Escola, Melhorar a infra-estrutura da ESENFAR</p>	<p>79.547,85</p>	<p>Contrato 60/2007</p>	<p>10/12/2007</p>	<p>10/12/2011</p>	<p>Ruth França Cizino Trindade</p>	<p>1 docente e 1 discente</p>
<p>Programa de Fortalecimento do Centro de Tecnologia da UFAL no âmbito das atividades de ensino, pesquisa e extensão - PROCTEC</p>	<p>Fortalecer a estrutura física e organizacional do Centro de Tecnologia. Estabelecer condições e estratégias para o melhor desempenho dos atuais e futuros cursos de graduação. Atuar junto aos programas de Pós-Graduação, solidificando e expandindo suas ações, incentivar a qualificação técnico-científica de docentes e técnicos administrativos. Expandir e fortalecer núcleos de pesquisa, ensino e extensão</p>	<p>417.408,21</p>	<p>Contrato 11/2008</p>	<p>03/03/2008</p>	<p>03/03/2013</p>	<p>Valmir de A. Pedrosa</p>	<p>1 docente</p>
<p>Implementação dos Cursos em Ensino à Distância da UFAL/ Sistemas de Informação</p>	<p>Visa a implementação do Curso de Bacharelado em Sistema de Informação ofertados na modalidade de ensino a Distância, bem como expandir as ações da UFAL relativas as produções de conhecimento científico</p>	<p>38.400,00</p>	<p>Contrato 85/2006</p>	<p>29/12/2006</p>	<p>29/12/2010</p>	<p>Fábio Paraguaçu Duarte da Costa</p>	<p>1 docente</p>
<p>Avaliação das Populações dos Anfíbios na Mata Atlântica Setentrional</p>	<p>a) Determinar o estado das populações de anfíbios nas áreas onde já são conhecidas (em alguns casos, a localidade-tipo);b) Determinar se as espécies focalizadas ocorrem em áreas não estudadas anteriormente, que apresentem características c) Determinar as ameaças atuais para as espécies estudadas;d) Desenvolver, se necessário, planos de manejo a curto prazo para algumas das</p>	<p>7.285,16</p>	<p>Contrato FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS</p>	<p>28/12/2007</p>	<p>28/12/2010</p>	<p>Gabriel Omar Skuk Sugliano</p>	<p>1 docente</p>

Relatório de Gestão 2010 - 226

	espécies focalizadas;e) Obter dados acerca da biologia das espécies (desenvolvimento larval, sítios de desovas, características das vocalizações)						
Implantação do Centro de Referência em Recuperação de Áreas degradadas (Cr-Ad) na Região do Baixo São Francisco	O objetivo da Implantação do Cr-Ad é gerar e difundir tecnologias para recuperação/recomposição das Áreas de preservação Permanentes (nascentes e cursos d'água), em consonância com a Legislação Ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e repartição de benefícios, de modo a capacitar e integrar comunidades, iniciativas relativas à conservação, manejo e recuperação ambiental.	749.547,00	Contrato 076/2007	28/12/2007	28/12/2011	Flávia de Barros Prado Moura	1 docente
Monitoramento e Conservação de Aves Endêmicas e Ameaçadas do Centro Pernambuco	Realizar 6 expedições para coleta de dados para identificar a vocalização de 10 espécies edêmicas e ameaçadas no 1º semestre e até 30 espécies nos demais semestres, capturando e marcando 10 indivíduos e 5 ninchos de cada espécie, bem como descrever e quantificar ovos e filhotes, acompanhando o período reprodutivo de 3 espécies, no intuito de monitorar populações de aves do Centro de Pernambuco	44.236,82	Contrato S/N	18/08/2010	18/02/2013	Márcio Amorim Efe	1 docente, 3 técnicos e 6 discentes
Pontos verdes: articulação entre coletadores de resíduos sólidos e o programa municipal Arapiraca Cada vez Mais Limpa	Articular o total de 20 coletadores de resíduos sólidos recicláveis para organização do trabalho em regime coletivo no município de Arapiraca, pretendendo capacitá-los à atuação dentro do programa municipal "Arapiraca cada vez mais limpa", que prevê a criação de sete pontos de coleta seletiva de resíduos sólidos e posterior encaminhamento às recicladoras locais	40.000,00	Termo de cooperação 01/2010	24/02/2010	31/03/2011	Marconi Tabosa de Andrade	1 docente e 16 discentes

Relatório de Gestão 2010 - 227

MBA Executivo em Gestão Estratégica Avançada de Negócios	Viabilizar condições para realização em MBA em Gestão Estratégica Avançada de Negócios	167.102,05	Contrato UFAL FUNDEPES	21/10/2006	28/02/2011	Angelo Antônio Martins	14 docentes e 1 discente
Curso de Especialização em Administração Pública	Capacitar o gestor público para agir como formador de opinião e disseminador de idéias e de conceitos sobre tecnologia (técnicas, processos, métodos, meios e instrumentos) para a gestão de organizações públicas. Possibilitar a reflexão do gestor público quanto às tecnologias de gestão que aplica, bem como sobre os possíveis métodos para um eficaz desempenho em um modelo gerencial voltado para resultados	201.600,00	Contrato Prefeitura de Arapiraca	04/12/2006	31/01/2011	Luciana Santa Peixoto Rita	18 docentes e 1 discente
Curso de Especialização em Administração Pública - Turma II	Capacitar o gestor público para agir como formador de opinião e disseminador de idéias e de conceitos sobre tecnologias (técnicas, processos, métodos, meios e instrumentos) para a gestão de organizações públicas. Possibilitar a reflexão do gestor público quanto às tecnologias de gestão que aplica, bem como sobre os possíveis métodos para um eficaz desempenho em um modelo gerencial voltado para resultados	122.000,00	Contrato Prefeitura de Arapiraca	01/08/2007	31/01/2011	Luciana Peixoto Santa Rita	18 docentes e 1 discente
Curso de Especialização em Gestão e Educação Ambiental - turma III	Os contratantes por meio deste Instrumento, pactua com a contratada a prestação de serviços educacionais consiste na oferta do curso de Especialização em Gestão e Educação Ambiental - Turma III, com a carga horária de 360hs/aula, a ser ministrado pelas Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEAC/UFAL	70.000,00	Contrato Instituto Lagoa Viva / BRASKEM	07/08/2009	18/07/2011	Antônio Carlos Silva Costa	1 docente e 2 discentes

Relatório de Gestão 2010 - 228

Qualificação do Ensino da Pesquisa, Extensão e do Desenvolvimento Institucional no âmbito da gestão do trabalho com foco na seleção de recursos humanos	Viabilização do Projeto Qualificação do Ensino, da Pesquisa, da Extensão e do Desenvolvimento Institucional, no âmbito da Gestão do Trabalho com Foco na Seleção de Recursos Humanos	1.038.846,1	Contrato 55/2005	26/12/2005	26/12/2008	José Carlos Lima	1 docente, 2 técnicos, 2 discentes e 3 colaboradores
Desenvolvimento de pessoas: qualificando a gestão da UFAL	Viabilização do Projeto Desenvolvimento de Pessoas: Qualificando a Gestão da Universidade Federal de Alagoas	154.619,11	Contrato 49/2005	26/11/2005	26/11/2010	Silvia Regina Cardeal	28 docentes, 1 técnica e 13 discentes
Melhoria das condições de convivência da comunidade universitária no campus A. C. Simões da UFAL	Viabilização do Projeto Melhoria das condições de convivência da comunidade universitária no campus A. C. Simões da UFAL	4.400.000,00	Contrato 72/2007	31/12/2007	31/12/2011	João Carlos Cordeiro Barbirato	1 docente
Elaboração do Plano Diretor nos Municípios de Campestre, Flexeiras, Messias, Jacuípe e Jundiá em Alagoas	Elaboração do Plano Diretor nos Municípios de Campestre, Flexeiras, Messias, Jacuípe e Jundiá em Alagoas	500.637,25	Carta Contrato Nº 0802.0000146.09.3	04/05/2009	31/03/2011	Luciane Maranhá de Oliveira Marisco	9 docentes e 9 discentes
Programa de Drenagem Urbana Sustentável	Execução do Projeto de Trabalho Técnico Social referente ao Programa de drenagem urbana sustentável, no Município de Arapiraca/AL	17.499,00	Contrato Nº 1071/2008	25/11/2008	30/06/2010	Martha Daniella Tenório de Oliveira	1 docente
Programa de Apoio às Atividades de Extensão da UFAL - PROEX	Apoio ao Desenvolvimento do Programa de Apoio às Atividades de Extensão da UFAL - PROEX	755.000,00	Contrato Nº 03/2006	19/01/2006	19/01/2011	Eduardo Sílvio Sarmento de Lyra	3 docentes, 1 técnica e 3 discentes
Ampliação das Atividades do Ensino, Pesquisa e Extensão do Curso Técnico Profissionalizante de Formação do Ator / Atriz da Escola Técnica de Artes Vinculada à UFAL - Ampliação Ator/Atriz	Ampliação das Atividades do Ensino, Pesquisa e Extensão do Curso Técnico de Artes Vinculada à UFAL	80.000,00	Contrato 82/2006	29/12/2006	29/12/2011	Rita Namé	2 docentes
Programa de apoio à produção e divulgação editorial e cultural da	Apoio ao desenvolvimento do programa de apoio a produção e divulgação editorial e cultural da	700.000,00	Contrato 16/2010	08/04/2010	08/04/2013	Sheila Diab Maluf	1 docente

Relatório de Gestão 2010 - 229

Universidade federal de Alagoas - PRODEC	UFAL-PRODEC, o qual passa a fazer parte deste instrumento como se nele estivesse escrito						
Inventário de Referências Culturais de Penedo/Al - INRC/PENEDO	A realização de serviços especializados para desenvolver o Inventário de Referências Culturais de Penedo/AL, com o objetivo de identificar, mapear e coletar suas referências culturais relevantes, bem como produzir um estudo impresso e em mídia digital, reunindo e sistematizando as informações disponíveis sobre o universo das referidas comunidades, seguindo a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do IPHAN/Minc.	57.936,16	Contrato com o IPHAN Nº 004/2009	28/09/2009	11/01/2011	Maria Madalena Zambí	8 docentes
Pesquisa Arqueológica nos Municípios de Anadia, Arapiraca e Penedo do Estado de Alagoas - ANARAPE	Realizar pesquisa nos sítios arqueológicos descobertos nos municípios de Anadia e Arapiraca, além do local conhecido como Bica das Freiras, em Penedo	173.822,84	Contrato Nº 006/2009	31/12/2009	17/09/2010	Scott Joseph Allen	4 docentes
Livro-Catálogo Pinacoteca Universitária	Divulgar por meio de material impresso, de alta qualidade técnica, o trabalho desenvolvido pela Pinacoteca Universitária, no tocante a sua pauta de exposições de 2001/2009	25.500,00	Termo de Doação BRASKEM	22/03/2010	22/03/2011	Geisa Brayner Ramalho	1 docente
Mapeamento e Identificação dos Antigos Engenhos de Açúcar da Região Sul de Alagoas	Realização de serviços técnicos especializados em pesquisa histórica e de campo, com o objetivo de desenvolver o mapeamento e identificação dos antigos engenhos de açúcar da região Sul de Alagoas, conforme estabelecido no Edital, no projeto, especificações técnicas, proposta e demais documentos constantes do "processo"	49.682,35	Contrato com o IPHAN 009/2008	31/12/2008	25/03/2010	Maria Angélica da Silva	4 docentes

Relatório de Gestão 2010 - 230

<p>Inventário Nacional de Referências Culturais de Marechal Deodoro/AL - INRC/MARECHAL</p>	<p>Realização de serviços especializados, com o objetivo de desenvolver a 1ª etapa de pesquisa e levantamento de informações para o Inventário Nacional de Referências Culturais de Marechal Deodoro, em Alagoas, conforme estabelecido no Edital, no projeto, especificações técnicas, proposta e demais documentos constantes do "processo"</p>	<p>59.998,77</p>	<p>Contrato com o IPHAN nº 007/2008</p>	<p>31/12/2008</p>	<p>24/04/2010</p>	<p>Maria Madalena Zambi</p>	<p>2 docentes, 2 discentes, 4 apoio técnico</p>
<p>Estímulo à Difusão da Língua Inglesa e de suas Expressões Culturais - CCB</p>	<p>Desenvolvimento do Projeto Estímulo à Difusão Da Língua Inglesa e de Suas Expressões Culturais, estruturado pela CONTRATANTE por intermédio de sua Pró-Reitoria de Extensão – PROEX e da Faculdade de Letras – FALE, através da Casa de Cultura Britânica-FALE/PROEX/UFAL</p>	<p>5.290.765,69</p>	<p>Contrato</p>	<p>31/12/2010</p>	<p>31/12/2012</p>	<p>Ildney de Fátima Souza Cavalcanti</p>	<p>3 docentes e 7 instrutores</p>
<p>Projeto Estímulo à Difusão das Línguas Espanhola, Italiana e Latina e de Suas Expressões Culturais - CCLA</p>	<p>Constitui objeto deste contrato o desenvolvimento do Projeto Estímulo à Difusão das Línguas Espanhola, Italiana e Latina e de Suas Expressões Culturais, estruturado pela CONTRATANTE por intermédio de sua Pró-Reitoria de Extensão – PROEX e da Faculdade de Letras – FALE, através da Casa de Cultura Latino Americana - FALE/PROEX/UFAL</p>	<p>1.717.800,00</p>	<p>Contrato</p>	<p>31/12/2010</p>	<p>31/12/2012</p>	<p>Laureny Aparecida Lourenço da Silva</p>	<p>2 docentes e 4 instrutores</p>
<p>Estímulo à Difusão da Língua Francesa e de Suas Expressões Culturais - CCEF</p>	<p>Desenvolvimento do Projeto Estímulo à Difusão da Língua Francesa e de suas Expressões Culturais, estruturado pela CONTRATANTE por intermédio de sua Pró-Reitoria de Extensão – PROEX e da Faculdade de Letras – FALE, através da Casa de Cultura Francesa-FALE/PROEX/UFAL</p>	<p>643.200,00</p>	<p>Contrato</p>	<p>31/12/2010</p>	<p>31/12/2012</p>	<p>Maria Stela Torres B. Lameiras</p>	<p>1 docente e 1 técnica</p>

Relatório de Gestão 2010 - 231

<p>Estímulo à Difusão da Língua Alemã e de Suas Expressões Culturais - CCA</p>	<p>Desenvolvimento do Projeto Estímulo à Difusão da Língua Alemã e de suas Expressões, estruturado pela CONTRATANTE por intermédio de sua Pró-Reitoria de Extensão – PROEX e da Faculdade de Letras – FALE, através da Casa de Cultura Alemã-FALE/PROEX/UFAL</p>	<p>88.680,00</p>	<p>Contrato</p>	<p>31/12/2010</p>	<p>31/12/2012</p>	<p>Irene Maria Dietschi</p>	<p>3 docentes</p>
<p>Estímulo à Difusão da Língua Portuguesa e de Suas Expressões Culturais - CCLB</p>	<p>Desenvolvimento do Projeto Estímulo à Difusão da Língua Portuguesa e de suas Expressões Culturais, estruturado pela CONTRATANTE por intermédio de sua Pró-Reitoria de Extensão – PROEX e da Faculdade de Letras – FALE, através da Casa de Cultura Luso-brasileira-FALE/PROEX/UFAL.</p>	<p>53.940,00</p>	<p>Contrato</p>	<p>31/12/2010</p>	<p>31/12/2012</p>	<p>Paulo José Silva Valença</p>	<p>1 docente</p>
<p>Programa de apoio à produção e divulgação editorial e cultural da UFAL - EDUFAL</p>	<p>Apoio ao desenvolvimento do programa de apoio a produção e divulgação editorial e cultural da UFAL.</p>	<p>1.170.693,04</p>	<p>Contrato</p>	<p>07/04/2005</p>	<p>07/04/2010</p>	<p>Sheila Diab Maluf</p>	<p>1 docente, 2 discentes, 1 apoio e 1 serviço eventual</p>
<p>Memórias Franciscanas no Antigo Convento de Santa Maria Madalena, Alagoas</p>	<p>Patrocínio, pela Petrobras, ao projeto Memórias Franciscanas no Antigo Convento de Santa Madalena Alagoas, que visa realizar uma pesquisa ampla acerca do complexo conventual franciscano (convento, capela e igreja) de Marechal Deodoro / AL, o qual considerando suas dimensões materiais e imateriais e ressaltando sua qualidade enquanto expressão da cultura brasileira</p>	<p>267.990,00</p>	<p>Contrato com a PETROBRÁS nº 600000405380802</p>	<p>10/03/2008</p>	<p>07/07/2010</p>	<p>Maria Angélica da Silva</p>	<p>7 docentes e 6 técnicos</p>

Relatório de Gestão 2010 - 232

Preservação e difusão da arte visual contemporânea como instrumento da formação artística e cultural de Alagoas - PINACOTECA	Divulgar por meio de material impresso, de alta qualidade técnica, o trabalho desenvolvido pela Pinacoteca Universitária, no tocante a sua pauta de exposições de 2001/2009	255.000,00	Contrato nº 38/2004	17/10/2005	17/10/2010	Geisa Brayner Ramalho	1 docente e 4 técnicos
Programa de Fomento, Dinamização e Divulgação da Cultura Popular em Alagoas - MTB	Apoio ao desenvolvimento do programa de fomento, dinamização e divulgação da cultura popular em alagoas, elaborado pelo Museu Théó Brandão da Universidade Federal de Alagoas/UFAL	213.372,48	Contrato nº 47/2005	21/11/2005	22/11/2010	Leda Maria de Almeida	1 docente
Programa de Fomento ao intercâmbio e à difusão de diferentes expressões artísticas e culturais como instrumento de aprimoramento da formação acadêmica no âmbito da UFAL	Realização do Programa de Fomento ao intercâmbio e à difusão de diferentes expressões artísticas e culturais como instrumento de aprimoramento da formação acadêmica no âmbito da UFAL - Espaço Cultural	15.922.965,90	Contrato nº 51/2005	28/11/2005	31/12/2010	José Guido Dantas Lessa	5 docentes
Projeto 1 - Projeto Estímulo Difusão Diferentes Expressões da Cultura - Espaço Cultural	Realização do Programa de Fomento ao intercâmbio e à difusão de diferentes expressões artísticas e culturais como instrumento de aprimoramento da formação acadêmica no âmbito da UFAL - Espaço Cultural	758.384,99	Contrato nº 51/2005	28/11/2005	31/12/2010	José Guido Dantas Lessa	1 docente
Proj 2 - Estímulo à difusão da cultura britânica, tendo como principal foco o estudo do idioma inglês - CCB	Realização do Programa de Fomento ao intercâmbio e à difusão de diferentes expressões artísticas e culturais como instrumento de aprimoramento da formação acadêmica no âmbito da UFAL - Espaço Cultural	11.320.075,69	Contrato nº 51/2005	28/11/2005	31/12/2010	Ana Cecília Acioli Lima	2 docentes

Relatório de Gestão 2010 - 233

Proj 3 - Estímulo à difusão da cultura latino-americana, tendo como principal foco o estudo do idioma espanhol e italiano - CCLA	Realização do Programa de Fomento ao intercâmbio e à difusão de diferentes expressões artísticas e culturais como instrumento de aprimoramento da formação acadêmica no âmbito da UFAL - Espaço Cultural	3.036.546,13	Contrato nº 51/2005	28/11/2005	31/12/2010	Laureny Aparecida Lourenço da Silva	3 docentes
Proj 4 - Estímulo à difusão da cultura francesa, tendo como principal foco o estudo do idioma francês - CCEF	Realização do Programa de Fomento ao intercâmbio e à difusão de diferentes expressões artísticas e culturais como instrumento de aprimoramento da formação acadêmica no âmbito da UFAL - Espaço Cultural	558.906,35	Contrato nº 51/2005	28/11/2005	31/12/2010	Maria Stela Torres Barros Lameiro	1 docente
Proj 5 - Estímulo à difusão da cultura luso-brasileira, tendo como principal foco o estudo do idioma português - CCLB	Realização do Programa de Fomento ao intercâmbio e à difusão de diferentes expressões artísticas e culturais como instrumento de aprimoramento da formação acadêmica no âmbito da UFAL - Espaço Cultural	96.092,24	Contrato nº 51/2005	28/11/2005	31/12/2010	Paulo José Silva Valença	1 docente e 1 técnico
Proj 6 - Estímulo à difusão da cultura alemã, tendo como principal foco o estudo do idioma alemão - CCA	Realização do Programa de Fomento ao intercâmbio e à difusão de diferentes expressões artísticas e culturais como instrumento de aprimoramento da formação acadêmica no âmbito da UFAL - Espaço Cultural	152.960,50	Contrato nº 51/2005	28/11/2005	31/12/2010	Maria Irene Dietschi	3 docentes
Concurso Público da CASAL	Realização do Programa de Gestão por resultados - PGR da CASAL, projeto integrante do Planejamento Estratégico; preparar a empresa para certificação pelo GESPÚBLICA e participação no PNQS - Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento; analisar a proposta de plano de cargos e salários - PCS da CASAL e acompanhar sua implementação; realizar concurso publico para cadastro de reserva.	606.051,00	Contrato com a CASAL nº 12/2010	04/03/2010	04/03/2011	José Carlos Lima	1 docente, 3 técnicos e 3 membros da comissão

Relatório de Gestão 2010 - 234

Processos Seletivo Seriado Unificado PSS - 2010	Executar Processo Seletivo 2010 da UFAL de forma eficiente e eficaz, e estudar a viabilidade da mudança do Processo de Ingresso na Universidade, correspondendo aos preceitos éticos e às necessidades institucionais da Universidade e contribuindo para a qualificação do Ensino e da Pesquisa	1.495.775,8	Contrato nº 39/2009	19/11/2009	19/11/2010	José Carlos Lima	1 docente, 3 técnicos e 3 membros da comissão
Concurso Público para a Prefeitura Municipal de Penedo	Prestação de serviços técnicos especializados para a realização do Concurso Público para Servidores da Educação da Prefeitura de Municipal de Penedo	472.944,00	Contrato S/N	06/01/2010	31/12/2010	José Carlos Lima	1 docente, 3 técnicos e 3 membros da comissão
Fiscalização da Aplicação da Seleção IFAL	Realizar a fiscalização da aplicação do exame de seleção de 2011 do IFAL para ingresso de alunos na educação profissional técnica de nível médio, nas formas integrada e subsequente, para os campi Maceió, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Satuba, Arapiraca, Penedo, Santana do Ipanema, Piranhas, São Miguel dos Campos, Murici e Maragogi	120.000,00	Contrato 40/2010	19/11/2010	25/02/2011	José Carlos Lima	1 docente, 3 técnicos e 3 membros da comissão
Processo Seletivo Unificado 2011 UFAL	Executar Processo Seletivo 2011 da UFAL de Forma Eficiente e Eficaz, e Estudar a Viabilidade da Mudança do Processo de Ingresso na Universidade, Corresponde aos Preceitos Éticos e às Necessidades Institucional da Universidade e Contribuindo Para a Qualificação do Ensino e da Pesquisa	1.586.403,76	Contrato 52/2010	25/11/2010	31/12/2011	José Carlos Lima	1 docente, 3 técnicos e 3 membros da comissão

Relatório de Gestão 2010 - 235

Concurso da Prefeitura Municipal de Rio Largo	Constituí objeto a prestação de serviços técnicos profissionais especializados, para planejamento, organização e execução de CONCURSO PÚBLICO para provimento dos cargos vagos	781.326,00	Contrato 02/2010	08/03/2010	30/04/2011	José Carlos Lima	1 docente, 3 técnicos e 3 membros da comissão
Processo Seletivo Para a Secretaria de Estado da Saúde - SESAU - ALAGOAS	Execução do Processo Seletivo Simplificado na modalidade análise curricular, para contratação temporária de profissionais para Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/AL.	134.280,00	Contrato 156/2010	12/04/2010	31/12/2010	José Carlos Lima	1 docente, 3 técnicos e 3 membros da comissão
Concurso Público para Prefeitura de Marechal Deodoro	Realização de Concurso Público para Servidores da Educação do Município de Marechal Deodoro.	324.613,51	Contrato S/N	09/12/2009	30/09/2010	José Carlos Lima	1 docente, 3 técnicos e 3 membros da comissão
IV Bienal do Livro de Alagoas - Eletrobrás	Patrocínio, pela Eletrobrás, que visa à realização da IV Bienal Internacional do Livro	30.000,00	Contrato Nº ECP 0177/2009	20/10/2009	30/04/2010	Sheila Diab Maluf	1 docente e 1 técnico
IV Bienal do Livro de Alagoas - SEBRAE	Proporcionar à sociedade alagoana um espaço de educação, cultura e lazer.	10.000,00	Contrato nº 42/2009	30/10/2009	30/01/2010	Sheila Diab Maluf	1 docente e 1 técnico
IV Bienal do Livro de Alagoas - Petrobrás	Proporcionar à sociedade alagoana um espaço de educação, cultura e lazer.	100.000,00	Contrato nº 6000.0054197.09.5	13/10/2009	11/04/2010	Sheila Diab Maluf	1 docente e 1 técnico
IV Bienal do Livro de Alagoas - Estandes	Apoio ao desenvolvimento do projeto IV Bienal Internacional do Livro de Alagoas.	554.079,00	Contrato nº 14/2009	01/06/2009	01/06/2010	Sheila Diab Maluf	1 docente e 1 técnico

Fonte: FUNDEPES

20. RELATÓRIOS E PARECERES DE INSTÂNCIAS QUE, SEGUNDO PREVISÃO LEGAL, REGIMENTAL OU ESTATUTÁRIA, DEVAM SE PRONUNCIAR SOBRE AS CONTAS OU SOBRE A GESTÃO (ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 110, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010)

ITEM 1: PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA OU DO AUDITOR (ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 110/2010)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

EXERCÍCIO 2010

A Auditoria Geral da Universidade Federal de Alagoas, em cumprimento ao disposto no parágrafo 6º do artigo 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002, aprecia a presente Prestação de Contas Anual, em conformidade com o disposto no Anexo II da Decisão Normativa/TCU nº 110 de 03 de dezembro de 2010.

Nossos exames, durante o exercício, foram efetuados por amostragem e conduzidos de acordo com PAINT 2010 – Plano de Auditoria Interna. Procedemos ao acompanhamento e encaminhamento dos Acórdãos do Tribunal de Contas da União bem como dos relatórios de Gestão da Controladoria-Geral da União.

▪ **DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA ENTIDADE**

Os controles internos administrativos da Entidade apresentam fragilidades quanto a sua estrutura de funcionamento, especialmente no que se refere ao controle da gestão de bens patrimoniais e almoxarifado, que devem ser objeto de constante aprimoramento visando atender às determinações legais que regem a matéria.

▪ **DA REGULARIDADE DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS**

No exercício de 2010 os processos licitatórios tiveram análises realizadas, por amostragem, através da visita dos trabalhos da CGU-AL nesta Instituição, do qual decorreram recomendações que estão sendo objeto de acompanhamento pela unidade de controle interno da Instituição.

▪ **DO GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES, ESPECIALMENTE QUANTO À OPORTUNIDADE, FORMALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO.**

No que tange ao acompanhamento de convênios a unidade de controle interno no exercício de 2010 atuou através do Processo nº 23065.018066/2010-87, visando analisar cumprimento do Acórdão 741/2010 pertinente a relação da Instituição com o Hospital Universitário através da participação da FUNDEPES.

▪ **CUMPRIMENTO DE SUAS RECOMENDAÇÕES NO ÂMBITO DA UNIDADE**

As recomendações exaradas pela Unidade de Controle Interno, através de sua Auditoria Geral, resultado da emissão de relatórios, foram encaminhadas ao gestor para que sejam tomadas as devidas providências, junto as unidades envolvidas, tendo a área de pessoal sido aquela que melhor atendeu às demandas internas e externas.

- **CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO OU UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA**

Os relatórios elaborados pela equipe de controle interno da Instituição foram enviados à Controladoria-Geral da União regional de Alagoas. As recomendações e constatações emitidas nos relatórios produzidos constituem instrumentos de assessoramento ao dirigente, uma vez que esta unidade de auditoria interna se manifesta de acordo com sua disposição na estrutura orgânica da instituição que está colocada como órgão de assessoramento. O trâmite dos relatórios ocorre conforme a pertinência do setor ou unidade competente, visando atender às devidas providências legais. O aprimoramento deste procedimento será reavaliado no exercício de 2011.

- **CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO**

Conforme dispositivo legal, esta unidade de auditoria interna vem atendendo às solicitações externas, advindas do Tribunal de Contas da União e pela Controladoria-Geral da União através da abertura de processos administrativos internos, que são acompanhados dentro da Instituição, visando ao atendimento dos objetos solicitados. Os resultados são encaminhados aos setores responsáveis.

Quanto as demandas do Tribunal de Contas da União, as ações relativas às decisões e demandas do órgão externo de controle estão contidas no presente relatório de gestão da Instituição.

No que concerne as recomendações da **Controladoria-Geral da União, regional de Alagoas**, as ações realizadas e os procedimentos adotados pela Instituição no decorrer do exercício de 2010 estão presentes no Relatório de Gestão.

- **CUMPRIMENTO DAS DECISÕES E RECOMENDAÇÕES DOS CONSELHOS FISCAIS, CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E OUTROS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES, QUANDO FOR O CASO.**

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas, no desempenho de suas atividades legais, e em suas reuniões, tem deliberado ordinariamente, por meio de expedição de resoluções, sobre os assuntos de sua competência.

No exercício de 2010, dentre as deliberações exaradas pelo referido Conselho, não ocorreu nenhuma que demandasse sistemático acompanhamento por esta unidade de auditoria.

CONCLUSÃO

As peças da prestação de contas anual da Universidade Federal de Alagoas, relativas ao exercício de 2010, foram submetidas à apreciação desta unidade de controle interno conforme exigência legal vigente.

O parecer desta unidade é de que o processo de prestação de contas cumpriu as tramitações, podendo ser submetido à apreciação do órgão do Sistema Federal de Controle Interno do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União.

Maceió (AL), 15 de fevereiro de 2011.

André Luiz Salgueiro Guedes
Auditor

Francisco de Assis Monteiro
Auditor Geral – A.G. / UFAL

ITEM 2: PARECER DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO SOBRE AS CONTAS DA UNIDADE JURISDICIONADA (ITEM 2 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 110/2010)

ITEM 3: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL E DE AVALIAÇÃO ANUAL DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NA EXECUÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO (ITEM 3 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 110/2010)

Não se aplica a natureza jurídica da UJ

ITEM 4: PARECER DO DIRIGENTE DE ÓRGÃO OU ENTIDADE SUPERVISORA DE CONTRATO DE GESTÃO (ITEM 4 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 110/2010)

Não se aplica a natureza jurídica da UJ

ITEM 5: RELATÓRIO CONCLUSIVO DE INSTÂNCIA QUE, DE ACORDO COM O CONTRATO DE GESTÃO, SEJA RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A EXECUÇÃO DO REFERIDO CONTRATO (ITEM 5 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 110/2010)

Não se aplica a natureza jurídica da UJ

ITEM 6: RELATÓRIO DE GESTÃO DO DIRIGENTE MÁXIMO DO BANCO OPERADOR, SE FOR O CASO (ITEM 6 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 110/2010)

Não se aplica a natureza jurídica da UJ

ITEM 7: RELATÓRIO EMITIDO PELO ÓRGÃO DE CORREIÇÃO (CONFORME ITEM 7 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 110/2010)

1.

Número do processo:	23065.001484/2008-11					
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória		
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 198 de 07/05/2010			Data: BP de 07/05/2010		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Investigar atos supostamente cometidos por docente.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Tramitado para a PF/UFAL			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input checked="" type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:	Suspensão por 30 dias					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

2.

Número do processo:	23065.009708/2010-57					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória		
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 394 de 26/08/2010			Data: BP de 03/09/10		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apuração de empréstimo de máquina fotográfica para aluna.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/>	Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	Em tramitação na PF/UFAL			<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Fonte: DAP/PROGEP

3.

Número do processo:	23065.018159/2009-78				
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 271 de 22/06/10			Data: BP de 25/06/10.	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Investigar atos supostamente cometidos por docente.				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/> Relatório
					<input checked="" type="checkbox"/> Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição		Apenação	<input checked="" type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Fonte: DAP/PROGEP

4.

Número do processo:	23065.007565/2009-13				
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 244 de 14/06/10			Data: BP de 18/06/10	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar conduta irregular nas atividades rotineiras do servidor.				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/> Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	Em julgamento pela autoridade			<input type="checkbox"/> Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita		<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Fonte: DAP/PROGEP

5.

Número do processo:	23065.015229/2007-74				
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 245 de 14/06/10			Data: BP de 18/06/10	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Denúncia de irregularidade cometida por servidora.				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/> Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento com a Comissão			<input type="checkbox"/> Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/> Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Fonte: DAP/PROGEP

6.

Número do processo:	23065.010528/2010-18				
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 259 de 14/06/10			Data: BP de 18/06/10.	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apuração de suposto afastamento irregular de docente.				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/> Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	Tramitado para a PF/UFAL em 04/11/2009.			<input type="checkbox"/> Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/> Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Fonte: DAP/PROGEP

7.

Número do processo:	23065.015605/2009-92				
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
Número e data do Ato	Portaria 398 de 26/08/10			Data: BP de 03/09/10.	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Averiguar ocorrência de fato administrativo no Almojarifado Central.				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/>
	<input checked="" type="checkbox"/>	Em julgamento pela autoridade			<input type="checkbox"/>
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Fonte: DAP/PROGEP

8.

Número do processo:	23065.015978/2009-63				
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
Número e data do Ato	Portaria 262 de 14/06/10			Data: BP de 25/06/10.	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Averiguar constatação 025 do Relatório Anual de Contas nº 224778.				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/>
					<input checked="" type="checkbox"/>
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input checked="" type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Fonte: DAP/PROGEP

9.

Número do processo:	23065.015981/2009-87				
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
Número e data do Ato	Portaria 285 de 07/07/10			Data: BP de 16/07/10.	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apuração de possíveis infrações no Relatório de Auditoria (SINFRA)				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/>
					<input checked="" type="checkbox"/>
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input checked="" type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>
					<input checked="" type="checkbox"/>
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Fonte: DAP/PROGEP

10.

Número do processo:	23065.003487/2009-70				
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>
Número e data do Ato	Portaria 301 de 20/07/10			Data: BP de 23/07/10.	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Irregularidades nas inscrições do ENADE.				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>
	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento com a Comissão			<input type="checkbox"/>
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/>
					<input checked="" type="checkbox"/>
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Fonte: DAP/PROGEP

11.

Número do processo:	23065.015236/2009-38				
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 468 de 21/10/10			Data: BP de 29/10/10.	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Irregularidades ocorridas no Concurso Público de Bibliotecário.				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/> Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento com a Comissão			<input type="checkbox"/> Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/> Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Fonte: DAP/PROGEP

12.

Número do processo:	23065.023862/2009-06				
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial			Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 391 de 26/08/10			Data: BP de 03/09/10	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Participação de servidor como sócio-administrador em empresa privada.				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/> Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	Sobrestamento recomendado pela PF/UFAL.			<input type="checkbox"/> Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/> Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Fonte: DAP/PROGEP

13.

Número do processo:	23065.024915/2009-06				
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 404 de 03/09/10			Data: BP de 10/09/10	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apuração de denúncias contra atos cometidos por docente.				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input checked="" type="checkbox"/> Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	Em tramitação na PF/UFAL.			<input type="checkbox"/> Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/> Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Fonte: DAP/PROGEP

14.

Número do processo:	23065.016452/2010-34				
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória	
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 426 de 27/09/10			Data: BP de 1º/10/10.	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Averiguação de uso indevido do Laboratório de Análises Clínicas.				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/> Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento com a Comissão			<input type="checkbox"/> Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/> Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Fonte: DAP/PROGEP

15.

Número do processo:	23065.005212/2009-71				
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 533 de 20/12/10			Data: BP de 30/12/10	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Investigar atos supostamente cometidos por docente.				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/> Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento com a Comissão			<input type="checkbox"/> Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/> Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Fonte: DAP/PROGEP

16.

Número do processo:	23065.021807/2010-15 / 23065.015979/2009-16				
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância Investigativa		<input type="checkbox"/>	Sindicância Acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância Patrimonial		<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/> Processo Administrativo Disciplinar
Número e data do Ato	Portaria 497 de 18/11/10			Data: BP de 19/11/10.	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Averiguar constatações 042 e 046 do relatório anual de contas nº 224778.				
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/> Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento para a Comissão			<input type="checkbox"/> Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/> Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade Prescrita			<input type="checkbox"/> Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

Fonte: DAP/PROGEP

ITEM 8: AUDITORIAS PLANEJADAS E REALIZADAS PELAS UNIDADES DE CONTROLE INTERNO DA PRÓPRIA ENTIDADE JURISDICIONADA, COM A JUSTIFICATIVAS, SE FOR O CASO, QUANTO AO NÃO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS, E A INDICAÇÃO DOS RESULTADOS E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS A PARTIR DESSES TRABALHOS (ITEM 8 DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 110/2010)

A Auditoria Geral da Universidade Federal de Alagoas – AGU foi criada pela Resolução nº 070/91 de 14 de novembro de 1991, sendo na sua estrutura organizacional diretamente subordinado ao Reitor. Nas suas atribuições gerais assessora o Reitor, exercendo o papel de órgão de controle da institucional.

O Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT foi elaborado conforme determina a Instrução Normativa nº 01, Título II, de 03 de janeiro de 2007, da Controladoria Geral da União, e tem como objetivo apresentar as atividades de Auditoria Interna, realizadas em função do Plano Anual de Atividades de Auditoria – PAINT, aprovado pelo Conselho Universitário em 2010, para o Exercício de 2010. No PAINT para o ano de 2010 foram previstas 16 ações, sendo 12 delas executadas em 100%. A seguir descreveremos cada uma delas.

I. Descrição das ações de auditoria interna realizadas pela entidade

I.1 Ações Planejadas e Realizadas pela Auditoria Geral da UFAL

Ação 01: Elaborar o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna (RAINTE), em cumprimento a legislação federal aplicada e encaminhar a CGU regional Alagoas dentro do prazo determinado.

Origem da demanda: Controladoria Geral da União – CGU.

Local de realização dos trabalhos: Auditoria Geral/UFAL.

Ação 02: Leitura, acompanhamento e atualização dos atos normativos do Governo Federal, Acórdãos do Tribunal de Contas da União e jurisprudências pertinentes a área de atuação do Controle Interno.

Conhecimento exigido: Leitura aplicada aos Atos Normativos do Governo Federal.

Origem da demanda: Suprir a equipe da Auditoria Geral da UFAL de informações importantes para a condução dos trabalhos específicos, bem como assessorar e dar ciência ao Gestor das decisões pertinentes a Universidade Federal de Alagoas.

Local de realização dos trabalhos: Auditoria Geral/UFAL.

Ação 03: Analisar o Processo de Prestação de Contas da Universidade Federal de Alagoas referente ao exercício de 2009 para encaminhamento aos órgãos competentes.

Origem da demanda: Tribunal de Contas da União – TCU.

Local de realização dos trabalhos: Auditoria Geral/UFAL.

Ação 04: Treinamento e Capacitação

Origem da demanda: Auditoria Geral da Universidade Federal de Alagoas.

Local de realização dos trabalhos: Campus UFAL, Auditório FEAC, Auditoria Geral/UFAL.

Carga horária dos cursos: Auditoria Governamental (400 horas); Gestão em Recursos Humanos (100 horas).

Ação 05: Analisar os Processos de Diárias e Passagens

Origem da demanda: Controladoria Geral da Instituição e Gabinete do Gestor.

Local de realização dos trabalhos: Auditoria Geral/UFAL.

Ação 06: Participações no Fórum Nacional das Instituições de Ensino vinculadas ao MEC FONAI/MEC

Conhecimento exigido: Legislação de Auditoria Governamental aplicada ao setor Público Federal, bem como do Sistema de Controle Interno.

Origem da demanda: Convocação da Presidência do FONAI / MEC.
Local de realização dos trabalhos: Florianópolis/SC e Salvador/BA.

Ação 07: Atender, acompanhar e viabilizar as demandas da Controladoria Geral da União em Alagoas pertinentes a Instituição, visando agilizar o atendimento das solicitações exaradas pelo referido órgão.

Conhecimento exigido: Análise e encaminhamento conforme demanda da CGU.

Origem da demanda: Controladoria Geral da União.

Local de realização dos trabalhos: Auditoria Geral/UFAL.

Ação 08: Atender, acompanhar e viabilizar as demandas do Tribunal de Contas da União.

Origem da demanda: Tribunal de Contas da União.

Local de realização dos trabalhos: Auditoria Geral/UFAL.

Ação 10: Acompanhamento do controle na área de Patrimônio e Material.

Origem da demanda: Reitoria da UFAL.

Local de realização dos trabalhos: Campus A. C. Simões, Espaço Cultural, LABMAR, Usina Ciências.

Ação 11: Acompanhamento dos contratos de obras e serviços.

Origem da demanda: Reitoria da UFAL.

Período: 03/05/2010 a 31/08/2010 Homens/Hora: 1600

Local de realização dos trabalhos: Campus A. C. Simões, Campus de Arapiraca e Unidade de Ensino de Penedo.

Ação 13: Realizar acompanhamento das unidades externas: Labmar, Museu Theo Brandão, Espaço Cultural e Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes.

Origem da demanda: Reitoria da UFAL.

Local de realização dos trabalhos: Labmar, Museu Theo Brandão, Espaço Cultural e Hospital Universitário.

Ação 15: Coordenação Geral dos Trabalhos.

Conhecimento exigido: Legislação específica na área de controle interno.

Origem da demanda: Reitoria da UFAL.

Local de realização dos trabalhos: Auditoria Geral/UFAL.

Ação 16: Acompanhamento do Planejamento/Execução das Metas Físicas e Financeiras.

Origem da demanda: Reitoria da UFAL.

Período: 04/01/2010 a 31/12/2010 Homens/Hora: 400

Local de realização dos trabalhos: Auditoria Geral/UFAL e PROGINST.

I.2 Ações planejadas e não realizadas pela Unidade de Controle Interno, Conforme Plano Anual de Auditoria Interna

Ação 09: Realizar o acompanhamento dos trabalhos de oferta acadêmica da Instituição.

Objetivos: Realizar a confrontação entre as atividades programadas pela Instituição e a efetivamente realizada, visando constatar o nível de efetividade de realização dos trabalhos programados. A averiguação consiste em visitas “in loco” conforme programação ofertada pela PROGRAD.

Origem da demanda: Reitoria da UFAL.

Período: 05/04/2010 a 23/04/2010 e 13/09/2010 a 30/09/2010 Homens/hora: 1200

Local de realização dos trabalhos: Campus A. C. Simões, Campus Arapiraca.

Justificativa: A atividade foi parcialmente realizada conforme Proc. 23065.009284/2010 – 21. A segunda etapa desta atividade ficou prejudicada em função da mudança do sistema acadêmico da Instituição que estava em fase de implantação, não permitindo desta forma a geração de relatórios com a identificação das salas, código das disciplinas, horário das aulas, dentre outros.

Ação 12: Acompanhamento dos processos de Licitação e Dispensas de Licitação.

Origem da demanda: Reitoria da UFAL.

Período: 02/05/2010 a 10/10/2010 Homens/hora: 1106

Local de realização dos trabalhos: Auditoria Geral/UFAL e SINFRA.

Justificativa: A atividade ficou prejudicada em função da demanda na análise dos processos administrativos referentes aos indícios de acumulação de cargos públicos.

Ação 14: Acompanhamento da geração de outras receitas da UFAL.

Origem da demanda: Reitoria da UFAL.

Período: 01/07/2010 a 30/07/2010 Homens/hora: 400

Local de realização dos trabalhos: Auditoria Geral/UFAL e DCF

Justificativa: A atividade ficou prejudicada em função da demanda na análise dos processos administrativos referentes aos indícios de acumulação de cargos públicos.

Ação 16: Acompanhamento do Planejamento/Execução das Metas Físicas e Financeiras.

Origem da demanda: Reitoria da UFAL.

Período: 04/01/2010 a 31/12/2010 Homens/hora: 400

Local de realização dos trabalhos: Auditoria Geral/UFAL e PROGINST.

Justificativa: Esta atividade ficou totalmente prejudicada em sua execução, pois a mesma seria contemplada através da implantação do SIAFI gerencial, o qual até a presente data se encontra em tramitação para aquisição do Sistema e posteriormente realizar treinamento com os técnicos desta Auditoria Geral.

ROL DE RESPONSÁVEIS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

UNIDADE GESTORA:153037

GESTÃO: 15222

1.

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		Em conformidade com o Art. 10 da IN 63/2010 do TCU			
AGENTE	ANA DAYSE REZENDE DOREA			CPF	007.585.404-00
ENDEREÇO	Rua Desportista Humberto Guimarães, 751, Ed. Cataluna, Ap. 301 – 3º andar				
MUNICÍPIO: MACEIÓ	CEP: 57.035-030	UF: AL	TELEFONE: (82) 324-1004	FAX: (82) 3214-1700	
CARGO OU FUNÇÃO	REITORA				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO:	
Data: 22.11.2007	Ato/nº/ano Decreto de 2007	Data:	Ato/nº/ano	Data início: 22.11.2007	À data fim: 21.11.2011

2.

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		Em conformidade com o Art. 10 da IN 63/2010 do TCU			
AGENTE	EURICO DE BARROS LÔBO FILHO			CPF	146.307.531-68
ENDEREÇO	Rua dos Coqueiros, 550, Gruta				
MUNICÍPIO: MACEIÓ	CEP: 57.052-310	UF: AL	TELEFONE: (82) 324-1057	FAX: (82) 3214-1700	
CARGO OU FUNÇÃO	VICE-REITOR				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO:	
Data: 31.03.2008	Ato/nº/ano Portaria N. 182 de 31.03.2008	Data:	Ato/nº/ano	Data início: 31.03.2008	À data fim: 30.03.2012

3.

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		Em conformidade com o Art. 10 da IN 63/2010 do TCU			
AGENTE	JOÃO CARLOS CORDEIRO BARBIRATO			CPF	383.107.164-00
ENDEREÇO	Condomínio Beta P02 – Serraria				
MUNICÍPIO: MACEIÓ	CEP: 57.080-900	UF: AL	TELEFONE: (82) 3214-1009	FAX: (82) 3214-1700	
CARGO OU FUNÇÃO	PRÓ-REITOR DE GESTÃO INSTITUCIONAL				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO:	
Data: 04.12.2003	Ato/nº/ano Portaria N. 1.374/03	Data:	Ato/nº/ano	Data início: 04.12.2003	À data fim: 03.12.2011

4.

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		Em conformidade com o Art. 10 da IN 63/2010 do TCU			
AGENTE	SILVIA REGINA CARDEAL			CPF	224.397.579-34
ENDEREÇO	Av. Hamilton Falcão, Nº 379, C-17, Santa Amélia				
MUNICÍPIO: MACEIÓ	CEP: 57.063-250	UF: AL	TELEFONE: (82) 3214-1032	FAX: (82) 3214-1700	
CARGO OU FUNÇÃO	PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS E DO TRABALHO				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO:	
Data: 04.12.2003	Ato/nº/ano Portaria N. 1.374/03	Data:	Ato/nº/ano	Data início: 04.12.2003	À data fim: 03.12.2011

5.

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		Em conformidade com o Art. 10 da IN 63/2010 do TCU			
AGENTE	DUILIO CLETO MARSIGLIA			CPF	154.016.264-87
ENDEREÇO	Rua. Cláudio Lemos, Apt. 102, N° 89, Ponta Verde				
MUNICÍPIO: MACEIÓ	CEP: 57.035-020	UF: AL	TELEFONE: (82) 3214-1110	FAX: (82) 3214-1700	
CARGO OU FUNÇÃO	DIRETOR ADMINISTRATIVO DO HUPAA				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO:	
Data: 23.03.2006	Ato/nº/ano Portaria N. 317/2006-GR	Data:	Ato/nº/ano	Data início: 23.03.2006	Á data fim: 22.03.2014

6.

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE:		Em conformidade com o Art. 10 da IN 63/2010 do TCU			
AGENTE	PAULO LUIZ TEIXEIRA CAVALCANTE			CPF	209.722.024-04
ENDEREÇO	Rua Ineh Torres Assumpção, 251, Santa Amélia, Tabuleiro do Martins				
MUNICÍPIO: MACEIÓ	CEP: 57.062-640	UF: AL	TELEFONE: (82) 3214-1110	FAX: (82) 3214-1700	
CARGO OU FUNÇÃO	GERENTE ADMINISTRATIVO DO HUPAA				
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO:	
Data: 16.03.2006	Ato/nº/ano Portaria N. 183/2006-GR	Data:	Ato/nº/ano	Data início: 20.03.2006	Á data fim: 19.03.2014

Alguns atos de gestão são tomados no Conselho Universitário – CONSUNI cujos membros estão listados abaixo.

REPRESENTAÇÃO	CONSELHEIROS	CÂMARA DE ATUAÇÃO
REITORA (Presidente do CONSUNI)	Ana Dayse Rezende Dorea (Reitora)	
VICE-REITOR	Eurico de Barros Lôbo Filho	
Pró-Reitoria de Gestão Institucional - PROGINST	João Carlos Cordeiro Barbirato	ADMINISTRATIVA
Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD	Anderson de Barros Dantas	ACADÊMICA
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPEP	Josealdo Tonholo	ACADÊMICA
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho - PROGEP	Silvia Regina Cardeal	ADMINISTRATIVA
Pró-Reitoria Estudantil - PROEST	Pedro Nelson Bomfim Gomes Ribeiro	ADMINISTRATIVA
Pró-Reitoria de Extensão - PROEX	Eduardo Silvio Sarmiento Lyra	ACADÊMICA
Centro de Ciências Agrárias - CECA	Paulo Vanderlei Ferreira (Diretor)	ADMINISTRATIVA
	Gaus Silvestre de Andrade Lima (Vice)	
Centro de Educação - CEDU	Elton Casado Fireman (Diretor) Maria das Graças Marinho de Almeida (Vice)	ACADÊMICA
Centro de Tecnologia - CTEC	Valmir de Albuquerque Pedrosa (Diretor) Antonio Osimar Sousa da Silva (Vice)	ADMINISTRATIVA
Escola de Enfermagem e Farmácia ESENFAR	João Xavier de Araújo Júnior (Diretor) Ruth França Cizino da Trindade (Vice)	ACADÊMICA
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAU	Verônica Robalinho Cavalcanti (Diretora) Gianna Melo Barbirato (Vice)	ADMINISTRATIVA

Faculdade de Direito - FDA	Andreas Joachim Krell (Diretor) Mª de Lourdes Azevedo Moreira de Mello (Vice)	ACADÊMICA
Fac. de Economia, Administração e Contabilidade - FEAC	Luiz Antônio Palmeira Cabral (Diretor) Claudia Maria Milito (Vice)	ADMINISTRATIVA
Faculdade de Letras - FALE	Eliane Barbosa da Silva (Diretora) Lúcia de Fátima Santos (Vice)	ACADÊMICA
Faculdade Medicina - FAMED	Francisco José Passos Soares (Diretor) Lucy Vieira da Silva Lima (Vice)	ACADÊMICA
Faculdade de Nutrição - FANUT	Terezinha da Rocha Ataíde (Diretora) Suzana Lima de Oliveira (Vice)	ACADÊMICA
Faculdade de Odontologia - FOUFAL	José Ivo Limeira dos Reis (Diretor) Luiz Carlos Oliveira dos Santos (Vice)	ACADÊMICA
Faculdade de Serviço Social - FSSO	Ana Maria Ávila Mendonça (Diretora) Mariluce Macedo Veras (Vice)	ACADÊMICA
Instituto de Ciências Atmosféricas - ICAT	Marcos Antônio Lima Moura (Diretor) Manoel Ferreira do Nascimento Filho (Vice)	ACADÊMICA
Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde - ICBS	Theresinha de Jesus Carvalho Calado (Diretora) Tereza Cristina dos Santos Calado (Vice)	ADMINISTRATIVA
Instituto de Ciências Sociais - ICS	Rachel Rocha de Almeida Barros (Diretora) Evaldo Mendes da Silva (Vice)	ADMINISTRATIVA
Instituto de Computação - IC	Evandro de Barros Costa (Diretor) Ig Ibert Bittencourt Santana Pinto (Vice)	ACADÊMICA
Instituto de Física - IF	Crisógono Rodrigues da Silva (Diretor) Marcelo Leite Lyra (Vice)	ACADÊMICA
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente - IGDEMA	José Vicente Ferreira Neto (Diretor) Silvana Quintella Cavalcanti Calheiros (Vice)	ACADÊMICA
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes - ICHCA	Enildo Marinho Guedes (Diretor) José Edson Lino Moreira (Vice)	ADMINISTRATIVA
Instituto de Matemática - IM	Amauri da Silva Barros (Diretor) José Carlos Almeida de Lima (Vice)	ACADÊMICA
Instituto de Química e Biotecnologia - IQB	Edson de Souza Bento (Diretor) Mário Roberto Meneghetti (Vice)	ACADÊMICA
REP. DOCENTE	Iracilda Maria de Moura Lima (Titular) João Correia de Araújo Neto (Suplente)	ADMINISTRATIVA
REP. DOCENTE	Jenner Barretto Bastos Filho (Titular) Hilda Helena Sovierzoski (Suplente)	ACADÊMICA
REP. DOCENTE	Antônio Passos Lima Filho (Titular) Vicentina Esteves Wanderley (Suplente)	ADMINISTRATIVA
REP. DOCENTE	Cícero Carlos de Souza Almeida (Titular) Pedro Valentim dos Santos (Suplente)	ADMINISTRATIVA
REP. DOCENTE	Márcio Jorge Porangaba Costa (Titular) Amaro Monteiro de Carvalho Filho (Suplente)	ACADÊMICA
REP. DOCENTE	Alcindo Teles Galvão (Titular) Edmilson Santos Silva (Suplente)	ACADÊMICA
REP. DOCENTE	Jorge Marcelo Cruz (Titular) Emiliano de Oliveira Barreto (Suplente)	ADMINISTRATIVA

REP. DOCENTE (ADUFAL)	Maria Aparecida B. Oliveira (Titular)	ACADÊMICA
REP. TÉC. ADMINISTRATIVO	Aurinete Morais Pimentel (Titular) Claudio Ulisses da Silva (Suplente)	ACADÊMICA
REP. TÉC. ADMINISTRATIVO	Emerson Silva de Oliveira (Titular) Sônia de Lima dos Santos (Suplente)	ADMINISTRATIVA
REP. TÉC. ADMINISTRATIVO	Elias Barbosa da Silva (Titular) José Ulisses Filho (Suplente)	ADMINISTRATIVA
REP. TÉC. ADMINISTRATIVO	Claudio Vicente Ferreira (Titular) Dilma Alexandre dos Santos (Suplente)	ADMINISTRATIVA
REP. TÉC. ADMINISTRATIVO	Nivalto Tenório dos Santos (Titular) Ângela Maria Aquino Oliveira (Suplente)	ADMINISTRATIVA
REP. TÉC. ADMINISTRATIVO	Josilan Paulino Barbosa (Titular) Nádja Lopes dos Santos (Suplente)	ADMINISTRATIVA
REP. TÉC. ADMINISTRATIVO	Risonilda Costa da Silva (Titular) Samuel Correia da Silva Moraes (Suplente)	ADMINISTRATIVA
REP. TEC. ADMINISTRATIVO (SINTUFAL)	Evilázio Freire de Oliveira Helena Araújo (Suplente)	ADMINISTRATIVA
REP. DISCENTE	Ésio Melo de Andrade (Titular) Platini Lenon (Suplente)	ACADÊMICA
REP. DISCENTE	Valéria Wanessa Ferreira dos Santos (Titular) Marconi Galileu (Suplente)	ADMINISTRATIVA
REP. DISCENTE	Rafael França Pires (Titular) Francisco de Assis Costa Ferro (Suplente)	ACADÊMICA
REP. DISCENTE	Filipe Manuel (Titular) Anderson Rodrigues dos Santos (Suplente)	ACADÊMICA
REP. DISCENTE	José Rodrigo Ferreira Brandão (Titular) José Moabes Lima de Andrade Belo (Suplente)	ACADÊMICA
REP. DISCENTE	Wibsson Ribeiro (Titular) Gustavo Henrique (Suplente)	ADMINISTRATIVA
REP. DISCENTE	Hugo Cavalcante Guimarães (Titular) Anita Rocha (Suplente)	ADMINISTRATIVA
REP. DISCENTE	Silvia Cardoso (Titular) Cláudia Petuba (Suplente)	ADMINISTRATIVA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO ANTUNES

NOTA TÉCNICA EXPLICATIVA Nº 01/2011 – HUPAA/UFAL

ASSUNTO: RELATÓRIO DE GESTÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO ANTUNES

Em abril de 2008, através da Portaria nº 04 de 29 de abril de 2008 da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, o Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – HUPAA, foi transformado em Unidade Gestora passando a gerir seus processos administrativos, orçamentários e financeiros independentes da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, permanecendo, entretanto, vinculado à Universidade em sua estrutura organizacional. Em seu art. 6º a portaria determina:

“Art. 6º. Esta Portaria não importa em alteração da atual relação organizacional e administrativa dos Hospitais Federais de Ensino e as respectivas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.”

O HUPAA até o ano base de 2009 não havia apresentado seu Relatório de Gestão individualmente, estando sempre consolidado no Relatório de Gestão da UFAL, não tendo percebido qualquer valor, ou realizado qualquer ação que não passasse pela Programação Orçamentária e Financeira da UFAL.

A partir da portaria acima mencionada, o HUPAA passou a atuar como Unidade Orçamentária, passando a perceber recursos e desenvolver ações pertinentes em conta corrente própria.

Os recursos de sua produção assistencial, anteriormente pertencentes à Programação Orçamentária e Financeira da UFAL, passaram, então, a ser de responsabilidade do HUPAA. Os recursos orçamento e financeiros para custeio e manutenção do HUPAA são enviados pelo Ministério da Saúde, através do Fundo Nacional de Saúde, mediante a prestação de serviços ao SUS, e não pelo Ministério da Educação – ministério ao qual os HUFs estão vinculados. Ainda ficando sob responsabilidade do MEC a parte de pessoal, aquisição de material permanente, contrato de segurança física e patrimonial, água e energia elétrica, estes pagos através da UFAL.

Atualmente, o HUPAA ainda não dispõe de orçamento próprio, o que pode vir a ocorrer em 2011. Desta forma, o HUPAA, se antecipa a exigência e apresenta seu Relatório de Gestão de 2010, como parte anexa ao Relatório de Gestão da UFAL, fazendo menção ao mesmo nos dados necessários nas letras C e D do item 02, além dos itens 09, 15 e 16 da parte A, da DN TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010.

Vale ressaltar que o HUPAA e a UFAL não dispõem de um sistema de informações integrado, podendo, portanto, haver informações de alguma forma diferenciada em ambos os relatórios. É importante frisar também que os dados orçamentários e de recursos humanos do Relatório de Gestão da UFAL estão consolidados com o do HUPAA.

Maceió-AL, 15 de Março de 2011.

Paulo Luiz Teixeira Cavalcante
Diretor Geral do HUPAA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO ANTUNES

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO
EXERCÍCIO DE 2010
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROF.
ALBERTO ANTUNES**

Maceió/AL, março de 2011.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO ANTUNES

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010 HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROF. ALBERTO ANTUNES

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº107/2010 e das orientações do órgão do controle interno.

Maceió/AL, março de 2011.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGHU - Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários
CA - Centro Acadêmico
CGU – Controladoria-Geral da União
CIG - Coordenação de Informações Gerenciais
DAP - Departamento de Administração de Pessoal
DN - Decisão Normativa
FAEC - Fundo de Ações Estratégicas e Compensação
FNS - Fundo Nacional de Saúde
FIDEPS - Fator de Incentivo ao Desenvolvimento do Ensino e Pesquisa
FIVEH - Fundo de Incentivo para os Hospitais de Referência do Subsistema Nacional de Vigilância Epidemiológica em Âmbito Hospitalar
FUNDEPES - Fundação Universitária de Desenvolvimento, Extensão e Pesquisa
HU - Hospital Universitário
HUFs - Hospitais Universitários Federais
HUPAA - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
IAPI - Incentivo ao atendimento ambulatorial e hospitalar à população indígena
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária
LO - Lei Orgânica
LOA - Lei Orçamentária Anual
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
MEC - Ministério da Educação
PDHUPAA - Plano Diretor do Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes
PET - Programa de Educação de Tutorial
PNE - Plano Nacional de Educação
POA - Plano Operativo Anual
PPA - Plano Plurianual
PROGINST - Pró-Reitoria de Gestão Institucional
PROPEP - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho
REHUF - Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
RG - Relatório de Gestão
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoas
SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SINTUFAL - Sindicato dos Trabalhadores da UFAL
SMSM - Secretaria Municipal de Saúde de Maceió
SUS - Sistema Único da Saúde
TAC - Termo de Ajuste de Conduta
TCU - Tribunal de Contas da União
UA - Unidade Acadêmica
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UJ - Unidade Jurisdicionada

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	262
Quadro 2	Distribuição dos leitos	263
Quadro 3	Definição dos objetivos estratégicos	266
Quadro 4	Resumo do dimensionamento de pessoal	269
Quadro 5	Relação dos Programas e Ações do HUPAA no ano de 2010	271
Quadro 6	Identificação do Programa 0089	273
Quadro 7	Identificação do Programa 1444	273
Quadro 8	Identificação do Programa 1220	274
Quadro 9	Identificação do Programa 0750	274
Quadro 10	Identificação do Programa 1073	275
Quadro 11	Execução física da Ação 4005	276
Quadro 12	Execução física da Ação 20AL	277
Quadro 13	Quantitativo de infecções registradas no ano de 2010	277
Quadro 14	Descrição dos agravos notificados em 2010	278
Quadro 15	Execução física da Ação 8585	278
Quadro 16	Produção assistencial do HUPAA no ano de 2010	278
Quadro 17	Identificação da Unidade Orçamentária responsável pela programação das UJ	280
Quadro 18	Programação de Despesas Correntes	280
Quadro 19	Programação de Despesas de Capital	280
Quadro 20	Resumo da Programação de Despesas	281
Quadro 21	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	281
Quadro 22	Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ	281
Quadro 23	Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação	282
Quadro 24	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.....	282
Quadro 25	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ.....	284
Quadro 26	Movimentação de restos a pagar	285
Quadro 27	Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010	285
Quadro 28	Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas	286
Quadro 29	Composição do Quadro de estagiários	287
Quadro 30	Custos associados à manutenção dos recursos humanos	287
Quadro 31	Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	287
Quadro 32	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	288
Quadro 33	Indicadores de capacitações em 2010	289
Quadro 34	Previsão de aposentadoria por cargo efetivo	292
Quadro 35	Necessidade de pessoal técnico administrativo para funcionamento dos leitos existentes	293
Quadro 36	Necessidade de pessoal de enfermagem	293
Quadro 37	Caracterização dos instrumentos de transferências recebidas no exercício	296
Quadro 38	Estrutura de controles internos da UJ	299
Quadro 39	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	301
Quadro 40	Gestão de TI da UJ	303
Quadro 41	Quantitativo de servidores por cargos	305
Quadro 42	Quantitativo de servidores por titulação	305
	Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG	307
Quadro 43	Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	308
Quadro 44	Relatório de cumprimento das recomendações realizadas pelo controle interno	309

SUMÁRIO

1. Relatório de Gestão Individual	261
2. Objetivos e metas institucionais (Item 2 da parte A do anexo II da DN TCU N° 107 de 27/10/2010)	262
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade	262
2.1.1 Competência Institucional	262
2.1.2. Objetivos Estratégicos	264
2.2 Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	267
2.2.1 Responsabilidade Social	270
2.3 Programas de governo sob a responsabilidade da unidade.....	271
2.3.1 Execução os Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade	273
2.3.2 Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade	276
2.4 Desempenho orçamentário e financeiro	280
2.4.1 Programação Orçamentária das Despesas	280
2.4.2 Execução Orçamentária das Despesas	281
2.4.3 Indicadores Institucionais	283
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos (Item 3 da parte A do anexo II da DN TCU N° 107 de 27/10/2010)	284
4. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores (Item 4 da parte A do anexo II da DN TCU N° 107 de 27/10/2010)	284
5. Informações sobre recursos humanos da unidade (Item 5 da parte A do anexo II da DN TCU N° 107 de 27/10/2010)	284
6. Informações sobre transferências vigentes no exercício de referência (Item 6 da parte A do anexo II da DN TCU N° 107 de 27/10/2010)	295
7. Informações e registros atualizados nos sistemas SIASG e SICONV (Item 7 da parte A do anexo II da DN TCU N° 107 de 27/10/2010)	296
8. Cumprimento das obrigações estabelecidas na lei n° 8.730, de 10 de novembro de 1993 (Item 8 da parte A do anexo II da DN TCU N° 107 de 27/10/2010)	297
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ (Item 9 da parte A do anexo II da DN TCU N° 107 de 27/10/2010)	298
10. Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de ti e na contratação de serviços ou obras (Item 10 da parte A do anexo II da DN TCU N° 107 de 27/10/2010)	300
11. Gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ (Item 11 da parte A do anexo II da DN TCU N° 107 de 27/10/2010)	302
12. Gestão da tecnologia da informação da UJ (Item 12 da parte A do anexo II da DN TCU N° 107 de 27/10/2010)	302
13. Utilização de cartões do governo federal (Item 13 da parte A do anexo II da DN TCU N° 107 de 27/10/2010)	306
14. Renúncia tributária (Item 14 da parte A do anexo II da DN TCU N° 107 de 27/10/2010)	306
15. Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU (Item 15 da parte A do anexo II da DN TCU N° 107 de 27/10/2010)	307
16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pelo controle interno (Item 16 da parte A do anexo II da DN TCU N° 107 de 27/10/2010)	308
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão (Item 17 da parte A do anexo II da DN TCU N° 107 de 27/10/2010)	310
18. Informações contábeis da gestão (Item 18 da parte A do anexo II da DN TCU N° 107 de 27/10/2010)	312

O Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – HUPAA, é um órgão de apoio acadêmico da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, e sendo assim, tem se consolidado como referência na prestação de serviços à sociedade alagoana, seja na disseminação e expansão do saber nas mais diversas áreas de conhecimento, ou na assistência médico-hospitalar de média e alta complexidade.

Nesse sentido, apresentamos o **Relatório de Gestão 2010** aos órgãos de responsabilidade fiscal, órgãos de saúde, à comunidade em geral e, especialmente, à comunidade acadêmica. No presente documento, são analisados os aspectos mais relevantes da gestão de assistência e administrativa do HUPAA, durante o exercício de 2010, visando, sempre que possível, analisar o comportamento evolutivo das variáveis consideradas estratégicas no desempenho de suas atividades.

O HUPAA até o ano base de 2009 não havia apresentado seu Relatório de Gestão individualmente, estando sempre consolidado no Relatório de Gestão da UFAL, não tendo percebido qualquer valor, ou realizado qualquer ação que não passasse pela Programação Orçamentária e Financeira da UFAL. Entretanto, a partir da Portaria nº 04/2008 da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, o HUPAA foi transformado em unidade gestora, passando a apresentar seu relatório de gestão de 2010, conforme nota técnica explicativa nº 01/2011, a qual está em anexo.

A elaboração deste relatório está em conformidade com as orientações da Controladoria-Geral da União (CGU), através da Instrução Normativa TCU nº 63/2010; Decisão Normativa TCU nº 107/2010, Decisão Normativa nº 110/2010 e Portaria TCU nº 277/2010.

Este Relatório de Gestão segue a Decisão Normativa TCU nº 107/2010 que orienta sobre a elaboração dos conteúdos, estruturando o mesmo em duas partes: **Parte A – Conteúdo Geral; Parte B – Informações Contábeis da Gestão da UJ.**

Na parte A, foi feita uma identificação da unidade, suas responsabilidades institucionais, as estratégias de atuação, desenvolvimento de programas de governo e seu desempenho operacional.

Na parte B apresenta a Declaração do Contador responsável pela Unidade atestando que os demonstrativos contábeis refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade.

Espera-se que o presente Relatório permita traduzir ao TCU e à sociedade em geral, os esforços que o Hospital Universitário Professor Alberto Antunes vem fazendo no sentido de se transformar em uma referência regional e nacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, consolidando-se como hospital de excelência em formação prática profissional, em assistência de média e alta complexidade e na produção de conhecimento. Por meio das análises dos resultados apresentados no presente Relatório de Gestão 2010, é possível oferecer à sociedade um instrumento de avaliação do desempenho qualitativo e quantitativo da gestão organização do HUPAA. Além disso, este instrumento permitirá ao HUPAA (re) definir suas diretrizes de tomadas de decisão à busca da eficiência administrativa e excelência acadêmica.

1. RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Quadro 1 - Identificação da UJ (Relatório de Gestão Individual)

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação da República Federativa do Brasil		Código SIORG: 00244
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Hospital Universitário Professor Alberto Antunes		
Denominação abreviada: HUPAA		
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia sob Regime Especial do Poder Executivo		
Tipo de Órgão: Suplementar/Ensino		
Principal Atividade: Ensino, pesquisa e assistência		CNES: 2006197
Telefones de contato: (82) 3202-3860 / (82) 3202-3714		Fax: (82) 3202-2605
Endereço eletrônico: assessoria@hu.ufal.br ; duiliomarsiglia@hu.ufal.br		
Página da Internet: http://www.hupaaufal.org		
Endereço Postal: Av. Lourival de Melo Mota, S/N - Campus A. C. Simões - Tabuleiro do Martins – BR 104, KM 97, CEP: 57.072-900 - Maceió - Alagoas		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Nome	Código LOA	Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas	26231	00420
Hospital Universitário Professor Alberto Antunes	26358	10173
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas		
Normas de criação e alteração da UJ: Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Lei Federal nº 3.867 que criou a Universidade Federal de Alagoas, em 25 de Janeiro de 1961. - Estatuto aprovado pela Portaria do MEC Nº 4.067, de 29 de Dezembro de 2003.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas		
- Portaria nº4 de 29 de abril de 2008 da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento transformando-a em Unidade Gestora. - Decreto nº 7082 de 27 de janeiro de 2010 que institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais – REHUF.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas		
Diário Oficial nº 3.361. Súmula do Convênio Nº40/2009 – GP; Convênio Nº. 003/2009 – SMS (Plano Operativo Anual).		
Unidades Gestoras relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Código SIAFI	Nome	
153037	Universidade Federal de Alagoas	
150229	Hospital Universitário Professor Alberto Antunes	

Fonte: CDI

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS (ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107 DE 27/10/2010)

2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

2.1.1 Competência Institucional

Tendo sua história voltada para consolidação do ensino, pesquisa e assistência na área da saúde, o Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (HUPAA), tem sua origem vinculada à Universidade Federal de Alagoas – UFAL, a partir da publicação da Lei de nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, que autoriza a criação do Complexo Cidade Universitária – o Campus Universitário e o espaço destinado ao Hospital Universitário.

O Projeto de construção do HUPAA se originou da necessidade de dotar a UFAL dos equipamentos adequados para o ensino da área de saúde a partir do momento em que a Faculdade de Medicina, antes particular, foi integrada à estrutura orgânica da UFAL o que possibilitou que o ensino profissional da área médica fosse feito em um hospital-escola. Até então, a parte prática era realizada na Santa Casa de Misericórdia de Maceió.

A princípio este projeto foi elaborado para construção do Hospital das Clínicas onde foi implantada toda uma estrutura física, sendo a obra interrompida quando a Sociedade Civil – Faculdade de Medicina passou a ser uma das unidades integrantes da UFAL. Em consequência disso, foi elaborado um projeto mais arrojado, onde a Cidade Universitária passou a contemplar a construção do Hospital Universitário.

As obras foram iniciadas na década de 60 e somente foram concluídas em 1992, com área construída atualmente de 26.974,22 m². Um fato importante ocorrido no início das atividades do HU, que está datado em outubro de 1973, foi a vinda para a cidade de Maceió do Navio-Hospital SS HOPE, procedente dos Estados Unidos, resultado de um intercâmbio científico entre a UFAL, a Secretaria de Saúde do Estado e a Universidade de Harvard dos Estados Unidos.

Neste projeto eram desenvolvidos programas de treinamento, pesquisas e atendimentos de casos clínicos que fossem de interesse científico. Este fato contribuiu bastante para a capacitação dos profissionais da área que na época trabalhavam no HU. Em 1978, teve seu Regimento Interno aprovado onde são citadas como suas finalidades: servir de campo de ensino, pesquisa e extensão na área da saúde e afins e prestar assistência médica, odontológica e de enfermagem nas suas diversas modalidades.

Com uma rápida descrição da estrutura física atual do hospital, vislumbra-se que o HUPAA constitui-se como uma estrutura de saúde de atendimento ao VII Distrito Sanitário de Maceió oferecendo aproximadamente 50 especialidades médicas, possui um total de 141 consultórios ambulatoriais e serviços referenciados pelo SUS de apoio ao diagnóstico e terapias. A assistência hospitalar dispõe de 181 leitos ativos, nas clínicas: cirúrgica, médica, obstétrica e pediátrica, UTI adulto e neonatal, Unidade de Cuidados Intermediário e Hospital Dia, conforme **Quadro 02**.

Quadro 02 - Distribuição dos Leitos do HUPAA

Clínicas	N° leitos atuais	Leitos desativados	Total de leitos
Clínica Cirúrgica	35	29	64
Clínica Médica	23	41	64
Maternidade	60	0	60
Clínica Pediátrica	20	12	32
UTI Adulto	6	04	10
UTI Pediátrica	0	10	10
UTI Neo Natal	10	0	10
UCI	19	01	20

Unidade semi intensiva	0	12	12
Hospital Dia	8	0	8
Centro Cirúrgico	6 salas	4 salas	10 salas
Salas de partos	4 salas	-	-
Salas de recuperação	01 Sala com 06 leitos ativos e 04 leitos desativados	-	-
Total geral de leitos	181	109	290

Fonte: REHUF (DEZ, 2010)

Em todos esses ambientes, contempla-se a presença do ensino e das atividades de pesquisa, uma vez que as ações de assistência desenvolvidas envolvem a participação de docentes, técnicos e alunos sejam nas consultas e procedimentos ambulatoriais, sejam no acompanhamento de internações, ou ainda, no desenvolvimento de programas específicos de atenção a pacientes. O HUPAA é referência, para pacientes do SUS, nas seguintes áreas:

- Atendimento à Gestante de Alto Risco;
- Unidade de Terapia Intensiva (UTI), tanto adulta como neonatal;
- Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal;
- Hospital Dia – AIDS;
- Cirurgias por vídeo;
- Gastroplastia;
- Hemodiálise;
- Centro de referência em atenção à saúde do idoso;
- Dermatologia/Hanseníasis;
- Pulsoterapia;
- Acupuntura;
- Angiologia;
- Tratamento de patologias clínicas complexas;
- Controle e prevenção do tabagismo;
- Coloproctologia;
- Pulsoterapia;
- Exames endoscópicos;
- Cintilografias;
- Acupuntura;
- Biópsia hepática;
- Diagnóstico de epilepsia;
- Controle da tuberculose (hospitalar/sistema prisional).

São serviços exclusivos/referenciados ofertadas pelo HUPAA:

- Oncologia - (CACON);
- Banco de leite humano;
- Banco de olhos;
- Neurocirurgia;
- Cirurgia de obesidade – Seis anos de funcionamento com reconhecimento nacional pelo alto índice de resolutividade;
- Cirurgia de vídeolaparoscopia;
- Referência no tratamento de AIDS, hepatites virais;
- Referência no controle e prevenção do tabagismo;
- Programa de controle da tuberculose (hospitalar / sistema prisional);
- Nefrologia – funcionando em turno integral em 2010.

O HUPAA ainda tem por objetivos. Na qualidade de campo de ensino, pesquisa e extensão:

- a) Oferecer campo para o ensino de graduação na área da saúde e outras do conhecimento;
- b) Assegurar que as práticas de ensino, pesquisa e extensão sejam também campos da assistência prestada à população em co-responsabilidade entre as suas unidades funcionais e estruturas docentes;
- c) Oferecer campo para programas de pós-graduação destinados a profissionais de saúde e outras do conhecimento;
- d) Favorecer e incentivar o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica no campo das ciências da saúde, respeitadas as limitações éticas e financeiras;
- e) Constituir equipes de saúde de acordo com as normas éticas e legais do exercício profissional;
- f) Oferecer campo para o treinamento em administração hospitalar e de serviços de saúde;
- g) Favorecer o intercâmbio com outras unidades acadêmicas nas áreas tecnológicas e das ciências humanas;
- h) Buscar e manter intercâmbio com instituições nacionais e internacionais, nos âmbitos da educação e da saúde.

Na qualidade de hospital de referência na assistência secundária e terciária, sob responsabilidade de sua estrutura diretiva:

- a) Cumprir e fazer cumprir as leis vigentes que regem e regulamentam as políticas de saúde para os hospitais de ensino;
- b) Garantir a integralidade do cuidado através de práticas interdisciplinares e multiprofissionais, bem como pelo funcionamento harmônico e sinérgico das diversas unidades funcionais;
- c) Manter-se integrado ao Sistema Único de Saúde, no âmbito loco-regional e de acordo com as políticas estratégicas definidas em nível nacional;
- d) Garantir equilíbrio entre qualidade e custo através da implementação de ações gerenciais e assistenciais;
- e) Participar no desenvolvimento, implantação e implementação de novas tecnologias aplicadas à área da saúde;
- f) Oferecer-se como campo de validação de novas tecnologias a serem aplicadas ao Sistema Único de Saúde;
- g) Prestar serviços de saúde, qualificação profissional e de educação permanente à sociedade, respeitando a legislação vigente e a contratualização com os gestores do SUS, em conformidade com a UFAL.

Desde então, a preocupação com a excelência na formação de profissionais na área médica, na pesquisa e na assistência à pacientes da rede pública alagoana, sempre foi prioridade para todos que compõem a Instituição, solidificando, portanto, uma trajetória de aprimoramento das atividades do HUPAA durante todos estes anos.

2.1.2 Objetivos Estratégicos

Desde meados do ano 2000, o HUPAA vem procurando aprimorar sua gestão e seus serviços com a adoção da metodologia do planejamento estratégico. Em 2010, seu planejamento passou por uma reestruturação e revisão de sua missão, visão, e objetivos estratégicos.

2.1.2.1 Missão do HUPAA

O Hospital Universitário Professor Alberto Antunes tem como missão: *“Proporcionar formação profissional prática, produzir conhecimento e prestar assistência em saúde à comunidade com ênfase em excelência, humanização e compromisso social.”*

2.1.2.2 Visão do HUPAA

O HUPAA é considerado um hospital de grande porte¹ e tem como visão: “Ser até 2014 um hospital de excelência em formação prática profissional, em assistência de média e alta complexidade e na produção de conhecimento.”

2.1.2.3 Objetivos Estratégicos

Em 2010, o HUPAA elencou como objetivos estratégicos os apresentados no **Quadro 03**, e o que se espera é que se estabeleça um processo dinâmico de alta responsabilização, com descentralização e desconcentração das estruturas decisórias, que propiciem um desenvolvimento institucional capaz de responder ao processo recente de contratualização. Este, se por um lado mostra-se potente por estabelecer uma externalidade ao HU, por outro deve ser indutor de comprometimentos no meio interno, molecular, das relações produtoras do trabalho de saúde, de formação de pessoas e de desenvolvimento de capacidades tecnológicas necessárias ao País.

Quadro 03 - Definição dos Objetivos Estratégicos

No.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PERSPECTIVA	RESPONSÁVEIS
1	Operacionalizar a capacidade subutilizada	Público alvo	Direção Geral
2	Melhorar a comunicação interna	Processo	RH / Comunicação
3	Reorganizar serviços	Processo	TODOS
4	Implantar novo sistema de informação	Crescimento e aprendizado	Direção Geral
5	Implantar cultura de gestão para resultados	Crescimento e aprendizado	Direção Geral
6	Concluir o processo de padronização de insumos	Processo	Almoxarifado
7	Ampliar e criar vagas e campos de atuação para residências e estágios	Público alvo	Direção Geral
8	Implantar sistema de educação permanente dos funcionários	Crescimento e aprendizado	RH
9	Reestruturar processos e infraestrutura	Processo	TODOS
10	Participar efetivamente de fóruns de hospitais de ensino no âmbito regional e federal	Processo	Direção Geral
11	Aumentar e criar novas formas de captação de recursos	Financeira	Direção Geral
12	Reduzir subnotificação	Financeira	Médicos
13	Implantar plano de manutenção dos equipamentos	Processo	Serviços Gerais
14	Implantar sistema de controle de materiais médicos-cirúrgicos e medicamentos	Processo	Almox. / Farmácia
15	Melhorar a segurança interna	Processo	Serviços Gerais
16	Conscientizar o médico para agir no sentido de reduzir a sazonalidade da demanda (usuário)	Crescimento e aprendizado	Direção Geral
17	Alinhar o planejamento estratégico do HUPAA com a Universidade	Processo	Direção Geral

Fonte: Cymo Consultoria. (MAI, 2010)

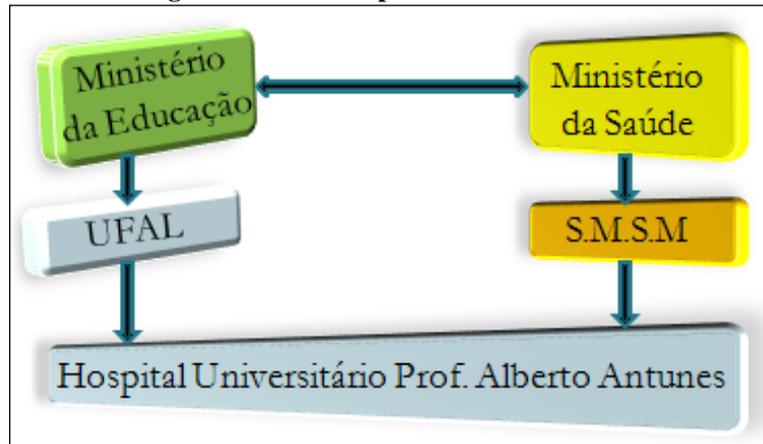
Ainda em 2010, o HUPAA procurou definir Planos de Ação com as mais diversas áreas envolvidas com os objetivos estratégicos, definindo indicadores e critérios de acompanhamento. Nem todas as áreas foram trabalhadas, ficando para o ano de 2011 o término da elaboração dos planos de ação e início do acompanhamento das ações.

Destaque-se o pioneirismo da adoção da gestão por resultados que o hospital está buscando implantar. Esta exige toda uma mudança no “*modus fazendi*”, nos comportamentos, nas ações. Exige um envolvimento elevado do corpo funcional, inclusive investimento na qualificação.

O HUPAA, por todo o apresentado, tem encontrado muita dificuldade na implantação, muita resistência das pessoas pela mudança de cultura da instituição exigida, mas o hospital tem investido

¹ Os HUs classificam-se de acordo com o porte: pequeno porte: até 50 leitos; médio porte: 51 à 150 leitos; grande porte: 151 à 500 leitos e de porte extra: acima de 500 leitos.

Figura 02 – Vínculo político-administrativo



Fonte: CDI (OUT, 2010)

A Secretaria Municipal de Saúde – SMS do Município de Maceió, é o órgão responsável pela formulação da Política Municipal de Saúde e conseqüente provisão dos recursos, ações e serviços de saúde do SUS, representado o Ministério da Saúde nas negociações referentes ao processo de Contratualização com o HUPAA.

O processo de Contratualização SMS e HUPAA se baseia na pactuação de ações, serviços e orçamento com base nos instrumentos do 1) Plano Operativo Anual – POA, que contempla toda a assistência médico-hospitalar: os serviços ofertados a população, as atividades de extensão desenvolvidas, atividades de ensino e ações gerenciais, acompanhadas de suas respectivas metas quantitativas, qualitativas e indicadores; e 2) Convênio, documento que contém as prerrogativas contratuais legais.

Foi publicado no final de 2009 um plano operativo anual, com as ações de produção e gestão para o ano de 2010. Neste plano, o hospital se insere no sistema único de saúde do estado de Alagoas.

Neste contexto, ainda no ano de 2010, o hospital adotou como diretrizes que norteiam as estratégias de gestão do HUPAA:

- Pactuação com as disciplinas, áreas e faculdades da UFAL, a integração docente-assistencial em todas as unidades funcionais, assistenciais, administrativas e de infraestrutura, definindo as responsabilidades recíprocas e os limites de competência de cada uma;
- Aprimoramento contínuo dos processos de gestão e de trabalho em saúde, a fim de exercer uma administração profissional com qualidade, utilizando, gerenciando e agenciando os recursos disponíveis, com o máximo de efetividade, eficácia e eficiência;
- Promoção de educação permanente, buscando a capacitação do quadro de trabalhadores, em todas as suas categorias nos níveis gerencial, técnico, auxiliar e apoio, necessários à plena operação de todas as unidades;
- Busca permanente de aprimoramento e disseminação dos modelos de gestão em unidades complexas de saúde, para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

Apesar da importância de suas ações, à semelhança da maioria dos hospitais universitários públicos no Brasil, o HUPAA vem vivenciando uma crise caracterizada por limitação orçamentária, dificuldade de financiamento e histórico de diminuição progressiva do quadro de pessoal.

Essas dificuldades vêm comprometendo o papel desse hospital no fomento ao ensino, pesquisa e assistência na área da saúde.

A carência de pessoal é um problema crucial no HUPAA e vem se agravando nos últimos anos em função da seguinte conjuntura:

- A não oferta de vagas via concurso público para repor as carências resultantes dos processos de aposentadorias, licenças médicas por longos períodos, licenças sem vencimento, limitação de função por problemas de saúde, pedidos de demissão em razão dos baixos salários, entre outros;

- Aumento do número de alunos dos cursos de graduação da área de saúde, como consequência do aumento de vagas oferecidas pela UFAL;
- Ampliação da oferta dos cursos de pós-graduação no HUPAA;
- Ampliação das atividades de pesquisa e estágio;
- Mudança no perfil assistencial do Hospital, cujas ações passaram a ser voltadas a média e alta complexidade, demandando a oferta de novos serviços e especialidades, entre outros.

Ao final de 2010 chegou-se a uma previsão de aposentadoria de mais de 80 profissionais, não se levando em consideração o tempo de serviço averbado, apenas o registrado no hospital. O que tem gerado preocupações com a substituição destes profissionais e ampliado a carência de pessoal dos serviços. Só da categoria médica aproximadamente 14 profissionais ou mais estarão se afastando de suas atividades, categoria essa que já registra enorme carência. Dificultando assim, atingir diversos objetivos estratégicos.

Também em 2010 foi realizado um estudo de dimensionamento de pessoal para identificar a magnitude da carência de profissionais no hospital. Foi identificada uma carência de pessoal, atualmente, de aproximadamente 550 profissionais para o hospital funcionar adequadamente conforme parâmetros estabelecidos em normas e portarias do Ministério da Saúde e a existência de 116 leitos desativados, principalmente, em função da carência de pessoal.

Caso o hospital tivesse a intenção de ativar os 116 leitos existentes em sua estrutura física, mas inativos, principalmente, pela carência de pessoal, seriam necessários pelo menos mais 1.070 profissionais, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 04 – Resumo do Dimensionamento de Pessoal

	174 LEITOS ATIVADOS		116 LEITOS DESATIVADOS		290 LEITOS CAPACIDADE TOTAL
SERVIDORES MEC	1047		0		1.047
CARÊNCIA	557	+	514	=	1.071
TOTAL	1.604		514		2.118

Fonte: RH/Direção de Enfermagem (Plano Diretor, MAI/2010) *Para o cálculo da carência de pessoal, levou-se em consideração a necessidade de contratação através de concurso público, inclusive substituindo os funcionários contratados atualmente pela Fundação. No quadro acima não entra pessoal terceirizados e nem cedidos. ** Com a ativação dos 116 leitos desativados, o HU terá sua capacidade operacional plena de 290 leitos hospitalares.

Ao longo dos anos, o HUPAA vem aumentando a sua oferta de serviços e o quadro de pessoal não está crescendo de forma igualitária. Atualmente existem setores com dificuldades de funcionamento, correndo o risco de reduzirem ou suspenderem suas atividades, pois não contam com o contingente necessário de pessoas para garantir a assistência prestada à comunidade, e às atividades de ensino.

Entretanto, o hospital, em detrimento das dificuldades apresentadas, tem buscado parcerias nos mais diversos níveis, junto aos Ministérios da Saúde e Educação e as Secretarias de Saúde, em nível estadual e municipal, apresentado projetos e angariado recursos para melhoria, ampliação e abertura de novos serviços.

Em 2010, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, ampliou os leitos da UCI Neo natal, em 07 leitos, passando o hospital a operar com 181 leitos, desde setembro de 2010. A Secretaria doou equipamentos e pessoal.

Iniciou o processo de reforma da UTI Geral, buscando ampliação em mais 04 leitos.

Em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, o hospital também passou a ser referência no tratamento e controle do Câncer Uterino e inaugurou o serviço de Ginetoscopia.

Em parceria com o Ministério da Saúde criou uma Sala de Memória, espaço para o resgate da memória do HUPAA e sua importância na história da medicina no estado.

Em parcerias com os Ministérios da Saúde e Educação investiu no parque tecnológico, possibilitando a melhoria do ensino e do serviço prestado.

Em 2010, o HUPAA, ainda, o hospital atingiu as metas estipuladas no plano operativo (POA), em sua maioria, quando não ultrapassou as mesmas.

De maneira geral pode-se dizer que os profissionais do HUPAA receberam, em 2010, o total de 12.701 horas de treinamento, tendo sido realizadas 9,77 horas de treinamento por funcionário.

E recebeu, em suas dependências, mais de 800 alunos dos cursos de graduação, 216 docentes da universidade e com produção aproximada de 100 pesquisas científicas. Além de manter dois cursos de pós-graduação: um de residência médica e outro de residência multiprofissional.

Além do que o hospital vem investindo no desenvolvimento no desenvolvimento de ações e programas de cunho social, ratificando sua importância social para a comunidade acadêmica e sociedade alagoana.

2.2.1 Responsabilidade Social

No exercício de 2010 foram definidos objetivos e prioridades no âmbito da responsabilidade social, foram realizadas ações no sentido incluir, motivar e fortalecer o vínculo entre a sociedade e o hospital, ações sociais que visam minimizar o sofrimento de quem está necessitando de cuidados hospitalares e da sociedade do entorno do hospital, tais como:

- SORRISO DE PLANTÃO - é um projeto solidário que busca amenizar a dor daqueles que se encontram hospitalizados, levando alegria e uma nova visão do ambiente hospitalar.
- PARTO HUMANIZADO - defende a assistência ao trabalho de parto, parto e nascimento, de forma a favorecer o bom desenvolvimento em todo o processo do nascimento além de fornecer conforto e segurança à mulher e seu bebê.
- PROJETO FILHOS DA TERRA - promove o atendimento integral bio-psicossocial aos moradores do Conjunto Residencial Denisson Menezes que fica nas proximidades do hospital.
- PROJETO GERARTES - desenvolve atividades de geração de renda, arte, educação e saúde, visando a conquista de cidadania numa busca contínua de aprendizagem.
- PROJETO MATERNO INFANTO JUVENIL - busca integrar os jovens, adolescentes e familiares frequentadores do hospital, aprimorando e desenvolvendo o relacionamento interpessoal entre os entes de uma família.
- PROJETO MUTANTE - visa integrar a comunidade carente, escolas e outras instituições envolvidas com adolescentes de áreas de entorno da UFAL, desenvolvendo atividades de assistência integral.
- PROJETO DE HUMANIZAÇÃO NO HUPAA - busca analisar o atual estágio de desenvolvimento do processo de humanização no Hospital, apontando ações e estratégias para melhoria do atendimento e ações de humanização. A primeira etapa foi concluída e a segunda prevista para o final do primeiro semestre de 2011.
- PROJETO DE TERAPIA INTEGRATIVA CONECTAR - busca trabalho de integração de grupos.
- PROJETO BIBLIOTERAPIA - ARTE E CULTURA NO ELEVADOR
- O CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL recebe espaço na estrutura do hospital para facilitar o registro dos nascidos no local e reduzir o alto índice de cidadãos sem documentos.

Em 2010, o HUPAA, ainda desenvolveu programas especiais contínuos para acompanhamento e tratamento de algumas enfermidades como:

- OBESIDADE MÓRBIDA – programa para auxílio à sociedade no combate a um dos maiores males à saúde contemporâneos, a obesidade mórbida. Por esse programa o paciente recebe auxílio psicológico, acompanhamento nutricional, até a realização da cirurgia bariátrica.
- TABAGISMO – programa de combate ao tabagismo, onde os pacientes recebem orientações e acompanhamento para enfrentar e eliminar o hábito do tabagismo.
- CRIANÇAS E ADOLESCENTES – programa de acompanhamento da saúde da criança e adolescente, incluindo orientações sexuais, para evitar a gravidez na adolescência.
- HANSENÍASE – programa de controle e tratamento da hanseníase.
- GINÁSTICA LABORAL – programa oferecido aos colaboradores no intuito da prevenção de doenças laborais e melhoria na qualidade de vida.
- EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DE TERAPIA NUTRICIONAL – tem por objetivo identificar os problemas inerentes à administração da terapia nutricional em pacientes hospitalizados. A Equipe de Terapia Nutrição verifica o impacto e a qualidade dos procedimentos em nutrição,

buscando otimizar recursos e adaptando-os às características do serviço, primando pelo benefício do paciente a qualquer custo.

E também realizou campanhas sociais de cunho educativos e solução de problemas sociais, veja-se:

- CAMPANHA DE PREVENÇÃO CONTRA A CEGUEIRA POR GLAUCOMA – campanha realizada pelo serviço de oftalmologia do HUPAA com 425 atendimentos.
- CAMPANHA EDUCATIVA PREVENTIVA SOBRE AS HEPATITES VIRAIS – Campanha realizada pelo serviço de Epidemiologia do hospital, na busca pela prevenção do alastramento da doença no estado.
- CAMPANHA DE PREVENÇÃO AO CÂNCER DE PELE – Campanha realizada pelo serviço de Dermatologia do hospital. Divulgadas ações educativas e preventivas ao câncer de pele.
- CAMPANHA PARA CADASTRO DE VOLUNTÁRIOS PARA DOAÇÃO DE MEDULA ÓSSEA – o hospital participou da campanha juntamente com o HEMOAL que resultou no cadastro de 52 doadores.
- CAMPANHA ARRECADAÇÃO DE DONATIVOS PARA VÍTIMAS DAS ENCHENTES que assolaram Alagoas e outros estados do Nordeste no ano de 2010.
- CAMPANHA DE DOAÇÃO DE SANGUE para abastecimento do HUPAA.

2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

A Constituição Federal de 1988 delineou o modelo atual de ciclo orçamentário, instituindo três leis cuja iniciativa é prerrogativa do Poder Executivo: o Plano Plurianual – PPA; a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA. Conforme dispõe o artigo 165 da Constituição Federal, o PPA “... estabelecerá de forma regionalizada, as diretrizes e metas para administração pública federal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.” Com duração de 4 anos, o PPA é elaborado no primeiro ano do mandato do governante eleito, com vigência a partir do segundo ano de mandato.

O PPA por estabelecer, de maneira regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal, constitui-se no principal instrumento de planejamento do Governo Federal, que, ao organizar a atuação do governo em Programas e Ações, viabiliza a orientação estratégica dos gastos para a obtenção de resultados destinados à sociedade. Com o PPA, a LDO e a LOA, é possível ter mais transparência quanto à aplicação dos recursos públicos, além de um maior controle do orçamento, tanto por parte do Poder Público quanto da sociedade e uma melhor integração e compatibilização dos instrumentos básicos de planejamento e orçamento.

No ano de 2010, verificou-se que o HUPAA executou 10 (dez) ações que fazem parte de 04 (quatro) programas do PPA, e uma ação que faz parte de um programa do Ministério da Saúde. Os resultados apresentados neste Relatório de Gestão revelam os frutos de um trabalho coordenado de construção dos fundamentos de nossa atuação nas esferas do ensino, pesquisa, extensão e assistência à saúde, cumprindo assim com sua missão e seu compromisso perante a sociedade alagoana. Aqui, aproveita-se a oportunidade para apresentar o conjunto de decisões operacionais em relação às atividades finalísticas (ensino, pesquisa, extensão e assistência à saúde) bem como na área da gestão orçamentária do ano de 2010.

Quadro 05 – Relação dos Programas e Ações do HUPAA no ano de 2010

Programa/Ação:
Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis
Programa 0750 – Apoio Administrativo
Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
Programa 1073 – Brasil Universitário
Ação 09HB – Contribuição da União, de suas autarquias e Fundações para o Custeio do Regime da Previdência dos Servidores Públicos Federais
Ação 4005 – Apoio à Residência Multifuncional
Ação 4086 – Funcionamento dos Hospitais de Ensino
Ação 6379 – Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais
Programa 1444 – Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis
Ação 20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios Certificados para a Vigilância em Saúde
Programa 1220 – Atenção a saúde da população no Estado de Alagoas
Ação 8585 - Contratualização

FONTE: Financeiro (DEZ, 2010)

2.3.1 Execução os Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade

Quadro 06 – Identificação do Programa 0089

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
39.600	1.788.200	1.697.764,66	1.697.764,66	-	1.697.764,66	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União	31/12/2010	--	--	1	1
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Ação 0181. A referida ação teve um gasto de R\$ 1.697.764,66, representando 95% do valor dos créditos recebidos. A soma de servidores inativos e de pensionistas contabilizou um total de 28 pessoas, a pequena quantidade é devido ao maior número dos beneficiados por este programa estarem sendo atendidos pela UPAG da UFAL, uma vez que este número refere-se a quantidade de pessoas aposentadas após a criação da UPAG-HU</p>						

Fonte: SIMEC

Quadro 07 -Identificação do Programa 1444

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1444		Denominação: Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças Transmissíveis				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
3.000	42.000	18.633,33	18633,33	9.582,96	9.050,37	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	---	31/12/2010	---	---	---	---
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Ação 20AL. A referida ação consiste na promoção de ações de notificação, investigação, controle de doenças, mobilização social na área de epidemiologia e controle de doenças, registrando-as no sistema de informações. No ano de 2010 o HUPAA promoveu ações de notificação, investigação, controle de doenças, mobilização social na área de epidemiologia e controle de doenças, com a alimentação do sistema de informações. Durante o ano de 2010 recebeu 110 notificações e enviou 98 à ANVISA. Devido ao preenchimento incompleto dos dados na ficha, 12 notificações não puderam ser enviadas. Houve também 399 notificações de agravos, classificados em 16 tipos. Ainda foram registradas 137 infecções hospitalares, distribuídas nas seis clínicas, UTI Geral, UTI Neonatal e UCI Neonatal.</p>						

Fonte: SIAFI

Quadro 08- Identificação do Programa 1220

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1220		Denominação: Atenção à saúde da população no Estado de Alagoas – SUS + REHUF				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.372.000	20.457.881,99	20.432.565,34	20.432.565,34	2.905.826,93	17.526.738,41	
Identificação do Programa de Governo						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Valor concedido	31/12/2010	--	--	--	--
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						
<p>Ação 8585. Contratualização recebida pelo Ministério de Saúde para o custeio do hospital. O valor empenhado pela ação foi de R\$ 18.699.014,46. Em 2010, o HUPAA somou 3.254 cirurgias realizadas - Recorde de produção com mais de 86.000 consultas e aproximadamente 6.000 internações. Ampliou em 07 o número de leitos em UCI Neonatal. E iniciou obras de ampliação em 04 leitos de UTI Geral.</p> <p>Ação 20G8. Referente ao REHUF, portaria NR 1.929, de 19 de julho de 2010. Valor gasto com custeio do hospital de 1.733.550,88.</p>						

Fonte: SIAFI

Quadro 09 - Identificação do Programa 0750

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo – Assistência Pré-Escolar				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
102.522	102.522	87.470,49	87.470,49	--	87.470,49	
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo – Auxílio Transporte				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
424.311	424.311	260.164,39	260.164,39	--	260.164,39	
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo – Auxílio Alimentação				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.005.565	2.299.721	2.274.702,37	2.274.702,37	-	2.274.702,37	
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo – Assistência Médica				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
12.000	302.000	265.034,36	265.034,36	--	265.034,36	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Menores Beneficiados	31/12/2010	--	--	129	103
2	Servidores beneficiados	31/12/2010	--	--	413	361
3	Servidores beneficiados	31/12/2010	--	--	637	627
4	Pessoas Beneficiadas	31/12/2010	--	--	14	325
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						

Análise do Resultado Alcançado:
Ação 2010. Refere-se ao pagamento do auxílio pré-escolar. Tal benefício é requerido pelo servidor diretamente no Setor de Recursos Humanos do HUPAA. Em 2010, 103 menores foram beneficiados, correspondendo a 80% da meta física prevista para o ano. Já em valores recebidos foram utilizados 85% do quantitativo enviado para este fim.
Ação 2011. Refere-se ao auxílio-transporte pago aos servidores do HUPAA. Em 2010, 361 servidores foram beneficiados por esta ação, o que representa uma redução de 12,60% em relação a meta prevista que era de 413 servidores. Sendo gastos apenas 61% da dotação destinada para este fim. Esta divergência de valores deve-se aos reajustes salariais ocorridos durante o ano, os quais por consequência diminuíram o valor deste auxílio para os servidores.
Ação 2012. Refere-se ao auxílio-alimentação pago aos servidores do HUPAA. Em 2010, 637 servidores foram beneficiados por esta ação, atendendo consideravelmente a meta prevista que era de 665 beneficiados. Foram utilizados 99% dos créditos que compunham o referido programa.
Ação 2004. Refere-se ao auxílio à saúde aos Servidores Federais conforme a Portaria Ministerial nº 1.983, de 05 de dezembro de 2006. Em 2010, o HUPAA teve até 325 pessoas beneficiadas. Durante o ano foram enfrentadas algumas dificuldades orçamentárias em atender a demanda, devido a uma equivocada previsão. Foram utilizados 88% do valor repassado.

Fonte: SIMEC

Quadro 10 - Identificação do Programa 1073

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1073		Denominação: Brasil Universitário – 09HB – Encargos Patronais				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
6.787.734	10.223.734	9.995.760	9.995.760	--	9.995.760	
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1073		Denominação: Brasil Universitário – Pessoal				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
36.693.857	51.714.391	50.692.451,68	50.692.451,68	--	50.692.451,68	
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1073		Denominação: Brasil Universitário – Custeio e Investimentos				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.694.466	2.694.466	2.504.523,99	2.504.523,99	492.297,95	2.012.226,04	
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1073		Denominação: Brasil Universitário – Residência médica e multiprofissional				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
-	1.795.791,52	1.795.791,52	1.795.791,52	-	1.795.791,52	
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1073		Denominação: Brasil Universitário – AGHU				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
282.808,00	282.808,00	282.808,00	282.808,00	282.808,00	282.808,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Servidores atendidos	31/12/2010	--	--	--	657
2	Servidores atendidos	31/12/2010	--	--	--	657
3	Valor concedido	31/12/2010	--	--	--	--
4	Alunos atendidos	31/12/2010	--	--	64	64
5	Valor concedido	31/12/2010	--	--	--	--
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Não prevista						
Análise do Resultado Alcançado:						

Ação 09HB. Refere-se a contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais. Em 2010 R\$ 9.995.760 foram gastos nesta ação, o equivalente a 98% dos créditos recebidos. Percebendo-se, devido a reajustes salariais, um considerável aumento em relação ao valor utilizado em 2009.

Ação 4086. Refere-se a manutenção das atividades exercidas para o devido funcionamento dos hospitais de ensino. Demonstração de valores referentes à folha de pessoal ativo, custeio e investimentos. No que se refere a custeio e investimentos, foi gasto R\$ 290.000,00 do valor empenhado com material permanente.

Ação 4005. O hospital, no ano de 2010 contou com 52 residentes médicos distribuídos em 10 (dez) programas, 6 em anestesiologia, 8 em cirurgia geral, 2 em cirurgia do aparelho digestivo, 8 em clínica médica, 6 em dermatologia, 2 em neurocirurgia, 6 em obstetrícia e ginecologia, 06 m oftalmologia, 2 em patologia e 6 em pediatria. Destaque-se que no ano de 2010, o HUPAA iniciou o funcionamento do Programa de Residência Multiprofissional, programa este, distribuído em 6 (seis) áreas profissionais da área de saúde, contando com 2 alunos em casa área, totalizando 12 vagas/bolsas, sendo 02 da enfermagem, 02 da farmácia, 02 da fisioterapia, 02 da nutrição, 02 da psicologia e 02 do serviço social. Em 2010, houve um gasto no valor de R\$ 1.795.791,52, referente ao pagamento de bolsas concedidas, contemplando 64 alunos/residentes beneficiados.

Ação 6379. Crédito destinado à implantação do sistema informatizado de gestão hospitalar – AGHU, desenvolvido para fortalecer as melhores práticas de gestão nos HUs – REHUF. Valor de R\$ 282.808,00 gasto com empenho de computadores conforme plano de trabalho definido pelo Programa.

Fonte: SIMEC

2.3.2 Execução Física das Ações Realizadas pela Unidade

Com relação as ações pertencentes aos Programas 0089 e 0750, o detalhamento dessas ações encontra-se no Relatório de Gestão da Universidade Federal de Alagoas, pois, seus dados encontra-se consolidado, ou seja, incluso o HUPAA.

Quadro 11 - Execução física da Ação 4005
Apoio à residência multiprofissional

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	EXECUÇÃO FÍSICA		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
12	364	1073	4005	Atividade	3	Alunos assistidos	--	64	65

Fonte: SIMEC

Análise Crítica:

O HUPAA dispõe de dois programas de residência: Residência Médica e Residência Multiprofissional.

A Residência Médica do HUPAA, em 2010, contou com 52 residentes distribuídos em 10 (dez) programas, 6 em anestesiologia, 8 em cirurgia geral, 2 em cirurgia do aparelho digestivo, 8 em clínica médica, 6 em dermatologia, 2 em neurocirurgia, 6 em obstetrícia e ginecologia, 06 m oftalmologia, 2 em patologia e 6 em pediatria

O treinamento em serviço foi realizado nos setores relacionados a cada área de atuação, sob a responsabilidade de preceptores e coordenadores, através da assistência a pacientes em enfermarias, ambulatórios, centro cirúrgico e obstétrico, pequena cirurgia, salas de exames complementares do HUPAA, e dentre outros.

Cada Programa de Residência Médica tem um Coordenador, que está subordinado à Comissão de Residência (COREME) a qual está ligada à Comissão Estadual e Comissão Nacional de Residência Médica.

Destaque-se que no ano de 2010, o HUPAA iniciou o funcionamento do Programa de Residência Multiprofissional, programa este, distribuído em 6 (seis) áreas profissionais da área de saúde, contando com 2 alunos em casa área, totalizando 12 vagas/bolsas, sendo 02 da enfermagem, 02 da farmácia, 02 da fisioterapia, 02 da nutrição, 02 da psicologia e 02 do serviço social.

Houve o cumprimento das metas físicas estabelecidas e pode-se dizer que superaram de forma significativa as metas estabelecidas, pois, nesse ano, houve ações para melhoria dos programas de residência com acompanhamento mais intensivo dos preceptores.

Quadro 12 - Execução física da Ação 20AL

Incentivo financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios certificados para a Vigilância em Saúde.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	EXECUÇÃO FÍSICA		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
12	305	1444	20AL	Transferência	3	Valor recebido	1	1	1

Fonte: SIMEC

No ano de 2010, o HUPAA promoveu ações de notificação, investigação, controle de doenças, mobilização social na área de epidemiologia e controle de doenças, com a alimentação do sistema de informações.

Sendo um hospital Sentinela iniciou suas atividades em janeiro de 2002, com a assinatura do contrato de pequenos serviços n.º221/2002 com a ANVISA/PNUD, sendo criada a Gerência de Risco composta por uma Comissão de Risco que é o grupo diretamente envolvido com as ações de vigilância nas áreas de Tecnovigilância, Farmacovigilância e Hemovigilância.

A Comissão de Risco é formada por uma equipe multiprofissional, composta por enfermeiros, engenheiros, farmacêuticos e médicos e durante o ano de 2010 recebeu 110 notificações e enviou 98 à ANVISA, conforme descrição na tabela abaixo e no gráfico 1. Devido ao preenchimento incompleto dos dados na ficha, 12 notificações não puderam ser enviadas.

Nesse sentido, desenvolveu ações que subsidiaram o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária nas ações de gerenciamento e prevenção de riscos em serviços de saúde e utilização de sangue e componentes relacionados ao registro, à comercialização e ao uso de produtos de saúde.

Ademais, abaixo encontra-se o número de casos de infecção hospitalar por clínica no exercício de 2010.

Quadro 13 – Quantitativo de infecções registradas no ano de 2010

UNIDADE DE INTERNAÇÃO	JAN		FEV		MAR		ABR		MAIO		JUN		JUL		AGO		SET		OUT		NOV		DEZ	
	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y	X	Y
UTI NEO	2	5	1	2	6	9	3	6	4	4	1	2	4	5	3	3	2	3	2	2	5	9	2	4
PEDIATRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CL. MÉDICA	1	1	2	2	-	-	2	2	-	-	1	1	4	5	2	3	-	-	2	2	-	-	-	-
CL. CIRÚRGICA	1	1	-	-	-	-	2	2	5	5	-	-	1	1	2	2	2	2	4	4	3	3	2	2
OBSTETRÍCIA	5	5	2	2	6	6	2	2	3	3	3	3	2	2	3	3	3	3	1	1	4	5	-	-
UTI GERAL	2	5	1	2	6	9	3	6	4	4	1	2	4	5	3	3	2	3	2	2	3	4	-	-

FONTE: SCIH, X: Número absoluto de casos de infecção; Y: Sítios infecciosos.

O Núcleo Hospitalar de Epidemiologia (NHE), instituído no Hospital Universitário em agosto de 2005 tem como objetivo a notificação de doenças infecciosas e de agravos não infecciosos, conforme Portaria Ministerial de nº 2472, de 31 de agosto de 2010. Ainda da competência do Núcleo, é a vigilância dos óbitos ocorridos no Hospital e a implementação do relatório de nascidos vivos, cuja responsabilidade será da equipe do NHE, a partir do ano de 2011.

O NHE em 2010 realizou várias atividades tais como:

- Confecção e distribuição de boletins informativos na comunidade interna e externa (outras instituições);
- Busca ativa e passiva para detecção de agravos e doenças de notificação compulsória (DNC) e notificação e investigação de casos de DNC;
- Levantamento em busca de subnotificação de casos de AIDS, baseado no cruzamento do banco de dados do SINAN X SICLOM.

Alguns casos foram comunicados diretamente ao núcleo, pelos profissionais da assistência, e assim, realizada a notificação.

Quadro 14 – Descrição dos Agravos Notificados em 2010

CÓDIGO	AGRAVOS NOTIFICADOS	QTDE.
A53	Sífilis em adulto (excluída a forma primária)	12
A630	Condiloma acuminado (verrugas anogenitais)	3
Z206	Criança exposta HIV	33
B24	AIDS	56
A90	Dengue	5
Z209	Acidente de trabalho com exposição a material biológico	29
B659	Esquistossomose	19
Z21	Gestante HIV	18
A309	Hanseníase	48
B19	Hepatites virais	69
T659	Intoxicação exógena	1
B551	Leishmaniose	1
O981	Sífilis em gestante	13
A169	Tuberculose	58
B019	Varicela	15
A509	Sífilis congênita	19
TOTAL		399

FONTE: NHE

Quadro 15 – Execução física da Ação 8585
Incentivo financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios certificados para a Vigilância em Saúde.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	EXECUÇÃO FÍSICA		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
10	302	1220	8585	Transferência	3	Valor recebido	1	1	1

Fonte: SIMEC

Análise Crítica:

Nos últimos anos, o HUPAA vem investindo numa mudança de perfil, tendo que atuar basicamente em ações de média e alta complexidade, deixando de atuar na baixa complexidade, só mantendo as atividades mínimas para garantia do ensino. No ano de 2010, o HUPAA somou **3.254 cirurgias** realizadas – **recorde de produção com mais de 86.000 consultas e aproximadamente 6.000 internações**, conforme quadro abaixo:

Quadro 16 – Produção Assistencial do HUPAA no Ano de 2010

PRODUÇÃO ASSISTENCIAL SUS		TOTAL DE 2010		
		Média	Alta	FAEC
Consultas	Clínica Médica	33932	0	0
	Cirurgia	18633	0	0
	Pediatria	8789	0	0
	Ginecologia	8004	0	0
	Obstetrícia	3733	0	0
	Psiquiatria	1534	0	0
	Outras Especialidades Não Médicas	11504	0	0
SUBTOTAL		86129	0	0
Internações	Clínica Médica	477	0	0
	Cirurgia	1820	0	0
	Pediatria	606	0	0

	Obstetrícia	2630	0	0
	Hospital-Dia	29	0	0
	UTI Adulto	225	0	0
	UTI Pediátrica	0	0	0
	UTI Neonatal	423	0	0
	Unidade Intermediária Neonatal	424	0	0
SUBTOTAL		6634	0	0
Partos de Baixo Risco	Cesárea	101	0	0
	Normal	876	0	0
SUBTOTAL		977	0	0
Partos de Alto Risco	Cesárea	480	0	0
	Normal	475	0	0
SUBTOTAL		955	0	0
Transplantes	Córnea	34	0	0
SUBTOTAL		34	0	0
Procedimentos	Exames Laboratoriais	317109	0	0
	Endoscopia Digestiva Alta	674	0	0
	Colonoscopia	9	0	0
	Tomografia Computadorizada	863	1388	0
	Ultrassonografia	7703	0	0
	Radiologia Convencional	9206	0	0
	Terapia Renal Substitutiva	0	0	1714
	Radioterapia	0	19977	0
	Quimioterapia	0	3897	5
	Medicina Nuclear in vivo	0	1185	0
SUBTOTAL		335.564	26.447	1.719
TOTAL GERAL DO EXERCÍCIO		430.293	26.447	1.719

FONTE: REHUF (DEZ, 2010)

Como dito anteriormente, em 2010, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, ampliou os leitos da UCI Neonatal, em 07 leitos, passando o hospital a operar com 181 leitos, desde setembro de 2010. A Secretaria doou equipamentos e pessoal. Também em 2010, iniciou o processo de reforma da UTI Geral, buscando ampliação em mais 04 leitos.

Em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, o hospital também passou a ser REFERÊNCIA NO TRATAMENTO E CONTROLE DO CÂNCER UTERINO e inaugurou o serviço de Ginetoscopia.

Em parceria com o Ministério da Saúde criou uma Sala de Memória, espaço para o resgate da memória do HUPAA e sua importância na história da medicina no estado.

Em 2010, pode-se destacar a conquista do funcionamento em turno integral do serviço de nefrologia.

Em parcerias com os Ministérios da Saúde e Educação investiu no parque tecnológico, possibilitando a melhoria do ensino e do serviço prestado.

Ainda, em 2010, dos setores contratualizados, a maioria atingiu suas metas, outros ultrapassaram em muito as metas preconizadas, o que possibilitou uma arrecadação recorde em 2010, facilitando o equilíbrio financeiro do hospital.

Hoje nos encontramos literalmente sem débitos com fornecedores, no entanto, tem-se consciência que alguns setores ainda carecem de ajustes para atingirem suas metas, os quais serão trabalhados nos próximos anos, ainda houve investimento na qualificação profissional de seu corpo funcional e o desenvolvimento do ensino em suas dependências.

De maneira geral pode-se dizer que os profissionais do HUPAA receberam, em 2010, o total de 12.701 horas de treinamento, tendo sido **realizadas 9,77 horas de treinamento por funcionário**.

E recebeu, em suas dependências, mais de **800 alunos dos cursos de graduação, 216 docentes da universidade e com produção aproximada de 100 pesquisas científicas**. Além de manter dois cursos de pós graduação: um de **residência médica e outro de residência multiprofissional**. Além do que o hospital vem investindo no desenvolvimento de ações e programas de cunho social, ratificando sua importância social para a comunidade acadêmica e sociedade alagoana.

2.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

2.4.1 Programação Orçamentária das Despesas

Quadro 17 - Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Universidade Federal de Alagoas	15222	153037
Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes	15222	150229

Fonte: CPOF/PROGINST

Quadro 18 - Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes		
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
		Exercício de 2010	Exercício de 2010	Exercício de 2010
L O A	Dotação proposta pela UO	40.826.725	-	4.168.615
	PLOA	-	-	-
	LOA	-	-	-
C R É D I T O S	Suplementares	22.899.600	-	1.584.156
	Especiais	Abertos	-	-
		Reabertos	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-
		Reabertos	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-
Outras Operações		-	-	-
TOTAL		63.726.325	-	5.752.771

Fonte: SIAFI

Quadro 19 - Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas de Capital		
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Outras Despesas de Capital
		Exercício de 2010	Exercício de 2010	Exercício de 2010
L O A	Dotação proposta pela UO	290.000	-	-
	PLOA	-	-	-
	LOA	-	-	-
C R É D I T O S	Suplementares	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-
		Reabertos	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-
		Reabertos	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-
Outras Operações		-	-	-
TOTAL		290.000,00	-	-

Fonte: SIAFI

Quadro 20 - Resumo da Programação de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes			
		Despesas Correntes	Despesas de Capital	9 – Reserva de Contingência	
		Exercício de 2010	Exercício de 2010	Exercício de 2010	
L O A	Dotação proposta pela UO	44.995.340	290.000	-	
	PLOA	-	-	-	
	LOA	-	-	-	
C R É D I T O S	Suplementares	24.483.756	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	
Total		69.479.096	290.000	-	

Fonte: SIAFI

Quadro 21 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente e ou Recebida	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
				1- Pessoal e Encargos Sociais	2- Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedido					
	Recebido	153037	0181	415.866,99	-	6.999,08
Movimentação Externa	Recebido	150011	4005	1.795.791,52	-	-
	Recebido	257001	8585	-	-	22.296.994,80
	Recebido			-	-	
	Concedido					
	Concedido					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente e ou Recebida	Classificação da Ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5 - Inversão Financeira	6 - Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedido					
	Recebido	153037	4009	147.753		
Movimentação Externa	Concedido	150011	6379	282.808		
	Concedido					
	Concedido					

Fonte: SIAFI

2.4.2 Execução Orçamentária das Despesas

Quadro 22 - Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ*

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada	Despesa Paga
Modalidade de Licitação	-	-
Convite	-	-
Tomada de Preços	-	-
Concorrência	-	-
Pregão	-	-

Concurso	-	-
Consulta	-	-
Registro de Preço	-	-
Contratações Diretas	-	-
Dispensa	-	-
Inexigibilidade	-	-
Regime de Execução Especial	-	-
Suprimento de Fundos	-	-
Pagamento de Pessoal	-	-
Pagamento em Folha	-	-
Diárias	-	-
TOTAL GERAL	-	-

Quadro 23 - Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada	Despesa Paga*
Modalidade de Licitação	13.553.010,41	-
Convite	-	-
Tomada de Preços	58.208,27	-
Concorrência	384.018,16	-
Pregão	13.110.783,98	-
Concurso	-	-
Consulta	-	-
Registro de Preço	-	-
Contratações Diretas	3.182.181,25	-
Dispensa	2.278.355,33	-
Inexigibilidade	903.825,92	-
Regime de Execução Especial	26.339,29	-
Suprimento de Fundos	26.339,29	-
Pagamento de Pessoal	62.896.432,23	-
Pagamento em Folha	62.801.843,46	-
Diárias	94.588,77	-
TOTAL GERAL	79.657.963,18	-

Fonte: SIAFI

É importante ressaltar que o HUPAA ainda não dispõe de orçamento próprio, tendo dificuldade de trabalhar com os dados solicitados.

Quadro 24 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Exercício de 2010				
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	RP não processados	Valores Pagos
4 – Investimentos				
1º elemento de despesa (52)	720.494,98	720.494,98	-	720.494,98
2º elemento de despesa (51)	-	-	-	-
3º elemento de despesa (92)	173.335,81	173.335,81	-	173.335,81
Demais elementos	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-
Demais elementos	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-

2º elemento de despesa	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Quadro 25 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ

Exercício de 2010				
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	RP não processados	Valores Pagos
1 – Despesas de Pessoal				
11	45.687.705,93	45.687.705,93	-	45.687.705,93
01	1.576.623,85	1.576.623,85	-	1.576.623,85
13	9.995.760,13	9.995.760,13	-	9.995.760,13
08	7.617,62	-	-	-
16	2.792.980,60	2.792.980,60	-	2.792.980,60
91	2.071.118,06	2.071.118,06	-	2.071.118,06
92	133.029,47	133.029,47	-	133.029,47
2 – Juros e Encargos da Dívida				
1º elemento de despesa	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes				
3339039	260.164,39	260.164,39	-	-
3339037	340.882,62	340.882,62	-	-
3339046	2.274.702,37	2.274.702,37	-	-
3339008	87.470,49	87.470,49	-	-
Demais Elementos do Grupo	24.422.544,36	24.422.544,36	3.082.043,18	21.340.501,18

Fonte: SIAFI

2.4.3 Indicadores Institucionais

Não se aplica a natureza jurídica da UJ.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS (ITEM 3 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107 DE 27/10/2010)

Não houve ocorrências no período.

4. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107 DE 27/10/2010)

Quadro 26 - Movimentação de Restos a Pagar

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	32.035,19	-	23.609,63	8.425,56
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	3.522.879,31	-	1.111.891,28	2.410.988,03

Fonte: Financeiro

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE (ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107 DE 27/10/2010)

Quadro 27 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	-	-	-	-
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	656	-	-
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	2	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-
1.4.1 Cedidos	-	7	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	4	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	4	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	-	-	-	-
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	24	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
TOTAL	-	697	-	-

Fonte: Recursos Humanos

Quadro 28 - Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	*	-
1.1 Voluntária	-	8
1.2 Compulsório	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2 Proporcional	*	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsório	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-

Fonte: Recursos Humanos Obs. O quantitativo de servidores aposentados são 224. Tendo em vista que as portarias de aposentadoria são geradas no DAP da reitoria não dispomos da classificação dos regimes destas aposentadorias.

Quadro 29- Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	-	-	-	-	-
Área Fim	12	17	17	27	52.315,97
Área Meio	75	75	79	95	256.688,50
Nível Médio	-	-	-	-	-
Área Fim	45	48	47	57	125.387,10
Área Meio	-	-	-	-	-

Fonte: Recursos Humanos

Quadro 30 - Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total (Valor em R\$)
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2010	31.981.754,76	-	-	5.709.724,26	-	-	5.120.663,32	42.812.142,34
Servidores com Contratos Temporários								
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2010	527.757,37	-	-	84.865,39	-	-	58.926,10	671.548,86
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2010	246.174,62	-	133.509,24	52.383,4	-	-	60.815,05	492.882,47
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2010	1.227.738,95	-	30.739,58	221.016,30	-	-	217.303,58	1.696.798,41

Fonte: Recursos Humanos

Quadro 31 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Hospital Universitário Professor Alberto Antunes													
UG/Gestão: 15222/150229						CNPJ: 24.464.109/0002-29							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados*						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	Prestação de serviços contínuos de limpeza, conservação, higienização e desinfecção, incluindo todo o fornecimento de material de consumo e equipamentos necessários à execução dos serviços, dos bens móveis e imóveis pertencentes ao HUPAA, resultante do Pregão Eletrônico n.º 104/2009, Processo Administrativo n.º 23065.020735/2009-47.	ESTEL 07.572.840/0001-78	10/06/10	31/12/11	-	-	-	-	-	-	P

Observação:
*Ao firmar contratos, o HUPAA apresenta por seu lado as necessidades a serem satisfeitas, cabendo a empresa contratada a

execução do trabalho de forma a atender essas necessidades, para isso é critério da empresa contratada, determinar o nível de escolaridade suficiente para oferecer profissionais capacitados e/ou habilitados.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Assessoria de Contratos

Quadro 32 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Hospital Universitário Professor Alberto Antunes						CNPJ: 24.464.109/0002-29							
UG/Gestão: 15222/150229													
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados*						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	1,2 e 4	O	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços nas áreas de manutenção corretiva, preventiva e preditiva nas instalações elétricas, hidrossanitárias, de incêndio, telefônicas, de gases medicinais e não medicinais, serralharia, refrigeração, biomédica, marcenaria, pintura predial e automotiva, conservação predial, serviços gerais e serviços de apoio administrativo nas áreas de telefonia, recepcionista, informática, transporte, ascensoria e jardinagem, resultante do Pregão Eletrônico n.º 103/2009, Processo Administrativo n.º 23065.014948/2009-30	AJ SERVIÇOS 02.633.573/0001-88	01/01/10	31/12/11	-	-	-	-	-	-	P
2010	3	O	Prestação de serviços de preparo e distribuição diários de refeições, fórmulas lácteas, complementos e dietas enterais para a coletividade sadia e enferma do HUPAA. Processo Administrativo n.º 23065.013457/2009-71, cujo Edital foi publicado no Diário Oficial da União – DOU, do dia 29/06/2009, Seção III.	BOM GOSTO 40.924.425/0001-01	29/01/10	31/12/11	-	-	-	-	-	-	P
2010	7	O	Prestação de serviços de lavanderia hospitalar, visando o processamento e a lavagem de todo o enxoval de propriedade do HUPAA, segundo o manual de lavanderia do Ministério da Saúde e outros órgãos governamentais competentes, resultante do Pregão Eletrônico n.º 090/2010, Processo	HOSP LAVER 02.515.391/0001-02	13/10/10	31/12/11	-	-	-	-	-	-	P

		Administrativo 23065.017189/2010-09.	n.º												
--	--	---	-----	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Observação:

*Ao firmar contratos, o HUPAA apresenta por seu lado as necessidades a serem satisfeitas, cabendo a empresa contratada a execução do trabalho de forma a atender essas necessidades, para isso é critério da empresa contratada, determinar o nível de escolaridade suficiente para oferecer profissionais capacitados e/ou habilitados.

LEGENDA**Área:**

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Assessoria de Contratos

Indicadores gerenciais de recursos humanos

Em 2010, a Coordenação de Treinamento e Desenvolvimento do Setor de Recursos Humanos do HUPAA, em parceria com a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho da UFAL, promoveu cursos de capacitação tomando como referência o Levantamento de Necessidades de Treinamento 2009/2010. Além dessa iniciativa estimulou-se e incentivou-se a participação dos funcionários em eventos técnico/científicos com o objetivo de fomentar o desenvolvimento profissional.

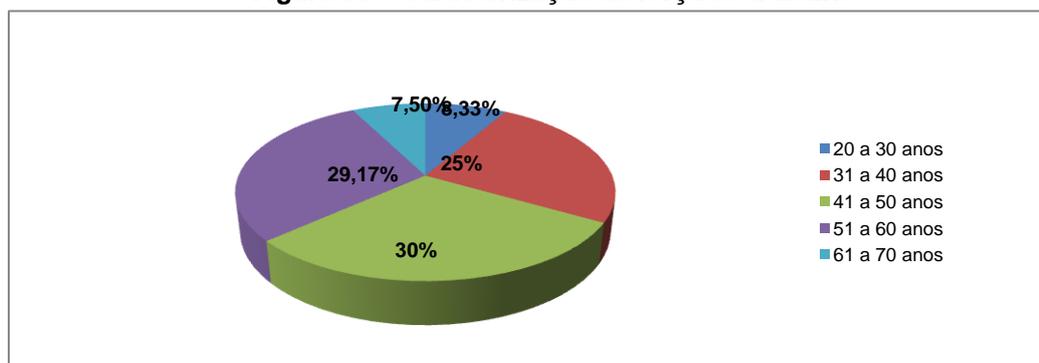
Quadro 33 - Indicadores de capacitações em 2010

CURSOS DE CAPACITAÇÃO 2010	
Horas de Treinamento	12.021
Número de Participação em Treinamento	311
Hora de Treinamento/Funcionário	38,65

Fonte: Recursos Humanos

Na **Figura 03** encontra-se a caracterização da força de trabalho do HUPAA, a partir das variáveis: idade e tempo de serviço. Constatou-se que cerca de 37% do quadro do HUPAA encontra-se próximo da aposentadoria por idade (mulher – 55 anos, homem – 60 anos), o que a curto prazo, pode significar uma perda considerável de força de trabalho.

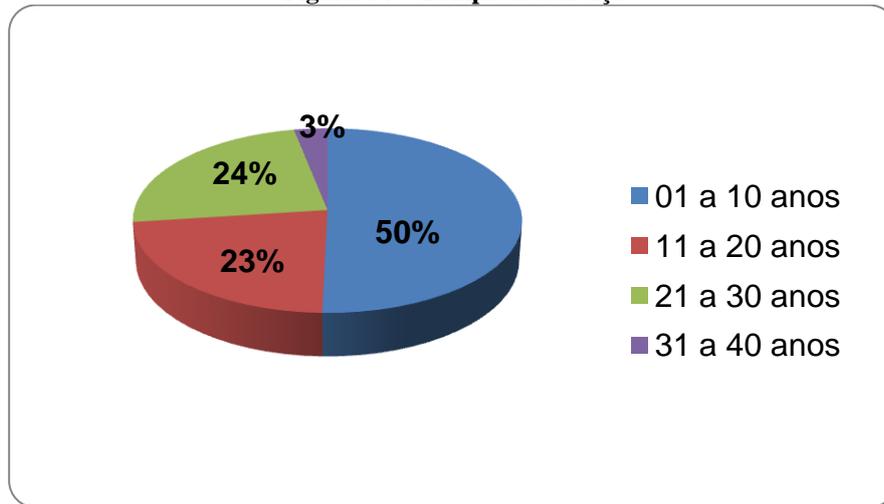
Figura 03 – Caracterização da força de trabalho



Fonte: Recursos Humanos

No que se refere ao tempo de serviço, verifica-se uma quantidade significativa de funcionários com tempo de serviço com possibilidade de afastamento por aposentadoria – 27%; em contrapartida a maioria dos funcionários – 50% encontra-se em sua primeira década de trabalho.

Figura 04 – Tempo de Serviço



Fonte: Recursos Humanos

Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

Apesar da magnitude de suas ações, à semelhança da maioria dos hospitais universitários públicos no Brasil, o HUPAA vem vivenciando uma crise caracterizada por **limitação orçamentária, dificuldade de financiamento e diminuição drástica do seu quadro de pessoal**. Essas dificuldades vêm comprometendo o papel desse Hospital no fomento ao ensino, pesquisa e assistência na área da saúde.

A **carência de pessoal** é um problema que vem se agravando nos últimos anos em função da seguinte conjuntura:

- A não oferta de vagas via concurso público para repor as carências resultantes dos processos de aposentadorias, licenças médicas por longos períodos, licenças sem vencimento, limitação de função por problemas de saúde, pedidos de demissão em razão dos baixos salários, entre outros;
- Aumento do número de alunos dos cursos de graduação da área de saúde, como consequência do aumento de vagas oferecidas pela UFAL;
- Ampliação da oferta dos cursos de pós-graduação no Hospital;
- Ampliação das atividades de pesquisa e estágio;
- Mudança no perfil assistencial do Hospital, cujas ações passaram a ser voltadas a média e alta complexidade, demandando a oferta de novos serviços e especialidades, entre outros.

Durante algum tempo o HUPAA resolveu seu problema de falta de pessoal de forma paliativa, contratando pessoas através do convênio UFAL/FUNDEPES – Fundação de Desenvolvimento Extensão e Pesquisa.

Contudo, esse tipo de contratação foi questionada legalmente pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e em agosto/2006 foi celebrado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público em que a Reitora da UFAL, a Diretora da FUNDEPES e o Diretor Geral do HUPAA, assumiram perante aquele Ministério o compromisso de não mais suprirem novas carências de pessoal com contratação via Fundação.

Significa dizer que de um lado tem-se o TAC e as condições financeiras do Hospital que impedem a contratação de celetistas e/ou prestadores de serviço, e de outro o número insuficiente de vagas via concurso público para suprir a atual carência de pessoal, decorrente inclusive dos novos serviços de alta e média complexidade disponibilizados pelo HUPAA.

Os desdobramentos desse cenário têm considerável impacto negativo nas atividades de ensino, pesquisa e assistência aos pacientes. Vários serviços/setores estão com seu funcionamento comprometido. Alguns deles são:

- **Anatomia Patológica.** Setor que abriga alunos de Residência Médica. Entretanto, conta apenas com um (01) auxiliar de necropsia, funcionário da Fundação, para atender a toda demanda do Hospital.

Assim, o setor enfrenta várias dificuldades para manter o funcionamento, visto que não há pessoal para suportar a carga de trabalho do Setor;

- **Radiologia.** O número de técnicos de RX é insuficiente para atender a escala de serviço normal e de sobreaviso. Não raro, há necessidade de contratar um prestador de serviço para cobertura de férias, visto que esses profissionais têm direito a 40 dias de afastamento para férias. Assim, o atendimento a pacientes ambulatoriais é realizado com limitações, inclusive com redução na oferta dos exames à comunidade, visto que os pacientes internados têm prioridade no atendimentos dos serviços de diagnóstico;
- **Clínica Obstétrica.** Serviço que é referência no Estado de Alagoas para atendimento a gestantes de alto risco, e também abriga alunos de Residência Médica. A ala do 6º andar – que abriga 30 leitos de Maternidade – têm em seu quadro de enfermagem apenas funcionários da FUNDEPES;
- **Anestesiologia.** Serviço que abriga residentes; perdeu anestesistas nos últimos anos por motivo de aposentadoria, e mais irão se afastar pelo mesmo motivo. Essa redução tem impacto significativo no número de cirurgias realizadas no HUPAA;
- **CACON.** unidade estratégica para o HUPAA e para o Estado, visto que é a **única que atende exclusivamente a pacientes do SUS em Alagoas.** Ao ser inaugurado, o CACON contava em seu quadro de pessoal com profissionais cedidos ao HUPAA por outros órgãos – Secretaria Municipal de Saúde, UNCISAL, Secretaria Estadual de Saúde, FUNASA. Contudo, vários desses profissionais já retornaram aos seus órgãos de origem, e o quadro atual de pessoal desse Serviço mostra-se em número insuficiente para atender a demanda de pacientes;
- **Centro Cirúrgico, UTI Geral e UTI Neonatal.** São também unidades que abrigam residentes de Cirurgia, Clínica Médica, Neonatologia e Pediatria, respectivamente. O quadro de pessoal desses serviços conta com grande contingente de estagiários e funcionários da FUNDEPES, em virtude da falta de servidores efetivos, prejudicando a qualidade do atendimento prestado aos usuários e a prática do Ensino;
- **Hospital Dia.** Prestes a completar 12 anos de funcionamento, esse serviço que atende a pacientes portadores de doenças infectocontagiosas, conta apenas com um infectologista para atender a toda demanda que chega ao HUPAA;
- **Medicina Nuclear.** o único médico especialista da área e uma técnica de enfermagem se aposentaram. Há apenas um físico e quando este afasta-se por motivo de férias, as atividades praticamente param;
- **Estimulação precoce.** O único profissional que atendia a crianças com necessidade de tratamento se aposentou em 2008.

Todos esses setores estão com dificuldades de funcionamento, correndo o risco de reduzirem ou suspenderem suas atividades, pois não contam com o contingente necessário de pessoas para garantir a assistência prestada à comunidade, e às atividades de ensino. A redução acentuada do quadro de pessoal sem substituição resulta num iminente prejuízo à qualidade e quantidade dos serviços prestados aos pacientes, ao ensino, à pesquisa e extensão.

De forma semelhante, vários outros setores do HUPAA contam em seu quadro de pessoal com grande contingente de funcionários da FUNDEPES, prestadores de serviços, cedidos e estagiários, a saber: Almoxarifado, SAME, CDI, Compras, Gerência do Ambulatório, Núcleo de Processamento de Dados, Patrimônio, Hotelaria, Assessoria de Comunicação, Contabilidade e Custos, Faturamento, Direção de Ensino, Farmácia, Hotelaria, Patrimônio, SCIH. Enfim, setores importantes tanto da área-fim como da área-meio precisam urgentemente ter incorporado a seu quadro de pessoal servidores efetivos.

No início de 2010, chegou-se a uma previsão de aposentadoria de mais de 80 colaboradores, dos quais se inclui aproximadamente 14 profissionais da categoria médica, categoria essa que já registra enorme carência. Entretanto, apenas 8 (oito) das 82 previsões foram efetivadas, o que tem gerado preocupações com a substituição destes profissionais, o que ampliará a carência de pessoal dos setores/serviços que já existem.

Quadro 34 - Previsão de aposentadoria por cargo efetivo

Previsão de aposentadoria por cargo efetivo	2010	2011	Total por cargo
Ass. Administração	1	2	3
Assistente social	1	1	2
Atendente de consultório	1	-	1
Atendente de enfermagem	6	4	10
Auxiliar administrativo	2	2	4
Auxiliar de enfermagem	21	8	29
Auxiliar de lactário	2	-	2
Auxiliar de nutrição	1	-	1
Biólogo	-	1	1
Biomédico	-	1	1
Cirurgião dentista	-	1	1
Copeiro	3	1	4
Costureiro	2	-	2
Economista	-	1	1
Encanador	1	-	1
Enfermeiro	5	5	10
Farm. Bioquímico	-	1	1
Instrumentador cirúrgico	2	1	3
Laboratorista	-	2	2
Lancheiro	-	1	1
Lavadeiro	1	-	1
Médico	22	12	34
Odontólogo	1	-	1
Professor	1	-	1
Psicólogo	1	1	2
Téc. Anat. E necropsia	1	-	1
Téc. em ass. educacional	-	1	1
Téc. em equipamento médico	-	3	3
Técnico em farmácia	1	-	1
Técnico em laboratório	3	-	3
Técnico em radiologia	2	-	2
Técnico em reabilitação e fisioterapia	1	-	1
TOTAL	82	49	131

Fonte: Recursos Humanos

Historicamente, o HUPAA vem aumentando a sua oferta de serviços e o quadro de pessoal não está crescendo de forma igualitária, e, portanto, nesse relatório inclui-se a composição atual e a necessidade de pessoal em caráter emergencial (por setor e por categoria profissional).

Nesse sentido, para realizar o dimensionamento da carência de recursos humanos do Hospital foram considerados os seguintes indicadores: a) quantitativos de funcionários celetistas – fundação; b) cedidos por outros órgãos públicos; c) pessoal de serviço prestado; d) categoria: estagiários - ocupando posto de trabalho profissional. Para tal, foi majorado a esse quantitativo uma reserva técnica de 15%.

Para determinar o quantitativo de necessidade de pessoal, o setor de Recursos Humanos, em trabalho conjunto com a Direção Administrativa e chefias de setores/serviços do Hospital, realizou um estudo dirigido nesta área, e como resultado final, foi apresentado o quadro 53, cuja composição representa as categorias profissionais de técnico-administrativos que precisam ser contempladas com provimento de cargos, via concurso público.

Quadro 35 - Necessidade de pessoal técnico administrativo para funcionamento dos leitos existentes.*

Carência Atual		(A)	(B)	(C = A + B)
Nº	CARGO	QUADRO ATUAL	CARÊNCIA	QT. IDEAL
1	Administrador	18	14	32
2	Almoxarife	5	8	13
3	Analista de tecnologia da informação	2	2	4
4	Arquiteto	0	1	1
5	Ass. Administrativo	112	166	278
6	Assistente social	11	1	12
7	Auxiliar de laboratório	6	2	8
8	Contador	3	6	9
9	Economista	4	4	8
10	Engenheiro civil	2	3	5
11	Engenheiro elétrico	0	1	1
12	Farmacêutico	16	15	31
13	Físico	3	2	5
14	Fisioterapeuta	6	6	12
15	Fonoaudiólogo	1	2	3
16	Jornalista	3	2	5
17	Médico	287	82	369
18	Nutricionista	7	6	13
19	Odontólogo	4	3	7
20	Programadores de processamento de dados	0	2	2
21	Psicólogo	9	10	19
22	Relações públicas	1	1	2
23	Téc. Radiologia	20	11	31
24	Técnico de farmácia	1	10	11
25	Técnico de laboratório	36	3	39
26	Técnico em anatomia e necrópsia	3	2	5
27	Técnico em eletrocardiograma	2	3	5
28	Técnico em informática	0	3	3
29	Técnico em reabilitação física	3	2	5
30	Terapeuta ocupacional	1	2	3
TOTAL		566	375	941

Fonte: RH. Obs. Situação apurada no final de abril de 2010.

A diretoria de enfermagem realizou estudo de dimensionamento dessa categoria profissional, enfermeiros e técnicos de enfermagem, com base na metodologia Constante de Marinho – KM e a resolução COFEn N° 293/2004.

Sendo assim, o quantitativo ideal do pessoal de enfermagem comporta 192 enfermeiros e 354 técnicos de enfermagem totalizando 546 profissionais, ou seja, existe um déficit de 170% no número de enfermeiros e de 21% técnicos de enfermagem, cujo resultado é descrito no quadro 54:

Quadro 36 – Necessidade de Pessoal de Enfermagem*

CLINICAS	Quantitativo atual de pessoal de enfermagem por clínica			Quantitativo ideal de pessoal de enfermagem por clínica		
	Enfermeiro	Nível Médio	Total	Enfermeiro	Tec. Enfermagem	Total
Ambulatório	4	22	26	4	22	26

Clinica Cirúrgica	4	32	36	21	43	64
Clinica Médica	3	22	25	14	29	43
Maternidade	17	61	78	36	72	108
UTI Adulto	6	20	26	18	17	35
Clinica Pediátrica	2	16	18	12	23	35
UTI Neo Natal	6	20	26	30	28	58
UCI	2	13	15	15	21	36
Hospital Dia	1	4	5	3	7	10
Nefrologia	1	10	11	4	16	20
Radioterapia	2	3	5			0
CACON	8	2	10	12	7	19
CME	2	24	26	7	24	31
Centro Cirúrgico	2	37	39	5	38	43
Direção de Enfermagem	2	-	2	2	-	2
Assessoria de Materiais	1	-	1	1	-	1
Educação Permanente	2	-	2	2	-	2
Programa de Hanseníase	1	-	1	1	-	1
Medicina do Trabalho	-	1	1	-	1	1
Banco de sangue	1	-	1	1	-	1
Núcleo de vigilância epidemiológica	1	1	2	1	1	2
SCIH	2	1	3	2	1	3
Gerência de risco	1	-	1	1	-	1
Junta médica	-	2	2	-	2	2
Radiologia	-	2	2	-	2	2
Total	71	293	364	192	354	546

Fonte: Direção de Enfermagem *Situação apurada em abril de 2010. OBS.: O cálculo foi baseado na carga horária de 30 h/semanais para téc. e enfermeiros. O IST (índice de Segurança técnica) usado foi de 15%, acréscimo de 5% (rotatividade de pessoal, e participação em programas de educação continuada).

Contextualizando a situação do quadro de pessoal

A situação descrita na seção anterior demanda uma reflexão acerca da necessidade de (re)dimensionar e/ou (re)definir a oferta de serviços e o funcionamento de alguns setores do HUPAA. Vários desses setores encontram-se em situação crítica, com um número de pessoal bem abaixo do necessário para assegurar suas atividades, gerando um déficit financeiro e social refletindo no próprio hospital, na UFAL, na comunidade acadêmica e nos usuários do SUS.

O ideal seria que o hospital trabalhasse apenas com um único tipo de vínculo empregatício – via concurso público, tendo a totalidade da sua folha de pessoal sob a responsabilidade do Governo Federal. Como essa não tem sido a realidade vivenciada no HUPAA, atualmente o Hospital direciona cerca de 37,5% de seus recursos financeiros para o pagamento de pessoal através da FUNDEPES.

Como consequência, são utilizados recursos advindos do SUS para pagamento de pessoal, sacrificando a manutenção predial (dificultando reformas necessárias e urgentes por se tratar de hospital com mais de 30 anos) e de equipamentos (dificuldades em ter contratos de manutenção preventiva por falta de recursos financeiros), a compra de insumos e a modernização tecnológica.

Entretanto, na ausência de autorização do Governo Federal para realização de concurso público que reponha suas carências, o hospital deverá substituir os prestadores de serviços por contratados admitidos através de Processo de Seleção Pública pela própria Fundação. Esse processo implicará em elevada despesa com rescisões contratuais e novas contratações, comprometendo ainda mais sua saúde financeira.

Destaca-se que o TAC prevê a substituição dos funcionários existentes (a previsão do total de rescisão de contrato é de R\$ 1.081.196,21), no entanto, o processo de substituição não resolve o problema de insuficiência de pessoal que o hospital enfrenta, em virtude de como já dito acima, da abertura de novos serviços e do alto número de servidores em processo de aposentadoria, licenças médicas, dentre outros. A substituição só regulariza a situação dos prestadores de serviços e diminui a quantidade dos vínculos existentes, no entanto, não elimina o problema da utilização dos recursos provenientes do SUS com a folha de pagamento, fato questionado pelo TCU.

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107 DE 27/10/2010)

Quadro 37 - Caracterização dos instrumentos de transferências recebidas no exercício

Unidade Concedente									
Nome: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 257001/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	Processoo nº 25000.010614/2010-10	Núcleo Hospitalar de Epidemiologia	42.000,00	-	42.000,00	42.000,00	01/10	-	1
Unidade Concedente									
Nome: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 257001/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	PORTARIA 1.929/10	REHUF/HUPAA	1.734.157,03	-	1.734.157,03	1.734.157,03	07/10	-	1
Unidade Concedente									
Nome: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE									
CNPJ: 12.200.259/0001-65					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
5	20/10	CACON/HUPAA	547.365,60	-	200.747,16	200.747,16	03/10	12/10	1
Unidade Concedente									
Nome: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR									
CNPJ:					UG/GESTÃO: 150011/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contra-partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
-	PORTARIA 883/2010	HUPAA	282.808,00	-	282.808,00	282.808,00	06/10	12/10	4

Fonte: SIAFI

**7. INFORMAÇÕES E REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV
(ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107 DE 27/10/2010)**

Declaração sobre a conformidade e atualização dos contratos, convênios e termos de parcerias.

DECLARAÇÃO

Eu, Ana Paula Reis Costa, CPF n° 384.171.114-68, Contadora desta Instituição, declaro para os devidos fins, que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei no 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Maceió, 22 de março de 2011.

Ana Paula Reis Costa
Matrícula SIAPE: 1120683
CRC: 2747/AL

8. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993 (ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107 DE 27/10/2010)

Declaração da unidade de pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas.

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que os ocupantes de Cargos de Direção do Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes – HUPAA, integrantes do Rol de Responsáveis, entregaram a **Declaração de Bens e Rendas**, referente ao exercício de 2010 e/ou a autorização de acesso à declaração de ajuste anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, por meio eletrônico, na forma da legislação vigente

Maceió-AL, 22 de março de 2011.

Paulo Luiz Teixeira Cavalcante
Diretor Geral

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ (ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107 DE 27/10/2010)

Quadro 38 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.	X				
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	X				
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.	X				
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	X				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.	X				
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.	X				
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	X				
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	X				
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	X				
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.	X				
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.	X				
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.	X				
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma	X				

eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	X				
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
<p>CONSIDERAÇÕES GERAIS:</p> <p>Não se aplica a UJ, pois o HUPAA não tem Auditoria Geral em sua estrutura funcional, e por isso não tem como avaliar este item.</p> <p>Entretanto, a concepção dos altos dirigentes em perceber a importância dos controles internos como essenciais para o adequado funcionamento da instituição, no sentido de se fazer cumprir a missão de <i>proporcionar formação profissional prática, produzir conhecimento e prestar assistência em saúde à comunidade com ênfase em excelência, humanização e compromisso social</i>, pode ser comprovada com o histórico de ações empreendidas para viabilização do Plano Estratégico institucional, assim como a apresentação do Plano Diretor ao Conselho Universitário da UFAL, MEC e MS, além dos convênios com a SMSM e SESAU no ano de 2010.</p> <p>Nesse sentido, podem ser elencados alguns casos de sucesso como a reestruturação de processos, considerados críticos, tais como o de <i>redução de subnotificação dos procedimentos da clínica obstétrica</i>, implantação de <i>subsistema de coleta de dados para indicadores de taxa e ocupação de média de permanência na clínica pediátrica</i>, e ainda o <i>projeto de reestruturação da farmácia central</i>.</p> <p>Como forma de dar continuidade a melhoria de processos considerados críticos, pode-se destacar a adequação e reestruturação tecnológica de algumas setores e serviços a partir dos investimentos previstos no PDHUPAA, nesse sentido, foram beneficiados setores como farmácia, almoxarifado, SAME, unidades de internação e tratamento intensivo como reformas e aquisição de equipamentos.</p> <p>O Convênio estabelecido com a SMSM define as metas e indicadores a serem trabalhos pelo hospital na prestação de assistência médica hospitalar aos pacientes dos SUS.</p> <p>Os convênios firmados com a SESAU concentraram-se nas áreas de atenção a mulher, a abertura do setor de ginecologia do HUPAA, que passa ser referência estadual no tratamento de câncer de colo uterino, e atenção ao recém nascido com a abertura de mais sete leitos na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal.</p> <p>Contudo, há de se reconhecer as dificuldades em divulgação em todos os setores e seus níveis hierárquicos, uma vez que trata-se instituição que conta com mais de 1.300 funcionários e servidores, cerca de 80 setores, muitos deles funcionando ininterruptamente, em diversos turnos.</p> <p>Para contribuir com a disseminação da informação, conta-se com a utilização de sitio eletrônico, murais em locais estratégicos, como entradas e corredores e periódicos.</p> <p>Como forma e tornar eficiente e acessível as informações, e ainda dar suporte a todos os níveis de gestão no planejamento e execução de suas atividades, foi iniciado em 2010 um processo de licitação para aquisição de um sistema de informações gerenciais. Nesse sentido, espera-se que em 2011 seja iniciada toda estruturação de rede lógica, equipamentos, que em conjunto com a reestruturação de processo, e a melhoria de estrutura física e tecnológica dos setores, possibilite ao Hospital alcance de seus objetivos institucionais.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

10. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TI E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS (ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107 DE 27/10/2010)

Quadro 39 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	X				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações gerais: O HUPAA ainda não dispõe oficialmente de critérios de sustentabilidade ambiental, apesar de desenvolver suas ações com forte preocupação na área. No final do ano de 2010, o HUPAA solicitou uma Licença Ambiental, ao órgão competente, apresentando um PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE.					

LEGENDA**Níveis de Avaliação:**

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ (ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107 DE 27/10/2010)

Estas informações estão contidas no relatório de gestão da UFAL. Tendo em vista que o HUPAA não possui nenhum patrimônio imobiliário sob sua responsabilidade, e é um órgão de apoio acadêmico da referida Universidade.

12. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ (ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107 DE 27/10/2010)

Quadro 40 - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	1 (um) do RJU, 3 (três) da FUNDEPES, 6 (seis) terceirizados.				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	Sim				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI	Informar o percentual da participação				
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	80%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	80%				
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	50%				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	--				
Considerações Gerais: Com relação a Política de Segurança da Informação (PSI) , a referida UJ possui política própria, a qual regulamenta o uso da intranet, internet e da rede institucional. Atualmente o HUPAA não possui serviços de TI terceirizado, mas tem-se a previsão de aquisição para o exercício de 2011. No que se refere as contratações de bens e serviços, o HUPAA tem atualmente dois contratos de comodato, os quais englobam o uso de 66 computadores e 50 impressoras.					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Análise crítica sobre gestão da tecnologia da informação no HUPAA:

O NTI é um serviço de apoio administrativo do HUPAA que tem por finalidade disseminar e apoiar o uso da tecnologia da informação pelos alunos, professores, diretores e técnico-administrativos, como forma de favorecer a qualidade, produtividade e efetividade nas atividades de gestão institucional em suas ações de atenção à saúde, ensino, pesquisa e extensão.

Um dos pontos principais efetivados no ano de 2010 foi a ampliação do quadro de funcionários melhorando consideravelmente as ações de suporte técnico de *software* e *hardware* ao usuário, além do suporte e manutenção dos programas incluídos em sistema próprio desenvolvido em Oracle, permitindo o apoio e consultoria aos vários segmentos da administração do HUPAA.

Entretanto, para uma melhor qualidade nas ações, técnicas e gerenciais, será necessário a integração total entre os diversos sistemas corporativos do HUPAA, para melhorar a qualidade dos dados armazenados no NTI, para os diversos serviços dos sistemas em produção do HU. Para isto, o NTI participou este ano da apresentação feita pelo MEC em Porto Alegre, de um Sistema que está em desenvolvimento, para ser instalados em todos os HUs do Brasil, além de um *Work Shop* em Brasília, com todos os analistas desses HUs envolvidos na área de TI.

Esta integração pressupõe que os dados entre os sistemas sejam compartilhados entre si, para encerrar a redundância existente e, principalmente, garantir a identificação, confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados para os sistemas corporativos cujas bases estão armazenadas nos servidores de dados.

O HUPAA recebeu nos últimos quatro anos investimentos significativos em informática, visando ampliar e garantir mais confiabilidade no acesso às informações e transformar a informática em ferramenta de inteligência capaz de facilitar o gerenciamento de um universo de atividades nas áreas de assistência, ensino e nas áreas administrativas. Um dos principais investimentos foi na capacidade instalada dos servidores de dados que concentram as informações da instituição, que antes se resumia em apenas um servidor e agora a partir do servidor central distribui-se o serviço de rede em pelo menos cinco outros servidores: AD, Banco de Dados, Aplicação, Proxy e de Arquivo, ampliando dessa forma, para mais de 1 Terabyte a capacidade de armazenagem de dados, possibilitando maior velocidade e integração na comunicação e na transferência de dados entre os setores da instituição.

Com esta ampliação a instituição passou a dispor de maior área de armazenagem dos dados de laudo do Laboratório de Análises Clínicas, Radiologia, Radioterapia, Quimioterapia entre outros setores/serviços, além de aumentar a área disponível na rede para gravação dos documentos institucionais. Atualmente o Hospital conta com mais de 300 pontos de rede, além dos equipamentos móveis (notebooks, smartphones), o qual ainda disponibiliza também uma conexão *wireless* para acesso a rede *Wi-Fi*.

Como previsto no Plano Diretor, os investimentos em TI é uma das áreas contempladas como prioridade, onde a direção do HUPAA, o qual vem investindo na reestruturação da rede lógica e na aquisição de um sistema de gestão hospitalar totalmente integrado para dinamizar e otimizar as decisões gerenciais.

Neste ano de 2010, foi possível renovar 90% dos computadores, quer sejam através de alugueis ou aquisição própria, todos com monitores de LCD. Setores estratégicos para a assistência, como o SAME, Laboratório, Centro Cirúrgico e CACON tiveram todos os seus computadores renovados. Foi implantado também um link de alta velocidade de 5 MB para atender as necessidades da Telemedicina, especialmente nas videoconferências.

Em novembro de 2010 iniciou-se uma adequação do novo *layout* de sua estrutura física, a qual abrangerá uma nova sala para os servidores de dados, recepção e suporte ao usuário, desenvolvimento, gerência do NTI e uma copa. Dessa forma acredita-se que a política dos recursos de informática está sendo implementada corretamente, influenciando decisivamente para que o HUPAA, tenha um crescimento na área tecnológica que venha atender as expectativas dos diretores, funcionários, usuários e público em geral.

Nesse sentido, cabe ao NTI o desenvolvimento de sistemas corporativos de interesse da gestão Hospitalar, a avaliação de *softwares* existentes no mercado para definir sua utilização pela Instituição e a implantação e manutenção de softwares adquiridos pela Instituição e alocados para gerenciamento nos

diversos setores de atendimento médico. Cabe também a definição de normas e metodologias para o desenvolvimento e a documentação dos sistemas, a proposição de normas de política de uso para os serviços disponibilizados aos usuários, a administração da rede de computadores, com especial prioridade à manutenção do *backbone* institucional, cuidando da disponibilidade até o ponto de entrada/saída em cada domínio descentralizado, e a gerência do *link* de recebido da UFAL em seus diversos departamentos e setores. b

(1) Planejamento da área de tecnologia da informação

O NTI elaborou seu planejamento de 2010 a 2012 com base no Plano Diretor aprovado em maio de 2010 do HUPAA. A seguir são apresentadas as principais ações presentes em seu planejamento de 2010 com percentual de realização:

- Desenvolvimento e estabilização dos sistemas atualmente em uso no HUPAA (percentual realizado: 80%);
- Aperfeiçoamento das ferramentas de trabalho em TI (percentual realizado: 50%);
- Padronização e gerenciamento dos sites e portais institucionais da UFAL (percentual realizado: 80%);
- Padronização dos processos de compra em informática (percentual realizado: 60%);
- Melhoria da infraestrutura para estabilização dos processos de TI no HUPAA (percentual realizado: 60%);
- Melhoria do atendimento ao usuário nos processos de TI no HUPAA (percentual realizado: 80%) e melhoria, ampliação e estabilização dos serviços de rede (percentual realizado: 60%).

(2) Perfil do RH envolvido

Todos os avanços tecnológicos da instituição são acompanhados e gerenciados pelo NTI que conta hoje com 11 funcionários, sendo 1(um) do quadro efetivo 3(três) da FUNDEPES, 6(seis) terceirizados e 1(um) bolsista, conforme detalhamento apresentado abaixo:

Quadro 41 - Quantitativo de servidores por cargos

Cargo	Quantidade
Assistente em administração	01
Técnico em Tecnologia da Informação	05
Analista de Tecnologia da Informação	05
Total	11

Fonte: NTI

Os funcionários da TI oferecem suporte a todos os usuários, atuando fortemente no suporte ao usuário final, com treinamentos, instalação, desenvolvimento e manutenção de programas, além de suporte de rede e avaliação de defeitos técnicos de *hardware*.

Quadro 42 - Quantitativo de servidores por titulação

Titulação	Quantidade
Ensino Médio	02
Graduação em andamento	01
Graduação	08
Total	11

Fonte: NTI

(3) Segurança da informação

O NTI possui algumas políticas de segurança da informação, tais como:

- a) Política de utilização da rede de computadores. Existe uma política, oficialmente em vigor na Instituição, que regulamenta o uso do serviço da intranet do HUPAA, abrangendo serviços de controlador de domínio, servidor de arquivos e servidor de antivírus, onde são mencionados os direitos, deveres e penalidades previstas para eventuais transgressões;
- b) Política de e-mail institucional, que regulamenta o serviço abrangendo direitos e deveres dos usuários, eventuais penalidades, padrão dos endereços; e
- c) Racionalização do uso dos recursos de informática orientando ao usuário para não armazenar dados que não sejam do interesse exclusivo da instituição.

(4) Desenvolvimento e produção de sistemas

A área de desenvolvimento do NTI apresentou avanços em seus procedimentos como podem ser vistos abaixo: implantação da gestão de projeto, implantação de processo de desenvolvimento de *software*, desenvolvimento e implantação de novos sistemas: como novo Relatório de Frequência, Sistema de Captação de Dados para o faturamento dos serviços do Laboratório de Análises Clínicas, Novo sistema de controle de estoque dos Almoxxarifados Geral e da Farmácia, Novo sistema de Agendamento do Centro Cirúrgico, Sistema para controle estatístico de internamento na Pediatria, Ampliação do escopo de IPs passando da categoria “C” para categoria “B”.

(5) Contratação e gestão de bens e serviços

Tendo em vista a necessidade de adequação do crescimento do Hospital com as demandas naturais que surgem no cotidiano, planejou-se em 2010 a implementação no exercício 2011, a contratação de um serviço especializado na área de Rede Lógica de Informática para reestruturar toda a rede atual existente no Hospital e também a contratação de um Sistema de Gestão Hospitalar totalmente integrado para uma melhor dinamicidade nas decisões gerenciais.

Dessa forma em 2010, o NTI se aproximou da CPL, no sentido de prestar suporte relacionado às ações de pregões de equipamentos e serviços de TI para o HUPAA, assim, diversas atividades foram realizadas como elaboração de termos de referência de produtos e serviços, especificações de equipamentos, emissão de parecer técnico, auxílio nos pregões eletrônicos. Além dessas atividades, vários pregões de TI foram realizados em 2010:

- Pregão 119/2010 – Estruturação da Rede Lógica;
- Pregão 135/2010 – Sistema de Gestão Hospitalar;
- Termo Aditivo n.14/2010 Ref. ao Pregão 113/2009 – Computadores e monitores;
- Termo Aditivo n.17/2010 Ref. ao Pregão 77/2009 – Impressoras, copiadoras e duplicador.

13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DO GOVERNO FEDERAL (ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107 DE 27/10/2010)

Quadro 43 - Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG

Limite total da UG: R\$ 100.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: 339030/339039	
Número de faturas: 18	
Valor total das faturas: R\$ 26.339,29	
Portador	Limite e Valor (R\$)
MAURO APOLINÁRIO DE ARAÚJO JÚNIOR	Limite concedido: 60.000,00 Valor executado: 20.422,56
LINDINALVA FREITAS DA SILVA	Limite concedido: 40.000,00 Valor executado: 2.562,30
DUÍLIO CLETO MARSÍGLIA	Limite concedido: 40.000,00 Valor executado: 3.354,43

Fonte: SIAFI

14. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA (ITEM 14 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107 DE 27/10/2010)

Não houve ocorrências no período.

15. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU (ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010)

Quadro 44 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	004.138/2005-2	741/2010 – 2ª CÂMARA	9.15	Ordinário	Ofício TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Alagoas – UFAL					00244
Descrição da Deliberação:					
<p>Determinar à Universidade Federal de Alagoas que adote as providências a seguir: 9.15.5. Promova, se ainda não o fez, gestões necessárias à substituição de empregados terceirizados que exerçam irregularmente atividades finalísticas no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – HUPAA, órgão suplementar dessa IFES, por servidores ou empregados previamente aprovados em concurso público, em obediência ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal, observando o cronograma estabelecido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em compromisso solene firmado perante o TCU, conforme Acórdão nº 1.520/2006-Plenário.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Pró-reitoria de Gestão Institucional e Hospital Universitário Professor Alberto Antunes – HUPAA					00244
Síntese da providência adotada:					
A Universidade cumpre o princípio e as excepcionalidades são decorrentes de acordos legais firmados com os órgãos públicos que gerenciamos assuntos ligados às demandas do Hospital Universitário.					
Síntese dos resultados obtidos					
As medidas estão sendo gradativamente observadas.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Existem peculiaridades no Setor Hospitalar que exigem cuidados específicos para a implantação das medidas.					

Fonte: Auditoria Geral da UFAL

16. INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELO CONTROLE INTERNO (ITEM 16 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010)

UNIDADE: HOSPITAL UNIVERSITARIO PROF ALBERTO ANTUNES – CÓDIGO: 150229
Nº do Relatório: 243900

Quadro 45 - Relatório de tratamento das recomendações realizadas pelo controle interno

DESCRIÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	SETOR RESPONSÁVEL	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
<p>2.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (019)</p> <p>Ausência de detalhamento em documento fiscal referente a serviços prestados pela FUNDEPES ao HU.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Quando do pagamento por serviços prestados pela Fundação ao Hospital Universitário, exigir da FUNDEPES o detalhamento dos mesmos, conforme previsto no Art. 63, § 2º, Inciso III, da Lei 4.320/64.</p>	HUPAA	As providências já foram adotadas junto a Procuradoria e a Contabilidade da UFAL alertando os procedimentos necessários como forma de sanar as falhas detectadas.
<p>2.1.3.1 CONSTATAÇÃO: (015)</p> <p>Falhas de formalização nos processos de dispensa e inexigibilidade.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Criar mecanismos de controle que possibilitem o acompanhamento do cumprimento das disposições da Lei 8.666/93 no que se refere à exigência de publicação dos extratos das dispensas, bem como publicação do extrato dos contratos no Diário Oficial da União de forma tempestiva.</p>	HUPAA	O HU se manifestou na defesa inicial e as falhas estão sendo corrigidas com a qualificação dos funcionários da FUNDEPES no setor de compras e orientações das SINFRA. Rotinas e processos de trabalho foram alterados com o objetivo de atender as recomendações.
<p>2.1.3.2 CONSTATAÇÃO: (016)</p> <p>Realização indevida de dispensas de licitação no valor total de R\$ 56.450,00.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Aprimorar os mecanismos de controle dos prazos de vigência dos contratos administrativos mantidos pela instituição, a fim de planejar com antecedência as contratações necessárias, e possibilitar a realização dos processos licitatórios pertinentes.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Efetuar um estudo que contemple todos os equipamentos existentes na Entidade, analisando se os mesmos são imprescindíveis à realização dos serviços hospitalares essenciais prestados pela Entidade, a fim de definir para quais equipamentos há necessidade de manter contrato de manutenção preventiva, evitando a necessidade de manutenção emergencial dos mesmos.</p>	HUPAA	Os atuais procedimentos nos processos de licitação, alguns inclusive concluídos, como a empresa de fornecimento de refeições e o da contratação de um software de faturamento. Não houve falta de planejamento e acompanhamento contratual dada a intempestividade da solicitação de rescisão de contrato das empresas contratadas.
<p>2.1.3.3 CONSTATAÇÃO: (017)</p> <p>Contratação de empresa por inexigibilidade com base no art. 25, inciso I da Lei 8.666/93, sem que conste no processo documento que caracterize a exclusividade da empresa contratada no fornecimento do bem adquirido.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 No caso das contratações fundamentadas no art. 25,</p>	HUPAA	No caso específico relatado, a constatação não procede face no processo de inexigibilidade constar documento legal demonstrando que a empresa em questão é única e exclusiva representante do fabricante, tendo este HU obedecido a todos os

inciso I da Lei 8.666/93, anexar ao processo documento que comprove a condição de exclusividade da empresa contratada.		trâmites legais.
<p>3.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (006)</p> <p>Desvio de função de servidores da Unidade.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Providenciar a redistribuição de atividades dos servidores para que os mesmos não desempenhem funções diversas daquelas para as quais foram contratados.</p>	HUPAA	O Departamento de Administração de Pessoal e a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas estão adotando os procedimentos para atender às exigências legais.
<p>3.1.1.5 CONSTATAÇÃO: (031)</p> <p>Concessões indevidas do adicional de insalubridade.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Providenciar as devidas publicações das portarias de concessão para que seja comprovado o direito ao recebimento do adicional, caso contrário, proceder o cancelamento da vantagem pecuniária e promover o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Publicar as portarias de localização dos servidores no local periciado com designação de suas atividades para que seja comprovado o direito ao adicional, caso contrário, proceder o cancelamento da vantagem pecuniária.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Providenciar documentações que comprovem a localização do servidor indicada no laudo de avaliação, caso contrário, prover o ressarcimento dos pagamentos efetuados indevidamente.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 004 Providenciar novo laudo de avaliação ambiental/pericial, caso contrário, prover a suspensão dos pagamentos do adicional de insalubridade/periculosidade dos servidores citados e promover o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 005 Cancelar a concessão do adicional aos servidores de CPF nº 13620720444, 28096231472 e 17797950415 e providenciar o ressarcimento dos pagamentos realizados com base em percentuais diferentes dos preconizados na legislação.</p>	HUPAA	Foram suspensas as concessões do adicional para os servidores que comprovadamente não atendia os requisitos legais, estando alguns processos pendentes aguardando novo lado ambiental do SESMET.

Fonte: Auditoria Geral da UFAL

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO (ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010)

Os resultados da avaliação da gestão, no exercício 2010, atesta todo o esforço que vem sendo realizado pelo HUPAA para produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de maneira comprometida com a ética, justiça social, desenvolvimento humano e bem comum. Diante disso, é possível distinguir os aspectos em que o HUPAA avançou em termos de qualidade social e assistencial nos últimos anos e que podem ser identificados como potencialidades:

- **Quanto à pesquisa e à extensão.** Ocorreram aumentos nos totais de pesquisas realizadas, e aumento na quantidade de alunos de graduação e pós-graduação que desenvolvem atividades nas dependências do Hospital. Em relação à Extensão, também houve aumentos significativos nas quantidades de programas, projetos, cursos e demais eventos relacionados evidenciando crescimento na integração dos alunos de graduação, como é o caso do grupo Sorriso de Plantão.
- **Na estrutura física.** Percebem-se diversas melhorias devido a construção e reformas em vários setores/serviços, conforme foi detalhado nas sessões anteriores. Essas obras ofertam à comunidade acadêmica mais estrutura para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como para a área assistencial que terá melhorias para execução de suas atividades rotineiras. Entre as obras podem ser citadas: ampliação de 7 leitos na UCI Neo Natal e 4 leitos para a UTI Geral.
- **Criação da Coordenação de Informações Gerenciais.** Criada em abril de 2010, tem por objetivo como objetivo centralizar e recuperar as informações de produção e estatística do hospital, já que tínhamos um elevado índice de subnotificações nos procedimentos realizados. No ano de 2010, com a parceria da CDI e Faturamento, a coordenação trabalhou no intuito de organizar as ações e bancos de dados para levantamento das informações.
- **PCCS/Ajuste salarial.** O plano de cargos, carreiras e salários (PCCS) dos funcionários FUNDEPES foi aprovado pelo Conselho Diretor em junho de 2010 que busca tornar a carreira dos colaboradores da FUNDEPES estimulante e competitiva. Contempla duas gratificações por tempo de serviço: triênio de 3% com contagem retroativa da antiguidade dos colaboradores e a adoção do 14º salário aos funcionários com especialização liberados no mês de aniversário, ora em estudo pela Universidade Federal de Alagoas. Foi dado um reajuste, em junho de 2010, de 4% acima do reajuste do governo federal, para os colaboradores FUNDEPES.
- **Parcerias.** No sentido de consolidar o Hospital como uma instituição de referência na formação profissional e na atenção integral ao paciente do SUS, destacamos algumas parcerias com outras instituições e abertura de novos serviços de referência:
 - a) O Hemocentro de Alagoas – HEMOAL realizou campanha solidária no hospital para cadastro de voluntários para doação de medula óssea, com a ajuda do Banco de Sangue do HUPAA totalizou o cadastro de 50 voluntários;
 - b) Como resultado da parceria entre Secretaria Estadual de Saúde, em agosto, o HUPAA passou a ser unidade de referência no tratamento do câncer ginecológico;
 - c) O cartório de registro civil recebe espaço na estrutura do hospital para facilitar o registro dos nascidos no local e reduzir o alto índice de cidadãos sem documentos.
- **Estrutura tecnológica.** Buscando modernização dos serviços prestados, o hospital investiu em seus diversos setores, com aquisição de novos equipamentos e atualização de seu parque tecnológico, destaca-se:
 - a) CME – aquisição de uma lavadora ultrassônica e autoclave para automatizar a desinfecção e limpeza de materiais médico – cirúrgicos;
 - b) Centro Cirúrgico – adquiridos carros de anestesia, focos e mesas cirúrgicas, microscópio cirúrgico oftalmológico, monitores de sinais vitais multiparâmetros, aparelhos de anestesia médio porte, monitor cardíaco multiparâmetros, bisturi modelo ultrassônico, laringoscópio adulto e lâminas curvas e bisturi eletrônico com acessórios, totalizando aproximadamente R\$ 300.000,00;
 - c) Centro Obstétrico – mesas cirúrgicas de parto;
 - d) Laboratório – aquisição em regime de comodato do equipamento COBAS E 411 para realização de exames hormonais e marcadores tumorais;

- e) UCI Neo Natal – berços aquecidos, incubadoras, poltronas para as mães, cardioversores, entre outros;
- f) Aquisição de 50 glicosímetros e 212 computadores para implantação do sistema AGHU de gestão dos HUs.

18. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO (ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 107 DE 27/10/2010)

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ): Hospital Universitário Professor Alberto Antunes			
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira da unidade jurisdicionada que apresenta o presente Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Situação patrimonial (bens móveis e imóveis do permanente).</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Maceió, Alagoas	Data	15/03/2011
Contador Responsável	Ana Paula Reis Costa	CRC n°	2747/AL

7. REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV (ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010)

DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE E ATUALIZAÇÃO DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS E TERMOS DE PARCERIAS

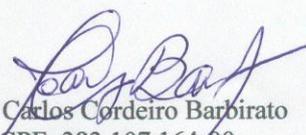


UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

DECLARAÇÃO

Declaramos, para todos os fins de direito e a quem interessar possa, que a UFAL registra seus contratos no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG/SICON e os convênios celebrados com a UFAL são convênios de receita, não sendo registrados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei no 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Maceió, 15 de Fevereiro de 2011.


João Carlos Cordeiro Barbirato
CPF: 383.107.164-00
Pró-Reitor de Gestão Institucional

8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DE ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS (ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 07/2010)

DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL QUANTO AO ATENDIMENTO POR PARTE DOS RESPONSÁVEIS DA OBRIGAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

DECLARAÇÃO

Declaramos, para todos os fins de direito e a quem interessar possa, que os ocupantes de Cargos de Direção e/ou Função Gratificada da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, integrantes do Rol de Responsáveis, entregaram a **Declaração de Bens e Rendas**, referente ao exercício de 2010 ou a autorização de acesso à declaração de ajuste anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, por meio eletrônico, na forma da legislação vigente

Maceió-AL, 15 de Fevereiro de 2011.

Assinatura manuscrita em azul, circunscrita por uma linha oval azul.

Wellington da Silva Pereira
Diretor Geral
Departamento de Administração de Pessoal
Universidade Federal de Alagoas

20. RELATÓRIOS E PARECERES DE INSTÂNCIAS QUE, SEGUNDO PREVISÃO LEGAL, REGIMENTAL OU ESTATUTÁRIA, DEVAM SE PRONUNCIAR SOBRE AS CONTAS OU SOBRE A GESTÃO (ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 110, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2010)

ITEM 1: PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA OU DO AUDITOR (ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 110/2010)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

EXERCÍCIO 2010

A Auditoria Geral da Universidade Federal de Alagoas, em cumprimento ao disposto no parágrafo 6º do artigo 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002, aprecia a presente Prestação de Contas Anual, em conformidade com o disposto no Anexo II da Decisão Normativa/TCU nº 110 de 03 de dezembro de 2010.

Nossos exames, durante o exercício, foram efetuados por amostragem e conduzidos de acordo com PAINT 2010 – Plano de Auditoria Interna. Procedemos ao acompanhamento e encaminhamento dos Acórdãos do Tribunal de Contas da União bem como dos relatórios de Gestão da Controladoria-Geral da União.

▪ **DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA ENTIDADE**

Os controles internos administrativos da Entidade apresentam fragilidades quanto a sua estrutura de funcionamento, especialmente no que se refere ao controle da gestão de bens patrimoniais e almoxarifado, que devem ser objeto de constante aprimoramento visando atender às determinações legais que regem a matéria.

▪ **DA REGULARIDADE DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS**

No exercício de 2010 os processos licitatórios tiveram análises realizadas, por amostragem, através da visita dos trabalhos da CGU-AL nesta Instituição, do qual decorreram recomendações que estão sendo objeto de acompanhamento pela unidade de controle interno da Instituição.

▪ **DO GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES, ESPECIALMENTE QUANTO À OPORTUNIDADE, FORMALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO.**

No que tange ao acompanhamento de convênios a unidade de controle interno no exercício de 2010 atuou através do Processo nº 23065.018066/2010-87, visando analisar cumprimento do Acórdão 741/2010 pertinente a relação da Instituição com o Hospital Universitário através da participação da FUNDEPES.

▪ **CUMPRIMENTO DE SUAS RECOMENDAÇÕES NO ÂMBITO DA UNIDADE**

As recomendações exaradas pela Unidade de Controle Interno, através de sua Auditoria Geral, resultado da emissão de relatórios, foram encaminhadas ao gestor para que sejam tomadas as devidas providências, junto as unidades envolvidas, tendo a área de pessoal sido aquela que melhor atendeu às demandas internas e externas.

▪ **CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO OU UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA**

Os relatórios elaborados pela equipe de controle interno da Instituição foram enviados à Controladoria-Geral da União regional de Alagoas. As recomendações e constatações emitidas nos relatórios produzidos constituem instrumentos de assessoramento ao dirigente, uma vez que esta unidade de auditoria interna se manifesta de acordo com sua disposição na estrutura orgânica da instituição que está colocada como órgão de assessoramento. O trâmite dos relatórios ocorre conforme a pertinência do setor ou unidade competente, visando atender às devidas providências legais. O aprimoramento deste procedimento será reavaliado no exercício de 2011.

▪ **CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO**

Conforme dispositivo legal, esta unidade de auditoria interna vem atendendo às solicitações externas, advindas do Tribunal de Contas da União e pela Controladoria-Geral da União através da abertura de processos administrativos internos, que são acompanhados dentro da Instituição, visando ao atendimento dos objetos solicitados. Os resultados são encaminhados aos setores responsáveis.

Quanto as demandas do Tribunal de Contas da União, as ações relativas às decisões e demandas do órgão externo de controle estão contidas no presente relatório de gestão da Instituição.

No que concerne as recomendações da **Controladoria-Geral da União, regional de Alagoas**, as ações realizadas e os procedimentos adotados pela Instituição no decorrer do exercício de 2010 estão presentes no Relatório de Gestão.

▪ **CUMPRIMENTO DAS DECISÕES E RECOMENDAÇÕES DOS CONSELHOS FISCAIS, CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E OUTROS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES, QUANDO FOR O CASO.**

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas, no desempenho de suas atividades legais, e em suas reuniões, tem deliberado ordinariamente, por meio de expedição de resoluções, sobre os assuntos de sua competência.

No exercício de 2010, dentre as deliberações exaradas pelo referido Conselho, não ocorreu nenhuma que demandasse sistemático acompanhamento por esta unidade de auditoria.

CONCLUSÃO

As peças da prestação de contas anual da Universidade Federal de Alagoas, relativas ao exercício de 2010, foram submetidas à apreciação desta unidade de controle interno conforme exigência legal vigente.

O parecer desta unidade é de que o processo de prestação de contas cumpriu as tramitações, podendo ser submetido à apreciação do órgão do Sistema Federal de Controle Interno do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União.

Maceió (AL), 15 de fevereiro de 2011.

André Luiz Salgueiro Guedes
Auditor

Francisco de Assis Monteiro
Auditor Geral – A.G. / UFAL



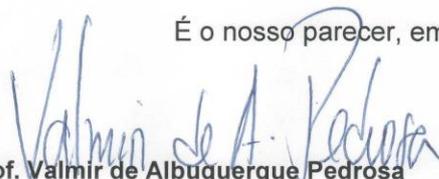
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
 CONSELHO DE CURADORES – CURA / UFAL
 Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores – SECS/UFAL

PARECER CONCLUSIVO

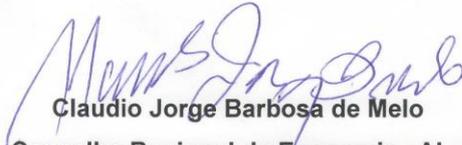
O **CONSELHO DE CURADORES** da Universidade Federal de Alagoas – CURA/UFAL, no exercício de suas atribuições previstas no Estatuto da Universidade examinou os autos do Processo nº. 23065.003695/2011-93, referente à **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL** desta Instituição Federal de Ensino Superior, relativo ao exercício financeiro de 2010, bem como do **RELATÓRIO DE GESTÃO - 2010**.

Assim sendo, **recomendamos a sua aprovação**, bem como o seu envio ao superior Conselho Universitário desta UFAL, para a homologação da decisão.

É o nosso parecer, em 15 de março de 2011.


 Prof. Valmir de Albuquerque Pedrosa
 Rep. Docente


 Paulo Jorge Omena Albuquerque
 Rep. Técnico-Administrativo


 Claudio Jorge Barbosa de Melo
 Conselho Regional de Economia –AL


 Adriana Araujo Peixoto
 Conselho Regional de Contabilidade - AL



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores - SECS

RESOLUÇÃO Nº 14/2011-CONSUNI/UFAL, de 28 de março de 2011.

**APROVA O PROCESSO DE
PRESTAÇÃO DE CONTAS DA UFAL,
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE
2010.**

O **CONSELHO UNIVERSITÁRIO** da Universidade Federal de Alagoas – **CONSUNI/UFAL**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo **ESTATUTO** e **REGIMENTO GERAL** da UFAL, tendo em vista o que consta do Processo nº. 23065.003695/2011-93 e de acordo com a deliberação tomada, por ampla maioria, na sessão extraordinária ocorrida em 28 de março de 2011;

CONSIDERANDO as exigências dos prazos legais estabelecidos;

CONSIDERANDO o Parecer Conclusivo com a recomendação favorável do **CONSELHO DE CURADORES** da Universidade Federal de Alagoas – **CURA/UFAL**, aprovado por unanimidade, na sessão realizada no dia 15 de março de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Processo de **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL** e o **RELATÓRIO DE GESTÃO** da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, referente ao exercício financeiro do ano de 2010.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Sala dos Conselhos Superiores da Universidade Federal de Alagoas, em 28 de março de 2011.


Prof. Ana Dayse Rezende Dorea
Presidente do CONSUNI/UFAL.